

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS,

EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Josei Fernandes Pereira

O MILAGRE ACABOU: HISTÓRIA DA COOPERATIVA  
REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA (COTRIJUI)

Passo Fundo/RS  
2025

Josei Fernandes Pereira

O MILAGRE ACABOU: HISTÓRIA DA COOPERATIVA  
REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA (COTRIJUI)

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Doutor em História sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

Passo Fundo/RS  
2025

CIP – Catalogação na Publicação

---

- P436m Pereira, Josei Fernandes  
O milagre acabou [recurso eletrônico] : história da  
Cooperativa Regional Triticola Serrana (COTRIJUI) / Josei  
Fernandes Pereira. – 2025.  
9 MB : PDF.
- Orientador: Prof. Dr. Marcos Gerhardt.  
Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo  
Fundo, 2025.
1. Cooperativismo. 2. Cooperativa Regional Triticola  
Serrana - História. 3. Revolução verde. 4. Economia agrícola.  
I. Gerhardt, Marcos, orientador. II. Título.

CDU: 334

---

Catalogação: Bibliotecária Juliana Langaro Silveira - CRB 10/2427

Josei Fernandes Pereira

O MILAGRE ACABOU: HISTÓRIA DA COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA  
SERRANA (COTRIJUI)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de doutor em História sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

Aprovada em 20 de outubro de 2025.

BANCA EXAMINADORA



---

Dr. Marcio Antonio Both da Silva  
(UEM)

**Assinado eletronicamente**

---

Dr. Paulo Afonso Zarth  
(Unijui/UPF/UFS)



---

Dr. Walter Frantz  
(Unijui)



---

Dra. Ilsyane do Rocio Kmitta  
(UEMS)



---

Dr. Adelar Heinsfeld  
(UPF)

**Assinado eletronicamente**

---

Dr. Marcos Gerhardt  
(UPF)



## Agradecimentos

Meu primeiro e mais especial agradecimento é destinado à minha família, somente nós sabemos o quanto foi difícil concluir este trabalho. Refiro-me a um grupo restrito e especial de pessoas que estiveram ao meu lado, oferecendo apoio e suporte, especialmente emocional: Luciléia Belter, minha companheira e confidente desde o começo da minha caminhada nos estudos históricos, além de ter sido um pilar na manutenção da minha sanidade mental ao longo desses quase cinco anos de pesquisa; e Alice Belter Pereira, minha filha, cujo nascimento, em 2017, foi um incentivo extra para me tirar da inércia. A elas, meu agradecimento especial por compreenderem minha ausência e oscilações de humor em muitos momentos da pesquisa. A esse núcleo central, somam-se meus pais, por sempre incentivarem a continuidade dos estudos, minha sogra Luci Belter, que me ofereceu seu lar, durante os anos da graduação e do mestrado, e seu tempo, sempre que foi preciso. Também agradeço a todos os demais membros familiares pela compreensão com minhas frequentes ausências ao longo desses anos.

À CAPES, meu agradecimento pelo apoio financeiro, que possibilitou a manutenção das obrigações financeiras com a Universidade de Passo Fundo.

Ao PPGH da UPF, agradeço por me receberem novamente em seu corpo discente e pela seleção para bolsa. Agradeço especialmente a coordenação, representada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gizele Zanotto, e à secretária Ana Cristhyna, pela paciência e profissionalismo com que lidaram com os dilemas pessoais de um estudante-trabalhador.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Marcos Gerhardt, pelo seu rigor e pelas cobranças que me desafiaram a encontrar tempo e seguir em frente, mas também pela compreensão com que se dedicou a orientar um estudante-trabalhador-pai em tempo integral e, em seu nome, agradeço aos demais professores do PPGH, dos quais levo um pouco de cada um comigo.

Aos colegas do Curso de História da UNIJUÍ e da EFA, agradeço pelas oportunidades em que pudemos dialogar sobre ideias para aprofundamento dos estudos no campo da História e do Desenvolvimento Regional. Um agradecimento especial ao amigo e colega Anderson Amaral de Oliveira, parceiro de extensão universitária com o qual compartilhei muitos bons momentos, mas também muitas frustrações e dilemas, como nós bem sabemos. Também agradeço aos colaboradores do MADP, pelo apoio durante a última etapa da pesquisa.

À Cotrijui, agradeço pelos anos de experiência como funcionário, mas principalmente pelo acesso à coletânea do *Cotrijornal*, essencial para poder completar o acervo do MADP.

Aos demais amigos, professores e colegas de profissão ao longo desta jornada, meus mais sinceros agradecimentos. Em especial, aos professores Paulo Afonso Zarth e Jaeme Callai, aos quais tive o privilégio de chamar de colegas, meu agradecimento especial pelo incentivo que sempre me deram para a continuidade e o aprofundamento dos estudos no campo do cooperativismo. O mesmo agradecimento se estende ao amigo e ex-colega da Cotrijui, Eng. Agr. João Adolfo Klohn (*in memoriam*), que, desde as primeiras disciplinas cursadas no curso de História da UNIJUÍ, sempre me incentivou a pesquisar sobre a temática do cooperativismo.

A todos os demais que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este projeto se efetivasse, apesar de todas as dificuldades, meus mais sinceros agradecimentos.

“E já Ícaro, elevado pelo desejo de atingir o céu / aproximava-se do Sol em seu voo, ansiando por alturas maiores / a cera, amolecida pelo calor, desfaz suas asas nuas / e o caminho lhe torna-se desconhecido” (Ovídio, 2007, versos 220-223).

“A ‘luta contra o progresso’ tem uma conotação mais simbólica do que real. Mas retrata, sem dúvida, a chamada de advertência, o grito revolucionário que as camadas intelectuais desejam bradar contra esse progresso predatório que mata os rios e destrói a flora e a fauna, com uma intensidade que chega às raias do exagero” (Cotrijornal, mar. 1975, p. 10).

“**O milagre acabou**, e ele só serviu para privilegiar tecnologias seletivas, que brindaram apenas alguns produtores’. O processo de modernização aconteceu de uma forma muito rápida, ‘através de um botão mágico que foi o crédito, direcionado para as grandes culturas e para os grandes produtores’” (Cotrijornal, out. 1983, p. 19, grifo nosso).

## RESUMO

A tese estuda o caso da Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda. (Cotrijui), tendo como recorte espaço-temporal as fases de expansão, crise e reorganização, entre as décadas de 1970 e 1990, iniciando na região noroeste do RS e alongando-se para o sul do estado, Centro-Oeste e Norte do Brasil, seguindo o alargamento das fronteiras agrícolas nacionais. Sua pergunta-problema é: como e por que a Cotrijui, que se expandiu nacionalmente entre as décadas de 1970 e 1980, se retraiu novamente ao nível regional na década de 1990? Com isso, objetiva analisar a estrutura, os projetos e os resultados da Cotrijui, tomando como fonte principal o *Cotrijournal*, veículo de informação e comunicação que circulou entre julho de 1973 e agosto de 1994, e tendo como justificativa a relevância do cooperativismo, visto como movimento social que é produto e (re)produtor do capitalismo. Objetiva, ainda, discutir a importância regional das cooperativas sul-brasileiras. Está inserida nos campos da História Social e da História Ambiental, relacionando a trajetória da Cotrijui ao processo de modernização da agricultura, no contexto da Revolução Verde. Como metodologia, faz uma análise do discurso da Cotrijui, interpretando sua linguagem, sujeitos, história e ideologias, para compreender seus posicionamentos em relação a temas como fronteira agrícola, desenvolvimento econômico regional, sustentabilidade e verticalização da atividade agropecuária. Como resultados, aponta que a Cotrijui foi criada e se desenvolveu usufruindo dos benefícios do Milagre Econômico, privilegiando tecnologias que trouxeram ganhos em escala para uma pequena fração de grandes produtores e atuando, portanto, na viabilização da transformação capitalista da agricultura, subordinando-se às políticas governamentais e ao capital financeiro, e não como um sistema econômico alternativo. Ao problematizar o avanço das fronteiras, conclui que a Cotrijui, originalmente solidária, se transformou em um instrumento da submissão do trabalho ao capital, ao promover o engajamento dos agricultores a um discurso marcadamente empresarial, modernizador e desenvolvimentista, participando das mudanças socioambientais então em andamento. A retração da Cotrijui ao âmbito regional na década de 1990, após sua expressiva expansão nacional nas décadas de 1970 e 1980, e a incorporação do discurso do *agribusiness*, foram compreendidas como resultados da adoção de um conjunto de práticas e discursos alinhados ao modelo de desenvolvimento da época, que romperam com os princípios solidários do cooperativismo e acentuaram as contradições do modelo capitalista de desenvolvimento agrícola.

Palavras-chave: agronegócio; cooperativismo empresarial; fronteira socioambiental; Milagre Econômico; Revolução Verde.

## ABSTRACT

This dissertation examines the Serrana Regional Wheat Cooperative (Cotrijui), focusing on its expansion, crisis, and reorganization phases from the 1970s to the 1990s. The period began in the northwestern region of Rio Grande do Sul and continued throughout the southern region of the state, the Central-West region, and the North of Brazil. This led to an expansion of its operations that paralleled the expansion of national agricultural frontiers. The question is: how did Cotrijui, which expanded nationally between the 1970s and 1980s, retreat back to the regional level in the 1990s? The dissertation objectively analyzes Cotrijui's structure, projects, and results, using Cotrijournal, an information and communication outlet that circulated between July 1973 and August 1994, as its primary source. The dissertation justifies this by citing the relevance of cooperativism as a social movement that both produces and reproduces the contradictions of capitalism. It also aims to discuss the regional importance of South Brazilian cooperatives. It is framed within the fields of Social History and Environmental History, linking Cotrijui's trajectory to the process of agricultural modernization within the context of the Green Revolution. The methodology analyzes Cotrijui's discourse, interpreting its language, themes, history, and ideologies, to understand its positions on topics such as the agricultural frontier, regional economic development, sustainability, and the verticalization of agricultural activity. The findings suggest that Cotrijui was created and developed by leveraging the benefits of the Economic Miracle, prioritizing technologies that brought gains in scale to a small fraction of large producers and participants, thus enabling the capitalist transformation of agriculture, subordinated to government policies and financial capital, rather than serving as an alternative economic system. By problematizing the expansion of frontiers, the author concludes that Cotrijui, originally a solidarity-based organization, became an instrument for subjugating labor to capital by promoting farmers' engagement with a prescriptively entrepreneurial, modernizing, and developmentalist discourse, thus participating in ongoing socio-environmental changes. Cotrijui's retraction to the regional level in the 1990s, after its significant national expansion in the 1970s and 1980s, and the incorporation of agribusiness discourse, were discovered as the result of the adoption of a set of practices and discourses aligned with the development model of the time, which broke with the solidarity-based principles of cooperativism and accentuated the contradictions of the capitalist model of agricultural development.

Keywords: agribusiness; corporate cooperativism; socio-environmental frontier; Economic Miracle; Green Revolution.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Propaganda de tratores de Alberto Sabo.....	49
Figura 2 - Localização da colônia Ijuhy, em território de Mata Atlântica .....	53
Figura 3 - Mapa da formação da Regional Pioneira da Cotrijui entre 1969-1978 .....	54
Figura 4 - Inauguração do Terminal Marítimo Luiz Fogliatto .....	56
Figura 5 - Preocupações com o crescimento populacional no Cotrijornal.....	59
Figura 6 - Publicidade dos negócios da agricultura.....	66
Figura 7 - Propaganda de utilitários para a agricultura .....	67
Figura 8 - Publicidade belicista contra “pragas” no Cotrijornal.....	69
Figura 9 - Primeira exportação da soja da Cotrijui, agosto 1959 .....	84
Figura 10 - Capa do Cotrijornal sobre o perigo da fome.....	86
Figura 11 - Mapa dos municípios da área de atuação da Cotrijui no RS .....	90
Figura 12 - Capa do Cotrijornal sobre a expansão para o Pampa .....	93
Figura 13 - Assembleia de incorporação da COOPERMARA à Cotrijui .....	98
Figura 14 - O cooperativismo e a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia.....	105
Figura 15 - Croqui da área de colonização da Cotrijui em Altamira-PA .....	107
Figura 16 - O Cerrado em chamas.....	113
Figura 17 - Estruturas abandonadas da antiga Usina Pacal .....	117
Figura 18 - Capa da primeira edição do Cotrijornal.....	124
Figura 19 - Busto de Luiz Fogliatto no pátio da Cotrijui .....	126
Figura 20 - Ferrovia e rodovia: nossas necessidades.....	128
Figura 21 - Propaganda progressista-cooperativista.....	130
Figura 22 - Apresentação do projeto dos vagões graneleiros .....	132
Figura 23 - Presidente Geisel viu nosso terminal .....	134
Figura 24 - Visitas oficiais às obras do Superporto da Cotrijui em Rio Grande, em 16 de outubro de 1972.....	135
Figura 25 - Mapa do projeto da hidrovia Ibicuí-Jacuí.....	138
Figura 26 - Um ambientalista na capa do Cotrijornal de fevereiro de 1978 .....	140
Figura 27 - Cotrisol e a crítica ao progresso.....	143
Figura 28 - Críticas ideológicas no Cotrisol.....	144
Figura 29 - O argumento das formigas.....	145
Figura 30 - "Mata-mato" sendo oferecido no Cotrijornal.....	150

Figura 31 - Morte lenta das árvores.....	152
Figura 32 - Lamentações ecológicas no Cotrijornal.....	156
Figura 33 - Transição do bolicho para o autosserviço.....	162
Figura 34 - Propaganda de adubos para hortas e lavouras .....	163
Figura 35 - Propaganda de eletrodomésticos.....	165
Figura 36 - Propaganda de utilidades domésticas .....	165
Figura 37 - Inauguração do Centro de Compras de Santo Augusto .....	168
Figura 38 - Os associados e os problemas da cooperativa .....	171
Figura 39 - As mulheres e o consumo .....	172
Figura 40 - O fim do ciclo da soja.....	183
Figura 41 - A dívida e o drama dos agricultores .....	188
Figura 42 - Crise do petróleo de 1979 .....	193
Figura 43 - Brasil, o país do pacote.....	198
Figura 44 - Estágios de expansão e retração dos negócios da agricultura brasileira.....	200
Figura 45 - Complexo agroindustrial e agribusiness no Cotrijornal .....	204
Figura 46 - A crítica ao modelo brasileiro.....	209
Figura 47 - Ministro da Agricultura na inauguração da Fábrica de Óleos da Cotrijui em Rio Grande .....	210
Figura 48 - Suinocultura no CTC .....	215
Figura 49 - Alimentação alternativa na suinocultura.....	216
Figura 50 - Mais porco em menos tempo.....	217
Figura 51 - O futuro em discussão na capa da última edição do Cotrijornal .....	226

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Crescimento populacional do Rio Grande do Sul .....	58
Tabela 2 - Amostragem do público alcançado pelo Cotrijornal .....	80
Tabela 3 - Resultado operacional comparado das lojas e do segmento soja (em bilhão de Cr\$) .....	169

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Listagem de cooperativas tritícolas criadas no RS entre 1957-1960 .....	40
Quadro 2 - Associados fundadores da Cotrijui.....	44
Quadro 3 - Resumo das matérias sobre segurança alimentar no Cotrijornal.....	88
Quadro 4 - Amostra de matérias com conotação ideológica .....	111
Quadro 5 - Capas com menção direta aos pacotes e crises no Cotrijornal.....	199

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Expansão do quadro social da Cotrijui entre a fundação e o auge da expansão ....	55
Gráfico 2 - Recebimento de soja na Cotrijui (ton) - 1957-1973.....	83

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Cooperativas Tritícolas fundadas entre 1956-1957.....	41
Mapa 2 - Mapa oficial da área de colonização vendida à Cotrijui pelo Incra .....	108
Mapa 3 - Terminal Marítimo Luiz Fogliato, quarta seção da Barra, Rio Grande-RS .....	125

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente

AIPAN – Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural

ALERGS – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

AI-5 – Ato Institucional Número Cinco

APROMILHO-RS – Associação dos Produtores de Milho do Rio Grande do Sul

ATSDR – Agency for Toxic Substances and Disease Registry

BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CCGC - Cooperativa Central Gaúcha de Carnes

CCGL - Cooperativa Central Gaúcha de Leite

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNE – Comissão Nacional de Energia

COOPERMARA – Cooperativa Agrícola Mista de Maracaju

COTRIJUI – Cooperativa Regional Triticola Serrana

DDT - Diclorodifeniltricloroetano

DICA – Diretoria de Compras e Abastecimento

DNPVN – Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis

EFA – Escola Francisco de Assis

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FA – Frente Ampla da Agropecuária Brasileira

FAO – Organização para Agricultura e Alimentação

FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

FUNAI – Fundação Nacional de Apoio ao Índio

GREMOS – Grupo Executivo de Movimentação de Safras

HBS – Harvard Business School

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPD – Instituto de Políticas de Desenvolvimento da Fidene

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPP – Instituto de Pesquisa e Planejamento da Fidene  
MADP – Museu Antropológico Diretor Pestana de Ijuí  
MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento  
MCBI – Movimento Comunitário de Base de Ijuí  
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
ONGs – Organizações não-governamentais  
OPEP – Organização dos Países Produtores de Petróleo  
PIB – Produto Interno Bruto  
POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia  
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados  
POP – Poluente Orgânico Persistente  
PPGH – Programa de Pós-Graduação em História  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima  
SOGI – Sociedade Ginástica de Ijuí  
UEPAE – Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
UPF – Universidade de Passo Fundo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. ORIGENS DO COOPERATIVISMO E DA COTRIJUI.....	27
1.1 Breve história do cooperativismo e suas contradições.....	27
1.2 As origens da Cotrijui .....	41
1.3 A expansão regional da Cotrijui no contexto da Revolução Verde .....	51
1.3.1 Os problemas ambientais da expansão regional da Cotrijui .....	64
2. A COTRIJUI E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA SOCIOAMBIENTAL .....	73
2.1 O <i>Cotrijornal</i> : uma fonte para o estudo da expansão da Cotrijui .....	73
2.2 A Cotrijui e a expansão nacional das fronteiras socioambientais .....	81
2.2.1 A Cotrijui e a soja no Pampa rio-grandense .....	90
2.2.2 A Cotrijui no Cerrado mato-grossense.....	95
2.2.3 “Vale Amazônico: um mundo para ser conquistado” .....	106
2.2.4 O fim dos projetos de expansão geográfica da Cotrijui .....	115
3. PROGRESSO, MEIO AMBIENTE E CONSUMO NO DISCURSO DA COTRIJUI ..	122
3.1 Progresso no discurso da Cotrijui .....	122
3.2 Meio ambiente no discurso da Cotrijui .....	147
3.3 Consumo no discurso da Cotrijui.....	159
4. CRISE E REDEFINIÇÃO DA COTRIJUI .....	181
4.1 “Cooperativismo: um sistema endividado” .....	181
4.2 “Agribusiness: o maior negócio do país” .....	201
CONCLUSÃO.....	232
REFERÊNCIAS .....	235
FONTES .....	244
ANEXOS .....	247

## INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objeto de estudo o caso da Cooperativa Regional Triticola Serrana, doravante designada por Cotrijui, uma cooperativa regional que iniciou suas operações em Ijuí, região noroeste do Rio Grande do Sul, em 20 de julho de 1957. O recorte temporal aborda o seu movimento de expansão, iniciado na década de 1970, se estendendo ao longo das décadas de 1980 e 1990, período em que compreendemos a expansão, clímax, crise e redefinição da Cotrijui, que teve seu auge no contexto da ditadura civil-militar brasileira e declínio no começo do período da redemocratização.

O recorte espacial da pesquisa inicia na região noroeste do Rio Grande do Sul (RS), que compõe o que a Cotrijui chamou, à época, de “Regional Pioneira”, partindo de Ijuí – num raio de 30 quilômetros que abrangia Coronel Barros, a oeste, Bozano a leste, e Joia ao sul – e se estendendo por uma faixa de cerca de 100 quilômetros em direção ao norte, até Tenente Portela. Ademais, o recorte espacial da pesquisa também considerou o protagonismo da Cotrijui no movimento de expansão da fronteira agrícola nacional, promovendo a colonização de áreas ao sul do RS, região do bioma Pampa, no Centro-Oeste do Brasil, região do bioma Cerrado, e no Norte do Brasil, no território do bioma Amazônia.

A pergunta-problema que fundamenta esta pesquisa é: por que a Cotrijui, que se expandiu e adquiriu relevância nacional nas décadas de 1970 e 1980, retraiu-se ao nível regional na década de 1990? Esse questionamento implica investigar, por um lado, o contexto que possibilitou a uma cooperativa regional surgida no interior do Rio Grande do Sul atingir destacada relevância no cenário nacional e, por outro, quais fatores – internos e externos – condicionaram seu processo de expansão, sua fase de estagnação e seu subsequente encolhimento.

A justificativa da escolha do tema se dá em função de três motivações principais. A primeira repousa na relevância do caráter teórico do tema cooperativismo, um movimento social que nasceu no contexto da Segunda Revolução Industrial, no século XIX, sendo, portanto, um produto e ao mesmo tempo um reprodutor das contradições do capitalismo. Ou, nas palavras de Duarte, um “tipo de organização econômica associativa, que ao mesmo tempo concilia as características inerentes ao cooperativismo com as características das empresas capitalistas modernas” (1986, p. 42). Partimos da importância que as primeiras cooperativas sul-brasileiras tiveram para o desenvolvimento regional, antes dos anos 1930, criando redes de comércio regionais que possibilitaram a comercialização da produção local, cortando intermediários e criando um capital social que se refletiu no desenvolvimento das pequenas comunidades do

interior para, então, entender seu papel nas mudanças do cenário político e econômico, que transformou também as próprias instituições cooperativas remanescentes. Desde então, pouco se refletiu sobre a relação entre o modelo de desenvolvimento defendido originalmente pelo cooperativismo e a forma como se reconfigurou para atender às transformações econômicas e tecnológicas dos anos 1950 em diante, conduzindo o próprio cooperativismo não apenas a se adaptar, mas a atuar como um agente das transformações.

A segunda motivação na escolha do tema procura preencher uma lacuna existente nos estudos sobre a natureza do discurso ideológico do cooperativismo, principalmente ao longo de sua expansão no contexto da Revolução Verde no Brasil. Igualmente, a lacuna quanto às contradições entre o discurso ideológico cooperativista e as suas práticas, tomando o estudo de caso da Cotrijui, principalmente após os anos 1970, quando essa cooperativa assumiu uma identidade marcadamente empresarial, e não mais solidária; societária, e não mais comunitária.

A terceira motivação, refere-se à tese possuir ainda uma justificativa de ordem pessoal: por seu autor ter sido funcionário dessa cooperativa por cerca de uma década, naquela que foi uma de suas primeiras experiências profissionais, ao longo e paralelamente à sua graduação em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), entre 2001-2009. O conhecimento das estruturas internas da Cotrijui, em especial dos setores administrativos em que trabalhou, ofereceu um amplo conhecimento dos documentos existentes e disponíveis, bem como sua localização, tendo sido esse campo de pesquisa explorado desde suas primeiras experiências, tanto na graduação, quanto no mestrado, defendido no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF), entre 2010-2012, quando abordou pela primeira vez o tema do cooperativismo como problema de pesquisa. Além disso, pesaram a favor do tema a existência e o acesso facilitado a uma coleção completa das 220 edições do *Cotrijornal*, que se converteu na fonte principal desta pesquisa.

No que se refere à este último aspecto, de origem pessoal, impõe-se uma problematização metodológica. O vínculo anterior com a cooperativa pesquisada e o reencontro, ainda no período de formação acadêmica, com a coleção do *Cotrijornal* não são aqui negados, mas colocados como parte constitutiva do próprio processo de pesquisa. Partimos do pressuposto de que a neutralidade é inalcançável no ofício do historiador, não apenas em razão das escolhas temáticas, mas também das trajetórias e experiências que informam o olhar do pesquisador. Nesse sentido, é fundamental reconhecermos o risco do fascínio pela fonte, sobretudo quando esta se apresenta como narrativa institucional e quando o pesquisador esteve, em algum momento, inserido no universo social que ela representa.

É sabido que as fontes não são apenas repositórios neutros de dados, mas sim “diversificados discursos a serem decifrados, compreendidos, interpretados” (Barros, 2020, p. 9). Portanto, o desafio central não reside em buscar uma neutralidade inatingível, mas em equilibrar o inerente fascínio pelo tema com o rigor metodológico. A fonte, nesse contexto, não é tratada como uma prova incontestável das realizações da Cotrijui, mas como um “espelho de dupla face” (Barros, 2020, p. 9), no qual buscamos enxergar não apenas a narrativa oficial que ela projeta, mas também as estruturas ideológicas e as intencionalidades que moldaram seus discursos. O desafio, portanto, não é eliminar o envolvimento subjetivo, mas buscar um equilíbrio que permita transformar o encantamento inicial em distanciamento crítico, submetendo a fonte a um rigor interpretativo que impeça tanto a naturalização de suas narrativas quanto a reprodução do ponto de vista institucional.

Embasamos nossa fundamentação teórica nos estudos da Revolução Verde no Brasil, a partir da compreensão de autores como Brum (1988a) Ponting (1995) e Mazoyer e Roudart (2010) que, em geral, a definem como um programa estadunidense que previa um amplo pacote tecnológico destinado a ampliar a produtividade da agricultura. No Brasil, o chamado *boom* da soja é uma etapa da história da dependência econômica brasileira, que entre 1945-1950 se moderniza ao abrir espaço ao capital externo das grandes potências mundiais, sem prever alterações no sistema agrário, amparado em programas como a Aliança para o Progresso e o Alimentos para a Paz, que, segundo Brum, “estavam em consonância com os interesses e objetivos das corporações transnacionais e, obviamente, faziam parte da estratégia global para criar as condições favoráveis à sua expansão, de que resultará a crescente internacionalização (integração dependente) da economia brasileira, particularmente da agricultura” (Brum, 1988a, p. 66).

Ponting (1995) refere-se à Revolução Verde como um conjunto de inovações agrícolas introduzidas entre as décadas 1940 e 1960, como sementes de alto rendimento, fertilizantes químicos, pesticidas e mecanização. Foi apresentada como uma forma de combater a fome global, especialmente em países em desenvolvimento. Contudo, o autor argumenta que a chamada Revolução Verde não foi uma solução definitiva para a fome mundial, mas sim uma estratégia que aumentou a dependência de insumos industriais e agravou problemas ambientais e sociais.

Por sua vez, Mazoyer e Roudart analisam a Revolução Verde nos países em desenvolvimento, a partir dos anos 1960, como

uma variante da revolução agrícola contemporânea desprovida de motorização-

mecanização, [que] desenvolveu-se muito mais amplamente. Baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja e de outras grandes culturas de exportação, baseada também numa ampla utilização de fertilizantes químicos, dos produtos de tratamento e, eventualmente, em um eficaz controle da água de irrigação e da drenagem, a revolução verde foi adotada pelos agricultores que eram capazes de adquirir esses novos meios de produção e nas regiões favorecidas, onde era possível de rentabilizá-los (2010, p. 28).

Junto com a modernização tecnológica, a Revolução Verde objetivou ainda um estreitamento da função da agricultura, criando novas categorias de consumo. Previa, basicamente, que a agricultura deixasse de ser de subsistência para adquirir um *status* comercial, em que o agricultor apenas consumisse uma fração do que cultivava, vendendo o restante para alimentar a população fora da fazenda, ao mesmo tempo em que passasse a consumir produtos igualmente de fora da fazenda, ou *out-off-farm* (Davis; Goldberg, 1957). Ou seja, a transformação do agricultor moderno – que passa a ser encarado como um especialista que, em grande parte, limita sua operação ao cultivo de grãos e proteína animal. Esse foi o cenário em que o cooperativismo empresarial surgiu, no RS, na década de 1950, se desenvolvendo ao longo da segunda metade do século XX e adquirindo as características que procuramos estudar ao longo da pesquisa.

Nossa compreensão dos conceitos de desenvolvimento econômico e progresso foi construída a partir das leituras de Celso Furtado e Gilberto Dupas, respectivamente, em *O mito do desenvolvimento econômico* e *O mito do progresso*. O primeiro (Furtado, 2001), trata do paradigma do desenvolvimento econômico como um mito contemporâneo na medida em que não atende às suas promessas de progresso e bem-estar social. Ao invés de solucionar problemas como a pobreza e as desigualdades, o desenvolvimento frequentemente agrava essas questões. De forma semelhante, compartilhamos a noção de progresso de Dupas (2006), mais como um mito ou uma ideologia do que uma realidade palpável, propondo que essa visão idealizada do progresso é utilizada pelas elites no poder para justificar suas ações e preservar o *status quo*, instaurando a percepção de que a história possui um destino inevitável e positivo. Dupas efetuou uma análise semântica da palavra progresso, destacando que seu significado – muitas vezes – varia conforme o poder de quem a enuncia, alertando que essa construção semântica pode ocultar as verdadeiras desigualdades e injustiças existentes na sociedade.

Como referenciais teóricos, nos valem de autores como Thompson (1998), Martins (1973; 1997), Dowbor (1999), Schallenberger (2003) e Hobsbawn (2008), para fundamentar nossas reflexões sobre as origens do cooperativismo e o contexto da sua inserção no cenário agrícola sul-brasileiro, no começo do século XX, paralelamente ao aumento do fluxo de imigração, do aumento populacional e da pressão resultante sobre o incremento da produção de

alimentos. Em seguida, nos voltamos aos estudos sobre ecologia e lutas sociais no Brasil, de Waldman (2002), além de uma série de textos que também relatam o movimento de expansão das fronteiras agrícolas sobre os biomas brasileiros. Nos referimos, especificamente, aos trabalhos de Fearnside (1995) e Pádua (2015) sobre a expansão da produção de soja na Amazônia e na Mata Atlântica, respectivamente, com Santos (2009) e os impactos ambientais do bioma Pampa e Dutra e Silva (2018) com os desafios da expansão agrícola sobre o Cerrado.

Nossa abordagem da história da Cotrijui foi feita a partir da interpretação dos conteúdos do Cotrijornal, principal fonte de pesquisa na tese. Jornal impresso de periodicidade mensal e distribuição gratuita aos associados da Cotrijui, teve tiragem inicial de 8.500 cópias em julho de 1973, quando a cooperativa comemorou seu 16º aniversário de fundação, e cerca de 20.000 exemplares em agosto de 1994, data da última edição. Era produzido pelo setor de comunicação da Cotrijui em parceria com a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Fidene), que produzia suplementos informativos para o jornal e atuava na formação dos quadros associativos, sob a coordenação do jornalista Raul Quevedo, funcionário contrato da cooperativa.

A partir da leitura de Orlandi (2005), compreendemos que, nas últimas décadas, os jornalistas se converteram em porta-vozes do acontecimento, que, por sua vez, também é influenciado, em sua criação, pela ideologia e pela publicidade. Essa é a razão pela qual a historiografia não pode deixar de se interessar pelo acontecimento midiático, colocando-o como um ponto de referência central dos indivíduos situados numa cultura de massa. O estudo da história da Cotrijui – a partir do *Cotrijornal* e outras fontes – ofereceu um repertório significativo de expressões, termos e conceitos que foram amplamente utilizados para se referir ao que se defendeu, no jornal, como desenvolvimento regional, o que, por sua vez, é essencial para a compreensão do processo de transformação socioambiental e ideológica da própria agricultura.

A metodologia da Análise do Discurso foi escolhida para compreender as ações e os argumentos da Cotrijui ao longo do movimento de expansão das fronteiras agrícolas, refletindo sobre a interpretação, a linguagem, os sujeitos, a história e a ideologia presentes em seu discurso, e mais, conferindo à análise “um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza” (Orlandi, 2005, p. 64).

Para tanto, tomamos como fonte o *Cotrijornal*, veículo midiático em particular que, tendo inicialmente operado de forma regional, se tornou um recurso fundamental de formação

e informação tanto do quadro associativo da cooperativa, quanto de profissionais liberais, personalidades políticas e empresários do mais variados ramos de negócios agropecuários brasileiros no período estudado. Interessa-nos compreender as forças políticas e econômicas que atuavam sobre as representações da realidade apresentadas aos agricultores da Cotrijui, pequenos e médios em sua maioria, em uma relação dialógica com o próprio imaginário social do grupo ao qual se dirigia.

A leitura do *Cotrijornal* nos ofereceu amplo acesso a uma variedade de informações sobre os processos de expansão horizontal e vertical da Cotrijui, dados técnicos e produção. Mas, para além dessas informações, também lemos e analisamos os não ditos naquilo que foi dito nas páginas do jornal: a presença de uma ausência necessária, ou às margens do dizer. O imaginário faz parte da linguagem; é como aquilo que esperamos ouvir de um sujeito “de esquerda” ou “de direita” (Orlandi, 2005, p. 40). No caso do jornal da cooperativa empresarial, é o que esperamos ouvir do discurso oficial, principalmente aquele expresso nas matérias de capa e nos editoriais, que torna a Análise do Discurso importante, pois, com ela, “podemos atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades e, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito” (Orlandi, 2005, p. 42). Não há sentido sem interpretação e não há interpretação sem ideologia. Para Orlandi, a ideologia é condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos e função necessária entre a linguagem e o mundo:

Os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos. [...] Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem codificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de aprender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e como o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (Orlandi, 2005, p. 30).

Nossa abordagem metodológica iniciou com uma leitura atenta do jornal em sua totalidade. Foram 220 edições entre julho de 1973 e agosto de 1994. Essa leitura foi conduzida e organizada a partir de ferramentas inspiradas nos modelos de Análise de Conteúdo – de Bardin (1977) e Morin (1961) –, com as quais procurou-se compreender, classificar e categorizar a produção jornalística que, posteriormente, foi analisada dentro de um conjunto de temas de pauta. Em uma tabela de dados, detalhamos a evolução da estrutura do jornal, registrando e catalogando todas as matérias que tivessem relação direta ou indireta com o tema da pesquisa,

culminando numa sequência de mais de 1.500 linhas de entrada de dados em uma planilha principal, o que facilitou a busca – *a posteriori* – por entradas específicas a partir de filtros e a organização das referências das citações, além de possibilitar o cruzamento de dados para a escolha adequada dos tópicos na realização da segunda etapa, a partir da metodologia de Análise de Discurso.

Os temas foram catalogados considerando um conjunto de dez categorias principais e 68 subcategorias divididas em até três níveis. As categorias principais foram: ideologia, gestão (assuntos internos), segurança alimentar, comercialização, transportes e logística, tecnologia, políticas públicas, diversos, agroindústria e ambiente. A listagem completa das categorias e subcategorias encontra-se disponível no anexo 1 da tese.

Todas as matérias de cada edição foram lidas e analisadas. Contudo, nem todas foram catalogadas na planilha. O critério principal – a escolha dos dados para compor a planilha – foi a relação primeira com o tema da pesquisa, ou seja, o potencial da matéria para sustentar a Análise do Discurso da Cotrijui ao longo das suas fases de expansão, estagnação e crise, entre 1970-1990, período também de formação e expansão do próprio modelo de cooperativismo empresarial e, mais tarde, do agronegócio, além de matérias que indicassem impactos e/ou as preocupações ambientais da Cotrijui. Assim, todas as matérias catalogadas serviram para compreender a história e o papel da Cotrijui no processo de transformação do paradigma vigente, com destaque maior nos capítulos dois, três e quatro da tese.

Em nossa revisão bibliográfica, tomamos a criação das primeiras cooperativas europeias a partir de 1848 – paralelamente ao crescimento acentuado do fluxo imigratório da Europa para a América – e, assim, compreendemos que ambos os movimentos representaram modelos de reação não governamental da parte dos camponeses às mudanças da sociedade. Portanto, o cooperativismo carrega em sua gênese os elementos que possibilitam pensar sobre o desenvolvimento do próprio sistema capitalista, principalmente na região Sul do Brasil, foco da colonização europeia ao longo dos séculos XIX e XX.

No Sul do Brasil, no começo do século XX, o cooperativismo surgiu como um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social; como alternativa de socialização do trabalho e da geração de renda. No entanto, o desenrolar de sua experiência constituiu um aspecto muito mais adaptativo do que alternativo ao capitalismo, buscando criar condições aos sujeitos cooperados de incorporarem as ideologias liberal-burguesas de trabalho e poupança, e, assim, obter meios de competir na economia de mercado. Em revisões mais recentes, encontramos reflexões que reforçam a tese de que o cooperativismo surgiu como uma

alternativa ao sistema capitalista, mas se tornou uma estratégia de adaptação ao promover a modernização da agricultura, convertendo-se em instrumento de transformação social no Brasil. Lima e Germani (2015, p. 10) apontam para essa dualidade do cooperativismo, que, embora buscasse promover uma vida mais equânime, também se inseriu numa dinâmica da expansão do capital, evoluindo de uma estrutura tipicamente comercial até a formação de “multicooperativas” que se assemelham a empresas controladoras de grupos empresariais.

Outros autores também se ocuparam da temática do cooperativismo empresarial. Referimo-nos, principalmente, às obras de Duarte e Loureiro. Em *Capitalismo e cooperativismo no R.G.S*, Laura M. Goulart Duarte (1986) analisa o cooperativismo agrícola em seus processos fundamentais de desenvolvimento, a partir de uma formulação teórica sobre a gênese e a dinâmica de reprodução do modo de produção capitalista no setor rural do Rio Grande do Sul. Em trabalhos mais atuais, Laura M. Duarte e Magda Wehrmann (2006) também argumentam que o cooperativismo surgiu como reação aos impactos da Revolução Industrial e do liberalismo econômico no século XIX, influenciado pelos socialistas utópicos. Para as autoras, no Brasil, ganhou destaque a partir dos anos 1930 como instrumento de política agrícola, com forte estímulo estatal nas décadas de 1950-1980, tornando-se um elo entre agricultura familiar e produção empresarial, viabilizando o acesso a crédito, tecnologia e mercado.

Já em *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*, organizado por Maria Rita Loureiro (1981), temos uma coletânea de textos que discutem o mito da cooperação e do trabalho associativo e a exaltação de um movimento pretensamente sem fins lucrativos que se tem definido cada vez mais como um instrumento a serviço do capital e seus mecanismos de dominação.

Também encontramos, na obra *Cooperativismo & desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo*, de Dieter W. Benecke (1980), elementos para discutir o cooperativismo como estratégia de desenvolvimento. Nela o autor buscou identificar as causas do subdesenvolvimento e oferecer propostas concretas de solução. Em *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola*, Telmo Frantz (1982) teve como objetivo compreender o papel do cooperativismo para a economia e a agricultura gaúcha, especialmente aquelas cooperativas modernizadas a partir do binômio trigo e soja, do qual a Cotrijui também foi seu estudo de caso. São autores cuja amplitude de suas pesquisas serve de base para a continuidade dos estudos sobre o movimento cooperativista na sociedade brasileira, bem como para a compreensão das mudanças percebidas ao longo da trajetória histórica do movimento.

Dividimos a história da Cotrijui em cinco fases distintas: a primeira, corresponde às suas origens e ao movimento de expansão regional, entre 1957 e 1973, ano de criação do *Cotrijornal* que marcou, também, o início da expansão da Cotrijui; então temos uma segunda fase, que ocorreu entre 1973 e 1979, quando a cooperativa atingiu seu ponto máximo de expansão nacional; a terceira, corresponde ao período de estagnação, crise e redefinição, vivenciada entre 1979 e 1994, com a entrada de uma nova diretoria; na quarta, verificamos um contexto de encolhimento e reorganização institucional, entre 1994 e 2013; e a quinta e última fase, corresponde à nova crise instaurada a partir de 2013, quando uma nova mudança diretiva conduziu ao processo de liquidação judicial, iniciado em 2019.

O Capítulo 1 inicia com uma reflexão sobre as origens do movimento cooperativista na Europa do século XIX, narrando suas origens comunitárias e sua chegada e expansão no RS, até chegarmos à fundação da Cotrijui, dentro de um contexto de instrumentalização do cooperativismo para servir aos interesses dos que passaram a ser seus verdadeiros donos: o capital financeiro e o Estado (Duarte, 1986, p. 11). Esse primeiro capítulo da tese retoma e aprofunda a discussão sobre os aspectos contraditórios da formação ideológica do cooperativismo, suas origens solidárias, o contexto de surgimento da Cotrijui e sua primeira fase de expansão regional, em direção ao norte do RS, no contexto da Revolução Verde, no começo da década de 1970.

No segundo capítulo, nos dedicamos a analisar a segunda fase da Cotrijui, em seus esforços de expansão da sua área de atuação para os extremos sul e leste do RS, mas também para os estados do Mato Grosso e Pará, acompanhando a expansão nacional em direção às fronteiras agrícolas de biomas como o Pampa, a Amazônia e o Cerrado. A análise da participação da Cotrijui na expansão da fronteira agrícola objetiva compreender a natureza das contradições ideológicas verificadas nas origens do cooperativismo, mas também, e principalmente, essa segunda fase da Cotrijui, em que ela passou a atuar como um agente de transformação da agricultura brasileira, incutindo novas técnicas de cultivo, culturas, tecnologias e, igualmente, novos preceitos ideológicos, expressos por um conjunto de conceitos e ideias que são o fundamento da própria Revolução Verde, no decorrer da segunda metade do século XX.

No terceiro capítulo, abordamos os discursos da Cotrijui categorizados a partir da nossa leitura dos conceitos de desenvolvimento econômico e progresso nas matérias do *Cotrijornal*. O capítulo amplia a compreensão da segunda fase, tratando da expansão e do otimismo com o Milagre Econômico, com investimento em infraestruturas de transporte e formação para o

consumo. Para isso, iniciamos a reflexão sobre os conceitos teóricos-chave para, então, debruçar-nos sobre amostras obtidas em capas, editoriais e matérias do *Cotrijournal* nos quais a Cotrijui defendeu discursivamente o seu papel no desenvolvimento econômico regional, mas, também, se manifestava sobre os impactos ambientais, na forma como eram vistos e entendidos pela redação do jornal. O capítulo termina abordando a expansão do cooperativismo para novos setores econômicos, em especial o setor de supermercados, introduzindo novos hábitos de consumo e causando impactos significativos na realidade sociocultural dos agricultores da região Sul do Brasil.

Por fim, no quarto e último capítulo da tese, analisamos a terceira fase da Cotrijui, paralelamente aos movimentos percebidos na economia e na sociedade brasileiras, compreendendo a mudança de paradigma percebida nos discursos da Cotrijui, registrados no *Cotrijournal*, de uma fase de otimismo com o Milagre Econômico, para o pessimismo da Década Perdida, quando a Cotrijui passou a exercer um discurso mais crítico da realidade socioambiental, política e econômica nacional. Por fim, chegamos à fase de reconfiguração do próprio modelo de cooperativismo empresarial do qual a Cotrijui foi uma grande protagonista, passando a adotar de forma mais objetiva concepções ideológicas do *agribusiness* estadunidense, mais tarde denominado de agronegócio.

Embora não façam parte do recorte da pesquisa, quarta e a quinta fases da Cotrijui são brevemente explicadas no final do quarto capítulo, fechando nossa compreensão sobre a história da Cotrijui.

## 1. ORIGENS DO COOPERATIVISMO E DA COTRIJUI

“E já Ícaro, elevado pelo desejo de atingir o céu [...]” (Ovídio)

Neste capítulo, nosso foco de estudo são os aspectos essenciais da formação ideológica original do cooperativismo, suas origens solidárias e sua formação como um movimento social, na Europa do século XIX, para então refletir sobre as narrativas que remetem aos seus valores comunitários, durante sua chegada ao Rio Grande do Sul, no contexto da colonização europeia do século XIX. Neste ponto, a narrativa se volta para a expansão do cooperativismo, na primeira metade do século XX, até chegar à fundação das cooperativas trícolas, no contexto do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, do qual a Cotrijui se originou, num cenário de instrumentalização do cooperativismo para servir aos interesses do capital financeiro e do Estado (Duarte, 1986, p. 11), e que conduziu ideologicamente o processo de expansão da própria Cotrijui, no contexto da Revolução Verde.

### 1.1 Breve história do cooperativismo e suas contradições

Durante a revisão da literatura sobre o movimento cooperativista, verificamos que a narrativa oficial – e a maioria dos estudos derivados sobre o tema – indicam a Cooperativa dos Tecelões de Rochdale como a primeira experiência efetiva de formação de uma cooperativa nos moldes modernos. Segundo essa narrativa, consolidada nas tradições cooperativistas, um grupo de tecelões desempregados daquela comunidade do distrito industrial de Lancaster (*Lancashire*), no oeste da Inglaterra, se reuniu para enfrentar as adversidades do contexto em que se encontravam, formando, assim, em 1844, uma sociedade cooperativa, conceito que, embora parecesse novo do ponto de vista teórico, é muito antigo do ponto de vista prático, afinal, cooperar de acordo com interesses.

Trata-se de uma narrativa que, tendo sido repetida inúmeras vezes, consolidou uma percepção geral do cooperativismo como uma espécie de caminho alternativo, quase uma salvação, como afirmou o Reverendo Molesworth, em seu discurso durante o 23º aniversário de fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, em 28 de setembro de 1867: “na sua maneira de ver, aquella festa se revestia de uma importancia européa; pois que, desde que a opinião publica acceitara os principios dos Probos Pioneiros, a cooperação se tinha diffundido rapidamente no continente. Acrescentou que todos os verdadeiros crentes do principio cooperativo voltavam os olhos para Rochdale como a cidade santa da cooperação” (Holyoake,

1932, p. 109). Molesworth foi um dos fundadores da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, amplamente considerada a primeira cooperativa formalmente constituída do mundo, para os quais o cooperativismo constituía uma rota segura para o progresso.

Relembramos que, ao longo da história, muitos pensadores idealizaram alternativas semelhantes àquela tornada efetiva pelos tecelões de Rochdale. Algumas foram experimentadas, outras permaneceram no campo das ideias; algumas articuladas filosoficamente, como *A República*, de Platão; outras não passaram de idealizações utópicas, resultando em excelentes obras de ficção, como *A Cidade do Sol*, de Campanella; a *Utopia*, de Thomas Morus; *A Nova Atlântida*, de Francis Bacon; ou ainda, resultando em textos mais propositivos, como visto nas provocações dos socialistas utópicos, como Saint-Simon em suas *Cartas de Genebra*, Charles Fourier nos seus *Falanstérios*, ou mesmo nas colônias do Novo Mundo propostas por Robert Owen. Em comum, todas defendiam modelos idealizados de sociedades que tinham princípios comuns àqueles efetivados pelos pioneiros do movimento cooperativista.

Neste trecho de Thompson, vemos o que o autor descreve como a transição da antiga economia moral para a nova economia política:

O avanço da nova economia política foi também o colapso da antiga economia moral das provisões [...]. A economia moral da multidão levou mais tempo para morrer: é adotada pelas **primeiras cooperativas de moinhos de farinha**, por alguns socialistas owenitas, e continuou a existir durante anos nas entranhas da Sociedade Cooperativa de Vendas por Atacado [Cooperative Wholesale Society]. Um sintoma de morte definitiva é termos sido capazes de aceitar por tanto tempo um ponto de vista “economicista” dos motins da fome, como uma reação direta, espasmódica, irracional à fome [...]. Mais generosa, mas também mais autorizada, era a opinião do xerife de Gloucestershire em 1776. As turbas daquele ano (escreve) tinham cometido muitos atos de violência, “alguns de dissipação e desregramento; e, em outros casos, de coragem, prudência, justiça, além de mostrarem perseverança em procurar aquilo que professavam querer alcançar” (Thompson, 1998, p. 202, grifo nosso).

Assim, ao mesmo tempo em que buscaram se justificar como uma atividade econômica e social no intento de um maior equilíbrio na distribuição da renda, as cooperativas também se constituindo num movimento de caráter liberal, atuando em função dos interesses dos seus associados e em oposição aos interesses de outros segmentos da sociedade que, eventualmente, oferecessem empecilhos ao desenvolvimento cooperativista. A própria perda dos laços comunitários, na medida em que se desenvolviam as cooperativas, é evidência dessa transformação e deveu-se à desorganização dos costumes e dos hábitos sociais causada pela ascensão da economia liberal.

Existem muitas formas diferentes de cooperativismo. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) cita a Lei nº 5.764/1971 que determina a competência para registrar e organizar as cooperativas brasileiras, as quais, atualmente, subdividem-se em sete ramos:

agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho; produção de bens e serviços; e transporte (OCB, 2023). Porém, todas compartilham entre si a característica de buscarem, na associação de pessoas, a resolução de problemas locais e mais qualidade de vida, um fenômeno bastante presente na contemporaneidade, estudado tanto do ponto de vista da melhoria das condições ambientais de vida, num determinado local, quanto do ponto de vista da melhoria das condições econômicas e sociais de vida.

Nessa busca por *liveability* (Dowbor, 1999, p. 19), outros fenômenos se somam aos esforços pela melhoria das condições locais, em especial, aqueles ligados à autotransformação econômica e social do local em que se vive. Para Dowbor, a incompatibilidade entre qualidade de vida e desenvolvimento econômico leva determinados agrupamentos humanos, em condições específicas, a mobilizar racionalmente o seu entorno, no intuito de organizar suas condições de vida e romper com o condicionamento à passividade, marcada, ao longo do século XX, pela dualidade estatização e liberalização. Ou seja, deixar um plano central decidir os rumos das nossas vidas ou deixar o mercado guiar o seu projeto de mundo: “não é possível ter uma atitude passiva frente à estruturação do aparelho produtivo do município, pois os chamados mecanismos de mercado não asseguram suficientemente as complementaridades locais” (Dowbor, 1999, p. 80).

Para Gerhardt e Zarth (2021), a tradição do uso de algumas terras, como ervais e pastagens para animais, tinha, no trabalho coletivo, uma prática comum, que envolvia a participação comunitária de camponeses tradicionais em mutirões para a colheita e no manejo da terra, utilizando práticas baseadas em costumes herdados das tradições indígenas num trabalho coletivo e de cooperação, pensando no conceito de cooperação como uma prática fundamental para a vida em sociedade.

Contudo, com a chegada dos imigrantes e as mudanças legislativas ocorridas ao longo do século XIX, houve uma transição para uma propriedade privada da terra, o que alterou profundamente essas relações coletivas de trabalho e produção. A introdução da Lei de Terras de 1850 e suas implicações reforçaram a privatização, resultando em conflitos com os povos que historicamente utilizavam a terra de forma coletiva. Com a imigração, esses grupos tradicionais também passaram a sofrer o preconceito explicitamente registrado em diversos textos do século XIX, que frequentemente traziam acusações pejorativas, como a de que eram "preguiçosos" e "ignorantes" (Gerhardt; Zarth, 2021, p. 151). Essas percepções negativas foram alimentadas pelas elites locais, que desprezavam as práticas e modos de vida dos caboclos, desconsiderando sua importância econômica e social na região. Apesar da desvalorização,

porém, os caboclos desempenhavam um papel crucial na economia local, especialmente na produção de erva-mate, que era uma fonte significativa de receita para municípios como Cruz Alta. Eles também eram fundamentais para diversas atividades, como abrir picadas e derrubar mato, contribuindo para a instalação e expansão das colônias de imigrantes. No entanto, seus conhecimentos e tradições eram frequentemente ignorados ou desqualificados pelos novos colonos e elites (Gerhardt; Zarth, 2021, p. 160-161).

Durante a colonização do Rio Grande do Sul com imigrantes europeus, observada entre o final do século XIX e início do XX, percebemos o surgimento de novas modalidades de auto-organização das realidades locais. Naquele contexto, o RS foi enquadrado como “o único caso bem-sucedido de desenvolvimento voltado para dentro” (Castro, 1971 *apud* Fonseca, 1983, p. 15), referindo-se ao desenvolvimento interno das economias locais, constituindo redes de comércio que gradativamente se conectavam às economias regionais. Seu crescimento econômico no período provocou mudanças sociais significativas, como o desenvolvimento de pequenas indústrias, uma elevada taxa de nascimento, especialmente nas áreas de colonização italianas e alemãs, aumento significativo nas taxas de alfabetização, índice de crescimento superior à região Sudeste. Entre 1872 e 1890, a população da província quase dobrou devido à imigração: de 447 para 897 mil habitantes (Love, 1975, p. 19-20).

Percebemos também que aquelas comunidades coloniais possuíam um forte elemento de identificação étnica, que, somadas ao conjunto de condições diversas, colaborou no sentido de desenvolver uma ‘identidade-nós’ (Elias, 1994, p. 154). Essa identidade-nós contribuiu para a superação do sentimento nacionalista original dos imigrantes europeus e se consolidou nas memórias dos descendentes desses imigrantes na forma de um sentimento de merecimento pelos esforços em torno do processo de colonização, resumido na condição herdada de imigrante:

A agricultura familiar, pensada então sob a perspectiva de Elias de uma identidade-nós, converteu-se em importante elemento aglutinador do espaço da vida e sociabilidade do imigrante do final do século XIX e do migrante do início do século XX, sendo a terra um horizonte do trabalho e marca de uma identidade camponesa dos colonos imigrados. A derrubada da mata, a rotação de culturas, a reconstituição da fertilidade do solo e a associação de culturas nativas àquelas trazidas da Europa, dentre outros elementos, solidificaram e reproduziram o modo de vida e a estrutura familiar tradicional. A estruturação da propriedade colonial transformou-a num espaço de economia dinâmica, com legislação, condições econômicas e também uma tradição milenar na relação com a terra [...]. Nestas comunidades, a identidade-nós baseada na etnicidade desenvolveu-se numa dinâmica que envolvia uma economia voltada para dentro da própria comunidade, e um intrincado mecanismo de auto-ajuda-mútua (*Selbsthilfe*) (Pereira, 2021, p. 207-210).

A palavra *Selbsthilfe*, auto-ajuda em alemão, foi escrita como *Selbsthülfe*, que corresponde à grafia original, encontrada na obra *Über die auf Selbsthülfe Gegründeten*

*Deutschen Erwerbs-und Wirthschaftsgenossenschaften* (Sobre as cooperativas comerciais e econômicas alemãs baseadas na autoajuda), de Hermann Schulze-Delitzsch, de 1862, que trata das cooperativas comerciais e econômicas alemãs baseadas na autoajuda. Schulze-Delitzsch é considerado o criador do conceito de cooperativismo de crédito, tendo fundado a primeira cooperativa deste tipo em Delitzsch, Alemanha, em 1852, sendo seguido pelo alemão Friedrich Wilhelm Raiffeisen, criador da primeira cooperativa de crédito rural, em Anhausen (atualmente Neuwied), em 1862.

Schallenberger (2003) estudou as origens do cooperativismo brasileiro, a partir de sua vinculação ao associativismo cristão, fomentado pelo social catolicismo, com receptividade entre imigrantes europeus, especialmente alemães e italianos. Para o autor:

No Brasil, o cooperativismo criou expressão com a imigração européia, no alvorecer do século XX. Experiências como a desenvolvi da pela Igreja missionária com os guaranis, nos séculos XVII e XVIII, reduzindo-os em povoados, servem de recorrência para a discussão do cooperativismo. A Colônia Tereza Cristina (1847), no Paraná, é por vezes referida como modelo de organização social solidária e sustentada pelas relações de cooperação (Schallenberger, 2003, p. 13)

A constituição de cooperativas representou uma tentativa de preservar antigos costumes da comunidade, porém, no interior das contradições da sociedade capitalista, transformou-se na comunidade societária, socialmente organizada e articulada com os desdobramentos da economia liberal de mercado. Desse modo, percebemos que, em geral, as cooperativas traziam – em sua origem – uma formação ideológica em que predominava o desejo de prosperar e se desenvolver, atuando numa condição de competição em livre mercado. Uma ideologia do progresso.

Entretanto, dentre tantas menções à força da cooperação, acabamos nos deparando com um texto em especial, que ocupou lugar de destaque em nossa revisão, por se tratar do registro de uma testemunha ocular da famosa cooperativa dos Tecelões de Rochdale. Trata-se de George Jacob Holyoake, que foi um dos oradores da festa de inauguração do novo armazém daquela cooperativa, em 1867. Traduzida no Brasil em 1932 por Archimedes Taborda, a obra ganhou o título de *Os 28 Tecelões de Rochdale*, tendo seu prefácio construído uma verdadeira “ode ao pioneirismo” e ao “espírito cooperativo”, que foram considerados “o segredo de sucesso do empreendimento de Rochdale” (Holyoake, 1932, p. 10), e inspirou gerações de teóricos defensores do modelo cooperativista de desenvolvimento econômico. Em 1874, nos 30 anos de fundação da cooperativa, Holyoake detalhou o surgimento do armazém cooperativo de Rochdale, enaltecendo, em sua visão, a “superação das dificuldades” pela “força da união” (Holyoake, 1932, p. 12) e, assim, cristalizando uma narrativa que passou para a História como

a experiência pioneira no cooperativismo, tendo sido amplamente difundida em textos introdutórios de pesquisas sobre cooperativismo. Para o autor:

Os industriais têm o capital e os comerciantes têm as provisões. Que podiam fazer os operários, privados destes dois recursos e faltos, quase por completo, de tudo? Deviam pedir a proteção da lei dos indigentes? Isso significaria a perda da sua independência. Deviam emigrar? A imigração lhes parecia uma condenação por delito de pobreza. Que fazer, pois? Depois de muito refletir, decidiram começar a expensas-suas a luta pela vida. Considerando-se comerciantes, industriais e capitalistas sem dinheiro, prepararam-se para **criar os seus próprios meios de ação e para conseguir, mediante o auxílio mútuo (self-help)** [conforme o original], **tudo o que lhes faltava** (Holyoake, 1932, p. 16, grifos nossos).

O conceito originalmente utilizado por Holyoake para se referir às ações dos trabalhadores cooperados foi o *self-help*, ou seja, traduzido como auxílio-mútuo pelo próprio Holyoake. Não obstante as copiosas apologias ao cooperativismo, a obra de Holyoake também revelou grande relevância, principalmente por oferecer elementos para a compreensão da experiência de implantação do cooperativismo no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, especificamente durante o processo de ocupação e colonização da metade norte do estado, a partir do final do século XIX. Trata-se de um momento importante da história regional, em que o Rio Grande do Sul passou por um grande e conflituoso processo de transformação de sua matriz econômica e social, visando modernizar-se com base em modelos internacionais clássicos de desenvolvimento econômico. Assim, percebemos que o estudo do movimento histórico do cooperativismo oferecia um viés de análise sobre o próprio desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil.

Em seu texto *Reforma ou revolução*, escrito em 1900, Rosa Luxemburgo desenvolve uma argumentação em torno dos objetivos finais do socialismo segundo dois aspectos diferentes: a reforma social-democrata e a revolução proletária. Sua dialética utiliza a controvertida teoria bernsteiniana, de caráter democrático-burguesa ou radical-burguesa, que dá ao movimento operário “a tarefa inútil de substituir o regime capitalista” (Luxemburgo, 1986, p. 4), sem a conquista definitiva do poder político, mas pela melhoria gradativa das condições de trabalho e renda das classes trabalhadoras pelo estabelecimento progressivo de instituições de controle social e da economia.

Para Luxemburgo, Bernstein recusa a tese de que o capitalismo sofreria um desmoronamento progressivo que o levaria à completa destruição. Para ele, o sistema capitalista possui mecanismos desenvolvidos no intuito de reformulá-lo e, assim, adaptá-lo continuamente às transformações da economia e da sociedade. Esses mecanismos, chamados por Bernstein de “fatores de adaptação” (Bernstein, 1897-1898 *apud* Luxemburgo, 1986, p. 8), são sinais de que

o capitalismo conseguiria se adaptar a quaisquer condições, seja pelas fusões entre capitais chamadas de “organizações patronais”, pelo crédito, que possibilita a sobrevivência e a reprodução das classes médias, seja pelas tecnologias de comunicação, que potencializam as ações de antecipação e adaptação frente a eventuais crises. Esta última característica será uma das bases sobre as quais se fundamentaram os princípios cooperativistas no processo de incorporação dos valores da Revolução Verde, na década de 1970 em diante. Ainda para Luxemburgo:

As cooperativas e sobretudo as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força do trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas (1986, p. 8).

O dilema resulta da máxima “ser ou não ser”, representando a dúvida existente no revisionismo de Bernstein, entre aderir e se adaptar ao sistema capitalista, tendo em vista que, este nunca acabará devido aos seus inúmeros mecanismos de adaptação; ou resistir às reformas sociais e econômicas, tendo por fundamento o próprio socialismo revolucionário e a consciência de classe do proletariado. Eis a questão.

Luxemburgo (1986) explica, por fim, que o movimento cooperativista, nascido na Inglaterra em meados do século XIX, surgiu como resultado desse mesmo complexo de transformações pelas quais passava o próprio sistema capitalista, que impingiu severas condições aos indivíduos que representavam a força de trabalho do novo sistema industrial. O gérmen do cooperativismo nasceu, portanto, nesse ambiente de contradições, somando-se às narrativas das obras de diversos outros pensadores utópicos antes disso, que entendiam a mudança das práticas como alternativa ao sistema que promovia as contradições daquela época. Afinal, foram tecelões falidos, camponeses sem terra e profissionais desempregados os sujeitos que decidiram juntar forças, sob a égide do cooperativismo, na esperança de tornarem-se coadjuvantes das transformações.

Contudo, ao ser trazido para o Sul do Brasil no começo do século XX, na mentalidade de imigrantes em geral oriundos dessas mesmas contradições, o cooperativismo encontrou, nas pequenas comunidades coloniais, que resistiam do seu modo tradicional e costumeiro apenas às consequências dessas transformações, um terreno fértil para desenvolver ainda mais esse caráter ideológico marcado pelo discurso de superação, pioneirismo e progresso. O conceito de economia moral (Thompson, 1998) tem no cooperativismo uma espécie de modelo ideal de resistência às contradições da economia de mercado, quando, na prática, ele cumpria seu papel

de converter pequenos camponeses em pequenos empresários rurais, dentro do cenário da economia liberal de mercado. Assim, percebemos que o próprio cooperativismo cresceu enraizado no interior dessas mesmas contradições, mesclando ideologias contraditórias em um único conceito: ora com um discurso socialista, de união e solidariedade; ora com um discurso liberal, de competição e progresso, criando uma espécie de caminho alternativo.

Retomamos o argumento de que o cooperativismo nasceu como um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social; como alternativa de socialização do trabalho e da geração de renda. No entanto, o desenrolar de sua experiência demonstrou um caráter muito mais adaptativo do que alternativo ao capitalismo, buscando dar condições aos sujeitos cooperados de incorporarem as ideologias liberal-burguesas, de trabalho e poupança, e assim obter meios de competir na economia de mercado.

Ao analisar o nascimento do cooperativismo brasileiro paralelamente à imigração e à colonização europeia no Rio Grande do Sul, iniciada no final do século XIX, compreende-se que a própria criação e disseminação de cooperativas, inicialmente de crédito, para fomentar o consumo e fortalecer as redes de comércio, representou uma parte significativa dessa nova etapa de estruturação econômica e social do capitalismo no Brasil, fortalecendo o argumento de que o cooperativismo, nessas comunidades, surgiu como uma forma de resistência alienada às contradições do capitalismo. Dessa forma, percebe-se que, originalmente, embora tenha nascido sob ideais utópicos, o cooperativismo tratou-se originalmente de uma doutrina econômica liberal e, como tal, atuou desde o seu princípio sob a influência das ideologias ligadas ao pensamento liberal, à livre competição de mercado e ao progresso.

Assim, a ação conjunta de ambos os processos, imigração e cooperativismo, resultou em um mecanismo de adaptação dos trabalhadores às dinâmicas do mercado liberal, reproduzindo as mesmas contradições numa esfera hierarquizada de relações de capital, ou seja, resistindo apenas aos efeitos visíveis dessas contradições. A imigração, pensada como um processo multifacetado, impulsionado por diversos fatores econômicos, sociais e políticos; e o cooperativismo, como o meio pelo qual se ofereceria a esses imigrantes a chance de se inserir na economia de mercado. Para Holyoake, testemunha ocular da fundação daquela que é considerada a primeira cooperativa do mundo contemporâneo, a imigração era entendida como a última alternativa a ser tomada, como uma “condenação por delito de pobreza”, como vemos neste trecho:

Alguns daquelles pobres tecelões, sem trabalho, quasi sem pão e isolados completamente no sentido social, uniram-se com o fim de estudar o que mais conviria para melhorar a sua situação.

Os industriaes tem o capital e os commerciantes têm as provisões. Que podiam fazer os operarios, privados destes dois recursos e faltos, quasi por completo, de tudo? Deviam pedir a protecção da lei dos indigentes? Isso significaria a perda da sua independencia. Deviam emigrar? a immigração lhes parecia uma condemnação por delicto de pobreza. Que fazer, pois? (Holyoake, 1932, p. 19).

Seguindo essa linha de raciocínio, chegamos a Hobsbawm, para quem ambos os movimentos – de formação de cooperativas e de imigração – são modelos equivalentes e contemporâneos de reação, “principalmente dos sem-terra e dos proprietários de terras sem bens líquidos, estes, sobretudo camponeses com propriedades potencialmente viáveis” (2008, p. 60). Da mesma forma que, para Duarte,

[...] dentro do contexto mundial, a vinda de colonos alemães e italianos está também vinculada à expansão do capitalismo na Europa. Foram, pois, em sua maioria, elementos originários de um capitalismo em desenvolvimento, que haviam sido expropriados de suas propriedades e que representavam mão-de-obra excedente no artesanato, os que compunham as levas de imigrantes vindas para o Rio Grande do Sul. Estes elementos transplantaram para as colônias o embrião do modo de produção capitalista, que se expandia na Europa. Este embrião incluía elementos tanto da prática econômica quanto da ideológica (1986, p. 32).

Em revisões mais recentes do conceito de cooperativismo, encontramos reflexões que corroboram a tese de que o cooperativismo surgiu como uma alternativa ao sistema capitalista, mas se tornou uma estratégia de adaptação ao promover a modernização da agricultura, convertendo-se em instrumento de transformação social no Brasil. Lima e Germani analisaram uma série de pesquisas que apontam para a dualidade do cooperativismo, que, embora buscasse promover uma vida mais equânime, também se inseriu numa dinâmica da expansão do capital, evoluindo de uma estrutura tipicamente comercial até a formação de “multicooperativas” (2015, p. 10). O cooperativismo é visto – pelos autores – como uma estratégia para a integração entre a agricultura e a indústria, promovendo a modernização da agropecuária e a reprodução do capital no espaço rural, com forte incentivo do Estado.

Para Loureiro (1981), foi a partir da ascensão do Estado Novo, durante a Era Vargas, que as cooperativas brasileiras deixaram de atuar livremente, passando a estar atreladas ao Estado, através de regulamentações específicas, mas também, e principalmente, fiscalizadas e orientadas dentro de uma perspectiva estatal de desenvolvimento. Ainda, para o autor,

o sentido histórico da utilização da cooperativa pelo Estado pode ser identificado a partir da percepção da necessidade de promover a expansão da produção agrícola, especialmente de alimentos destinados ao abastecimento das populações urbanas em acelerado processo de crescimento desde a década de 1930. Mais recentemente, o Estado tem utilizado a cooperativa como instrumento de modernização da agricultura, isto é, de expansão do capitalismo no campo (Loureiro, 1981, p. 136).

No decorrer da década de 1950, observamos um mundo ocidental sendo moldado pela

consolidação da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, configurando a Guerra Fria como eixo estruturante das relações internacionais e impondo aos países periféricos a necessidade de alinhar-se ou buscar alternativas de desenvolvimento autônomo. Nesse contexto, o Brasil, inserido na esfera de influência norte-americana, adotou políticas de modernização econômica que se materializaram no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, voltado à industrialização e à integração territorial. A expansão agrícola, especialmente no setor tritícola, foi impulsionada por esse ambiente de incentivo estatal e pelo argumento de garantir segurança alimentar e reduzir a dependência externa. Assim, a fundação das primeiras cooperativas tritícolas no país, a partir de 1956, refletiu tanto a lógica de organização coletiva dos produtores quanto a inserção do Brasil em um cenário global de disputas ideológicas e econômicas, em que a modernização agrícola se tornava parte da estratégia nacional de afirmação diante das pressões da Guerra Fria.

O cooperativismo se diversificou, especialmente a partir da década de 1960, em resposta a diferentes necessidades locais e regionais, levando à formação de uma variedade crescente de tipos de cooperativas, muitas vezes adaptadas às demandas contemporâneas e tecnológicas. Nesse contexto, o Brasil vivenciou um cenário de intensificação das tensões sociais e políticas, marcado pela crescente mobilização de trabalhadores rurais e urbanos, pela expansão das cooperativas agrícolas e pela busca de modernização econômica. O golpe civil-militar de 1964 interrompeu esse processo, instaurando um regime autoritário que, ao mesmo tempo em que reprimiu movimentos sociais e limitou a participação política, promoveu políticas de integração territorial e incentivo à produção agrícola voltadas à consolidação de um modelo de crescimento associado ao capital internacional.

Nossa interpretação do contexto político-institucional brasileiro dos anos 1960 fundamenta-se nas contribuições de Fico (2017) e Napolitano (2024). Carlos Fico analisa a ditadura militar como um regime de exceção institucionalizado, marcado pela convivência funcional entre legalidade constitucional e mecanismos extraordinários de poder. Ao criticar leituras anacrônicas e simplificadoras do golpe de 1964, o autor faz uma crítica ao conceito de modernização conservadora, apontando seus limites explicativos e o risco de naturalizar ambiguidades do regime ou relativizar a violência repressiva. Para o Fico:

A ideia de modernização conservadora tem a força do senso comum: quando se pensa a ditadura brasileira, é fácil identificar a repressão, o conservadorismo, o autoritarismo, por um lado e, por outro, o crescimento econômico do “milagre” brasileiro, as obras de infraestrutura, os avanços nas telecomunicações etc. Para o senso comum, uma ditadura deveria corresponder a período de trevas, de completa estagnação, devendo ser regressiva e inteiramente repressiva. Daí ser tão comum a

pergunta que os jornalistas nos fazem sobre ter havido um “lado bom” no regime militar brasileiro, justamente o lado do crescimento econômico, das obras de infraestrutura etc. Isso seria aparentemente contraditório, difícil de compreender (2017, p. 29)

Analisando o ponto de vista político, Napolitano argumenta que o regime militar brasileiro iniciado em 1964 também foi confrontado por ciclos de resistência civil, que incluíram estudantes, intelectuais, artistas, e, em menor grau, operários politizados. O primeiro ciclo de resistência civil, cujo ápice ocorreu em 1968, teve como efeito a “deslegitimação do regime” (2024, p. 30) junto às classes médias e a ruptura da coalizão golpista, e contribuiu para fortalecer no regime a percepção da “Revolução em risco”, unificando as várias correntes militares no endurecimento repressivo do regime, contrapondo a memória liberal que via um conflito entre “linha dura” e “moderados”. Dessa forma, o regime civil-militar se estruturou como um sistema repressivo complexo, combinando um aparato legal de tutela e repressão política com um aparato ilegal de “Terror de Estado” (2024, p. 25), com práticas de tortura, sequestro e execuções, visando neutralizar ativistas e isolar lideranças de oposição de bases sociais populares, incluindo a repressão a camponeses, indígenas, e o controle dos trabalhadores nas fábricas, o que resultou num descontrole dos grupos de repressão e dos excessos individuais.

Quando olhamos para os princípios do cooperativismo, nascidos dos estatutos da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, compreendemos que eles foram revisados nos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1937, 1966 e 1995, até constituírem as diretrizes atuais para a prática dos valores cooperativos, que são: 1- Associação voluntária e aberta; 2- Controle democrático dos membros; 3- Participação econômica dos membros; 4- Autonomia e independência; 5- Educação, treinamento e informação; 6- Cooperação entre cooperativas; 7- Preocupação com a comunidade (ACI, 2024).

Contudo, embora tenham sido criadas para promover a equidade social, as cooperativas também acomodam as tensões sociais e ambientais inerentes ao modo de produção capitalista, refletindo relações de exploração tanto sobre os trabalhadores quanto sobre os associados, mas, também, sobre a forma como se apropriam dos recursos naturais para a exploração econômica. Isso mostra que o cooperativismo, apesar de suas intenções originais de promover justiça e solidariedade, também se insere nas dinâmicas do capital e pode, ainda, reproduzir desigualdades sociais e ambientais.

Originadas no interior dos problemas decorrentes da Revolução Industrial, as primeiras experiências de cooperativismo surgem como “uma alternativa econômica a situações históricas específicas, sendo [o cooperativismo] reconhecido como um dos mais eficientes instrumentos

de desenvolvimento e de possível transformação social” (Duarte, 1986, p. 13). Benecke (1980) analisa o papel das cooperativas no desenvolvimento econômico, sobretudo em países então classificados como Terceiro Mundo, categoria considerada obsoleta mas que foi amplamente utilizada no contexto da Guerra Fria para designar sociedades não plenamente integradas aos blocos capitalista ou socialista. Essa noção expressava tanto expectativas de autonomia política quanto as contradições de uma ordem internacional marcada pela bipolaridade e pela persistência de desigualdades estruturais. Embora essa abordagem se encontre atualmente superada do ponto de vista conceitual e analítico, ela é representativa de uma das formas predominantes de pensar o cooperativismo no final do século XX, fortemente ancorada em perspectivas desenvolvimentistas e normativas.

Em sua interpretação, Benecke enfatiza o potencial das cooperativas como promotoras de solidariedade, democracia econômica e melhoria das condições de vida de seus membros, atribuindo-lhes um papel positivo no crescimento econômico e social. Ao mesmo tempo, o autor define as cooperativas como organizações dotadas de uma dupla função: instrumento econômico com consequências sociais; ou instrumento social com consequências econômicas, embora a experiência demonstre que as cooperativas só cumpram seu papel social quando obtêm êxito em sua função econômica (Benecke, 1980, p. 83).

Ao analisar o cenário de desenvolvimento socioeconômico no Brasil, ao longo do século XX, percebemos que a participação do cooperativismo em momentos-chave da História da agricultura nacional se deu, ora em função da ausência de políticas públicas, como no início do século XX, até a Revolução de 1930, ora como resultante de políticas desenvolvimentistas estatais, que puseram em marcha planos para transformar as bases da sociedade através de modificações da própria estrutura econômica, com a abertura de novas fronteiras de desenvolvimento, em espaço até então considerados vazios.

No segundo momento, vimos que, durante o período entre os anos 1930 e 1950, o projeto de desenvolvimento econômico e social da Era Vargas causou um recrudescimento do movimento cooperativista iniciado décadas antes nas regiões de colonização europeia no Sul do país. Por fim, temos um terceiro momento, que inicia com a criação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), em 1951, mas que avança especialmente a partir do programa de metas de Juscelino Kubitschek, criando condições que favoreceram o surgimento de uma série de novas cooperativas tritícolas orientadas para exercerem um protagonismo da transformação do cenário socioeconômico nas décadas posteriores. Segundo Callai:

O empenho do governo deve-se ao seu interesse em regularizar a comercialização,

ordenando as demandas e criando canais institucionais de negociação. Pretendia o governo retirar das ruas e praças a discussão sobre preço mínimo e comercialização. Ao recusar o enfrentamento direto procurou discipliná-lo, domesticá-lo, tendo como instrumento as cooperativas (2007, p. 32).

Trata-se de um movimento de recriação do próprio modelo de cooperativismo que outrora fora pensado como sociedades baseadas nos princípios de solidariedade e auxílio-mútuo e, agora, passa a ser orientado por uma perspectiva comercial, efetivamente como um negócio, chamado a partir de então de cooperativismo empresarial, que conduziu um processo muito mais intenso de modernização não apenas das práticas, mas do modelo de negócios.

A adoção das novas tecnologias agrícolas vinha ocorrendo desde o fim do Estado Novo. A implantação de um Posto Agropecuário em Ijuí, com o intuito de fomentar a modernização agrícola na região noroeste do Rio Grande do Sul, ocorreu em 1940, por iniciativa do Ministério da Agricultura. Segundo Gerhardt e Zarth (2020), o Posto Agropecuário de Ijuí contribuiu para o desenvolvimento das lavouras de trigo e soja na região noroeste do Rio Grande do Sul por meio da difusão de tecnologias agrícolas e da implementação de práticas modernas de cultivo. Durante seu funcionamento, entre as décadas de 1940 e 1970, a instituição atuou como um centro de experimentação e pesquisa, promovendo a adoção de novas técnicas e o uso de máquinas agrícolas, o que melhorou a produtividade e a eficiência das lavouras. Além disso, o Posto Agropecuário foi parte de um contexto mais amplo de modernização agrícola, que incluiu a formação de agricultores e a organização de eventos, como cursos e debates, os quais incentivaram a troca de conhecimentos e experiências entre os produtores. Para os autores, essa abordagem colaborativa e educativa foi fundamental para a adoção das inovações tecnológicas que caracterizaram o crescimento das culturas de trigo e soja na região:

A implantação e a atuação do Posto estiveram baseadas na concepção de que a agricultura tradicional, herança indígena e cabocla, adotada pelos camponeses pequenos proprietários, os colonos imigrantes, era atrasada e ineficiente. Completa essa concepção, a crise então vivida na agricultura tradicional/colonial, marcada pelo esgotamento do modelo de agricultura em pequenos lotes rurais adotado nos projetos de colonização com imigrantes e seus descendentes, muito presente na região. As mudanças agrícolas introduzidas pelo Posto iniciaram antes da Revolução Verde e contribuíram para a implantação de tecnologias e de práticas ditas “modernas”. Com o aprofundamento da modernização da agricultura e a criação ou o fortalecimento de outras instituições, o Posto perdeu seu protagonismo inicial, passando a ocupar lugar periférico (Gerhardt; Zarth, 2020, p. 121).

Para Inácio Andriolli (2008 *apud* Gerhardt, 2016, p. 103), a Revolução Verde pode ser pensada em três movimentos: um primeiro, de mecanização, via produção e utilização em larga escala de tratores, colheitadeiras e equipamentos; um segundo, de aplicação de adubos químicos, pesticidas e medicamentos para a criação de animais; e um terceiro, que deriva dos

progressos obtidos pela pesquisa no campo da biologia, através do desenvolvimento de sementes híbridas e novas raças de animais com potencial produtivo superior.

Criadas, em sua maioria, no final da década de 1950, as cooperativas tritícolas regionais atingiram seu ápice de expansão durante a Revolução Verde, quando passaram a ser conhecidas pela literatura especializada pela denominação de cooperativismo empresarial. Vejamos uma lista dessas cooperativas:

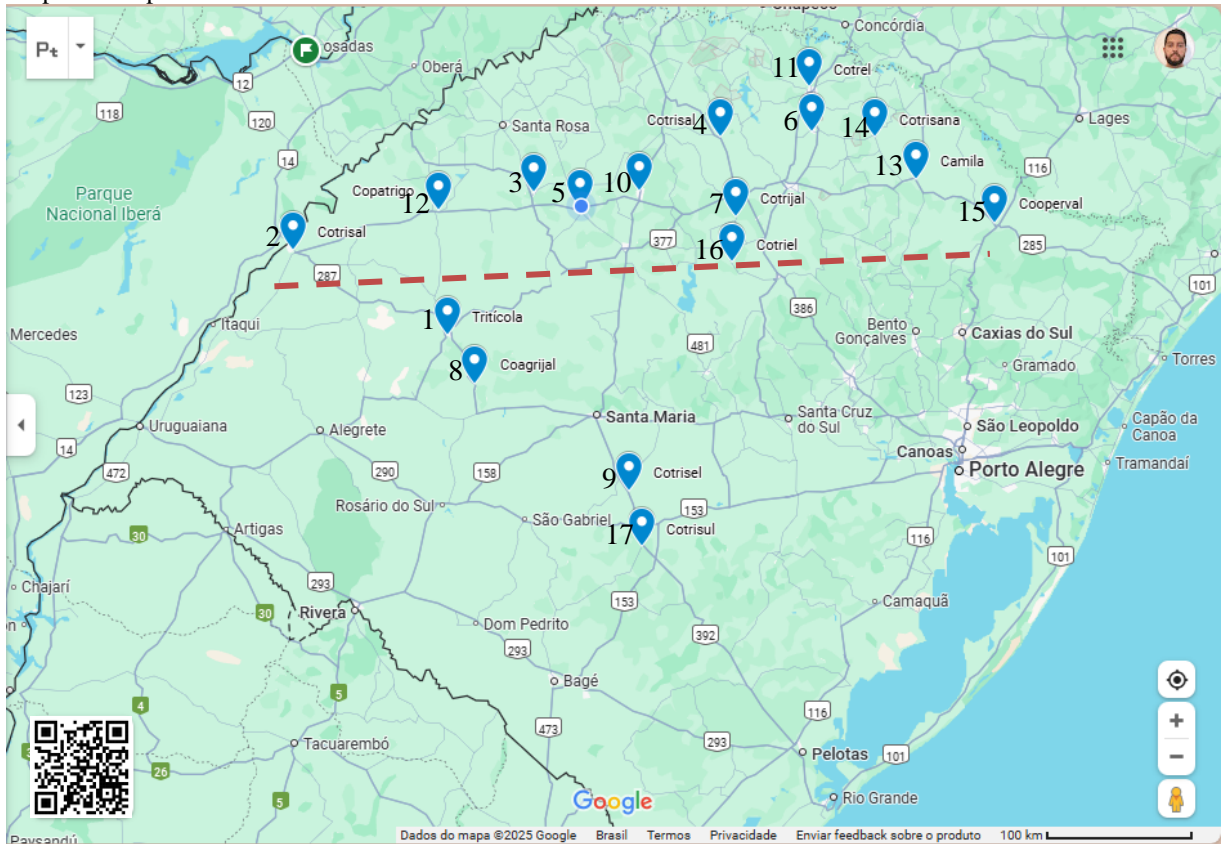
Quadro 1 - Listagem de cooperativas tritícolas criadas no RS entre 1957-1960

Nº	SIGLA	NOME DA COOPERATIVA	DATA DE FUNDAÇÃO
1	TRITÍCOLA	Cooperativa Tritícola Santiaguense Ltda.	14 jan. 1956
2	COTRISAL	Cooperativa Agrícola Samborjense Ltda.	14 abr. 1956
3	COTRISA	Cooperativa Tritícola de Santo Ângelo Ltda.	21 dez. 1956
4	COTRISAL	Cooperativa Tritícola Sarandi Ltda.	14 abr. 1957
5	COTRIJUI	Cooperativa Tritícola Serrana Ltda.	20 jul. 1957
6	COTRIGO	Cooperativa Tritícola de Getúlio Vargas Ltda.	4 ago. 1957
7	COTRIJAL	Cooperativa Tritícola Mista Alto Jacuí Ltda.	14 set. 1957
8	COAGRIJAL	Cooperativa Agrícola Jaguari Ltda.	18 set. 1957
9	COTRISEL	Cooperativa Tritícola Sepeense Ltda.	20 set. de 1957
10	COTRIPAL	Cooperativa Tritícola Panambi Ltda.	21 set. 1957
11	COTREL	Cooperativa Tritícola Erechim Ltda.	25 set. 1957
12	COPATRIGO	Cooperativa Tritícola Regional Sãoluizense Ltda.	25 set. 1957
13	CAMILA	Cooperativa Tritícola Mista Lagoense Ltda.	27 set. 1957
14	COTRISANA	Cooperativa Tritícola Sananduva Ltda.	01 out. 1957
15	COOPERVAL	Cooperativa Tritícola Mista Vacariense Ltda.	15 nov. 1958
16	COTRIEL	Cooperativa Tritícola de Espumoso Ltda.	11 out. 1959
17	COTRISUL	Cooperativa Tritícola Caçapavana Ltda.	20 out. 1960

Fonte: Callai, 2007, p. 31

O Quadro 1 lista as cooperativas tritícolas fundadas entre 1957 e 1960, sendo que o ano de 1957 representa o período de maior atividade desse segmento socioeconômico, que também é o mesmo ano de fundação da Cotrijui, como veremos no decorrer desta etapa da pesquisa. No Mapa 1, ilustramos as respectivas localizações geográficas dessas primeiras cooperativas tritícolas:

Mapa 1: Cooperativas Tritícolas fundadas entre 1956-1957



Fonte: Mapa elaborado no Google Maps, a partir das informações do Quadro 1. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1Su68PghqdsfLcZUIJIVcvujtO1ORiTI&usp=sharing> (hiperlink em qr-code). Acesso em: 25 jun. 2025.

O Mapa 1 indica as localizações das 17 cooperativas listadas anteriormente, mostrando que a ocorrência não ficou restrita apenas a uma determinada região, mas sim pulverizada entre o sul, o oeste e o norte do RS ao longo do intervalo entre 1956-1960. Por outro lado, podemos ver que a maioria delas, 13 das 17, situavam-se na região norte do RS, acima da linha tracejada que delimita os municípios de São Borja, no ponto 2, e Vacaria, no ponto 15, respectivamente, no oeste e leste do estado. É desse quadro de desenvolvimento de um cooperativismo empresarial, cuja ocorrência foi principalmente na metade norte do RS, que retiramos para estudo o caso da Cotrijui.

## 1.2 As origens da Cotrijui

A escolha da Cotrijui como objeto de estudo se deve a um conjunto de fatores fundamentais. Primeiro, pelas suas dimensões geográficas e institucionais. A Cotrijui tornou-se uma gigante corporativa no setor agropecuário nacional, atuando na vanguarda do desenvolvimento regional no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente entre os

anos 1970 e 1990, recorte da pesquisa.

O segundo fator se relaciona à existência de uma fonte em especial, que preservou as memórias da expansão da Cotrijui e do próprio cooperativismo empresarial ao longo da Revolução Verde, em uma coletânea completa do jornal empresarial editado pelo setor de Educação e Comunicação da Cotrijui, entre os anos 1973 e 1994. Referimo-nos aqui ao *Cotrijornal*, jornal pioneiro no setor, que circulou em toda a área de atuação da Cotrijui e foi uma referência de informações principalmente para empresas e profissionais ligados ao setor agropecuário.

Neste ponto, é importante considerarmos que o surgimento do *Cotrijornal* possibilitou também o registro, em suas páginas, das narrativas da experiência humana num determinado espaço-tempo e num contexto de profundas transformações ocorridas nas matrizes produtivas nacionais. Segundo Thompson,

os sujeitos que constituem parte do mundo social estão sempre inseridos em tradições históricas. Os seres humanos são parte da história, e não apenas observadores ou espectadores dela; as tradições históricas e a gama complexa de significados e valores que são passados de geração a geração, são em parte constitutivos daquilo que os seres humanos são [...]. Os seres humanos são sempre parte de contextos sócio-históricos mais amplos (2011, p. 360).

A criação de cooperativas foi uma prática muito comum em praticamente todas as regiões de colonização europeia no interior do Rio Grande do Sul, a partir do final do século XIX. Para Walter Frantz (2003), o conceito de cooperativismo resulta originalmente do associativismo, ou seja, da formação de sociedades cooperativas de indivíduos ou grupos sociais com o sentido da identidade, solidariedade e colaboração, sendo possível observar esse fenômeno tanto nas famílias, quanto em empresas, escolas, comunidades.

A Cotrijui foi uma entre diversas outras cooperativas tritícolas criadas a partir de 1957, numa fase inicial de um novo período da história agropecuária gaúcha. Telmo Frantz (1982) argumenta que, ao longo da década de 1950, os recursos financeiros destinados pelo Estado para incentivar a produção tritícola haviam se tornado bastante volumosos, garantindo crédito e preços estáveis. Para o autor

A partir de 1955, importantes medidas são tomadas para promover o aumento da capacidade de armazenamento do país. Para tanto, foram baixados vários decretos. O Decreto n. 41.490, de 14 de maio de 1957, reformado pelo de n. 43.191, de 12 de fevereiro de 1958, criou a COTRIN – Comissão de Organização da Triticultura Nacional. A COTRIN tinha como função: a) dividir as regiões produtoras de trigo do país em zonas geoeconômicas; b) encorajar a constituição de uma cooperativa tritícola em cada zona; c) orientar e supervisionar as cooperativas criadas; d) promover a construção de silos e entrepostos. Em 1959, a COTRIN foi transformada em COTRINAG – Comissão de Organização da Triticultura Nacional e Armazenagem








Geral – , com as mesmas funções, estendidas, no entanto, também aos outros setores da produção agropecuária. Tanto a COTRIN como a COTRINAG tiveram papel importante na constituição de várias cooperativas tritícolas no Rio Grande do Sul, inclusive a COTRIJUI (Frantz, Telmo, 1982, p. 29).







Assim, percebemos que a Cotrijui foi uma cooperativa resultante da soma dos esforços governamentais, expressos nas políticas desenvolvimentistas, em especial, de ampliação da produção tritícola, no plano de metas de Juscelino Kubitschek, e da associação de granjeiros e empresários locais, motivados pela defesa dos seus interesses individuais, quais sejam, de aumentar os resultados da atividade agrícola com a construção de armazéns coletivos para armazenamento das safras de trigo. Referimo-nos ao paradigma empresarial pautado por uma ideia de agricultura de alto rendimento, organizada e articulada como um negócio em todas as suas esferas. Visto dessa forma, “o granjeiro não é um agricultor, ele é um empresário agrícola e é isso que o diferencia tanto do colono minifundiário quanto do tradicional fazendeiro criador de gado” (Callai, 2007, p. 18).

A assembleia de fundação da então denominada Cooperativa Tritícola Serrana Ltda. registrou aquele que foi seu objetivo primário: “congregar os plantadores de trigo da região, para promover a **defesa de seus interesses** econômicos [...], e superar as dificuldades de comercialização da safra de trigo que vem se avolumando de ano para ano” (Cotrijui, 1957, grifo nosso). A Ata de Fundação da Cotrijui é reveladora de um sentido mais profundo, ligado não às pretensões desenvolvimentistas ou à melhoria da agricultura regional e menos ainda a qualquer menção a preocupações ambientais ou com a utilização dos recursos naturais, mas indicando clara e objetivamente a soma dos interesses econômicos individuais dos associados fundadores.








O Quadro 2 foi constituído a partir de informações retiradas do Livro de Matrículas número 1, encontrado no acervo histórico institucional da Cotrijui, somadas a relatos preservados em documentos relativos às comemorações do Cinquentenário da Cotrijui, em 2007:



Quadro 2 - Associados fundadores da Cotrijui

	<p>Matrícula 1 (Granja Santa Cecília): NILO ANTÔNIO FRANCISCO BONFANTI:</p> <p>Nascido em 04 de outubro de 1926, foi sócio de empresa familiar produtora de vinhos e sucos, posteriormente adquiriu terras próximo ao Posto Agropecuário, no atual município de Augusto Pestana. Foi contador, economista, o principal mentor e o 1º Presidente da Cotrijui.</p>
	<p>Matrícula 1 (Granja Santa Cecília): LUIZ ANSELMO BONFANTI:</p> <p>Nascido em 28 de janeiro de 1906, foi sócio-proprietário, juntamente com seu filho Nilo Antônio Francisco Bonfanti e o Sr. Luiz Fogliatto, da Granja Santa Cecília no atual município de Augusto Pestana.</p>
	<p>Matrícula 2 (Granja São Luiz): LUIZ FOGLIATTO:</p> <p>Nascido em 03 de janeiro de 1924 no município de Tupanciretã, adquiriu terras no Distrito de Mauá, junto à rodovia Ijuí-Sto. Augusto, onde mantinha uma bem organizada granja. Foi o 2º Presidente da Cotrijui e um dos principais responsáveis pela construção do Terminal Graneleiro que leva seu nome em Rio Grande. Faleceu dois dias antes da visita do então presidente Ernesto Geisel às obras do Porto.</p>
	<p>Matrícula 3 (Granja Amoreira): RODOLFO FRANÇOIS:</p> <p>Nascido em 15 de julho de 1920, em Augusto Pestana, foi professor municipal e integrante do PL – Partido Libertador, tendo sido vereador em Ijuí. Sócio de Ludwick Mrozinski na Granja Amoreira, também foi eleito Diretor Secretário da Cotrijui.</p>
	<p>Matrícula 3 (Granja Amoreira): JOÃO ITAGIBA DA SILVEIRA:</p> <p>Nascido em 08 de março de 1904, no município de Ijuí, era morador e agricultor no Distrito de Salto, interior deste município.</p>
	<p>Matrícula 3 (Granja Amoreira): LUDWICK MROZINSKI:</p> <p>Nascido em 01 de dezembro de 1916, foi proprietário de terras e agricultor no interior do município, no povoado Durks, tendo como sócio Rodolfo François.</p>
	<p>Matrícula 4 (Sítio Espigão): DAVID JOSÉ MARTINS:</p> <p>Nascido em 30 de janeiro de 1899, no município de Bossoroca, antigo distrito de São Luiz Gonzaga, foi Gerente do Banco Nacional do Comércio, filial de Ijuí, presidente do Hospital de Caridade de Ijuí e vereador eleito pelo PL – Partido Libertador.</p>

	<p>Matrícula 5 (Granja Regina): FRANCISCO BRASIL DA CÂMARA RUFINO:</p> <p>Nascido em 01 de maio de 1923 no município de Uruguaiana, foi contador e professor. Era Agente Correspondente do IAPETEC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores e Transportes de Carga (este Instituto, juntamente com os demais, foi transformado em 1966 no INPS, hoje INSS). Herdou uma área rural no “Campo dos Aires”, situada no hoje município de Augusto Pestana.</p>
	<p>Matrícula 5 (Granja Regina): PAULO GUIMARÃES DA SILVA</p> <p>Nascido em 07 de janeiro de 1922, em Porto Alegre, RS. Filho do Capitão Aires da Silva, plantava em sociedade com seu cunhado Francisco da Câmara Rufino em terras no “Campo dos Aires”. Era conhecido como Paulo Ayres e foi goleiro do Esporte Clube São Luiz e do Grêmio Esportivo Gaúcho, tradicionais times ijuenses.</p>
	<p>Matrícula 06 (Empresa Tupi): ARIOVALDO DE FREITAS CASANOVAS</p> <p>Nascido em 01 de fevereiro de 1915, no município de Pelotas, RS, foi veterinário, funcionário público federal, colega e sócio do Dr. Hilnon Correa Leite na Granja Tupi. Secretariou a reunião de fundação da Cotrijui no Clube Ijuí no dia 20 de julho de 1957.</p>
<p>Sem foto</p>	<p>Matrícula 7 (Fazenda Olga): ALCEU KRUG FERREIRA</p> <p>Nascido em 20 de novembro de 1920, em Ijuí, foi proprietário de pequena área de terras no atual Distrito de Alto da União, onde instalou uma pequena indústria de beneficiamento de leite. Politicamente ligado à UDN – União Democrática Nacional, possuía boa relação com importantes lideranças políticas de relevo nacional. Publicou dois livros de poesias: <i>Ocaso Sangrento</i> e <i>A Hora Zero</i>.</p>
	<p>Matrícula 8: Coop. dos Agropecuaristas Ltda.</p> <p>Fundada em 22 de agosto de 1931, foi representada, na fundação da Cotrijui, pelo Sr. ARTÊMIO CORSO. Nascido em 22 de agosto de 1931, em Horizontina, RS, foi membro da Diretoria da Cooperativa Mixta dos Agro-pecuaristas Ltda., uma das duas cooperativas mistas que participaram da criação da Cotrijui. Foi admitido como funcionário da Cotrijui tendo chegado à condição de Diretor Comercial da mesma.</p>
	<p>Matrícula 9: Coop. Mixta Mauá</p> <p>Fundada em 20 de setembro de 1950, foi representada no ato de fundação da Cotrijui pelo seu presidente, REINHOLDO LUIZ KOMMERS. Proprietário de terras no distrito de Mauá, foi professor e presidente da Coop. Mixta Mauá Ltda. Juntamente com Nilo A. Bonfanti e outros, foi fundador e 1º presidente da CERILUZ. Líder do PRP – Partido de Representação Popular, foi vereador e Dep. Estadual.</p>
	<p>Matrícula 10 (Empresa Hilners): HILNON GUILHERME CORRÊA LEITE:</p> <p>Nascido em 16 de maio de 1920, no município de Paranaguá-PR, foi o primeiro agrônomo a atuar em Ijuí e funcionário federal responsável pelo Posto Agropecuário de Ijuí. Proprietário de uma área que formava a Granja Tupi, em sociedade com Arioaldo Casanovas. Integrou o Conselho de Administração da Cotrijui por duas gestões.</p>

	<p>Matrícula 10 (Empresa Hilners): HELMUTH ELMERS:</p> <p>Nascido na cidade de Bremen, Alemanha, no dia 09 de agosto de 1920, foi proprietário da Casa Veterinária Elmers, situada onde hoje é o Hotel Iru em Ijuí. Na época, em sociedade com Hilnon G. Corrêa Leite (Empresa Hilners = HILNon + elmERS), possuía uma granja em Monte Alvão.</p>
	<p>Matrícula 11: RICARDO OTTO BEUTTINGER</p> <p>Nascido em Ijuí, no dia 08 de julho de 1910, foi proprietário de uma grande área no Distrito de Mauá em Ijuí.</p>
	<p>Matrícula 12: EMÍLIO VONTOBEL</p> <p>Nascido em 24 de fevereiro de 1898 em Ijuí, foi comerciante em Coronel Barros, na época distrito de Ijuí. Também foi criador de porcos e possuía uma área de terras naquele distrito.</p>
	<p>Matrícula 13: ALBERTO SABO</p> <p>Nascido em 02 de abril de 1914, possuía uma gleba de terras em Chiapetta, adquirida da Família Chiapetta. Foi proprietário da revenda de automóveis Volkswagen e de tratores Valmet e membro do Conselho de Administração da Cotrijui por duas gestões.</p>
	<p>Matrícula 14 (Granja Rio Branco): LEOPOLDO LÖW</p> <p>Nascido em 12 de fevereiro de 1902 em São Leopoldo-RS, foi industrial no ramo gráfico em Ijuí e proprietário da Litografia Serrana. Tinha uma área de terras em Monte Alvão, próximo da fazenda da Família Kurtz e Granja dos Irmãos Grimm.</p>
	<p>Matrícula 14 (Granja Rio Branco): ERNESTO HELMUTH JOST</p> <p>Era pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, “a Igreja do Relógio”. Possuía terras em sociedade com Leopoldo Löw na localidade de Monte Alvão em Ijuí.</p>
	<p>Matrícula 15: RODOLFO LOPES</p> <p>Nascido em 22 de dezembro de 1913 no município de São Luiz Gonzaga, onde residia, foi proprietário de cerca de 80 hectares na localidade de Entre-Ijuís.</p>

	<p>Matrícula 16: PEDRO PAULO CERETTA</p> <p>Nascido no dia 15 de setembro de 1915, foi proprietário de pequena área de terra na localidade de Parador-Ijuí e, mais tarde, também em Augusto Pestana. Possuía uma oficina de reparos de motores elétricos. Foi vereador pelo PTB e, posteriormente, MDB.</p>
	<p>Matrícula 17: GEORGE MARKS</p> <p>Nascido em 10 de março de 1924, tinha terras no distrito de Mauá, localidade de Passinhos, junto à estrada que vai a Santo Augusto. Emigrou para Dourados-MS, onde faleceu.</p>
	<p>Matrícula 18: ELIZEU MEGGEOLARO</p> <p>Nascido em 23 de maio de 1932, residia e tinha terras na localidade de Linha 14 Leste, em Ijuí. Migrou para o município de Sinop-MT.</p>
	<p>Matrícula 18: DARY MEGGEOLARO</p> <p>Nascido em 13 de dezembro de 1929, foi morador e proprietário de terras em sociedade com seu irmão Elizeu Antonio Meggeolaro na Linha 14 Leste, em Ijuí. Residiu na localidade de Esquina Umbu, no município de Santo Augusto.</p>
	<p>Matrícula 19: ELMAR NESTZLAFF</p> <p>Nascido na cidade de Canoas-RS, em 04 de janeiro de 1935, arrendava terras de Rodolfo Engleitner no antigo distrito de Coronel Barros, Ijuí. Mudou-se para o município de Taquari, MS.</p>
	<p>Matrícula 20: RODOLFO ENGLEITNER</p> <p>Nascido em Ijuí, em 12 de abril de 1895, residia em Coronel Barros onde possuía uma casa comercial e era proprietário rural.</p>
	<p>Matrícula 21: GENÉZIO COSTA BEBER</p> <p>Nascido em 10 de setembro de 1925, foi proprietário da Granja Cambará, junto ao Rio Cambará no Distrito de Salto – Ijuí. Residiu no Distrito de Santa Lúcia, em Ijuí.</p>

	<p>Matrícula 22 (Granja N. Sra. Aparecida): DR. SOLÓN GONÇALVES DA SILVA:</p> <p>Funcionário estadual, médico sanitário. Era tido como um homem de grande conhecimento e influente político. Foi vereador e vice-prefeito pelo PSD – Partido Social Democrático. Era sócio de Genézio Costa Beber na Granja Cambará.</p>
<p>Sem foto</p>	<p>Matrícula 22 (Granja N. Sra. Aparecida): WALDEMAR PADILHA</p> <p>Provavelmente oriundo de Tupanciretã, era amigo e sócio de Edwino Schröer.</p>
	<p>Matrícula 22 (Granja N. Sra. Aparecida): EDWINO SCHRÖER</p> <p>Industrial, foi proprietário de um pequeno frigorífico onde, além do abate, produzia embutidos. Manteve uma rede de açougues em Ijuí e possuía uma pequena gleba de terras na Linha 4 Oeste. Líder político do PSD – Partido Social Democrático, foi vereador e vice-prefeito.</p>
	<p>Matrícula 23: BENO ORLANDO BURMANN</p> <p>Foi contador e secretário da Associação Comercial de Ijuí, Fiscal e Inspetor da Secretaria Estadual da Fazenda, proprietário do moinho “Arroio do Leão” no atual distrito do Chorão. Proprietário e plantador em área situada no Distrito de Mauá. Foi vereador e prefeito de Ijuí, elegeu-se Deputado Estadual por dois mandatos sempre pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, do qual foi fundador e importante liderança em Ijuí e região.</p>

Fonte: Livro de Matrículas nº1, Arquivo Cotrijui, 1957.

Quando olhamos – com mais atenção – para a nominata dos fundadores da Cotrijui, apresentada no Quadro 2, revela-se um número majoritário de granjeiros de médio e grande porte, associados a empresários de casas de comércio orientadas para os negócios da agricultura e, por fim, um número desconhecido, e não denominado, de pequenos agricultores que integravam outras sociedades cooperativas mistas que foram incorporadas à Cotrijui desde sua fundação, como podemos observar nas matrículas 8, da Cooperativa dos Agropecuaristas Ltda, e 9, da Cooperativa Mixta Mauá. Para Callai:

Fica evidenciado que a maior parte deles [associados fundadores] desenvolvia alguma atividade urbana e nem sempre era portador de experiência com o trabalho rural, e mesmo dentre aqueles com maior tradição agrícola encontram-se produtores que não podem ser considerados “colonos” típicos. Com efeito, a maioria destes associados poderiam ser definidos como “granjeiros”, produtores rurais de um novo feitio, que organizam seu empreendimento de um modo apropriadamente capitalista (2007, p. 24).

Estudando o processo de modernização da agricultura gaúcha na segunda metade do século XX, Fontoura compreendeu que houve uma separação entre os colonos e os chamados “granjeiros do planalto” (2007, p. 131), que considerou os primeiros a incorporar a linguagem urbana dos negócios e viam na agricultura uma oportunidade de diversificar seus capitais. Para

o autor, em 1957,

não participaram da mecanização da lavoura os produtores familiares ou ‘colonos’, como eram conhecidos, pois, não conhecendo a linguagem dos negócios capitalistas que se instalavam, viam com desconfiança o novo sistema de produção, pois, além de trâmites bancários, a entrada no novo sistema implicava hipoteca da terra. Isso significava a possibilidade de perda da mesma, como de fato muitas vezes veio a acontecer com esse grupo de produtores. O ingresso dos pequenos produtores vai se dar a partir dos anos 60, mas forçados pela sua inclusão no mercado e em condições desvantajosas, uma vez que as condições impostas pela cooperativa priorizavam os interesses desta, que representava os interesses de um grupo de produtores diferentes (Fontoura, 2007, p. 131).

Figura 1 - Propaganda de tratores de Alberto Sabo

**OS MAIS MODERNOS  
TRATORES FABRICADOS  
NO BRASIL**

**VALMET**

62 id com 55 HP  
65 id com 58 HP  
85 id com 78 HP  
110 id com 116 HP

o maior trator de  
rodas brasileiro

Câmbio Sincronizado  
Bloqueio do Diferencial  
Hidráulico Automático

CONHEÇA-OS EM

**ALBERTO SABO & IRMÃO LTDA.**

RUA DO COMÉRCIO, 49 — IJUI-RS

TRADIÇÃO — SERIEDADE — ASSISTENCIA  
TÉCNICA.

COTRIJORNAL/12

Fonte: *Cotrijornal*, out. 1973, p. 12.

A Figura 1 mostra uma publicidade de maquinário agrícola, publicada em outubro de 1974, com destaque para a contradição entre os conceitos de “modernidade”, no título, e “tradição”, no rodapé. Se observarmos novamente o Quadro 2, veremos que a matrícula nº 13, pertencia ao mesmo Alberto Sabo, um representante da categoria dos granjeiros arrendatários

que participaram ativamente do processo de mecanização da agricultura. Além de granjeiro, Alberto Sabo também atuava no setor comercial agrícola, administrando uma revenda de tratores Valmet, o que justifica seu interesse em juntar esforços com o grupo de fundadores da Cotrijui, em 1957. Na Cotrijui ele desempenhou funções administrativas, atuando como conselheiro fiscal e integrando, também, o Conselho de Administração da cooperativa. Refletindo sobre a modernização da estrutura agrícola da mesorregião noroeste do RS, promovida por granjeiros e cooperativas, Alves afirma que essa nova realidade agrícola “tornou a mecanização e capitalização características comuns na agricultura mesorregional assim como a emergência capitalista na cultura do trigo introduziu na mesma, além dos agricultores, pequenos industriais, comerciantes e profissionais liberais, principalmente nos arredores dos centros urbanos mesorregionais, como arrendatários de terra” (Alves, 2013, p. 93).

Benetti (1981 *apud* Frantz, Telmo, 1982, p. 41) salienta a análise dos processos de formação e desenvolvimento do cooperativismo no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XX, pensando-o como “resultante da interação entre as políticas estatais de estímulo ao setor e os anseios, esforços e capacidade de auto-organização dos produtores”. Isso significa que, naquele contexto, e diferentemente do discurso da espontaneidade presente nas origens do cooperativismo, sem o auxílio do Estado brasileiro, talvez o cooperativismo empresarial não tivesse prosperado. Da mesma forma como não teriam surtido efeito as políticas públicas de desenvolvimento da agricultura, não fosse a articulação dos produtores em torno de uma nova organização do setor agropecuário brasileiro. Conforme afirmam Davis e Goldberg, a “maior autoconfiança no esforço privado reside na resolução dos chamados problemas agrícolas com base no agronegócio por meio da cooperação de líderes agrícolas e empresariais” (1957, p. 3, tradução livre).

Na prática, o governo transferiu para o setor cooperativo uma responsabilidade que havia assumido, fazendo com que os produtores arcassem com o peso da construção de toda a infraestrutura necessária para armazenar e escoar a produção. As cooperativas eram vistas pelo Estado como instrumentos para alcançar seus próprios objetivos, ao mesmo tempo em que se apresentava como defensor dos trabalhadores. Contudo, essa postura vinha acompanhada de mecanismos de controle e manipulação sobre as associações de trabalhadores e sobre o associativismo dos setores produtivos (Tedesco, 2005, p. 138).

Trata-se do início de um processo de transformação pelo qual o setor agropecuário passou, que culminou na transformação completa verificada na Revolução Verde, entre as décadas de 1970 e 1990, como analisaremos adiante. Essas novas cooperativas, surgidas a partir

dos anos 1950, embora compartilhem os mesmos ideais fundadores do cooperativismo, foram movidas por outros interesses, atrelados à lógica dos negócios, do lucro e da expansão das fronteiras agrícolas.

### **1.3 A expansão regional da Cotrijui no contexto da Revolução Verde**

A articulação entre história, região e fronteira pressupõe compreender que a região não é um dado natural, mas uma construção social produzida por disputas, representações e relações de poder que operam em múltiplas escalas (Reckziegel, 1999). Ao tratar a região como um recorte do historiador, a história regional desloca o foco das narrativas totalizantes para recortes onde o lugar de produção, geográfico, social e político, condiciona tanto as perguntas quanto as interpretações possíveis. Nesse sentido, analisar a fronteira como espaço histórico significa reconhecer suas múltiplas relações: conectando o local ao global, evidenciando conflitos e negociações, e incorporando sujeitos historicamente marginalizados, permitindo uma crítica à historiografia tradicional e abrindo espaço para interpretações mais situadas, plurais e conscientes de seus próprios limites. Trata-se, portanto, de um espaço social, vivido no nível regional, inclusive com suas idealizações, como observa Reckziegel:

A compreensão do espaço regional requereria um nível de generalização maior. Deveria ser apreendido não só como resultado da transformação da natureza pelo trabalho, mas também com intersecções do ideológico. A região configurar-se-ia espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global (2013, p. 21).

Em Barros (2022, p. 25) o conceito de região define “lugares que correspondem ao nível das pequenas localidades ou, quando muito, das unidades regionais construídas aquém ou abaixo do nível do estado nacional (o estado, a província, a região produtora, e assim por diante)”. No sentido mais específico, a ideia de região associa-se à noção de um lugar que se apresenta como um sistema, dotado de sua própria dinâmica interna, suas regras e sua totalidade interna. Este sistema está habitualmente ligado a uma rede de outras localidades ou a um sistema mais amplo, como regiões econômicas ou políticas ligadas ao sistema nacional ou a uma rede comercial abrangente.

No bojo da construção histórico-social da fronteira como o limite formal da região, diversos conceitos unem-se a explicação dos fenômenos que permeiam estas definições. Zientara comenta o equívoco da ideia “universalmente difundida, de fronteira como linha que separa duas regiões [...] uma abstração que não tem existência real fora do mapa geográfico”, resultado de um tempo onde “ainda não existiam princípios jurídicos universalmente

reconhecidos nas relações internacionais, a margem de fronteira podia tornar-se uma ampla zona árida, desabitada e inutilizada” (1998, p. 307). Para o autor, a fronteira é dinâmica e móvel, é uma faixa de fronteira que pode ser deslocada conforme as relações sociais e econômicas a moverem.

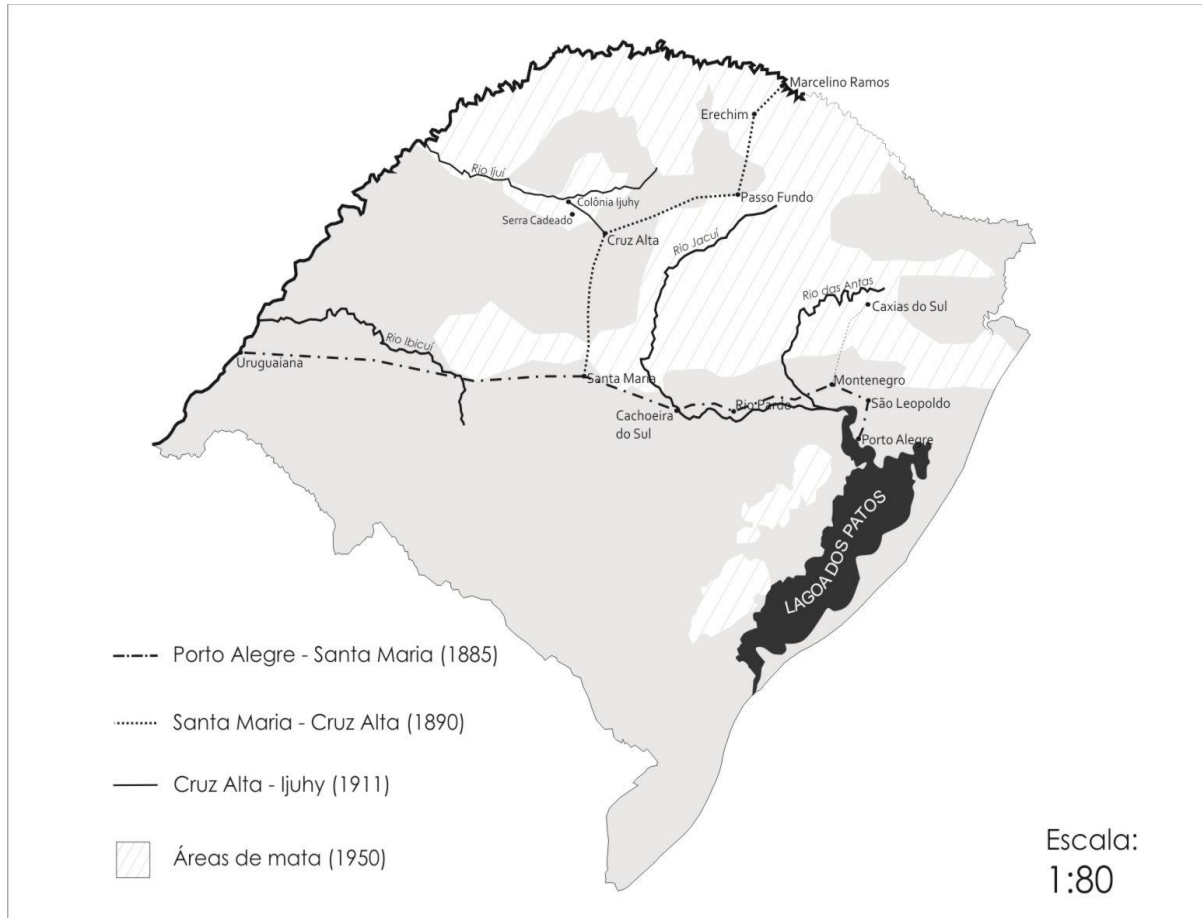
Mas a região delimitada pela fronteira não se apresenta como um espaço vazio, mas repleto de sujeitos identificados entre si ou com a realidade expressa em suas representações do universo regional. Para Leal (2013), a fronteira não é apenas um limite geográfico, mas sim um território em processo de conquista e integração nacional, marcado por características de marginalidade, exploração de recursos e conflito com as sociedades nacionais e os grupos indígenas e tradicionais. Nos processos de colonização e modernização agrícola, a fronteira desempenhou papel decisivo ao articular práticas produtivas, dinâmicas culturais e estratégias de poder, configurando-se como um espaço de disputa em que se entrelaçam projetos de desenvolvimento, resistência e adaptação.

Nos primeiros anos após sua fundação, em 1957, a área de atuação da Cotrijui resumia-se ao entorno do município de Ijuí, num raio de poucas dezenas de quilômetros, abrangendo de Coronel Barros a oeste, Bozano a leste, e Joia ao sul, e se estendendo por uma faixa de cerca de 100 quilômetros em direção ao norte, até Tenente Portela, região colonizada dentro de um novo contexto na História regional, marcado justamente pelo crescimento demográfico do RS e pela pressão pelo aumento da produção de alimentos, com o resultante avanço da fronteira agrícola. Fundada em 1890, a Colônia Ijuhy foi criada numa região de Mata Atlântica, onde abundavam espécies animais e vegetais. Segundo Nodari, o processo de colonização produziu uma “drástica redução da diversidade biológica regional, correspondendo à perda de patrimônio ambiental, motivada, entre outros fatores, pelo modelo de colonização adotado no sul do Brasil” (2016, p. 63).

O rápido crescimento da Cotrijui, verificado ao longo da década de 1960, pressionou a expansão da fronteira agrícola em sua área de atuação, inicialmente rumo ao norte do Estado. A resposta da cooperativa foi a criação de unidades de recebimento de grãos, forçando a ocupação das últimas regiões de Mata Atlântica remanescentes. Entre 1969, com a inauguração do armazém de Santo Augusto, até a inauguração dos armazéns de Ajuricaba e Augusto Pestana, em 1975, a Cotrijui encerrou sua primeira fase de expansão na região noroeste do RS, ampliando o raio de sua atuação para o interior das últimas reservas de Mata Atlântica naquela região. A conclusão desse ciclo de expansão regional justificou a mudança da razão social da Cotrijui, passando a incluir, a partir de 1970, o termo “Regional” ao nome de fundação original, passando

a denominar-se “Cooperativa **Regional** Tritícola Serrana Ltda”.

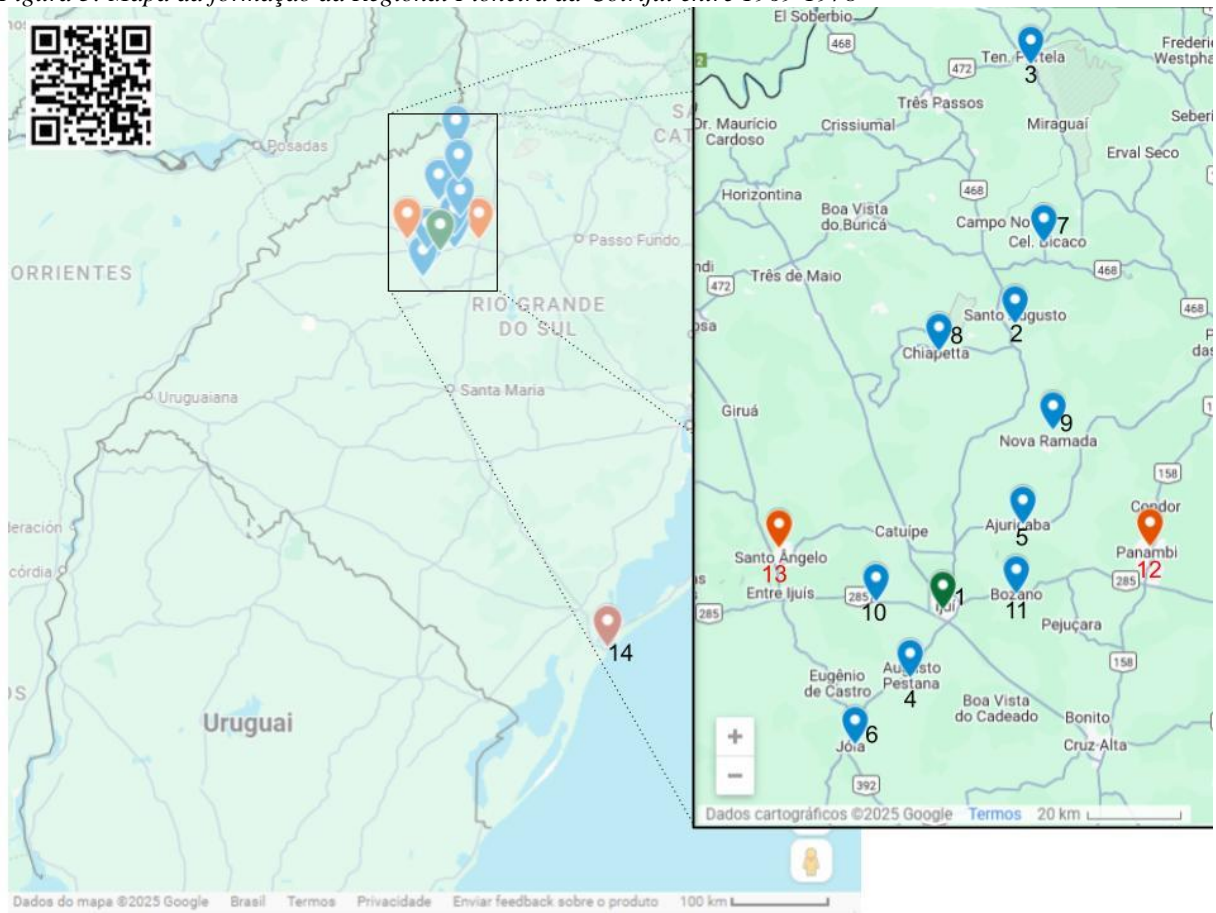
Figura 2: Localização da colônia Ijuhy, em território de Mata Atlântica



Fonte: Pereira, 2012, p. 99.

A Figura 2 é um mapa inspirado em Bernardes (1997), que mostra a localização da então Colônia Ijuhy no interior das áreas remanescentes de Mata Atlântica no noroeste do RS, até 1950, relacionando tais áreas com a expansão da malha ferroviária regional. As décadas de 1950-1960 representaram um importante marco na agricultura brasileira. Foi, também, o período em que a Cotrijui iniciou seu movimento de expansão regional, com o alargamento das fronteiras socioeconômicas e do quadro social. O início da expansão se deu em 1969 com a inauguração de um armazém convencional com capacidade para 29 mil toneladas de produto ensacado na cidade de Santo Augusto, RS, distante cerca de 70 quilômetros de Ijuí. Seguiram-se inaugurações nas cidades de Tenente Portela, em 1970, mesmo ano em que passa a adotar o modelo de armazéns graneleiros com fundo em “V”, com maior capacidade e mais dinamismo de carga e descarga; Coronel Bicaco, Joia, Chiapetta, em 1972; Ajuricaba e Augusto Pestana, em 1975; Nova Ramada, em 1978; encerrando-se a fase de expansão regional pioneira com uma capacidade total de armazenamento estático de 1,4 milhão de toneladas de grãos.

Figura 3: Mapa da formação da Regional Pioneira da Cotrijui entre 1969-1978



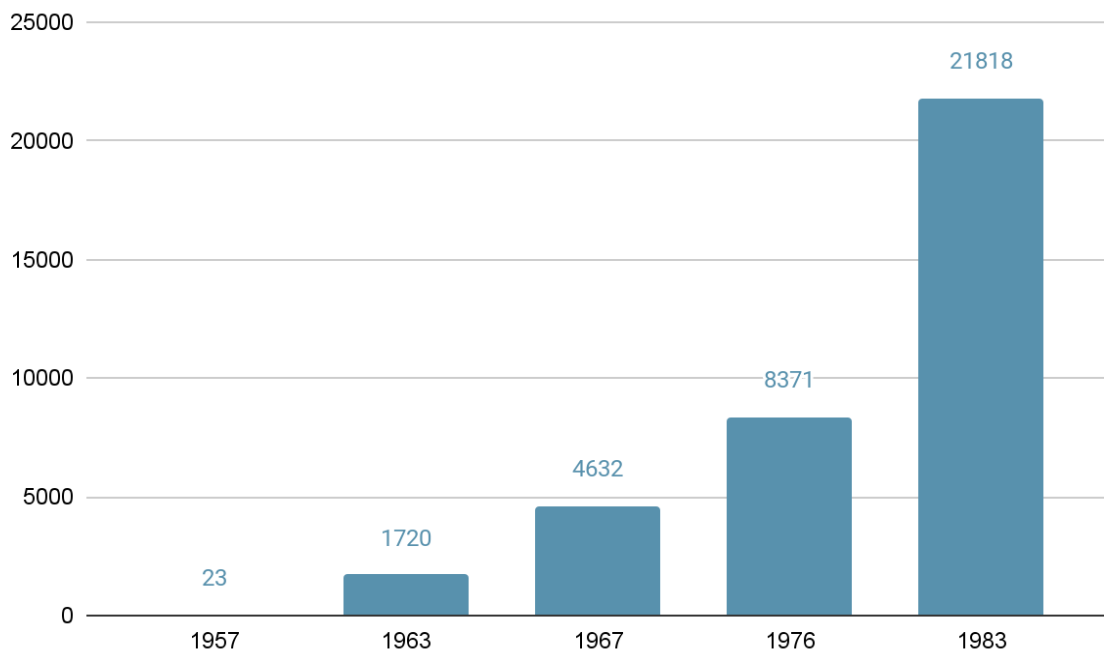
Fonte: Mapa elaborado no Google Maps. Disponível em:

[https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1Sp7tdf-I8b\\_do7K11OcVJk51ggQqQI0&usp=sharing](https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1Sp7tdf-I8b_do7K11OcVJk51ggQqQI0&usp=sharing) (hiperlink em qr-code). Acesso em: 28 jun. 2025.

A Figura 3 mostra a expansão da Cotrijui na região que ela passou a chamar de “Regional Pioneira”, abrangendo uma linha que vai de Joia até Tenente Portela cortando aquele mesmo território remanescente de Mata Atlântica nessa primeira fase de expansão regional da fronteira agrícola da cooperativa. Nessa chamada “Regional Pioneira”, a Cotrijui mantinha instalações que iam desde pequenas moegas de recebimento de grãos, em regiões estratégicas no interior dos municípios, até grandes e modernos armazéns graneleiros com fundo em “V”, com capacidade para milhares de toneladas de grãos naquelas que eram suas unidades operacionais, enumeradas por ordem de inauguração: 1- Sede em Ijuí; 2- Santo Augusto; 3- Tenente Portela; 4- Augusto Pestana; 5- Ajuricaba; 6- Joia; 7- Coronel Bicaco; 8- Chiapetta; e 9- Nova Ramada. Os pontos 10- Coronel Barros e 11- Bozano correspondem a pontos de recebimento menores, vinculados à Sede em Ijuí, que foram inseridos no mapa para delimitar a fronteira da área de atuação da Cotrijui com as cooperativas de Santo Ângelo (13- Cotrisa) e Panambi (12- Cotripal), respectivamente, a oeste e a leste. Ainda na Figura 3, vemos, na região sudeste, a localização do Terminal Granelero Luiz Fogliatto (ponto 14), no município de Rio

Grande, distante cerca de 470 km de Ijuí, inaugurado em 1973 num esforço unilateral da Cotrijui com o objetivo de qualificar as condições logísticas para o escoamento das safras cada vez maiores.

Gráfico 1 - Expansão do quadro social da Cotrijui entre a fundação e o auge da expansão



Fonte: *Cotrijournal*, nov.1978; jan./1984.

Como podemos ver no Gráfico 1, ao longo do processo de expansão geográfica, a Cotrijui também ampliou o seu quadro social, que atingiu em 1973, ano da criação do *Cotrijournal*, 8.371 famílias associadas, acumulando uma média de 500 novos associados por ano desde a sua fundação, em 1957. Dez anos depois da criação do *Cotrijournal*, em 1983, a Cotrijui atingiu o auge de sua expansão com a marca de 21.818 famílias associadas, distribuídas ao longo de sua área de atuação.

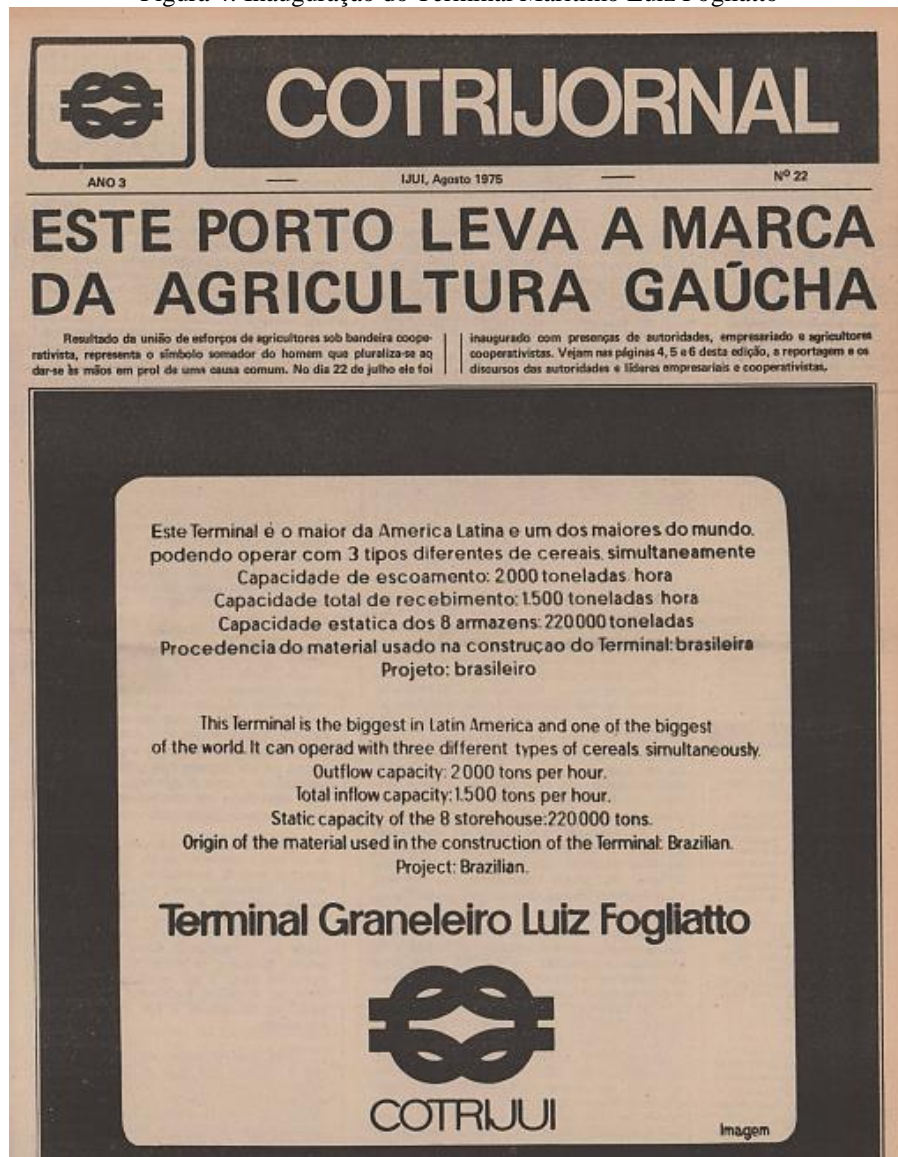
As cooperativas empresariais – como a Cotrijui – passaram a ser instrumentos de acesso às tecnologias da Revolução Verde, pois reuniam recursos para negociar melhor insumos, linhas de crédito e canais de comercialização. No caso da Cotrijui, vemos esse crescimento do quadro social entre 1950 e 1970, ao mesmo tempo em que se transformou num mecanismo de viabilização da modernização da agricultura e sobrevivência à lógica do mercado. Essa expansão dos negócios fica evidente na construção de um Terminal Graneleiro, em Rio Grande, na costa leste do Rio Grande do Sul. Para Callai:

A Cotrijui e outras cooperativas da região encontravam-se no olho do furacão;

os crescentes volumes de soja recebidos a cada ano representavam enorme desafio, pois era necessário receber a tempo e à hora, estocar adequadamente e transportar com rapidez para cumprir os contratos de venda da produção, tanto no mercado interno quanto no internacional. Para enfrentar esses desafios de natureza logística, a Cotrijui irá construir soluções inovadoras e arrojadas, como é o caso do Superporto de Rio Grande e dos armazéns graneleiros de fundo V (2007, p. 45).

O Terminal Graneleiro de Rio Grande foi um dos empreendimentos mais significativos da Cotrijui, entre 1969 e 1972, chamado comumente de superporto, sendo o primeiro terminal portuário graneleiro de grandes proporções a operar no RS. O início das operações e a inauguração oficial do Terminal estamparam duas capas do *Cotrijornal*: a primeira, na primeira edição, em julho de 1973, e a segunda, na sua inauguração, em agosto de 1975.

Figura 4: Inauguração do Terminal Marítimo Luiz Fogliatto



Fonte: *Cotrijornal*, ago. 1975, capa.

Como se pode observar na Figura 4, a inauguração oficial do Terminal Graneleiro Luiz Fogliatto ocupou a totalidade da capa da edição de agosto de 1975, com destaque para os números que faziam dele o maior terminal graneleiro da América Latina e um dos maiores do mundo, podendo operar, simultaneamente, três tipos diferentes de cereais, com uma capacidade de escoamento de 2.000 ton./hora e uma capacidade estática de armazenamento de 220.000 toneladas em seus oito armazéns (Cotrijornal, ago. 1975, capa). Chama a atenção que, mesmo se tratando de uma cooperativa regional, situada no interior do Rio Grande do Sul, tenha dedicado toda a capa dessa edição do seu jornal interno para a publicação de uma matéria bilíngue, em português e inglês, o que denota a importância que suas ações possuíam no cenário agropecuário nacional, projetando-se até internacionalmente ou ao menos almejando isso.

Essa relevância internacional com que a Cotrijui passou a se projetar fica evidenciada pela quantidade de matérias relatando visitas recebidas de inúmeros países interessados na tecnologia e nos negócios agrícolas realizados pela Cotrijui. Em junho de 1976, veiculou – na capa do *Cotrijornal* – a existência de uma negociação entre o governo do Irã, o Banco do Brasil e a Cotrijui, para a construção de um terminal graneleiro completo, semelhante aquele que havia sido inaugurado anos antes pela Cotrijui em Rio Grande, inclusive com uma indústria de esmagamento de soja para produção de óleo.

As matérias de capa, nesse período, geravam um impacto visual, chamando a atenção para a grandiosidade das ações da Cotrijui e a forma como ela conduzia o desenvolvimento do sistema cooperativista empresarial no RS. Mas os editoriais revelam ainda mais detalhes dessa realidade, com conceitos e expressões que indicam as percepções de mundo dos sujeitos que conduziam as ações da Cotrijui:

O Terminal Graneleiro "Luiz Fogliatto", símbolo da união do homem em prol de causa comum, **alargou as fronteiras da agricultura** gaúcha desde as regiões penhascosas da serra até a faixa litorânea, ampliando, conseqüentemente, os horizontes de perspectivas do agricultor, que plantou sua marca registrada na costa atlântica. Espécie de monumento erguido na rota dos caminhos do mar, o Terminal da COTRIJUI **impõe**, além da sua gigantesca forma física, que sobressai da estrutura de **aço e concreto**, o poder da união do homem na busca das grandes conquistas sociais e econômicas (Cotrijornal, ago. 1975, p. 2, grifos nossos).

Nesse editorial, como de costume, o *Cotrijornal* começou enaltecendo os valores do cooperativismo como “união” e “causa comum”, ao mesmo tempo em que registrou um importante marco da expansão das fronteiras agrícolas, com a construção de um terminal portuário próprio que facilitaria o escoamento da produção de grãos, contribuindo, por sua vez, para a ampliação dos negócios da agricultura. Contudo, merece um destaque especial o uso das expressões “impõe” e “aço e concreto”, simbolizando a imposição do progresso, representado

pelo aço e pelo concreto, sobre as paisagens naturais, representadas pelas “regiões penhascosas da serra” e a “faixa litorânea”.

Na mesma edição, também foi publicada a íntegra do discurso do presidente Ruben Igenfritz da Silva, para quem essa obra simbolizava

a síntese do esforço de simples homens do campo, de modestos agricultores, que, vivendo longe do mar, distante do oceano, não temeram a majestuosidade da sua imensidão, quando se fez necessário aproximar-se dele **para somar o progresso** [...]. Que esses agricultores, Senhor Ministro, sempre estiveram atentos à pesquisa e à busca de soluções para os problemas que lhes atingiram mais de perto. Constataram, em seguida, que unidos poderiam criar mais e desenvolver-se mutuamente. **Transformaram os campos de barba-de-bode da região em lavouras**, que hoje são um exemplo à Nação, e produziram racionalmente. Com o aumento da produção, começaram a sentir que não bastava produzir bem se as condições para o escoamento dessa produção não se realizava a contento (Cotrijornal, ago. 1975, p. 4, grifos nossos).

É simbólico que o discurso foi realizado publicamente, na presença do ministro da Agricultura Alysso Paulinelli; do governador do Estado, representado no ato pelo secretário da Agricultura Getúlio Marcantônio, diversos secretários de Estado, deputados federais e estaduais, prefeitos das regiões de atuação da Cotrijui, além de centenas de convidados das classes empresariais e de setores do cooperativismo. A fala revela algumas expressões que remetem, direta ou indiretamente, a símbolos associados à ideologia do progresso, como a transformação dos “campos em lavoura”, referindo-se, na verdade, aos territórios remanescentes de mata atlântica situados no noroeste do RS, sua região pioneira.

Todo esse movimento de expansão refletiu-se no número de associados da Cotrijui, que cresceu a uma média de cerca de 1.300 novas matrículas por ano no início da década de 1970, quando se constata o maior crescimento acumulado da cooperativa como um todo, como demonstrado anteriormente no Gráfico 1.

Tabela 1 - Crescimento populacional do Rio Grande do Sul

Censo	Urbana	%	Rural	%	Total
1940	1.034.486	31,15%	2.286.203	68,85%	3.320.689
1950	1.421.980	34,14%	2.742.841	65,86%	4.164.821
1960	2.462.886	45,20%	2.985.937	54,80%	5.448.823
1970	3.553.006	53,31%	3.111.885	46,69%	6.664.891
1980	5.250.940	67,55%	2.522.897	32,45%	7.773.837

Fonte: *Cotrijornal*, jan. 1992, p. 2.

A Tabela 1 indica que a Cotrijui buscou a ampliação da sua área de atuação, ao mesmo tempo em que se ampliaram a população nacional e a demanda de alimentos, levando a uma pressão intensa pela expansão das fronteiras agrícolas. Os anos 1970 também registraram a

virada demográfica na concentração da população urbana/rural, conforme o próprio *Cotrijornal* registrou em matéria de janeiro de 1992.

Em seu estudo sobre o crescimento demográfico do município de Ijuí, Azambuja (1996) analisa a composição das bases populacionais urbana e rural em Ijuí, cujos índices de crescimento são maiores do que aqueles percebidos na média do Estado do RS. Para a autora, “em 1960 a cidade detém apenas 31,05% da população do município, em 1970 o índice chega a 58,32% do total de 70.932 habitantes. Nesse sentido é que o município, para além de prover condições para a agricultura, passa a ser um dos lugares onde integram-se parcelas da população que vão sendo excluídas do agrário e das pequenas cidades da região” (Azambuja, 1996, p. 45).

O crescimento demográfico da população brasileira levantou outras questões, como a preocupação com a fome. A capa da edição de fevereiro de 1974 do *Cotrijornal* apresentou – pela primeira vez – suas preocupações com esse assunto:

Figura 5: Preocupações com o crescimento populacional no Cotrijornal



Fonte: *Cotrijornal*, fev. 1974, capa.

A Figura 5 é um testemunho de como as preocupações malthusianas, que estavam na base dos argumentos dos defensores da Revolução Verde, também passaram a ser manifestadas pelo discurso da Cotrijui; nesse caso, ocupando mais da metade da capa. De forma contraditória, a edição registrou, ao mesmo tempo, a preocupação com a superpopulação e, conseqüentemente, com os problemas da fome, com a imagem de uma multidão, logo acima de um registro empolgado da ampliação do departamento de consumo da cooperativa, que cita a existência de dois supermercados da Cotrijui, recentemente criados para atender aos agricultores de Ijuí e Tenente Portela, ao mesmo tempo em que fazia menção aos 20 anos dos supermercados no Brasil, conforme vemos no campo inferior esquerdo da capa, ilustrada pela imagem de uma criança sentada em um carrinho de compras em meio às gôndolas de um supermercado. O texto da matéria da capa, reproduzido na Figura 5, assim registrou as preocupações da Cotrijui:

O COTRIJORNAL entende que, dada a implicação sociológica da comemoração, em vista do efeito psicológico que a ONU pretende obter do ato, nada melhor do que, já durante a passagem do segundo mês do ano, conclamar seus leitores para uma reflexão a propósito do tema. Segundo relatos estatísticos feitos pela ONU e FAO, e veiculados pelos jornais e revistas especializados do mundo inteiro, o ano de 73 chegou ao final, deixando perspectivas sombrias a respeito do homem e dos meios disponíveis para alimentá-lo. O fato em si, leva inexoravelmente o homem ao labirinto de uma pergunta irrespondível: alimentar-me-ei amanhã? (Cotrijornal, fev. 1974, capa).

Diante das tendências de crescimento populacional, ampliou-se também a necessidade de a Cotrijui educar o seu crescente quadro social, dentro de uma nova cultura, marcada por valores empresariais, produtividade e tecnologia. Tornou-se imprescindível formar e informar os quadros sociais da cooperativa acerca dos acontecimentos no setor agrícola mundial, que se tornava um campo da economia muito mais dinâmico. Em toda parte falava-se em bolsa de cereais, mercado futuro e *hedge*, um tipo de cobertura ou seguro contra perdas que passou a ser frequentemente utilizado no jargão dos negócios da agricultura, conceitos que eram entendidos apenas por uma minoria de agricultores. É nesse contexto de expansão dos negócios e das fronteiras que a Cotrijui criou o *Cotrijornal*.

O *Cotrijornal* surgiu em meio à Revolução Verde, carregando muitas noções gerais desse contexto que foram transferidas para o público leitor a partir de suas matérias e posicionamentos. Nasceu, também, em meio ao chamado *boom* da soja, que gerou números de produtividade bastante expressivos. No caso da Cotrijui, seu recebimento de soja passou de 180 mil toneladas no ano de 1960, para um milhão de toneladas em 1970, produzindo profundas modificações nas atividades agrícolas. Essa elevação da soja como cultura comercial predominante teve, segundo Callai (2007, p. 43), quatro fatores: 1- a crescente demanda por proteína para alimentação animal; 2- a elevação dos preços internacionais, por conta de diversos

fatores associados; 3- o aproveitamento da estrutura instalada nas cooperativas tritícolas; 4- a resposta rápida dos setores de pesquisa e desenvolvimento de variedades.

A rapidez com que a Cotrijui ampliou o recebimento de soja nos armazéns da sua Regional Pioneira levou à necessidade de mudanças no sistema de comercialização da cooperativa. Essas mudanças visavam atender às exigências do mercado internacional, a cada dia mais complexo e exigente, adequando a cooperativa às suas normas e garantindo, assim, a manutenção das exportações. Dentre essas mudanças, as que surtiram maior impacto sobre o produtor foram a mudança dos meios de entrega da produção e as tabelas diferenciadas de preços.

Aliado a isso, em 1973 ocorreu o cancelamento do embarque de milhares de toneladas de soja dos Estados Unidos, que era o maior produtor na época, para a Rússia, causando um aumento instantâneo no preço mundial da soja, que praticamente dobrou de preço. A Cotrijui havia adotado dois métodos de comercialização desde a última safra – Preço Médio e Preço do Dia –, mas não divulgou suficientemente a lógica de funcionamento de ambas as modalidades. Em decorrência, muitos produtores entregaram soja ao preço do dia e obtiveram altos lucros. Outros, no entanto, entregaram no sistema preço médio e sentiram-se prejudicados pela cooperativa (Cotrijornal, dez. 1978, p. 2).

As mudanças ocasionadas pela Revolução Verde levaram à expansão desenfreada da produção de soja no Brasil, o que inspirou o escritor Luis Fernando Verissimo, na época em que atuou como colunista do *Cotrijornal*, a assinar uma crônica que foi publicada na edição de novembro de 1975, intitulada “Sonho”. O brilhantismo do jornalista fica em evidência ao tecer uma discreta, porém, incisiva, crítica aos tempos de modernização da agricultura.

No texto, Verissimo narra sua viagem recente à sua terra natal, Cruz Alta, na companhia do “seu velho”, referindo-se ao pai dele, Erico Verissimo. O texto é a narrativa do sonho de um sujeito irremediavelmente urbano mas nostálgico de um campo que nunca houve, ou pelo menos, nunca houve para quem efetivamente nele trabalha, numa visão romantizada do campo, construída no imaginário da maioria dos gaúchos que, hoje, vivem na cidade: “uma nostalgia estranha, pois é como ter saudade de uma coisa que nunca se conheceu. Construímos uma ficção sobre a vida pastoral e a sustentamos por toda a vida como uma espécie de alternativa idílica para as agruras da cidade e da vida moderna” (Cotrijornal, nov. 1975, p. 19). Por fim, o autor conclui que, infelizmente, seu sonho “não inclui todo o arcabouço social e econômico que seria necessário para manter esta ficção. Uma fazenda lucrativa o bastante para nos permitir tanto tempo livre e boa disposição para aproveitá-lo. [...] Nenhuma preocupação com o preço

do boi, as pragas da lavoura, as perspectivas do mercado, os empréstimos a saldar”. No mesmo mês em que o *Cotrijornal* publicou a ficção nostálgica do sonho, o escritor Erico Verissimo veio a falecer, no dia 28 de novembro de 1975, assunto publicado na capa da edição seguinte do jornal.

Sobre esse mesmo assunto, das características do imaginário do mundo rural, a edição de fevereiro de 1978 do *Cotrijornal* registrou algumas contradições importantes em relação ao modelo de modernização. A matéria, intitulada “Ler, sim. Mas o quê?”, entrevistou o professor Deonísio da Silva, chefe do Departamento de Letras da Fidene em Ijuí, sobre a insuficiência de produção literária voltada para o meio rural. Para o entrevistado:

o que nós temos na produção literária brasileira é sempre uma desconsideração para com o homem do meio rural. Esta desconsideração não se deve, contudo, somente aos escritores, mas às condições que os amarram. Ora são retratos tortuosos que são oferecidos ao homem urbano como cópias fiéis do que se passa no meio rural. Ora são transposições legítimas, mas orientadas para uma leitura urbana. Isso se deve, ao meu ver, a uma posição que tem percorrido a inteligência brasileira, que é a de considerar que o ambiente urbano é o lugar privilegiado da "cultura", enquanto o interior, o meio rural, é apontado como depositário da ignorância (*Cotrijornal*, fev. 1978, p. 12).

É curiosa a manifestação de desagravo do entrevistado, e da matéria como um todo, em relação à modernização do Brasil. Para o entrevistado, a modernização causou muitos efeitos prejudiciais à população que vive e trabalha no campo. Contudo, a própria Cotrijui vinha fundamentando seu discurso no *Cotrijornal* tomando como referência justamente aquele modelo de modernização orientado pela Revolução Verde, o que soa contraditório.

Como podemos perceber, as transformações do contexto da modernização da agricultura também foram promotoras de mudanças em toda a sociedade brasileira, sendo que a Cotrijui foi uma representante muito ativa, dentro do segmento do cooperativismo empresarial, nessa promoção da modernização. A modernização, por sua vez, foi possibilitada por uma vasta oferta de crédito, geralmente com juros subsidiados pelo próprio governo federal, promovendo a mecanização e a expansão das áreas plantadas e gerando, como consequência, grande fluxo de trabalhadores rurais desempregados para as cidades. Sobre o custo social do processo de modernização do campo, principalmente para os pequenos agricultores, argumenta Callai:

As modificações da acelerada modernização da lavoura refletem-se no encarecimento das terras, na modificação da estrutura fundiária, na proletarização forçada de muitos agricultores. Poucos foram os que encontraram o “pote de ouro” que se imaginava possível encontrando dedicando-se ao cultivo da soja. Pelo contrário, o empobrecimento e a perda da terra foi o preço pago por muitos daqueles seduzidos pela euforia que a todos animava (2007, p. 44).

O *boom* da soja dos anos 1970 consolidou os objetivos da Revolução Verde, produzindo um recuo significativo das atividades coloniais clássicas, que foram, desde o início da colonização da região noroeste do RS, o principal ativo econômico dessas regiões. Após os primeiros investimentos feitos pela Cotrijui nos setores de industrialização, como na construção da fábrica de rações, com recursos da Aliança para o Progresso, e comercialização, com a inauguração do superporto em Rio Grande e seus ramais e vagões ferroviários, era imperativo manter um fluxo constante e crescente de produtividade de soja, o que, por sua vez, passava pela necessidade de ampliação da área de atuação da cooperativa e, também, por uma mudança na matriz produtiva, implicando diretamente no tamanho das propriedades rurais. Segundo Telmo Frantz:

Tal área situava-se, segundo opinião corrente na época, em torno de 30 ha. Isto significava dizer que grande parte das áreas ocupadas por estabelecimentos menores não seriam incorporadas à produção daqueles grãos e, se o fossem, teriam problemas técnicos e econômicos. Iniciou-se, em consequência, uma discussão com os associados sobre os problemas da estrutura fundiária na região. É quando pela primeira vez se fala em colonização no interior da Cotrijui (1982, p. 186).

Essa discussão iniciou-se com o trabalho realizado, em 1972, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento da Fidene (IPP) sobre a estrutura fundiária dos municípios da região de Ijuí (Fidene, 1972). Novamente, o debate gerado leva em consideração a necessidade de desenvolvimento considerando apenas os custos econômicos, mas não os custos ambientais do progresso, reforçando uma ideia bastante presente no discurso da Cotrijui, na forma como o percebemos ao longo da leitura do *Cotrijournal*, de antagonismo entre agricultura e natureza.

O aumento da produção e os investimentos na industrialização em torno da soja ampliaram o potencial de lucratividade das cooperativas nos mercados de grãos. Na medida em que esses investimentos foram sendo efetivados, a necessidade de expansão dos negócios e o desejo de expandir as áreas de atuação e. Consequentemente. a produção, se tornaram constantes. Dessa forma, para Telmo Frantz,

a estrutura minifundiária da região pioneira apresentava-se como fator limitante, não só para muitos colonos que não conseguiam obter resultados suficientes para garantir seu progresso econômico e social, mas também para os granjeiros que, desejosos de aumentar seus negócios agrícolas, se viam obrigados a dirigirem-se para outras regiões do estado e do país (1982, p. 184).

A Cotrijui, como inúmeras outras cooperativas empresariais que também atuaram no Rio Grande do Sul, estava no epicentro das mudanças no cenário agropecuário. Vista do ponto de vista econômico, a Revolução Verde tinha, como um de seus objetivos, a implantação do uso de variedades melhoradas de sementes, que possibilitaram o aumento exponencial da

produtividade média dos campos. Porém, pensando noutra perspectiva, tais variedades criaram uma dependência de novos fertilizantes e pesticidas, o que acentuou as desigualdades sociais pré-existentes e acelerou a mecanização e a concentração de terras. Para Carson (1964 *apud* Nodari, 2016, p. 56), “a ação humana, cultural, reconfigura a dinâmica natural”, principalmente quando o uso de agrotóxicos na agricultura desequilibra as complexas relações existentes entre as múltiplas espécies que habitam o ecossistema, o que nos levou à necessidade de analisar os problemas ambientais resultantes desse movimento de expansão das fronteiras agrícolas.

### **1.3.1 Os problemas ambientais da expansão regional da Cotrijui**

Percebemos uma repetição de muitos dos argumentos da Cotrijui que procuravam justificar os fundamentos da própria Revolução Verde. Isso é compreensível, segundo Alves (2013, p. 91), pois as cooperativas empresariais funcionaram como “um agente intermediário entre as empresas fornecedoras de tecnologia e os produtores rurais mesorregionais. [Elas] faziam, portanto, a ponte, facilitando a propagação tecnológica”. Vemos isso na utilização recorrente da terminologia “defensivo” para se referir à ação dos agrotóxicos em relação “às pragas e plantas invasoras”. Esse subterfúgio denota o apelo ideológico e sustenta, por sua vez, a defesa do modelo de expansão dos negócios baseado na tecnologia e na produtividade, aspectos essenciais da Revolução Verde e que, por sua vez, passavam a compor o “evangelho do desenvolvimento” (McCook, 2008. p. 94) promovido por novas e poderosas organizações multilaterais como o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO).

Com frequência, a Cotrijui utilizou o argumento da “segurança alimentar”. Os discursos enalteciam a mecanização e o desenvolvimento agrícola e, em geral, se amparavam no argumento do combate à fome, considerada resultado do crescimento populacional e não da má distribuição de renda. Em Davis e Goldberg (1957, p. 20), vemos essa compreensão da tecnologia como defensora da civilização, que “libertou as pessoas dos seus próprios suprimentos alimentares locais; eliminou o medo da fome no continente americano; e nos deu a promessa de sermos capazes de alimentar bem, nas próximas décadas, uma população em rápido crescimento sem recursos terrestres adicionais”.

Embora tenha sido pioneiro em muitos aspectos, outras cooperativas do mesmo segmento também criaram jornais institucionais que registraram as mudanças no cenário produtivo, como foi o caso do *Cooperativa Jornal* e depois *Agro-Jornal*, da Cooperativa

Tritícola de Passo Fundo, produzido e distribuído em sua região de abrangência com o objetivo de expressar a “visão sobre a modernização da agricultura dos autores do periódico, dos diretores da cooperativa e dos empresários ligados à indústria e ao comércio de equipamentos e insumos agrícolas” (Gerhardt, 2016, p. 167). Ainda, segundo o autor,

as propagandas estampavam a substituição tecnológica em curso, apresentando simultaneamente as novas tecnologias e aquelas que, mesmo sendo menos produtivas, ainda sobreviviam ou se destinavam ao agricultor menos capitalizado. Era o tempo da mudança, quando o velho e o novo conviviam nas páginas do jornal (2016, p. 168-169).

As propagandas de insumos industrializados também ocupavam um espaço significativo do *Cotrijornal*. Na primeira década, entre 1973 e 1983, o espaço destinado à publicidade externa era menor, talvez pela boa saúde financeira da instituição, o que permitia a manutenção do jornal sem a necessidade de vender espaços publicitários, — ou talvez porque os hábitos de consumo de insumos de fora da propriedade agrícola ainda não estavam estabelecidos. Nessa primeira década de existência do jornal, eram mais frequentes as publicidades orientadas para a autopromoção da própria Cotrijui, ocupando grandes espaços das páginas, especialmente para expressar aqueles valores considerados como fundamentos da própria concepção ideológica do cooperativismo. Com o tempo, as publicidades foram sendo orientadas por outros objetivos, principalmente comerciais, divulgando produtos e serviços alinhados aos negócios da agricultura e, também, para servir de sustentação financeira à manutenção do próprio jornal, como analisamos melhor no capítulo 3.2: Meio ambiente no discurso do cooperativismo.

No entanto, no decorrer da década de 1970, fase de expansão regional da Cotrijui, verificamos uma mudança na concepção de anúncios do *Cotrijornal*, passando a veicular – com cada vez mais frequência – anúncios marcados pela necessidade de modernização no campo. Como decorrência, mais da metade das páginas do jornal passou a exibir algum tipo de publicidade de produto ou serviço sendo oferecido, sob a promessa de melhoria da produtividade, de redução de custos, da eliminação de ervas daninhas, fungos ou insetos, em geral denominadas pela alcunha de “pragas”, ou, ainda, indicando uma pretensa redução do tempo de trabalho para o agricultor.

O argumento da redução do tempo de trabalho é um dos aspectos centrais quando se analisam, historicamente, os impactos da Revolução Industrial e, por extensão, da Revolução Verde, aqui pensada como o processo de industrialização do campo, ou de expansão do capitalismo para o campo. Esse é o novo contexto para o qual a Cotrijui adaptou, gradativamente, seu discurso e expandiu sua atuação ao longo do período estudado. Vimos que

a Revolução Industrial desenvolveu novos dispositivos mecânicos para executar as tarefas antigas de forma mais rápida e com menos esforço. Para Davis e Goldberg, “a vanguarda de uma nova era tecnológica surgiu no horizonte agrícola na forma de novos dispositivos mecânicos projetados para realizar tarefas antigas em menos tempo e com menos trabalho” (1957, p. 4, tradução livre). Os mesmos autores também citam os exemplos do descaroçador de algodão e do arado de ferro fundido, surgidos nos Estados Unidos nos anos 1790, como a primeira geração de “*new labor-saving devices*”, ou “novos dispositivos de poupar trabalho”, em tradução livre.

Figura 6: Publicidade dos negócios da agricultura

**"Eu não  
faço nada contra as  
pragas da soja."**

**"Quem faz é Nuvacron."**

**Lagarta** **Percevejo** **Pulgão** **Mosca** **Bruchido**

Quem já usou Nuvacron comprovou: não precisou fazer nada contra as três principais pragas da soja que tiram o sossego do agricultor - a lagarta, o percevejo e a broca. Nuvacron sumiu com elas e permitiu ao agricultor ficar com tempo e tranquilidade de sobra para cuidar de outros afazeres mais importantes da fazenda. É que Nuvacron age por *contato*, *ingestão* e *ação sistêmica*.

Por exemplo: se uma praga andar na superfície de uma folha de soja, ela será eliminada ao *menor contato* com Nuvacron. Se a praga *comer* a folha também não escapará, já estará condenada. Pragas como o percevejo, que costuma atacar a soja após a floração, também são eliminadas, porque Nuvacron tem *ação sistêmica*, permanecendo ativo e vigilante no interior da planta, sem

riscos de ser lavado pelas chuvas e com o mesmo poder de proteção, demonstrado durante a fase inicial da soja e até a sua floração. Toda essa proteção de Nuvacron, nas doses recomendadas, ainda oferece os melhores custos por hectare. Nuvacron é tudo isso. Com ele a sua soja chega "tranquila" e segura até a colheita.

**CIBA-GEIGY**  
DIV. AGRICOLQUÍMICA

Fonte: *Cotrijornal*, fev. 1984, p. 17.

Algumas publicidades, como na representação da Figura 6, funcionavam exatamente nessa perspectiva, vendendo aos leitores a ilusão de que as novas tecnologias, por si só, aumentariam a produtividade e isso diminuiria o tempo de trabalho do agricultor. O uso do termo *labor-saving*, em Davis e Goldberg (1957, p. 4), também remetia à ideia de que, ao poupar

de tempo de trabalho, se trabalharia menos e isso geraria uma espécie de economia de tempo para o futuro. Contudo, quando se reflete que, juntamente com a economia de tempo gerada pelas inovações tecnológicas, temos o incremento significativo da produtividade, percebe-se que não há uma economia de tempo, mas sim um aumento do trabalho em novos campos, pois cada inovação tecnológica demandava aprendizado de novos conhecimentos para sua aplicação, o que amplia os resultados do setor produtivo, especialmente na ponta da cima da cadeia industrial. Assim se cria a ilusão do trabalhador sentado na rede, admirando a lavoura, enquanto a tecnologia resolve os seus problemas, como vemos no primeiro plano da imagem que ilustra a publicidade da Figura 6, quando na realidade a produção, com ou sem tecnologia, é o resultado do seu trabalho, ainda que de forma alienada.

Naquilo que se chamou de “segunda fase do desenvolvimento da indústria rural”, Davis e Goldberg (1957, p. 8) justificam a necessidade de fazer os agricultores utilizarem suprimentos de fora da fazenda – *out-off-farm* no original, tendência iniciada na mecanização agrícola, mas ampliada com o aumento da complexidade das máquinas e serviços: reparos, peças, pneus, óleos, correias, produtos que, por sua vez, promovem o desenvolvimento de novas indústrias, no segmento metal-mecânico, como a indústria do petróleo e da borracha.

Figura 7: Propaganda de utilitários para a agricultura



**Pick-up Fiat.**  
**A maneira mais econômica de levar 500 kg nas costas.**

Transportar 500 kg de carga a grande maioria dos utilitários que você conhece transporta. Mas fazer isso gastando pouco, são outros quinhentos.

E aí, a Pick-up Fiat está sozinha na parada. Está sozinha porque só a Pick-up Fiat tem mecânica Fiat. E isso quer dizer: economia, desempenho, agilidade no trânsito da cidade e tranquilidade na hora de enfrentar terrenos irregulares e as estradas difíceis da zona rural.

No compartimento de carga, a Pick-up carrega tudo o que você quiser até 1/2 ton. Inclusive objetos longos: a Pick-up Fiat tem porta traseira basculante para facilitar as coisas.

O seu moderno motor 1300 cc a álcool ou a gasolina, e o seu tanque com 52 litros de capacidade, garantem muitas idas e vindas, com muita economia.

Por fora a Pick-up Fiat tem o tamanho ideal para o transporte urbano. Ela é fácil de manobrar e é ágil como ela só no trânsito.

Por dentro a Pick-up Fiat apresenta várias novidades como os novos bancos, muito mais confortáveis, painel antichoque com instrumentos de fácil leitura e muitas outras novidades.

Como você pode ver, além de carregar 500 kg nas costas, a Pick-up Fiat ainda tem uma vantagem, que só ela tem: ela não pesa no seu bolso.

Venha ver a Pick-up Fiat de perto numa Concessionária Fiat.

**FIAT**  
**pick up**

Fonte: Cotrijornal, out. 1981, p. 6.

Ao observarmos a diversidade de publicidades que passaram a ser veiculadas no *Cotrijornal*, como a da Figura 7, fica em evidência a promoção que a Cotrijui fazia dos novos hábitos de consumo em áreas que passavam a integrar os negócios da agricultura, como os veículos utilitários e toda sorte de suprimentos para sua manutenção. Na imagem do topo da Figura 7, vemos uma composição de quadros que mostram diferentes tipos de uso para a *pick-up*, como carregar o produto do trabalho, como o leite e os sacos de grãos na parte superior do quadro, mas também os insumos de produção, na parte inferior. Também a chegada da eletrificação rural, com motores, bombas, refrigeradores e todo tipo de suprimentos agrícolas que demandam energia elétrica para funcionarem. E, por fim, o desenvolvimento de indústrias de fertilizantes, suplementos minerais, inseminação artificial e sementes melhoradas em laboratório, que mais tarde seriam batizadas de biotecnologia, viraram tendência entre os fazendeiros e implementaram novos ritmos de trabalho diário, conforme explicam Davis e Goldberg (1957, p. 5): “Simultaneamente à mecanização da agricultura, houve a aplicação de pesquisas a outras fases da agricultura, incluindo o melhoramento de plantas e animais, a nutrição de plantas e animais, o manejo do solo e da água, o controle de doenças e insetos, a acomodação de animais e o armazenamento de commodities”.

Mas não é apenas nas publicidades que tais assuntos ficam evidentes. Muitas matérias assinadas por técnicos, agrônomos e veterinários, da própria cooperativa ou convidados, reforçam essa mudança de paradigma pela qual a Cotrijui passou. Assuntos como novas variedades de grãos, novas técnicas de produção, novas tecnologias aliadas ao trabalho rural foram bastante frequentes dentre as matérias do *Cotrijornal* e expressavam um posicionamento pretensamente mais avançado, moderno e racional para a agricultura, em contraposição aos atrasados, antigos e irracionais métodos tradicionais de produção. Os temas foram diversos, variando entre mecanização, novas variedades de grãos, biotecnologia e genética, mas, contraditoriamente, dividiam espaço com matérias que versavam sobre preocupações com ecologia, envenenamento por agrotóxicos, doenças e desequilíbrio ambiental e segurança alimentar.

A edição do *Cotrijornal* de junho de 1977 expressou uma dessas contradições, quando, na página 27, apresenta um chamativo anúncio de um fungicida para o trigo, potencialmente tóxico, o Manzate D, enquanto na página anterior divulgava um texto com as preocupações de um dos agrônomos da cooperativa sob o título “Defensivos agrícolas: culpados ou inocentes?”. A matéria, assinada pelo engenheiro agrônomo Luiz Volney Mattos Viau, dizia que:

O agricultor brasileiro passou a utilizar maiores quantidades de **defensivos**, dando

maior atenção ao tratamento científico da sua lavoura. [...] Devemos ter em mente que todos os defensivos são tóxicos e que o inseticida ideal deveria ser aquele que entre as suas várias qualidades estaria a ausência de toxidade para o homem e animais de sangue quente. Sabemos que é difícil para o produtor conhecer todas as implicações desses produtos em vista do seu grande número. **Frequentemente aparecem novos pesticidas**, tanto para uso agrícola, pecuário, como para uso doméstico. Cerca de 400 compostos químicos diferentes, que dão origem a mais de 8.000 formulações estão licenciados no Brasil. Acredito que, **em função das necessidades da utilização de defensivos, neste momento de nada ou pouco adiantará a condenação do uso de defensivos**. A classe agrônômica está mobilizada e consciente dos problemas que podem causar os pesticidas quando mal utilizados.[...] Tenho certeza que esta educação é um processo lento, como qualquer outro tipo de educação. Nós levamos anos para aprender a ler e escrever e tenho certeza que o produtor levará ainda muitos anos para aprender a utilizar corretamente os defensivos agrícolas (Cotrijornal, jun. 1977, p. 26, grifos nossos).

A matéria é importante por mostrar, por um lado, que havia uma preocupação do quadro técnico da cooperativa com os efeitos deletérios das substâncias químicas que invadiam o mercado brasileiro de insumos na Revolução Verde, e, por outro, sua incapacidade de fazer qualquer oposição diante da “necessidade de utilização dos defensivos”, dentro do contexto da expansão da produtividade, em especial da lavoura de soja e do desenvolvimento econômico nacional. Chama a atenção o uso insistente da terminologia “defensivos” para se referir a toda sorte de produtos químicos destinados a matar insetos, fungos e plantas que causassem dano à lavoura.

Figura 8: Publicidade belicista contra “pragas” no Cotrijornal

**O maior inimigo destas pragas está nos melhores inseticidas.**

**Contém Toxaphene®**

**O inseticida eficaz, econômico e biodegradável.**

O maior inimigo destas pragas é Toxaphene, um produto de origem vegetal que faz parte dos melhores inseticidas fabricados neste País.

Toxaphene possui moderada toxicidade, é biodegradável, sendo rapidamente metabolizado e excretado pelos organismos vivos, e degradado no solo, ar e água.

Em outras palavras: Toxaphene é mortal para as pragas e inofensivo para sua lavoura. Usado de acordo

com as recomendações (1 a 4 kg por hectare), Toxaphene é bem econômico: aumenta o intervalo entre as aplicações e reduz o custo de produção.

Toxaphene é versátil pois permite a sua aplicação em UBV, CE e pós, quer só, quer em misturas formuladas ou de tanque com outros pesticidas.

Toxaphene é o inimigo certo das principais pragas que atacam as lavouras de algodão, soja, feijão, trigo, arroz, amendoim, milho, etc.

Use Toxaphene e comprove.

Produzido pela **AGROQUISA S.A.**  
Uma empresa Matarazzo.

Distribuído pela **HERCULES**

Janeiro/80

Fonte: Cotrijornal, jun. 1977, p. 27.

A linguagem belicista também era bastante frequente nos anúncios, como na representação da Figura 8. Termos como “inimigo”, “ataque”, “defesa”, “guerra” e “vitória”, quando utilizados no discurso produzido pelas matérias e propagandas, criavam uma concepção dialética que colocava a humanidade na condição de uma defensora dos seus valores, e as pragas da natureza como as inimigas, enraizando o próprio discurso da modernização, com termos como “eficácia” e “economia”. Na Figura 8, vemos que o *Toxafeno* era oferecido como um produto “biodegradável” e “inofensivo”. Contudo, seu princípio ativo, o *Taxaphene*, é classificado como um inseticida clorado e como um Poluente Orgânico Persistente (POP), tendo sido banido da maioria dos países até o início dos anos 1990, devido à sua alta toxicidade e capacidade de se bioacumular nos animais, tendo sido associado a uma série de disfunções e doenças letais, segundo a Agência de Registro de Substâncias Tóxicas e Doenças dos Estados Unidos (ATSDR, 2025).

No ano seguinte, em fevereiro de 1978, chamou-nos a atenção um artigo publicado no *Cotrijornal* pelo engenheiro agrônomo da Cotrijui, Luiz Volney Mattos Viau, em que relembrou a descoberta das propriedades inseticidas do diclorodifeniltricloroetano (DDT), feitas pelo entomologista suíço Paul Müller em 1939, que iniciaram uma revolução no campo dos pesticidas, desencadeando a incorporação de vários produtos à base de cloro na luta contra as pragas, fato esse que deu a Müller o Prêmio Nobel de Medicina. No texto, Viau afirma:

Quando Müller descobriu as propriedades inseticidas do DDT, iniciou **uma revolução no campo dos pesticidas**, desencadeando a incorporação de vários produtos à base de cloro na luta contra as pragas. Este fato deu a Müller o Prêmio Nobel de Medicina. Esses produtos, durante muito tempo, tiveram **grande participação dentro do processo evolutivo da agricultura**, além de serem citados como produtos pioneiros na luta contra enfermidades que ameaçaram a saúde pública, como a malária, enfermidade de chagas, peste bubônica e tifo. No entanto, se caracterizaram por apresentarem um longo efeito residual, permanecendo estáveis no meio ambiente, além do seu efeito acumulativo no organismo dos indivíduos. Os inseticidas clorados são bastante persistentes, pois suas estruturas químicas permanecem sem degradação por longos anos. Calcula-se que, após 10 anos, o DDT ainda circula na Biosfera participando da cadeia alimentar (Cotrijornal, fev. 1978, p. 17).

O DDT é o mais conhecido dos inseticidas do grupo dos organoclorados, sendo considerado uma das substâncias sintéticas mais utilizadas e estudadas no século XX. Segundo D'Amato (2004), Paul Müller recebeu o Prêmio Nobel de Medicina, em 1939, devido à descoberta das propriedades inseticidas do DDT, que foram utilizadas no combate à malária. Seu trabalho destacou a eficácia do DDT como um inseticida poderoso e de baixo custo, essencial para o controle de vetores de doenças, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, para prevenção de tifo em soldados, na saúde pública no Brasil, como alguns aspectos do controle de doenças transmitidas por vetores, como leishmaniose e malária e, posteriormente,

na agropecuária.

Contudo, para o mesmo autor, devido à ampliação em escala do seu uso comercial, resíduos de pesticidas organoclorados, como o DDT, estão presentes nas áreas mais remotas da Terra. Os pesticidas, aplicados em lavouras, terrenos ou em processos de “reflorestamento”, ligam-se aos sedimentos do solo e sofrem ação de lixiviação e contaminação de águas, volatilização e contaminação do ar ou são absorvidos por micro-organismos, vegetais ou animais. Esses pesticidas atuam sobre o sistema nervoso central e seus efeitos no organismo ocorrem depois de atuarem sobre o equilíbrio de sódio/potássio nas membranas dos axônios. As manifestações crônicas consistem em neuropatias periféricas, incluindo paralisias, discrasias sanguíneas diversas que podem até ser consequências de aplasia medular, lesões hepáticas com alteração das enzimas transaminases e fosfatase alcalina, lesões renais e arritmias (D’Amato, 2004, p. 996-997).

Em 1962, Rachel Carson sugeriu – em seu livro *Primavera Silenciosa* – que o uso extensivo do DDT poderia ser a principal causa da redução populacional de várias aves, especialmente aquelas no topo da cadeia alimentar, como o falcão peregrino e a águia calva (*bald eagle - Haliaeetus leucocephalus*), símbolo dos EUA. Esse livro é considerado a primeira manifestação contra o uso indiscriminado do DDT e levou vários países a banir seu uso desde então. Segundo D’Amato:

Nos EUA, o uso [de DDT] cresceu, chegando a até 35.771 toneladas produzidas em 1959, principalmente para exportação, chegando a 81.154 toneladas em 1963. Então a produção começou a declinar, sendo que a quantidade produzida para uso no país em 1969 não passou de 13.724 toneladas; entretanto, continuou sendo fabricado em outros países, sendo sua produção mundial, em 1974, de 60.000 toneladas.

A Suécia foi o primeiro país do mundo a banir o DDT e outros inseticidas organoclorados, em 1º de janeiro de 1970, com base em estudos ecológicos. Pouco depois foi seguida por outros países, excetuando-se o uso em programas de controle de doenças.

No Brasil, as primeiras medidas restritivas se deram em 1971, com a Portaria nº 356/71, que proibiu a fabricação e comercialização de DDT e BHC para combate de ectoparasitas em animais domésticos no país, obrigando os fabricantes a recolherem os produtos, mas isentou os produtos comerciais indicados como larvicidas e repelentes de uso tóxico; e com a Portaria nº 357/7110, que proibiu em todo o território nacional o uso de inseticidas organoclorados em controle de pragas em pastagens (2004, p. 995).

Antes, porém, daquele artigo mais crítico do engenheiro agrônomo da Cotrijui, o *Cotrijornal* havia feito outro alerta, de modo bastante discreto, no Caderno de Avisos da edição de julho de 1974, sobre os perigos do DDT. A pequena nota dizia que:

A população brasileira ocupa um lugar de destaque entre as dos países que apresentam grande concentração de DDT e outros inseticidas cancerígenos, acumulados na camada subcutânea de gordura em consequência da manipulação de agentes físicos ou

químicos em locais de trabalho. E, apesar dos casos serem muitos, com a tendência de aumentar a cada dia, o câncer profissional ainda não é reconhecido nem pelos médicos, nem pela legislação brasileira (Cotrijornal, jul. 1974, Caderno de Avisos).

A nota sobre o DDT não citava diretamente a agricultura ou os agricultores, referindo-se apenas à manipulação de químicos em locais de trabalho, embora se saiba que a maior quantidade desses componentes químicos era disseminada por meio da agricultura intensiva. A nota, ainda, compartilhava o espaço do Caderno de Avisos com uma matéria muito chamativa, intitulada “Soja, é o alimento do futuro”, indicando sua versatilidade como um “aditivo [que] alimenta, de fabulosa riqueza proteica e de boa gestibilidade”, referindo-se ao grão como “versátil”, “inovador”, “econômico”, um verdadeiro “grão mágico das múltiplas utilidades” (Cotrijornal, jul. 1974, p. 4). obviamente, o texto não mencionava os impactos ambientais da soja, tampouco a diversidade de inseticidas, herbicidas e outros agentes químicos que, da mesma forma que o DDT, ainda circulavam na agricultura brasileira naquele contexto.

As transformações ecológicas, ocasionadas pelo avanço do modelo agrícola, não apenas alteraram a paisagem, como também impactaram as relações sociais e econômicas na região, uma vez que o crescimento da população forçava a expansão da fronteira agrícola para novas áreas de floresta nativa. O aumento da área cultivada e a diversificação das atividades agrícolas também foram notáveis durante esse período.

Vimos que a Cotrijui foi uma importante protagonista das mudanças incentivadas pelo cenário político e econômico da Revolução Verde ao longo das décadas de 1960 e 1970 e, desde então, pouco se refletiu sobre a relação entre o modelo de desenvolvimento defendido pelo cooperativismo empresarial e os seus impactos socioambientais, em espaços naturais existentes e ainda considerados “vazios” ou “a serem desbravados” (Pádua, 2015, p. 237), espaços que se converteram, ao longo da segunda metade do século XX, em recursos econômicos para a expansão do agronegócio brasileiro. Citando o então ministro da Fazenda, Mário Simonsen, o editorial do *Cotrijornal* destacou, em outubro de 1975, que, “num mundo ameaçado pela crise, disse [o Ministro da Fazenda] que o Brasil desponta como um dos raros países que, **com seus vastos espaços vazios**, oferece maiores possibilidades de expansão agropecuária” (Cotrijornal, out. 1975, p. 2, grifo nosso). No próximo capítulo, aprofundaremos a compreensão da participação da Cotrijui no movimento de expansão nacional das fronteiras socioambientais.

## 2. A COTRIJUI E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA SOCIOAMBIENTAL

“[...] aproximava-se do Sol em seu vôo, ansiando por alturas maiores [...]” (Ovídio)

Neste capítulo, aprofundamos nossa compreensão sobre os esforços promovidos pela Cotrijui na ampliação da sua área de atuação, na década de 1970, para além da sua Regional Pioneira, acompanhando um movimento nacional de expansão das fronteiras socioambientais no contexto brasileiro, em direção de biomas como o Pampa, o Amazônia e o Cerrado. O capítulo narra o envolvimento direto da Cotrijui na expansão da fronteira agrícola, identificando e analisando as contradições verificadas no seu discurso, que atuou como um agente no processo de modernização e expansão da agricultura brasileira, disseminando novas técnicas de cultivo, culturas, tecnologias e, inclusive, novos preceitos ideológicos, expressos por um conjunto de conceitos e ideias que são o fundamento da própria Revolução Verde, no decorrer da segunda metade do século XX.

### 2.1 O *Cotrijornal*: uma fonte para o estudo da expansão da Cotrijui

Uma parte importante das memórias da Cotrijui e do próprio cooperativismo brasileiro encontra-se registrada nas páginas do *Cotrijornal*, um jornal produzido e impresso mensalmente pelo Setor de Comunicação da cooperativa, em parceria com a Fidene, entre julho de 1973 e agosto de 1994, um ano particularmente traumático para a cooperativa, dada a crise conjuntural que se instalou e que atingiu também o jornal levando-o à publicação da sua última edição. De certa forma, a falência do *Cotrijornal* delimita cronologicamente a crise do próprio modelo de cooperativismo empresarial subsidiado do Milagre Econômico.

Periódico mensal de informação dos associados da cooperativa, o *Cotrijornal* foi criado em meio a um momento de grande expansão da Cotrijui, que lançava bases físicas em praticamente toda a região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e planejava expansões para outras partes do país. Jornalismo segmentado, caracterizou-se por fazer uma seleção afinada de informações para noticiar de forma direcionada para sua audiência, com conteúdos que exigiam um conhecimento técnico e especializada dos seus leitores. Conquistou repercussão nacional até internacional com uma proposta de jornalismo alternativo, voltada principalmente para o cooperativismo e para o atendimento das necessidades do quadro social da própria cooperativa, construindo parcerias importantes com a comunidade local e regional.

Teve como primeiro redator-chefe Raul Rodrigues Quevedo (1926–2009), destacado

jornalista e escritor gaúcho, que ao longo de sua trajetória defendeu a valorização da imprensa brasileira e a sua memória histórica. Nascido em Pelotas, iniciou sua carreira na década de 1950, fundando a *Revista TV* e atuando em diversos veículos de comunicação, como o *Jornal do Comércio*, *Correio do Povo* e *Zero Hora*, onde exerceu funções de repórter, redator e editor de Economia. Durante o regime militar, exilou-se no Uruguai, de onde continuou sua atividade jornalística, e posteriormente destacou-se na criação do *Cotrijornal*, o primeiro periódico cooperativista do Brasil (Zero Hora, 2009)

O *Cotrijornal* era editado no tamanho A3, e variou pouco em formato e estrutura ao longo do tempo. Em seus três primeiros anos de existência, possuía 14 páginas distribuídas entre: capa, contendo informações sobre o conteúdo da edição, manchetes e assuntos principais; Editorial e Perspectiva, geralmente no verso da capa, informavam ao leitor sobre a manchete da edição, o assunto mais importante, em geral, temas relativos à agricultura, ao cooperativismo e à economia; Mundial, com informações sobre a agricultura no mundo e, esporadicamente, curiosidades e conhecimentos sobre países diversos; Técnicos, abordando informações técnicas específicas, como manejo, plantio, variedades de sementes e forrageiras; Sindical, espaço destinado para a publicação de informações sobre os sindicatos rurais da área de atuação da cooperativa; Cotrisol, um suplemento infantil elaborado pela Escola Francisco de Assis (EFA) da Fidene, rico em ilustrações, versos e brincadeiras, abordava o tema cooperativismo de maneira lúdica e esteve presente desde a primeira edição do *Cotrijornal*, tendo seu nome sido escolhido a partir da terceira edição do jornal; Avisos, coluna que ocupou grande espaço do jornal nas primeiras edições, buscando explicar detalhadamente o novo sistema de comercialização de soja da Cotrijui, uma preocupação latente da administração principalmente devido a grande expansão que esta cultura registrava no período.

A partir da 20ª edição, em junho de 1975, percebe-se uma mudança no formato e na estrutura do *Cotrijornal*. O jornal ganhou mais páginas, oscilando entre 20 e 30 páginas, e a tiragem subiu para 12.500, acompanhando o crescimento do quadro social da Cotrijui. A linha editorial foi ajustada, proporcionando maior espaço para seções de conhecimentos gerais, curiosidades e educação, porém sem alterações nas seções existentes e até então editadas. Estas características permaneceram até a última edição do *Cotrijornal*, em setembro de 1994. Desde então, várias coletâneas incompletas existiam em diferentes lugares, como arquivos pessoais de antigos funcionários da cooperativa, associados, nos arquivos da Cotrijui e parte também no MADP. Em 2021, como parte dos esforços de pesquisa dessa tese, as coletâneas foram reunidas, compiladas sequencialmente e disponibilizadas em formato digital pela hemeroteca do MADP,

através de projeto “Difusão da memória social através da imprensa em Ijuí e Rio Grande do Sul: conservação do acervo de jornais e acesso eletrônico às publicações sobre a Revolução Farroupilha (1838-1840) e o cooperativismo regional (1973-1994)”, por meio de financiamento do Pró-Cultura RS – Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Edital SEDAC nº 07/2021 do Concurso FAC Patrimônio (Noroeste Online, 2025).

Muitas características fazem dos jornais ótimas fontes para pesquisa historiográfica. Como fonte, propriamente dita, o jornal confere aos historiadores o que Márcia Espig chama de “‘arquivos do cotidiano’, nos quais podemos acompanhar a memória do dia a dia [e] a inserção do acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo” (Espig, 1998, p. 274). Contudo, para a autora, a forma de tratamento do jornal como uma fonte de informações em si mesmo, bem como a ausência de crítica interna do conteúdo jornalístico, são problemas frequentes na abordagem da imprensa pelos historiadores:

A imprensa não informa a história, simplesmente, e não basta ao pesquisador retirar de suas páginas os dados referentes ao período desejado para que possa considerar o seu trabalho concluído. Sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas que possibilitem uma leitura intensiva e competente, através da qual se possa desvendar cuidadosamente o que é importante dentro de determinado assunto (Espig, 1998, p. 274).

Ou seja, o jornal oferece ao historiador um mecanismo privilegiado de acesso ao registro cotidiano dos acontecimentos de uma determinada época, nas entrelinhas das matérias, nas publicidades e nos editoriais. Trata-se de uma valorização do acontecimento pelo historiador, que se deve à importância que a própria mídia adquiriu em nossa sociedade. A invenção das tecnologias voltadas para a produção e disseminação de conteúdo informacional tem, ao longo das últimas décadas, contribuído para a irrupção de processos inovadores no campo da cultura, influenciando a forma como a sociedade se organiza nos campos político e econômico. Acontecimentos em partes remotas do planeta, antes ignorados, agora são apresentados de forma quase irresistível, diante das imagens criadas pela imprensa falada, escrita ou televisionada. Os jornalistas atuam como mediadores entre o acontecimento e o público leitor, sendo esse processo atravessado por diversos condicionantes ideológicos. Por essa razão, o historiador não pode desconsiderar o acontecimento, reconhecendo-o como elemento central na experiência dos indivíduos inseridos em uma cultura de massa. Para Abreu,

entender a construção do acontecimento através da imprensa é uma maneira de esclarecer momentos significativos de mudanças na sociedade e identificar uma situação histórica e social que deu lugar ao acontecimento. [...] A imprensa introduz no sistema social novas formas de pensar, elabora e interpreta aspirações e demandas da sociedade, ou seja, enquanto ator social, participa de todo o processo político (1998, p. 62).

A cultura de massa é um dos principais mecanismos definidores das relações entre os indivíduos situados nas sociedades contemporâneas. Dias (2014, p. 2) classifica as mídias como as “rodas de fiar do mundo moderno”, pelas quais “jornalistas e suas empresas constroem e rememoram o passado para atender agendas específicas”, justificando a importância de se problematizar as leituras de mundo que os veículos de imprensa construíam no passado; suas expectativas e a ressignificação do próprio passado, expresso na forma como os jornais tratam a própria memória e recriam os acontecimentos de acordo com essas expectativas. Partimos da compreensão de Espig (1998), para abordar a relação entre o discurso jornalístico e o imaginário social ao qual ele se dirige, que não se trata de uma relação passiva, pois,

ao mesmo tempo em que se esforça para adequar-se ao imaginário social da sociedade à qual se dirige, a imprensa também contribui para criar ou modificar este imaginário [...]: ao mesmo tempo em que dá exteriorização a um determinado discurso criador de significados, também encontra-se atrelado ao que é possível dizer, ou seja, seu discurso não pode fugir da visão de mundo presente naquela sociedade, sob o risco de tornar-se algo sem sentido (1998, p. 277).

Estudando o papel do historiador ao lidar com arquivos privados, Gomes aborda a importância de novos objetos e metodologias na pesquisa histórica, sugerindo uma renovação teórica que valoriza a diversidade de abordagens. Chama a atenção para o que denomina como o perigo da “ilusão da verdade” (1998, p. 126) nas fontes, relacionando-se à capacidade de dar vida à história e conhecer os sujeitos históricos de forma “real” e “sem disfarces”. Para a autora:

[é] sob essa ótica que a "espontaneidade", a "autenticidade" e a "verdade" dos documentos pessoais precisa ser trabalhada. De forma alguma para ser desconsiderada, mas exatamente para ser refletida e problematizada, sendo associada a outros tipos de documentação e sofrendo o crivo de um rigoroso tratamento teórico-metodológico. Nisso os documentos pessoais em nada di ferem de todos os demais documentos históricos. Dito de outra forma, o feitiço pode estar em toda parte, havendo apenas alguns lugares mais perigosos que outros (Gomes, 1998, p. 126).

Para a Gomes, portanto, é crucial aplicar a crítica das fontes, munidos de escolhas teóricas e metodológicas, para não se deixar levar pelo “feitiço” dos documentos e confundir a qualidade da fonte com a qualidade do texto.

Seguindo essas premissas, iniciamos nossa análise do *Cotrijornal* considerando-o uma fonte fundamental para o entendimento daquele que é nosso objeto de pesquisa: o papel da Cotrijui na expansão da fronteira socioambiental num contexto histórico que, tendo iniciado regionalmente, contribuiu para o processo de modernização da agricultura brasileira, entre as décadas de 1970 e 1990, incorporando e disseminando caracteres ideológico-empresariais que

mediaram a implantação e a consolidação da Revolução Verde e, portanto, uma “representação possível acerca do real” (Pádua, 2015, p. 275).

Contudo, o *Cotrijornal* não foi o primeiro canal de comunicação e informação criado pela Cotrijui. Pouco tempo antes, a cooperativa havia lançado o *Informativo Cotrijui*, uma coluna semanal publicada no jornal *Correio Serrano* de Ijuí, que tinha como objetivo informar os associados sobre acontecimentos relevantes e eventuais problemas técnicos ou de comercialização. A primeira edição do *Informativo Cotrijui*, no *Correio Serrano*, foi publicada em 4 de outubro de 1967, e assim apresentou seus objetivos:

Fazer chegar até os mais distantes rincões [...] da região notícias de interesse dos cooperados e, de um modo geral, de todos os agricultores [...], de uma maneira clara ir ao encontro dos associados, transmitindo-lhes os costumeiros avisos de nossa Cooperativa [...], divulgar normas técnicas de culturas agrícolas e de fomento à produção, levando assim ao conhecimento dos agricultores cooperados o que de mais técnico e avançado se verifique nos campos de experimentação (Correio Serrano, out. 1967).

A coluna *Informativo Cotrijui* circulou nas páginas do *Correio Serrano* desde 1967, evidenciando a necessidade de meios de comunicação eficazes para dar suporte às transformações que ocorriam nos negócios da agricultura, desde o final da década de 1960. No dia 16 de novembro de 1969, uma versão radiofônica do mesmo *Informativo Cotrijui* foi ao ar em uma cadeia regional de emissoras, formada pelas rádios Progresso de Ijuí-RS e Difusora de Três Passos-RS. Segundo Mario Osorio Marques, “a base da estrutura organizacional de uma cooperativa está na sua estrutura de comunicação. E fazer comunicação não é só botar um jornal, criar um programa de rádio, e aí dizer: ‘temos comunicação na cooperativa’” (Marques, 1980, p. 33). A existência de um projeto abrangente de comunicação entre os associados e a cooperativa é necessária para que haja o entendimento entre ambas as partes e, assim, exista a cooperação. O próprio Mario Osorio Marques afirmou: “Para haver cooperação é necessário que os homens conheçam quais são os seus problemas comuns [...] é preciso trocar idéias, pensar juntos, falar uns com os outros, comunicar-se. Sem comunicação não pode haver cooperação” (Marques, 1973, p. 2).

A Cotrijui percebia a necessidade de manter seu quadro social informado, especialmente no que concerne aos aspectos ligados ao mundo dos negócios e à modernização da agricultura, com vistas a incentivar o estabelecimento de um diálogo contínuo entre o agricultor associado e os administradores da cooperativa, buscando sempre a atualização das informações sobre a cooperativa e o mundo dos negócios agrícolas. No entanto, carecia de um instrumento adequado

de informação dos associados, tendo, para tanto, frequentemente utilizado a Assembleia Geral como recurso, o que dificultava a tomada de decisões e aumentava a insatisfação dos associados.

Em 1973, ocorreu o cancelamento do embarque de milhares de toneladas de soja dos Estados Unidos, que era o maior produtor na época, para a Rússia, causando um aumento instantâneo no preço mundial da soja, que praticamente dobrou de preço. A Cotrijui havia adotado dois métodos de comercialização desde a última safra: Preço Médio e Preço do Dia, mas não divulgou suficientemente a lógica de funcionamento de ambas as modalidades. Muitos produtores, por essa razão, entregaram soja ao preço do dia e obtiveram altos lucros. Outros, no entanto, entregaram no sistema preço médio e sentiram-se prejudicados pela cooperativa (Cotrijornal, dez. 1978, p. 2).

As atas das Assembleias de abril e julho de 1973 são reveladoras das demandas informacionais da época:

Após explanação do Presidente sobre o sistema de comercialização de soja adotado pela cooperativa desde a última safra, foi questionado pelo associado Adelchi Rodrigues sobre dúvidas neste sistema. O Presidente teceu uma série de considerações, e concluiu fazendo um apelo no sentido de que o corpo social **mantenha sempre o diálogo** com os administradores da cooperativa (Cotrijui, abr. 1973, p. 9, grifo nosso).

Essa passagem evidencia a insatisfação de uma parte dos produtores associados com as mudanças nos procedimentos de entrega da soja que, por desconhecimento da processualidade, levaram essa insatisfação à Assembleia Geral, que, por sua vez, reforçou a necessidade de diálogo. Em 1973, a Cotrijui tinha mais de 8.000 famílias associadas, o que demandava mecanismos mais eficientes de comunicação entre cooperativa e associados. A Assembleia de julho do mesmo ano indica que o *Cotrijornal* surgiu como uma solução justamente para o problema de comunicação:

Para conhecimento dos presentes, O Sr. Presidente esclareceu que a Cooperativa lançará ainda neste mês um periódico para distribuição aos associados, denominado COTRIJORNAL [...]. A seguir [...] fez uma longa explicação sobre a comercialização de soja no corrente ano, explanando as mais diversas facetas do mercado internacional, da retenção, das despesas e outros aspectos (Cotrijui, jul. 1973, p. 14).

Juntas, essas duas passagens reforçam o argumento de que as transformações em curso no cenário cooperativista empresarial eram irreversíveis e que a adoção de estratégias mais eficientes de comunicação entre a cooperativa e seus associados era uma demanda urgente, a fim de educar o quadro social dentro de uma nova e complexa realidade internacional.

A criação do *Cotrijornal*, em julho de 1973, fazia parte dos planos de desenvolvimento da Cotrijui na região noroeste do Estado do RS, por meio da comunicação e da educação dos

agricultores associados à cooperativa. Esse trabalho vinha sendo realizado pelo Movimento Comunitário de Base de Ijuí (MCBI), desde 1961, foi continuado pela Fidene e, posteriormente, pela Cotrijui, principalmente após a assinatura de um convênio entre as duas instituições nos primeiros dias de maio de 1970. Com a formalização dessa parceria, ambas as entidades

se comprometeram a colaborar mutuamente no campo da educação e pesquisa. A Fidene, tendo como base as necessidades e aspirações dos agricultores, encarregou-se de pensar e elaborar projetos técnicos e de educação. À Cotrijui, por sua vez, coube aprová-los ou não. Uma vez aprovados, fornece a necessária cobertura financeira para sua execução (Cotrijornal, jul. 1973, p. 12).

Selecionamos, nas fontes, duas atividades realizadas dentro desse convênio: a primeira, de formação dos Núcleos de Base, formados pelos agricultores nas suas localidades, com o objetivo de buscar soluções em conjunto para os problemas de cada localidade; e a segunda, a promoção de cursos para aprofundamento dos assuntos e temas levantados nas próprias reuniões desses núcleos, inclusive de formação técnica e agropecuária. Após a experiência inicial obtida com a parceria com a Fidene, a Cotrijui fundou, em 1974, o seu próprio Departamento de Comunicação e Educação. A Fidene, por sua vez, passou a dar suporte teórico e metodológico para a Cotrijui nesse âmbito. Nesse sentido, o *Cotrijornal* surgiu como um complemento da comunicação da cooperativa, como um difusor dos resultados e dos debates obtidos nos encontros dos Núcleos de Base, colocando os associados de toda a cooperativa a par dos acontecimentos e decisões dos seus colegas em toda a área de atuação e, ao mesmo tempo, ouvindo suas queixas, dúvidas e sugestões, cujos debates frequentemente viravam pautas do próprio *Cotrijornal*.

Em fevereiro de 1978, o artigo “Ler, sim. Mas o quê?”, escrito pelo professor do Curso de Letras da Fidene, Deonísio da Silva, publicado no *Cotrijornal*, afirmava que

uma pesquisa que está sendo elaborada sobre o Cotrijornal, já apontou que, para um grande número de agricultores, este Jornal é a única publicação que até hoje chegou as suas residências. Por que isso acontece? Talvez a resposta mais acertada seja a **falta de publicações dirigidas para o meio rural**. O Cotrijornal, por exemplo, foi o primeiro jornal de cooperativas lançado no Rio Grande do Sul (isso há seis anos atrás). Antes, nada era feito em termos de comunicação impressa para os associados agricultores das cooperativas gaúchas [...]. Num País onde há muita concentração de renda, há também uma excessiva concentração do produto cultural. Pergunto: Quem é que pode comprar um livro de 50 cruzeiros, hoje o preço médio? Mas essa ainda não é a questão tão fundamental. A meu ver, a popularização do patrimônio cultural do País requer outras formas de participação social. **Uma sociedade que não é democrática**, a cultura não é um bem de todos; é, como a renda, um benefício para alguns poucos (Cotrijornal, fev. 1978, p. 12, grifos nossos).

Além de evidenciar a parceria entre a Cotrijui e a Fidene, o texto defende a importância do *Cotrijornal* diante da constatação de uma insuficiência literária voltada para o meio rural. A

visão do autor indica que o modelo econômico e político brasileiro protegia essa insuficiência, comparando a concentração de renda no Brasil da época com o que chamou de “concentração do produto cultural”, que atuava na perpetuação da exclusão social e simbólica dos trabalhadores rurais. Se, por um lado, a matéria tece uma retórica ufanista em relação a si própria, exaltando-se como instrumento de resistência e mobilização cooperativista, por outro, faz uma crítica, ainda que discreta, ao autoritarismo político vivenciado no Brasil do ano 1978, reafirmando sua importância como instrumento de ação informativa do público rural, carente de informações de qualidade. A crítica à desigualdade, tanto econômica quanto cultural, embasava o argumento de acessibilidade à informação e reforçava a necessidade de um jornalismo especializado no processo de educação dos quadros associativos.

No editorial de sua primeira edição, o *Cotrijornal* apresentou alguns aspectos de sua identidade: “Ele [*Cotrijornal*] nasceu da necessidade de comunicação, numa época em que as comunicações são partes destacadas na convivência do **homem moderno**, que vive num **mundo também moderno**” (Cotrijornal, jul. 1973, p. 2, grifos nossos). Contudo, a ideia do que seria o homem e o mundo moderno, na concepção do *Cotrijornal*, referia-se às novidades científicas e tecnológicas que passavam a fazer parte do universo, outrora comunitário, das cooperativas empresariais. Assim, ajustar a visão de mundo de pequenos e médios agricultores historicamente ligados a tradições comunitárias, para um novo cenário marcado pela eficiência e pela produtividade, passou a fazer parte dos objetivos do *Cotrijornal*.

Em carta para a redação do *Cotrijornal*, o historiador e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Francisco Riopardense de Macedo, afirmou que “sabia da boa orientação que [o redator] estava dando para uma folha de grande divulgação no meio agrícola; mas não sabia até onde pretendiam elevar essa grande massa dos nossos irmãos que carecem de toda informação sobre comércio internacional e cultura em geral” (Cotrijornal, abr. 1975, p. 2). Esta amostragem do público alcançado contribuiu para esse entendimento.

Tabela 2 – Estimativa de alcance de público do Cotrijornal

	Escola	Órgão ou pessoa do Governo	Leitor individual	Profissional liberal	Empresas agrícolas
1973	1	5	0	1	21
1974	0	2	1	8	14
1975	0	1	1	2	4
<b>TOTAL</b>	<b>1</b> 2%	<b>8</b> 13%	<b>2</b> 3%	<b>11</b> 18%	<b>39</b> 64%

Fonte: Cotrijornal, 1973 a 1975.

Na Tabela 2, vemos o registro das origens das cartas enviadas à redação do *Cotrijornal*, indicando tanto um alcance real, quanto uma intenção do jornal em atingir determinado público especializado, formado por técnicos, agrônomos, bem como políticos e profissionais ligados aos negócios da agricultura. Também reforça a idéia que o *Cotrijornal* surgiu com o objetivo de atender à demanda informacional de uma classe mais ampla e exigente de leitores. É expressivo que cerca de 80% das cartas eram oriundas de empresas ou profissionais do ramo de negócios agrícolas.

Ao longo da década de 1970, vimos que o *Cotrijornal* foi se reestruturando, apresentando gradativamente mais páginas e muito mais diversidade de temas e assuntos, sempre no intuito de levar ao seu público informações atuais sobre o cenário agropecuário nacional, num contexto marcado pela chegada de grandes inovações tecnológicas e pelo aumento da demanda por produtividade no campo, que evidenciavam, por sua vez, os próprios objetivos da Revolução Verde. Ao longo dos anos 1970 e 1980, o *Cotrijornal* fez importantes registros sobre as transformações da Revolução Verde em suas matérias. Na próxima etapa da pesquisa, aprofundamos o estudo da expansão nacional da Cotrijui, acompanhando o movimento de expansão das fronteiras agrícolas nacionais durante a Revolução Verde.

## **2.2 A Cotrijui e a expansão nacional das fronteiras socioambientais**

A década de 1970 representou um divisor de águas no que concerne à ideologia predominante no discurso agropecuário brasileiro, sendo também o período em que a Cotrijui deu seu maior salto de desenvolvimento. Analisando a história das monoculturas modernas no Sul do Brasil, em especial no Estado do Paraná, Klanovicz e Mores (2014) explica que a expansão das fronteiras agrícolas, especialmente no Sul do Brasil, se deu mediante vários fatores interconectados. Inicialmente, refere-se ao processo de modernização agrícola, ocorrido no Brasil a partir do final da década de 1940, período caracterizado por uma série de transformações técnicas e sociais que permitiram a conversão de áreas não agrícolas em espaços de produção intensiva, como as monoculturas de soja. Tais transformações foram possibilitadas pela ação direta do governo federal brasileiro, com a implementação de políticas públicas, como a criação de autarquias que disseminaram a estrutura técnica e burocrática necessária para apoiar a agricultura de grande porte, principalmente concentrando recursos e reorganizando a produção agrícola.

Klanovicz e Mores mencionam ainda o uso do que chamou de “tecnologias de força bruta” (2014, p. 193), que se referem à superestimação de tecnologias de grande escala e ao uso intensivo de métodos químicos, possibilitando a transformação de paisagens naturais em áreas agrícolas e permitindo a produção em larga escala e a exploração de novas fronteiras agrícolas, que também foram impulsionadas por mudanças sociais, como a migração de mão de obra especializada e a formação de complexos agroindustriais. Essas mudanças refletiram na crescente interdependência entre a agricultura e outros setores da economia, promovendo um ambiente propício para a expansão das monoculturas.

Ao mesmo tempo em que aumentava seu quadro social, a Cotrijui expandiu significativamente sua infraestrutura de recebimento de grãos, construindo unidades na região noroeste do Estado do RS e, ainda, um terminal portuário particular em Rio Grande, como vimos no Capítulo 1. Nesse ponto, surgem as primeiras contradições no discurso que, ao mesmo tempo em que incentivava e comemorava a expansão da fronteira agrícola, esboçava, ainda que timidamente, sua preocupação com o desmatamento, ou seja, com os efeitos da sua própria expansão, como podemos ler neste editorial da edição de julho de 1974:

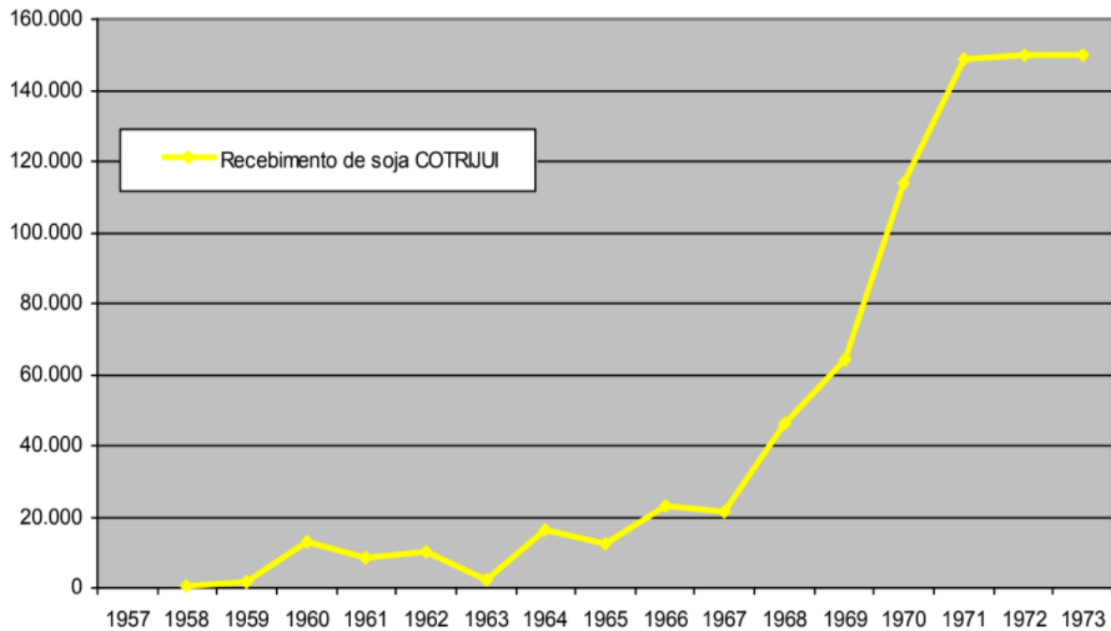
Segundo a FAO — organismo das Nações Unidas para a agricultura e a alimentação — o Brasil vem conseguindo nos últimos anos um acentuado crescimento em sua produção agrícola. Mas esse crescimento é devido fundamentalmente à incorporação de novas áreas à produção. Quer dizer: às derrubadas e ao desmatamento de nossas últimas reservas florestais e não ao rendimento dos níveis de produção (Cotrijornal, jul. 1974, p. 2).

São duas situações postas aqui: a primeira, relativa à preocupação com a manutenção e a ampliação da produtividade das lavouras de soja, em decorrência do chamado *boom* da soja; a segunda, relativa à preocupação com a carência de informações técnicas ambientais propriamente ditas. É importante lembrarmos que a criação do *Cotrijornal* ocorreu no início da década de 1970, no auge do *boom* da soja. Segundo Fearnside (1995, p. 61), esse aumento se deveu à busca do mercado europeu por uma proteína que substituísse a farinha de peixe, cuja matéria-prima principal, a anchova produzida no litoral de países andinos, sofreu uma grande queda de produção devido a uma combinação de fenômenos marítimos e meteorológicos, como o *El Niño* e a depleção pela sobrepesca, que atingiram a costa noroeste do Pacífico na América Latina. No entendimento de Klanovicz, os resultados econômicos do *boom* da soja ampliam a pressão pela expansão da fronteira agrícola:

Os dez anos entre 1975 e 1985 representam o período de maior expansão do plantio de soja, proporcionalmente aos anos anteriores e posteriores. Foi justamente nesse período em que a soja acaba sendo, também, expandida em regiões de fronteira

agrícola, o que faz com que áreas tradicionalmente voltadas a ela, inclusive no Paraná, tivessem uma diminuição sensível na expansão (Klanovicz, 2014, p. 18).

Gráfico 2 - Recebimento de soja na Cotrijui (ton) - 1957-1973



Fonte: IPD-Fidene, Arquivo histórico Cotrijui.

O incremento na produção de soja é facilmente percebido no Gráfico 2, que mostra o crescimento vertiginoso do recebimento dessa oleaginosa nos armazéns da Cotrijui, a partir de 1967, quase dez anos depois da primeira exportação de soja, em 1959, que ocorreu num momento incipiente dessa cultura. A Cotrijui participou dessa primeira exportação de soja feita por um grupo de cooperativas tritícolas, dada a pequena escala de produção da então nova *commoditie*. As idas e vindas dos regimentos, a competição desigual com as empresas individuais, que eram submetidas a regras diferentes das impostas às cooperativas, fizeram com que o recebimento desse produto nos armazéns da cooperativa oscilasse bastante desde 1959 (Frantz, Telmo, 1982, p. 74).

Figura 9: Primeira exportação da soja da Cotrijui, agosto 1959



Fonte: Arquivo histórico Cotrijui, 1959.

A Figura 9 foi produzida em agosto de 1959 para registro daquela primeira exportação feita em ação conjunta entre cooperativas tritícolas, com vistas à exportação de 10.000 ton. de soja para a empresa japonesa *Mitsubishi Shoji*. A ação foi feita em parceria entre a Fecotriço e a denominada Cotrijui, além da Cooperativa Tritícola de Passo Fundo (Coopaso), a Cooperativa Tritícola de Cruz Alta (Cotricruz), a Cooperativa Tritícola de Santo Ângelo (Cotrisa), a Cooperativa Tritícola Regional Sãoluizense Ltda. (Copatrig) e a Cooperativa Tritícola de Palmeira das Missões (Copalma) (Callai, 2008, p. 52-53). No primeiro plano da Figura 9, vê-se, da esquerda para a direita: Leo Miron, o primeiro funcionário contratado pela Cotrijui, que tinha apenas dois anos de existência no contexto do registro, representando o setor comercial dessa cooperativa; ao seu lado, o diretor comercial da Fecotriço (não identificado), o representante da Cotrisa Genaro Krebs e o Presidente da Fecotriço Henrique Geisel, irmão do general Ernesto Geisel. No plano de fundo, é possível visualizar o processo de carregamento com guindastes e paletes com grãos acondicionados em sacarias.

Em 1970, o recebimento anual de soja na Cotrijui dobrou a média e continuou subindo, acompanhando uma tendência nacional. Para Dall’Agnol:

Apesar do significativo crescimento da produção ao longo dos anos 60, foi na década seguinte que a produção da soja mais cresceu e se consolidou como a principal lavoura do agronegócio brasileiro, passando de 1,5 milhão de toneladas, em 1970, para mais de 15 milhões de toneladas, em 1979. Esse espetacular crescimento de dez vezes na produção, em apenas uma década, se deveu não apenas ao aumento da área cultivada (1,3 milhão de hectares para 8,8 milhões de hectares), mas, também, ao expressivo incremento da produtividade (1.140 kg/ha para 1.730 kg/ha).

No final dos anos 70, mais de 80% da produção brasileira de soja ainda se concentravam nos três estados da região Sul, embora o Cerrado, na região central do país, sinalizasse sua firme disposição de participar como importante ator no futuro processo produtivo da oleaginosa, o que efetivamente ocorreu a partir da década de 1980 (2011, p. 1).

Por ter sido quase instantâneo, esse incremento da produção de soja trouxe consigo mudanças no sistema de comercialização da cooperativa. Essas mudanças visavam atender às exigências do mercado internacional, a cada dia mais complexo e exigente, adequando a cooperativa às suas normas e garantindo, assim, a manutenção das exportações. Dentre essas mudanças, as que surtiram maior impacto sobre o produtor foram a mudança dos meios de entrega da produção e as tabelas diferenciadas de preços.

A pressão econômica que o início das exportações e o aumento da demanda por soja no mercado internacional indicavam para a Cotrijui a necessidade de aumentar a produção dessa oleaginosa em sua área de atuação, o que só poderia ser feito de duas formas: pela modernização das técnicas e aumento da produtividade; ou pela expansão da fronteira agrícola, para além da sua Regional Pioneira. Assim, a abertura de novas fronteiras para a agricultura e seus negócios passou a ser um dos principais projetos da Cotrijui, correspondendo a um movimento característico do avanço do capitalismo no Brasil, que avançou sobre novas regiões cobertas por florestas. Conforme Pádua,

o crescimento da economia e da população, bem como a maior disponibilidade de capital e o potencial destrutivo das novas tecnologias industriais, intensificou uma tendência qualitativa de relação predatória com a terra que já existia anteriormente (2015, p. 245).

A intensidade das mudanças socioeconômicas manifestou-se em um forte movimento de transformação das paisagens urbanas, com aumento da poluição e da destruição de complexos arquitetônicos tradicionais e, ainda, das paisagens naturais, convertendo “antigas áreas de agricultura tradicional, com forte presença de populações camponesas, em grandes fazendas baseadas no uso de máquinas e agroquímicos” (Pádua, 2015, p. 246).

Se a virada do século XIX para o XX foi marcada por mudanças socioeconômicas, industrialização, urbanização, contrastando com atrasos sociais, heranças escravocratas, analfabetismo, concentração de renda e população essencialmente rural, na segunda metade do século XX vimos uma inversão rápida do cenário, causada, principalmente, pelo cenário de

transformação verificado na Revolução Verde. A população urbana brasileira, que era cerca de 36% em 1950, passou para mais de 80% na virada do século XXI (Pádua, 2015, p. 246). A capa da segunda edição do *Cotrijornal* de setembro de 1973, expressava essa preocupação:

A menos que se consiga **desenvolver extraordinariamente a produção de alimentos**, estaremos condenando à fome milhares de seres humanos em todos os países do mundo. Entendem os técnicos da ONU que, se não conseguirmos **duplicar a cada 18 anos a produção de alimento**, a fome alcançará índices de verdadeira epidemia e conturbará de tal maneira a organização social existente que as estruturas estabelecidas ruirão fragorosamente (Cotrijornal, set. 1973, capa, grifos nossos).

Os dados da matéria consideravam, de forma alarmante, as indicações dos estudos malthusianos para um crescimento incontrolável, em progressão geométrica, até a metade do segundo milênio. Chama a atenção o tom igualmente alarmante da matéria, apostando na produção de alimentos para a salvação da humanidade, mediante um propósito: duplicar a produção de alimentos a cada 18 anos, como alternativa para conter o que chama de “epidemia de fome”.

Figura 10: Capa do Cotrijornal sobre o perigo da fome



Fonte: Cotrijornal, set. 1973, capa. Arquivo histórico da Cotrijui.

Na Figura 10, vemos o recorte superior da capa da edição de setembro de 1973, com destaque para o tom alarmista que foi bastante comum na abordagem do *Cotrijornal* ao longo de toda a sua existência, tentando associar a fome e o crescimento populacional à necessidade

de aumento da produtividade, à modernização da agricultura e ao avanço das fronteiras agrícolas. Na imagem à direita da capa, uma composição feita de uma fotografia de pessoas de diferentes faixas etárias e um gráfico exponencial que demonstra as preocupações da época. Logo em sua primeira edição, em julho de 1973, o *Cotrijornal* produziu uma longa matéria sobre a história do trigo, associando eventos traumáticos da história mundial que tiveram como causas crises alimentares sem, contudo, refletir sobre os fenômenos climáticos, de causa natural, ou políticos, causados pelo fator humano, que ocasionaram a ocorrência de tais crises.

A segurança alimentar foi um tópico que juntou, nas páginas do *Cotrijornal*, interesses antagônicos, reforçando essa natureza contraditória do cooperativismo. Por um lado, as preocupações ambientais, como a preservação dos recursos naturais e o envenenamento por agrotóxicos; por outro, as preocupações econômicas, como a expansão da fronteira agrícola e a modernização da agricultura, como argumentos para a ampliação da produção de grãos. Nesse espectro ideológico, novamente nos deparamos com a dialética dos negócios da agricultura, representando a defesa da humanidade, contra os males da natureza e do crescimento desordenado da própria humanidade, o que ajuda a explicar a insistência no uso de uma linguagem belicista na defesa dos interesses dos negócios da agricultura, geralmente em oposição, velada ou direta, à natureza.

Matérias sobre o tema segurança alimentar foram amplamente utilizadas pelo jornal e apresentavam sempre um tom alarmante que justificava a necessidade de ampliação da produção de alimentos, principalmente através de políticas de melhoramento e ampliação das tecnologias de produção. Contudo, nos últimos parágrafos da matéria da capa de setembro de 1973 (Figura 13), uma frase em especial chamou a atenção:

Há necessidade da **aceitação total das novas técnicas** de plantio e de **conservação dos elementos naturais da terra**. O homem deve lembrar, sempre, que é da terra que vêm todos os bens e produtos que consumimos. O que comemos, o que vestimos, o que nos abriga, tudo tem origem no solo. Cultivar o solo, portanto, significa verdadeira **política de sobrevivência** (Cotrijornal, set. 1973, capa, grifos nossos).

Esse fragmento chamou a atenção por correlacionar, pela primeira vez no jornal, a necessidade de conservação dos recursos naturais com a aceitação total das novas tecnologias, sem as quais seria impossível, para a humanidade, produzir os itens essenciais para aquilo que chama de “verdadeira política de sobrevivência”. Dois meses mais tarde, em dezembro de 1973, outra matéria de capa volta a tocar no assunto:

É sabido que, sem alimentação, a humanidade não sobreviverá ao seu próprio crescimento demográfico. Convém chamar a atenção igualmente para o fato de que, paralelamente à diminuição da produção de bens oriundos da terra, muitas vezes

agindo irracionalmente o homem torna-se assassino do próprio meio ambiente, destruindo ou danificando o equilíbrio ecológico. **O exemplo mais flagrante é a poluição, notadamente nos grandes centros industriais**, responsáveis pela destruição da flora e da fauna. [...] Cada nação, em particular, deve zelar para que a Terra, no seu conjunto, seja preservada. A cada indivíduo no mundo, a cada um de nós, portanto, cabe responsabilidade pelo êxito desse empreendimento (Cotrijornal, dez. 1973, capa).

A matéria intitulava-se “FAO quer nações lutando para salvar o meio ambiente” e, novamente, relacionou a segurança alimentar à conservação dos recursos naturais. Contudo, ao escrever sobre os problemas ambientais, coloca sobre as atividades urbanas, especialmente do segundo setor, o ônus pela poluição ambiental. Essas duas matérias representam a existência de uma contradição do discurso da Cotrijornal, que, ao mesmo tempo em que defendia temas como a modernização da agricultura, esboçava uma certa preocupação com as questões ambientais resultantes desses mesmos processos, sinal de que as preocupações ambientais estavam presentes.

Entre a primeira e a última edição do jornal, 1973-1994, foram catalogadas mais de 50 matérias abordando objetivamente o problema da fome e, em geral, colocando simbolicamente sobre os ombros dos agricultores a tarefa de enfrentar esse desafio, construindo um discurso marcado pela defesa da humanidade contra os males da fome. O Quadro 3 apresenta um conjunto de matérias cuja objetividade era explícita, desde o título, para a temática da segurança alimentar:

Quadro 3 - Títulos das matérias sobre segurança alimentar no Cotrijornal

<b>Fome</b> no mundo	set. 1973, capa
Panorama: Produção mundial de trigo: trigo como <b>arma da paz</b>	dez. 1973, p. 3
Panorama mundial: China, 800 milhões de <b>bocas para alimentar</b>	set. 1974, p. 3
Espectro da <b>fome</b>	dez. 1974, p. 2
Panorama: <b>alimentos como fator</b> de pressão política	mar. 1975, p. 3
Panorama: aumento populacional e <b>redução da produção</b> de alimentos	abr. 1975, p. 3
ONU vê <b>fome</b> como maior ameaça à paz	jul. 1975, p. 3
FAO constata que <b>fome</b> está criando sub-raça entre o homem e o macaco	jul. 1975, p. 7
Mundo: <b>alimentos como arma</b> política	out. 1975, p. 3
Candidato à presidência da FAO adverte: <b>problemática alimentar</b> crítica no ano de 1980	nov. 1975, p. 3
<b>Fome</b> : o maior flagelo do homem passado	mar. 1976, p. 14

Triticale: luta contra a <b>fome</b>	ago. 1976, p. 8
Mundial: <b>Ciência assegura alimentação</b>	nov. 1976, p. 3
Mundial: o jogo dos alimentos e a <b>fome</b> no mundo	out. 1977, p. 4
Mundial: FAO reclama pelos <b>alimentos perdidos</b>	jan. 1978, p. 3
Alimentação: crescimento populacional e <b>necessidades de produção</b>	set. 1978, p. 18
EUROPA, Argemiro Brum: <b>produção de alimentos</b> é cada vez mais decisiva	fev. 1985, p. 20
Evolução da população mundial: <b>onde encontrar alimentos?</b>	fev. 1985, p. 21
<b>Crise</b> na superprodução de <b>alimentos</b>	jun. 1985, p. 11
<b>Vai faltar comida</b> na mesa de quem planta e de quem mora na cidade	nov. 1985, p. 2
A <b>fome</b> também faz eco, Valdir Bisotto, Fecotrigo	out. 1991, p. 3
Agribusiness: o maior negócio, Ney Bittencourt, Abag: “O Brasil tem um grande desafio que é o de <b>alimentar</b> seus 31 milhões de <b>indigentes</b> ”	abr. 1993, p. 13
A luta contra a <b>fome</b>	set. 1993, Suplemento infantil

Fonte: Cotrijornal, entre 1973 e 1993, grifos nossos.

Os dados do Quadro 3 são um recorte que considerou apenas as citações diretas à temática da segurança alimentar. São uma amostra da insistência do jornal em abordar temas diversos sempre sobre o pano de fundo da segurança alimentar, ou seja, sob os argumentos da Revolução Verde. Ainda assim, a frequência com que o tema foi abordado em matérias exclusivas sobre o assunto indica a existência de um padrão no discurso ideológico da Cotrijui, influenciado, por sua vez, pelo próprio discurso da Revolução Verde, e que se seguiu ao longo de toda a existência do *Cotrijornal*. Esse padrão tomava temas relevantes para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social como fatores para justificar pautas como a modernização e a expansão da fronteira agrícola.

Entre essas matérias, temos as frequentes manifestações de preocupação da FAO quanto à produtividade; aos problemas derivados das intempéries climáticas e/ou à inflação e à falta de determinados gêneros alimentícios; aos perigos da contaminação dos alimentos com agrotóxicos; e até mesmo em relação às receitas culinárias criativas, para aproveitar sobras ou grãos pouco usuais na alimentação diária. Contudo, os pontos de conexão mais recorrentes dessas matérias, em geral, eram a soja e a expansão da fronteira agrícola. Ao longo dos textos,

a soja ocupou um lugar de destaque, sendo apontada constantemente como uma espécie de “grão mágico das múltiplas utilidades” (Cotrijornal, jul. 1974, p. 4).

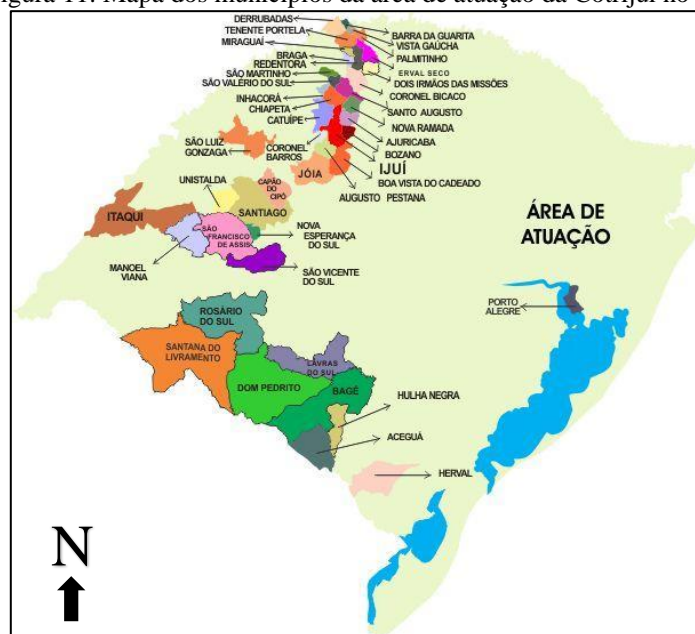
Vale ressaltar que a expansão da área da lavoura da soja foi um dos assuntos de maior persistência nas pautas. Razão pela qual organizamos a sequência do texto considerando a temática da expansão da fronteira agrícola nacional e a chegada da soja à novos biomas, pelo ponto de vista da Cotrijui.

### 2.2.1 A Cotrijui e a soja no Pampa rio-grandense

Uma segunda fase de expansão da Cotrijui iniciou quase simultaneamente à primeira, porém na direção oposta: rumo ao sul, chegando ao bioma Pampa. Chamamos de primeira fase a expansão regional da Cotrijui, promovida no final da década de 1960, principalmente na região noroeste do RS.

A ideia da incorporação da Cooperativa Pedritense de Produtos Agropastoris Ltda., pela Cotrijui, teve origem em Dom Pedrito, município que faz divisa com o Uruguai, devido às dificuldades enfrentadas por aquela cooperativa desde o início da década de 1970. Segundo Telmo Frantz, “quando os produtores de Dom Pedrito começaram a se mobilizar, a Cotrijui respondeu imediatamente à proposta porque ela via aí, além de uma possibilidade de expandir sua fronteira agrícola, a de levar à frente suas experiências e negócios na área da pecuária” (1982, p. 192).

Figura 11: Mapa dos municípios da área de atuação da Cotrijui no RS



Fonte: Arquivo da Cotrijui.

Na Figura 11, vemos um mapa institucional da área de atuação da Cotrijui em 2007, ano do seu Cinquentenário, indicando, na porção sul, que corresponde à região do Bioma Pampa, o grupo de municípios que passou a integrar a área de atuação da cooperativa em meados da década de 1970.

No entanto, a primeira menção ao projeto de incorporação da Pedritense surgiu em dezembro de 1976, em uma nota que mencionava a publicização, para os associados, do debate em torno de incorporação, que estava em discussão entre os presidentes de ambas as cooperativas há cerca de um ano. Dizia a matéria:

A concretização do empreendimento, se se efetivar, significará a entrada da COTRIJUI numa área nobre por excelência, que é a carne, além da abertura para uma série de atividades correlatas, como o arroz (Dom Pedrito é grande produtor) e a lã, outro produto considerado nobre na pauta do comércio internacional. [...] **Mas as potencialidades futuras são ilimitadas.** Basta dizer que têm uma área agricultável de 500 mil (Ijuí tem apenas 100 mil) hectares, sendo 260 mil hectares para agricultura mecanizada (Cotrijornal, dez. 1976, p. 14, grifos nossos).

A matéria cita objetivamente a entrada da Cotrijui em uma área nobre, referindo-se ao setor de produção pecuária. Contudo, também poderia significar, simbolicamente, a compreensão, pela Cotrijui, da entrada em uma área nobre de terras agricultáveis, que uniria as potencialidades locais da Pedritense, no campo da pecuária, aos esforços técnicos da Cotrijui num campo em que ainda não possuía experiência, seja o campo econômico, sejam os campos do Pampa.

Embora a matéria ainda não falasse abertamente em produção de soja, flertava com a disponibilidade de terras agricultáveis e fazia uma comparação com Ijuí, onde essa cultura era predominante naquele contexto. Porém, olhando por outra perspectiva, esse movimento da Cotrijui também foi precursor da chegada da cultura da soja na região da Campanha gaúcha e, por extensão, no território transnacional do Pampa, contribuindo para as alterações no quadro produtivo e na paisagem do pampa, o que, segundo Zarrili, representa “uma enorme frente agrária que abrange cinco estados nacionais, uma voraz mancha verde da monocultura mais importante da região” (2013, p. 47, tradução nossa), tendo a soja ganhado espaço em todos os cenários.

Durante as comemorações do 10º aniversário da incorporação da Pedritense, em 1987, o *Cotrijornal* produziu uma série de matérias abordando aspectos históricos da antiga Cooperativa Pedritense de Produtos Agropastoris Ltda. Em uma delas, intitulada “Década de ouro”, o último presidente da Pedritense, João Clóvis Gonçalves Maia, narrou as causas que,

em seu ver, originaram a crise na Pedritense, que resultou na incorporação pela Cotrijui. Segundo ele, havia um “clima psicológico difícil” nos anos que se seguiram à incorporação, os quais foram sendo superados na medida em que mudanças iam sendo percebidas na nova gestão trazida pela Cotrijui. Nesse ínterim, o texto menciona a chegada da Revolução Verde ao Pampa:

Há 10 anos atrás iniciava-se uma verdadeira revolução na agropecuária de um município da Campanha gaúcha. Dom Pedrito, tradicional produtor de carnes, que de agricultura só produzia arroz, começou a conviver com uma crescente **transformação agrária em seus férteis campos**. Começaram a aparecer, a cada ano, novas culturas de inverno e verão. **Soja**, milho, sorgo, trigo, arroz, feijão, cultivares e gramíneas, numa diversificação que os geneticistas chamam de policultura. E paralelamente a esse impulso dedicado à agricultura, também a pecuária teve acelerado o desenvolvimento, pela necessidade de modernizar-se. [...] Se a pecuária desenvolveu-se e evoluiu em qualidade durante o referido período – e os números provam que sim, em relação à agricultura **houve uma verdadeira ‘Revolução Verde’** em Dom Pedrito (Cotrijornal, mar. 1987, p. 9, grifos nossos).

A fala do ex-presidente da Pedritense é reveladora em muitos aspectos, mas principalmente por mencionar a entrada da soja no Pampa e, nas suas próprias palavras, a ‘Revolução Verde’ causada pela chegada da soja em Dom Pedrito, provavelmente por influência da chegada da Cotrijui e seus técnicos na região. O uso de aspas em ‘Revolução Verde’ na matéria pode significar a intenção de dar à expressão um duplo sentido na voz do narrador: a própria Revolução Verde, como conceito formal que corresponde ao processo de modernização da agricultura; ou uma referência à cor que a soja possui nas fases que antecedem a colheita.

Ao estudar o processo de ocupação do Pampa argentino com colonos imigrantes, Zarrilli cita as modificações causadas pela criação intensiva de ovinos, a expansão da fronteira agrícola e a concentração de riqueza, denominando de “imperialismo ecológico” esse processo de conversão das paisagens em “novas Europas”. Para o mesmo autor, “11 milhões de imigrantes provenientes basicamente da região meridional da Europa se instalam na região platina, **transformando de maneira drástica os sistemas produtivos e sociais**” (2013, p. 44), ou seja, claramente uma dimensão de Revolução Verde completamente diferente dos eventuais sentidos que possuiriam na fala do ex-presidente da Pedritense.

Figura 12: Capa do Cotrijornal sobre a expansão para o Pampa



Fonte: Cotrijornal, mar./1977. Arquivo histórico Cotrijui.

A Figura 12 informa a ocorrência de um grande evento, realizado de forma pomposa no Salão Nobre da Sociedade Ginástica de Ijuí (SOGI), para marcar a relevância das ações da Cotrijui no cenário do cooperativismo empresarial gaúcho. A matéria divide a capa com uma Carta Aberta ao Governador do RS, em que reivindica melhorias nas estradas do interior, com o intuito de melhorar as condições logísticas dos negócios agrícolas, tema que é abordado com mais profundidade no capítulo 3. A mensagem é clara: o cooperativismo está fazendo sua parte, avançando as fronteiras agrícolas; o Estado deve fazer a sua, também, e dar condições para esse avanço continuar.

As menções diretas ao alargamento das fronteiras ocuparam a capa do *Cotrijornal* ao

longo de quase toda a década de 1970, sempre com um tom otimista, ressaltando o pioneirismo e os valores cooperativistas e comemorando a expansão da Cotrijui para novos territórios. A utilização frequente do conceito de “desbravamento”, pelo *Cotrijornal*, foi algo costumeiramente enaltecido pelo discurso, como uma espécie de valor atribuído aos tempos de modernização e expansão socioambiental. Conceito que, como vimos em Pádua (2015, p. 237), representou historicamente o argumento de imposição dos modelos de exploração econômicos sobre os ambientes naturais.

Olhando com atenção para os discursos dos presidentes das duas cooperativas, durante a Assembleia de incorporação, realizada em 17 de fevereiro de 1976, algumas impressões importantes puderam ser percebidas, no que tange às interações existentes entre as concepções ideológicas do cooperativismo e as dos negócios da agricultura. Falando em nome da Cooperativa Pedritense, o vice-presidente registrou primeiro a sua fala:

Meus senhores. O sol é algo mais que uma fonte de calor e de luz. É por assim dizer um símbolo de esperança que não nos abandona jamais. Acalentando nossos berços, nossos solos, nos torna cada vez mais irmãos. Parece que **entendemos esse recado da natureza** e ligamos, por um traço de união, duas regiões diferentes em solo e em produção, com uma **altruística finalidade** de somarmos conhecimentos, fazermos intercâmbio em benefício do Rio Grande e do Brasil, ao mesmo tempo que procuramos amparar por todos os meios a classe que é, por assim dizer, o **esteio da economia** de nosso Estado e baluarte de suas conquistas sociais: a **classe produtora rural**. Classe muitas vezes incompreendida e por vezes até **sacrificada** que para sobreviver vai procurar **guarida no sistema cooperativista**, o único que lhe garante a sobrevivência (Cotrijornal, mar. 1977, p. 8, grifo nosso).

O discurso é muito revelador. Por um lado, da ideia consolidada de que a autointitulada classe produtora fazia de si própria, como um esteio fundamental da economia, o que inegavelmente é, mas, para além disso, falando de seus sacrifícios em nome do sustento da sociedade que não lhe valoriza adequadamente, sendo o cooperativismo um lugar seguro para todos aqueles negócios da agricultura, como um escudo protetor desses mesmos interesses. Por outro lado, há o elemento introdutório da fala, que utiliza a metáfora do sol como um símbolo de esperança, que brilha para todos; um “recado da natureza” que indica a necessidade de unir esforços e orbitar em torno de uma causa comum, pois é o desenvolvimento econômico essa força massiva que exerce influência e agrupa todos os interesses e contra os quais ninguém parece se manifestar.

Os cerca de 2.000 associados da Pedritense que buscaram guarida na Cotrijui em 1977 trouxeram novos produtos para a Cotrijui, como a carne, a lã e o arroz, contribuindo para acelerar o processo de integração econômica da cooperativa, transformando-a no que Lima e Germani chamaram de uma “multicooperativa” (2015, p. 10). Na sequência, foi a vez do

Presidente da Cotrijui fazer o seu discurso, de cuja íntegra destacamos o seguinte ponto:

Esta soma de esforços, como muito bem falou o dr. Pascoal Marcelo Brando, significa que o **cooperativismo está crescendo**; crescendo e se organizando **para enfrentar o grande desafio do progresso e do desenvolvimento**. E podemos dizer que estamos nos organizando para sermos compreendidos na nossa luta que tem muito a ver com os interesses da coletividade e não só a coletividade que produz, **mas também a coletividade dos consumidores** (Cotrijornal, mar. 1977, p. 8, grifos nossos).

É evidente, no discurso, a centralidade dos elementos ideológicos do cooperativismo como a união de esforços. O ponto mais importante da fala, no entanto, orbita os sentidos dessa união: pelo ‘progresso’ e pelo ‘desenvolvimento’ como objetivos a serem alcançados, além daqueles valores tradicionalmente atrelados à força da coletividade, frequentemente utilizada pelo discurso cooperativista, e que ficam evidentes nas falas do Presidente da Cotrijui. O discurso encerra com menção à “tarefa de ampliação das fronteiras geográficas da cooperativa em sua área contínua serrana e missioneira. E agora nos abraçamos à Campanha” (Cotrijornal, mar. 1977, p. 8), reforçando aquela que era a demanda principal da Cotrijui e também da agricultura nacional: expandir as fronteiras.

### 2.2.2 A Cotrijui no Cerrado mato-grossense

Ao longo da segunda metade da década de 1970, a Cotrijui continuou a expansão dos negócios para além das fronteiras agrícolas nacionais. No RS, ao mesmo tempo em que se expandia em direção ao Pampa, também planejava vincular-se aos planos do governo federal de expandir as fronteiras agrícolas em direção ao Cerrado mato-grossense. Desde o início da década 1970, agricultores gaúchos migravam em direção ao Mato Grosso, buscando adquirir novas áreas para a produção de soja. Mas o lançamento dos Programas POLAMAZÔNIA e POLOCENTRO, em 1975, oficializou as intenções do Estado brasileiro de expandir a fronteira agrícola para esses territórios.

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) foi uma iniciativa do governo brasileiro, durante a ditadura militar, instituída pelo Decreto nº 75.320 de 1975, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Seu objetivo principal era promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no oeste de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas selecionadas com características de Cerrado. Por sua vez, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) foi outra iniciativa do governo brasileiro, criada pelo Decreto nº 74.607 de 1974. Seu objetivo principal era promover o aproveitamento integrado das potencialidades

agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia, visando à fixação populacional, ao desenvolvimento econômico e à integração nacional.

Vejamos como o *Cotrijornal* abordou esses programas em seu editorial de março de 1975:

Primeiro foram lançados os fundamentos do Polamazônia; agora é o Polocentro que desperta a curiosidade e o interesse dos brasileiros. No primeiro programa, a intenção do Governo da República é o **aproveitamento e a dinamização de novos pólos agropecuários** e minerais na grande região Amazônica. No segundo, o aproveitamento agrícola da região dos Cerrados, que cobrem extensas áreas (mais de um milhão de quilômetros quadrados, igual a 100 milhões de hectares) dos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, **até aqui improdutivas**. Para um país, cujo aproveitamento agrícola concentrou-se por 400 anos na região Centro-Sul, **exaurindo regiões**, muitas delas consideradas impróprias para a agricultura, é salutar o chamamento agora para um alargamento dos horizontes agrícolas em regiões que a ciência agrônômica considera **nobres para os cultivos** (*Cotrijornal*, mar. 1975, p. 2, grifos nossos).

Dois aspectos chamam a atenção nesse registro do editorial do *Cotrijornal*: primeiro, a forma contraditória como o texto classifica os territórios almejados nos novos polos agropecuários como “improdutivos” e, ao mesmo tempo, “nobres para o cultivo”. Evidentemente que a definição de improdutivo no texto se refere à percepção da época de que o Cerrado e a Amazônia não produziam nenhuma *commoditie* de alto valor comercial; mas, ao mesmo tempo, considera tais territórios (amazônico e cerratense) “nobres para o cultivo”, portanto, possíveis de serem explorados nessa nova etapa da expansão da fronteira agrícola.

Evidentemente, a abordagem do *Cotrijornal* de culturas consideradas nobres pela ciência agrônômica desconsidera a existência de práticas milenares de produção integrada com os ecossistemas naturais nessas regiões. Eles possuem grande importância econômica, ecológica, social e cultural para as populações tradicionais, indígenas e ribeirinhas, além de potencial para a bioeconomia e para mercados nacionais e internacionais. Tanto a Amazônia quanto o Cerrado sofreram e ainda sofrem a pressão da modernização e do avanço da fronteira agrícola. Para Drummond,

os atuais líderes políticos brasileiros, nos diversos níveis de poder, e as lideranças em vários outros setores sociais se formaram no contexto de uma economia em crescimento industrial acelerado, na qual a agricultura tradicional e o extrativismo de baixa tecnologia decaíram. Essas lideranças foram gestadas num ambiente favorável à modernização e aprenderam a valorizar a urbanização, a tecnologia, a produtividade, a educação formal e a produção para o mercado – tudo o que falta no extrativismo de baixa tecnologia (1996, p. 132).

Em segundo lugar, indicamos, no recorte, uma compreensão dos redatores de que a exploração econômica histórica na região Centro-Sul, principalmente em territórios de Mata

Atlântica, levou esses territórios à exaustão da produtividade agrícola, sem mencionar a exaustão dos sistemas ecológicos que possibilitaram, no passado, a produtividade agrícola. Isso nos leva a compreender que não se esperava do sistema produtivo uma abordagem diferente para o futuro, em relação aos territórios submetidos ao alargamento das fronteiras, do que aquela que foi o passado de exploração da região Sul.

Ao mesmo tempo em que se consolidavam os projetos federais de expansão, a Cotrijui havia iniciado seu próprio processo de aproximação geográfica desses territórios, por meio da articulação de um movimento de integração entre os agricultores da sua Região Pioneira com a agricultores da região de Dourados, quando o Mato Grosso ainda era um estado único, muitos deles gaúchos emigrados da área de atuação da Cotrijui. Em outubro de 1975, a Cotrijui e a Tritisoja, então com apenas cinco anos de existência, realizaram, em Dourados, um encontro de produtores gaúchos, com uma partida amistosa de futebol entre o São Luiz, de Ijuí, e o Ubiratã, de Dourados, seguida de uma palestra do presidente da Cotrijui, Ruben Ilgenfritz da Silva, quando “foi abordada a importância do trabalho conjunto do cooperativismo para o desenvolvimento social e econômico da região” (Cotrijornal, out. 1975, p. 24).

Outra cooperativa que atuava no Mato Grosso, na região de Maracaju, era a Cooperativa Agrícola Mista de Maracaju (COOPERMARA). Fundada em 1968, também tinha muitos associados de origem gaúcha em seu quadro social. Segundo Telmo Frantz (1982, p. 195-196), partiu da diretoria da COOPERMARA, por sugestão do então chefe da Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN), em Porto Alegre, a iniciativa de procurar a Cotrijui para iniciar um processo de incorporação da COOPERMARA pela Cotrijui, incorporação efetivada no dia 21 de dezembro de 1976. Para o autor, “o segundo passo da Cotrijui no Mato Grosso do Sul foi a compra do patrimônio da Cooperativa Regional Triticola de Dourados, pela importância de Cr\$ 63 milhões” (1982, p. 196), concluindo, assim, a incorporação de duas grandes cooperativas daquela região.

A capa do Cotrijornal de janeiro de 1978 deu um destaque especial para a Assembleia de incorporação da COOPERMARA:

Figura 13: Assembleia de incorporação da COOPERMARA à Cotrijui



Fonte: Cotrijornal, jan. 1978, capa.

Na Figura 13, chama a atenção a importância que a expansão da fronteira agrícola teve para a Cotrijui que, valendo-se da visibilidade e do alcance do *Cotrijornal* entre os públicos empresarial e agropecuário, além dos seus cerca de 20.000 associados nessa época, expressou sempre em letras garrafais as suas conquistas em nome dos ideais cooperativistas. A Assembleia, novamente realizada com pompas no Salão Nobre da SOGI, e a capa da edição de janeiro de 1978, como podemos ver na Figura 13, apresentava um mapa para indicar aos leitores as novas regiões em que a cooperativa passou a realizar os seus negócios agrícolas.

As migrações internas, saindo da região Sul em direção à região Centro-Oeste, foram fundamentais para a adaptação da agricultura extensiva naquela região, pois levaram a experiência agrícola dos colonos sulistas com a soja para a região do Cerrado. Do ponto de vista social, o então vice-presidente da Cotrijui Arnaldo Drews considerou que a ida da Cotrijui para o Mato Grosso foi positiva, pois “provocou um deslocamento maior de médios e grandes produtores para aquela área, deixando a terra daqui disponível para o pessoal menor. Isso evitou que aquele pessoal comprasse as terras dos vizinhos” (Frantz, 1982, p. 197). Segundo, Dutra e Silva,

os resultados da modernização agrícola no Centro-Oeste brasileiro, acima de tudo no Cerrado, foram idênticos ao que ocorreu no Sul do país com o aumento da produção, associada à expulsão de trabalhadores rurais e concentração fundiária. Ao mesmo tempo em que a migração de colonos do Sul para o Cerrado na década de 1970 (2018, p. 150).

A produção de soja também transformou as paisagens rurais do Mato Grosso do Sul. O projeto de reassentamento de produtores na região de Dourados, iniciado durante o governo de Getúlio Vargas, teve um impacto significativo na agricultura local. A Marcha para o Oeste foi uma política implementada durante o Estado Novo (1937-1945), que tinha como objetivo promover a ocupação e integração dos então chamados “vazios” das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, embora habitados há gerações por indígenas e populações tradicionais. Para Dutra e Silva,

no final da década de 1930, iniciou-se uma política de colonização do Brasil Central a partir da política criada pelo presidente Getúlio Vargas denominada de Marcha para o Oeste. Essa política visava a expansão da fronteira agrícola para o hinterland brasileiro, conforme preconizado pela documentação da época. No entanto, a expansão que ocorreu entre as décadas de 1940 e 1950, adotava o padrão de ocupação de áreas de floresta tropical, como a região do Mato Grosso de Goiás (2018, p. 155).

Em um discurso proferido de improviso em um Território Federal em Ponta Porá, em 27 de janeiro de 1944, podemos ler as motivações políticas e ideológicas do governo Vargas:

Dispomos de vasto território e não ambicionamos um palmo de terra que não seja nossa. Já o afirmei de outra feita e agora repito: Não nos impele **outro imperialismo** e não seja o de crescermos dentro dos nossos limites territoriais para fazer coincidir as fronteiras políticas com as fronteiras econômicas. [...] A história dos povos está ligada à sua geografia. Segundo a distinção dos sociólogos, a geografia estuda a organização dos povos em sua forma estática e a geopolítica dinâmica de sua evolução. É o **destino dos povos** plasmado pela energia criadora dos homens. E a nossa **‘Marcha para Oeste’** significa precisamente uma das formas de manifestação desse destino (Vargas, 1946, grifos nossos).

O trecho indica as preocupações do governo Vargas com os vastos territórios do interior e das fronteiras do Brasil, equivocadamente compreendidos como pouco habitados e

economicamente isolados. A frase servia para justificar ações do governo, como a criação de territórios federais, mais tarde, de colônias federais, para ampliar a soberania e o controle estatal nessas regiões. Os termos destacados, “imperialismo”, “destino dos povos” e “Marcha para o Oeste” fazem alusão ao próprio contexto internacional, já que o discurso ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, período em que as potências mundiais estavam envolvidas em conflitos territoriais e imperialistas. Vargas usou a frase para diferenciar a política brasileira, que se concentrava no desenvolvimento interno e na paz externa, em contraste com a expansão militarista de outros países, embora apoiado nos mesmos interesses desenvolvimentistas.

Esse projeto de ocupação e desenvolvimento econômico daquelas áreas, resultou na formação de colônias que atraíram muitos agricultores. Segundo Carli (2005, p. 12), “a vertente migratória que veio em direção ao Centro-Oeste foi atraída pelos imensos espaços “vazios” para expandir a fronteira agrícola, motivados pelos sonhos de terem seu pedaço de terra”. No entanto, ao longo do tempo, a realidade enfrentada por esses colonos foi desafiadora. O projeto, inicialmente, trouxe muitos colonos do Nordeste para a região, que acreditavam nas promessas de terras férteis e oportunidades de cultivo. A colônia federal de Dourados, em particular, era considerada uma das melhores áreas para a agricultura, com solo fértil e condições favoráveis ao cultivo.

Com o passar dos anos, muitos pequenos produtores enfrentaram dificuldades em manter suas propriedades. A diminuição da viabilidade econômica dos pequenos lotes, a dependência de atravessadores e a dificuldade em comercializar a produção levaram a uma migração significativa de agricultores para outras áreas ou para as periferias das cidades. O reassentamento e a subsequente migração resultaram em uma concentração de terras, onde muitos pequenos lotes foram abandonados ou arrendados. Isso contribuiu para a formação de grandes lavouras, alterando a paisagem agrícola da região e reduzindo a presença de pequenos agricultores, que representavam, em 1978, 64,3% dos produtores, mas em apenas 2% do território estadual (Goettert, 2008, p. 155).

Em fevereiro de 1978, a chamada do *Cotrijornal* criou uma expressão muito pertinente para a forma como muitos gaúchos passaram a compreender o *status* do Mato Grosso: “Assim como Ijuí é a Colmeia do Trabalho, Santo Augusto a Pérola da Região Celeiro, Maracaju, município sede da COTRIJUI no Mato Grosso do Sul, é a ‘Terra Prometida’” (*Cotrijornal*, fev. 1978, p. 11). A chegada de um novo movimento migratório no Mato Grosso do Sul, composto por muitos gaúchos, a partir dos anos 1970, ocasionou grandes mudanças para a região, principalmente com a implantação das lavouras de trigo e soja. O *Cotrijornal* assim registrou a

sua percepção dos fatos:

São muitas as explicações que surgem, para a fuga dos nordestinos que migraram do atual Mato Grosso do Sul logo que chegaram ao estado, para as vendas dos lotes da colônia federal anos depois, e para a debandada quase geral que aconteceu na mesma área e em outras regiões a partir da segunda metade de 1970. Para muitos, **faltou pulso aos nordestinos** que desistiram logo porque não aguentaram o tirão. Para outros, quem vendeu os lotes tempos depois esperava comprar muito mais terra em outras áreas. Mas a preguiça e a ambição não explicam tudo. Pensando bem, a maioria do pessoal que fala sobre isso concorda que foi há pouco tempo que tudo se modificou por ali. E, examinando melhor, eles também chegam à conclusão de que **as mudanças começam a acontecer junto com o crescimento da lavoura de soja, com a entrada do trator, dos venenos, do dinheiro dos financiamentos**, e com o fim das plantações de feijão, arroz, amendoim, algodão e da criação de gado. Está na boca de cada um que os 30 hectares de cada lote foram ficando pequenos para que essa nova agricultura fosse rentável, desse lucro. E, para piorar, os produtores sempre estiveram entregues aos atravessadores, vendedores e outros oportunistas (Cotrijornal, jun. 1981, p. 14-15).

A matéria, intitulada “Mato Grosso do Sul também lugar de pequenos”, foi produzida a partir de entrevistas realizadas por diversos migrantes gaúchos instalados recentemente na região, principalmente após a incorporação das cooperativas locais pela Cotrijui. Na primeira parte do comentário, ela revela o preconceito dos colonos sul-rio-grandenses com os migrantes nordestinos que foram desistindo dos lotes da primeira fase de colonização por suposta preguiça, mas também por um conjunto de dificuldades que se percebia nesses mesmos colonos sulistas, ou seja, as dificuldades de adaptação ao processo de transformação do agricultor subsistente em um empresário rural, especialista em monoculturas, implementos, insumos e finanças.

Nesse ponto, lembramos que a geração anterior desses mesmos colonos sulistas havia reproduzido formas de preconceito contra os lavradores nacionais, chamados de caboclos, e que habitavam na região noroeste do Rio Grande do Sul. Zarth argumenta:

Outra interpretação bastante difundida é aquela que define o caboclo como vadio e vagabundo, que, de certa forma, segue os fundamentos das teses racistas. Tomamos, como exemplo, a obra de Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil*, na qual o autor afirma convicto que, desde a ocupação do Brasil, a vagabundagem e a ociosidade eram comuns no “baixo povo rural” [...]. Esta concepção é muito comum nas monografias escritas por historiadores de diversos municípios das regiões de colonização europeia. O colono, nestes casos, aparece como agente do progresso e fundador das cidades, enquanto o caboclo é omitido ou visto de forma preconceituosa (2002, p. 161-162).

Percebemos que o discurso da Cotrijui sobre a expansão da fronteira agrícola vai ao encontro de uma narrativa estabelecida que valorizava apenas as formas de trabalho especializado, que estivessem de acordo com os parâmetros da modernização da agricultura nacional, em contraponto com as práticas e culturas tradicionais. Outro ponto que também chama a atenção nos relatos é o papel que a cultura da soja teve na transformação socioeconômica da realidade local:

A soja entrou de repente na vida do pessoal, deixando um monte de perguntas no ar. E **só quem se alertou para a mudança é que sobreviveu**. Foi na hora de somar os lucros da soja, e avaliar bem as perdas provocadas pelo abandono das culturas regionais, que o pessoal se apavorou e a migração andou depressa. [...] Dona Carminda e seu João acham que foi a soja que mudou muito a colônia. Ele comprou trator, largou das outras culturas, e tem certeza de que a vida agora é “pra se passar **pensando no banco, nas dívidas**”. E ela conclui que “**só se produz hoje abaixo de adubo**”. [...] Seu Roldão Martins lidou muito com gado de corte, mas em 73 ou 74 vendeu as 80 cabeças para botar trigo e soja na terra. “Faz quatro anos que planto trigo, e até hoje nunca precisei de Proagro” (Cotrijornal, jun. 1981, p. 15-16).

As narrativas fazem um relato do processo de incorporação do discurso empresarial na mentalidade dos agricultores. São um breve recorte de uma longa série de entrevistas realizadas pelo *Cotrijornal* com agricultores daquela região. Eles reforçam a interpretação de que, além de ter sido um protagonista no avanço da fronteira agrícola, o cooperativismo empresarial também foi fundamental na promoção de grandes transformações nas economias locais e regionais, na mentalidade dos agricultores, mas, igualmente, nas paisagens naturais, como mostra o recorte a seguir:

O Mato Grosso do Sul tem apenas 54 municípios, e em pelo menos 27 deles a área total das propriedades é superior à soma de todas as lavouras de soja da última safra, na Região Pioneira da Cotrijui, que chegou a 370 mil hectares. Cada município do Mato Grosso vale por três ou quatro do Rio Grande do Sul, e isso se se pegar apenas os maiores municípios gaúchos (Cotrijornal, jun. 1981, p. 17).

As mudanças que transformaram o Mato Grosso no que o *Cotrijornal* chamou de “Terra Prometida” (Cotrijornal, fev. 1978, p. 11) também levaram ao desmembramento daquela unidade operacional do restante da Cotrijui. Em maio de 1984, durante a realização do 1º Seminário Interno para Gerentes e Diretores da Cotrijui, realizado no Mato Grosso do Sul, foram discutidos temas importantes como a nova realidade econômica e as mudanças necessárias no comportamento do cooperativismo e nas atividades econômicas da Cotrijui, bem como a importância da autonomia das Unidades Regionais e a primeira discussão pública sobre a proposta de desmembramento das regionais da cooperativa, bem como as implicações dessa medida, o que acabou se efetivando no plebiscito do ano seguinte. No fundo, houve um choque de interesses entre os grandes produtores que passaram a atuar no Mato Grosso e iam de encontro aos interesses de uma grande parcela de pequenos produtores que ainda constituíam o quadro da Regional Pioneira (Cotrijornal, maio 1984, p. 10).

A produção de soja foi, sem dúvida, um dos principais instrumentos de viabilização da expansão das fronteiras agrícolas do Brasil nos anos 1970. Foram inúmeras as matérias em que essa oleaginosa ocupou lugar de destaque no *Cotrijornal*, principalmente nos espaços de análise técnica ou econômica, mas também como indicações de receitas para uso cotidiano,

curiosidades e até nas histórias infantis que o Suplemento Infantil *Cotrisol* contava sobre a soja.

Contudo, chamou a atenção a primeira participação do escritor Luis Fernando Verissimo como colunista do *Cotrijornal*, em maio de 1975. Seu primeiro texto assinado no *Cotrijornal* foi uma crônica provocativamente intitulada *O Cientista Louco*, em que descreve um jantar oferecido por um cientista para um grupo de jornalistas. Durante o jantar, os jornalistas vão descobrindo que tudo naquela mesa era feito de soja; mais do que isso, tudo na casa do cientista também era feito de soja. Maravilhados, propõem um brinde, com um vinho de soja que

começa elogiando a hospitalidade do Cientista, agradecendo o convite para visitar a sua mansão, ‘este verdadeiro triunfo da Ciência, este hino à engenhosidade humana’, e termina propondo ‘um brinde a este homem incomum que certamente libertará a Humanidade para sempre da tirania do petróleo, pois ninguém duvida que as limosines que nos transportaram até aqui eram movidas por algum combustível extraído da soja e...

Mas o orador não chega a completar o seu brinde. Diante da estupefação geral, o anfitrião pula da sua cadeira com um berro e, aos pontapés, começa a expulsar os jornalistas de suas cadeiras, da sala de jantar, e finalmente, porta afora, para a rua. Confusos e apavorados, os jornalistas se reúnem na frente da casa, da qual emergem ruídos de demolição e gritos de fúria. Um dos choferes do Cientista se aproxima do grupo.

- Vocês falaram em gasolina, não foi?

- Foi, mas...

- Sempre pega mal quando alguém fala em petróleo. Ele perde a cabeça. Fica fora de si durante dias. Vocês tiveram sorte. Da última vez ele quebrou a cabeça de três ou quatro...

- Mas por quê?...

- É que há 20 anos ele vem tentando extrair um substituto para o petróleo da soja, entende? Das suas experiências ele consegue de tudo – material de construção, cristal, grama artificial, carne, vinho, tudo – menos o que ele quer de verdade, entende? Quer dizer, é uma frustração. A casa é feita com tudo que não deu certo...

De dentro da casa ouvem-se ainda os sons da frustração. Os jornalistas se entreolham e, lentamente, começam a se afastar, ainda confusos, pisando em lajotas feitas com cimento de soja (*Cotrijornal*, maio 1975, p. 9).

A crônica é provocativa por vários motivos, mas, primeiro, por trazer para um jornal empresarial, que dialogava justamente com o grande público dos negócios da agricultura, uma crítica ao principal produto agrícola comercializado naquele contexto. Também é provocativo o título da crônica, “Cientista Louco”, numa alusão, talvez, ao papel da ciência nos avanços da Revolução Verde. A inspiração da crônica, contudo, provavelmente tenha vindo da crise do petróleo, irrompida dois anos antes, em 1973, quando os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) protestaram contra o apoio dos Estados Unidos a Israel na Guerra do Yom Kippur, aumentando o preço do petróleo em mais de 400%. No Brasil, a crise aumentou o preço do petróleo, levando o governo militar a tomar medidas protecionistas, como a criação do Proálcool, programa que promoveu a substituição da gasolina pelo álcool etílico,

diminuindo a dependência do país ao petróleo importado.

Por outro lado, a crônica também faz alusão a maneira como os jornalistas, especialmente aqueles vinculados à veículos empresariais de comunicação, como o *Cotrijornal*, tratam de temas do interesse dos seus respectivos contratantes. No caso da crônica, os jornalistas fictícios não escondem sua admiração com as maravilhas que a tecnologia poderia fazer com nada mais do que o simples grão soja, o que indica a existência de raras vozes dissonantes entre os jornalistas que de fato compunham o *Cotrijornal*, que registraram, ainda que de forma velada, uma crítica ao engajamento jornalístico de veículos especializados.

Em dezembro de 1975, o editorial do *Cotrijornal* indicou que era a hora e a vez do álcool na economia brasileira:

A partir do momento que o preço do petróleo alcançou preços considerados proibitivos, notadamente para os países subdesenvolvidos, e que se conclui pela necessidade da adição de álcool à gasolina com fins carburantes, setores responsáveis pela economia nacional passaram a lamentar o fato de não termos nos percebido antes dessa necessidade. [...] Em primeiro lugar, a medida assegura apreciável economia de divisas. Em segundo, convém notar que o mesmo virá contribuir, inclusive, para a redução de desigualdades regionais. Considerando que a produção de cana-de-açúcar ou a de mandioca, para o mesmo fim talvez não seja econômica na região centrosul, por consequência do elevado preço da terra, resta a opção de atrasadas regiões do norte e do nordeste, e cujo clima é excepcional para aquelas culturas. Na Amazônia Legal, ao longo da Transamazônica, onde inclusive já existe experiência a respeito feita pelo INCRA, existem grandes possibilidades para o êxito do programa do álcool. **A COTRIJUI, de sua parte, pretende contribuir com sua parcela para o sucesso do programa. Do projeto que está em fase de últimação no Pará, proximidades de Altamira, em conjunto com o INCRA,** a cana-de-açúcar – seu cultivo e sua industrialização – merece destaque especial (*Cotrijornal*, dez. 1975, p. 2, grifo nosso).

O editorial sobre o potencial da produção de álcool a partir de culturas agrícolas, como a cana-de-açúcar e a mandioca, jogou uma luz sobre outra iniciativa da Cotrijui, em parceria com o Incra, de colonização da Amazônia. Esse projeto havia sido lançado oficialmente pela Cotrijui na edição do ano anterior, em novembro de 1974, e foi exaustivamente abordado nas edições do *Cotrijornal* entre 1974 e 1981.

Figura 14: O cooperativismo e a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia

**AMAZÔNIA**

# O NORTE E A AMPLIAÇÃO DE NOSSA FRONTEIRA AGRÍCOLA

**UMA FAMÍLIA DE AGRICULTORES COM SETE PESSOAS. DIGAMOS: O PAI, A MÃE E CINCO IRMÃOS. A PROPRIEDADE EM QUE VIVEM TEM 20 HECTARES. DAQUELES 10 ANOS, TODOS OS FILHOS ESTÃO PRESSIONANDO PELA TERRA, POIS URGENTEMENTE IRÃO CASAR E ASSIM FORMARÃO NOVAS FAMÍLIAS. A COMPRA DE NOVAS TERRAS NÃO ESTÁ FACIL. CADA HECTARE ESTÁ CUSTANDO POR VOLTA DE Cr\$ 30.000,00. SE CADA FILHO QUISER DE HERANÇA QUATRO HECTARES, QUE É A DIVISÃO EXATA DOS 20 HECTARES ENTRE OS 5 FILHOS, NENHUM PODERÁ TIRAR DESSAS PEQUENAS ÁREAS ALÉM DO SEU PRÓPRIO SUSTENTO. ENTÃO É AQUISSIMO QUE A MAIORIA DELES TENTARÁ UMA OUTRA FORMA NUM CENTRO URBANO.**

Com certeza essa é uma situação idêntica para muitos agricultores aqui na região de COTRIJUI. Uns podem ter menos filhos, outros mais um pouco de terra. Mesmo assim, o problema, cedo ou mais tarde, vai surgir. Mas quais serão as soluções que os agricultores poderão encontrar nesse caso quando a terra vai ficando cada vez menos?

Para o ex-secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Edgar Iria Simas, só há duas soluções: uma seria a reforma agrária, com uma distribuição ou desapropriação de terras entre agricultores. A outra seria a formação de novos grupos de agricultores em terras desabitadas. A primeira alternativa foge das mãos da cooperativista e dos pequenos agricultores, pois deverá partir de uma iniciativa do Governo já a segunda alternativa é COTRIJUI em condições de abraçar e vem trabalhando para isso há uns três anos atrás. E já tem um projeto que vem sendo executado que prevê todas as condições para agricultores de pequenas áreas se transferirem para a região Amazônica. O responsável por esse projeto é o próprio ex-secretário de Agricultura, Edgar Iria Simas.

O projeto montado pela COTRIJUI está sendo considerado como um modelo para a colonização de diferentes regiões da Amazônia e de outros estados brasileiros. Como prevê o projeto, o agricultor que quiser se transferir para a Amazônia, terá que vender suas terras para um vizinho ao lado (chamado de limítrofe). Com isso se terá tentado resolver dois problemas: do agricultor que parte para onde terá mais terra, e de um vizinho que passará a contar com a empresa da terra ao lado, com uma maior área para continuar suas plantações.

Quem tiver mais de 136 hectares de terra não poderá comprar a terra do vizinho. Isso porque o agricultor que tiver, por exemplo, 150 hectares e quiser comprar mais 30 hectares, vai ficar com 180 hectares. Assim já passa a ser latifundiário. É foco do projeto que prevê o trabalho agrícola na base da empresa familiar. Isso é, onde a própria família administra a sua propriedade.

**O AGRICULTOR SE PERGUNTA**

Até se falou bastante vezes nos programas de rádio, nos jornais e mesmo nas conversas e reuniões dos agricultores sobre a vida de COTRIJUI para a Amazônia. Mas com certeza, muitos agricultores ainda estão matutando diferentes perguntas. Perguntas como: como quem vai ficar as nossas terras? A quem mesmo interessa a vida dos agricultores para a Amazônia? Será mesmo para resolver o problema da falta de terra ou simplesmente para pecar mais um estado? A terra é boa mesmo? Tem mosquitos, índios, doenças, pestes, pragas, bichos? E quem serão os escultores?

Essa é um tema", diz Santo Desordi do Departamento de Educação e Comunicação da COTRIJUI, que será amplamente discutido nas reuniões dos núcleos de agricultores. Cada agricultor antes de ir para a Amazônia estará suficientemente conscientizado para tomar suas decisões".

No momento ainda não se tem definido quando partirão as primeiras famílias de agricultores associados da Cotrijui para a Amazônia. Apenas se sabe que serão, numa primeira fase, 200 famílias. Mas só partirão quando estiverem concluídas todas as residências, estradas e o desmatamento nas futuras propriedades dos agricultores.

## NATALINO ESCREVEU TODA A VIAGEM

Natalino dos Santos, que tem quatro filhos e mora no Rincão dos Anéis onde é proprietário de 18 hectares, foi um dos 27 agricultores que participaram da última viagem organizada pela Cotrijui a diversas cidades brasileiras e especialmente a região Amazônica. Durante toda a viagem, Natalino dos Santos surpreendeu os seus companheiros, pois sempre esteve anotando o que via ou ouvia. Até recebeu o apelido de "escrivão". Depois da viagem, em sua casa, ele passou tudo o que tinha anotado para um caderno de 50 folhas. A seguir um dos trechos escritos por Natalino:

"A viagem foi um sucesso. Os agricultores não chegaram a dizer que não foi lá, mas sim, não houve nenhuma que eles não possam fazer que a área tem muito bom futuro. O meu objetivo em participar era conhecer a área que a Cotrijui está desenvolvendo o projeto. Anteriormente não tinha podido chegar até a área, mas também não poderia. Para dar uma ideia, a área da Cotrijui começa em km 28 e vai até o km 105. E não tem nada de km 105. Fizeram muitas visitas aos agricultores que estão trabalhando em frente da área de projeto. Em conversas com eles, não observamos que a grande maioria deles enfrentam muitas dificuldades. Mas hoje estão mais otimistas. Têm uma maior coragem de enfrentar as dificuldades e já estão conseguindo superar todas. Não são cheios de um otimismo cego, mas os participantes da viagem e os agricultores da região, no momento Maria, fizeram bem informado sobre suas dificuldades e necessidades. Eles estão com um projeto de associação de um município que vai desenvolver junto a área da Cotrijui.

O clima é tropical. Só há duas estações: inverno e verão. O inverno é seco, no melhor sentido, quase não tem nenhuma precipitação. No verão é chuvoso até mais chuvoso. Não é possível que não passe por lá. Só tem um problema é que as chuvas são muito constantes. Mas não são chuvas como aqui. Elas desceram quase de perto e ventosais.

A fertilidade da terra não nos surpreendeu que é muito alta. Não estão usando nenhuma adubação, como calcário ou fertilizante.

As plantas que podem ser cultivadas na região, são aquelas que já existem no Brasil. Mas não são aquelas que são cultivadas em outras regiões. São as plantas que são: arroz, milho, mandioca e a soja que também está em experimentação de qual a variedade que possa ser uma alternativa. E as plantas permaculturas: algodão, cana-de-açúcar, cacau, café, castanha, pinhão-do-reino, melão, mel, banana, mamão, feijão e outros, que também estão aqui.

A variedade já está em grande escala. Não vimos de Altamira, de Brasil Novo, muito nada. É um povo bastante pobre e Santa Gertrudes, que que é a Piquetaria. Ela é muito bonita e de boa qualidade também. A passagem é precária e o custo elevado.

Para isso, que acompanharam o desenvolvimento a viagem, e creio para todos os escultores, conclui que desconfiança a realidade e a falta de nossa própria terra. É o certo que o sucesso da Cotrijui na Amazônia não está. Esta é o meu ponto de vista."

© Cotrijournal

Página 12

Fonte: Cotrijournal, nov. 1977, p. 12.

A Figura 14 é o recorte de uma edição especial de quatro páginas que, novamente, colocou em evidência o discurso agroexpansionista da Cotrijui, sempre em letras garrafais e com muito destaque na escolha de palavras que remetiam aos avanços do progresso. Contudo, na parte inferior da Figura 13, vemos uma novidade, ao destinar um espaço significativo da matéria principal do jornal para registrar as impressões pessoais de um associado, o Sr. Natalino dos Santos, que narrou, de sua própria perspectiva e com muito otimismo, as curiosidades, as esperanças e os desafios que vivenciou em sua viagem em sua companhia da comitiva da Cotrijui em Altamira, no Estado do Pará, para avaliar o projeto de colonização daquela região com pequenos agricultores da Regional Pioneira, que discutimos no próximo subcapítulo.

### 2.2.3 “Vale Amazônico: um mundo para ser conquistado”

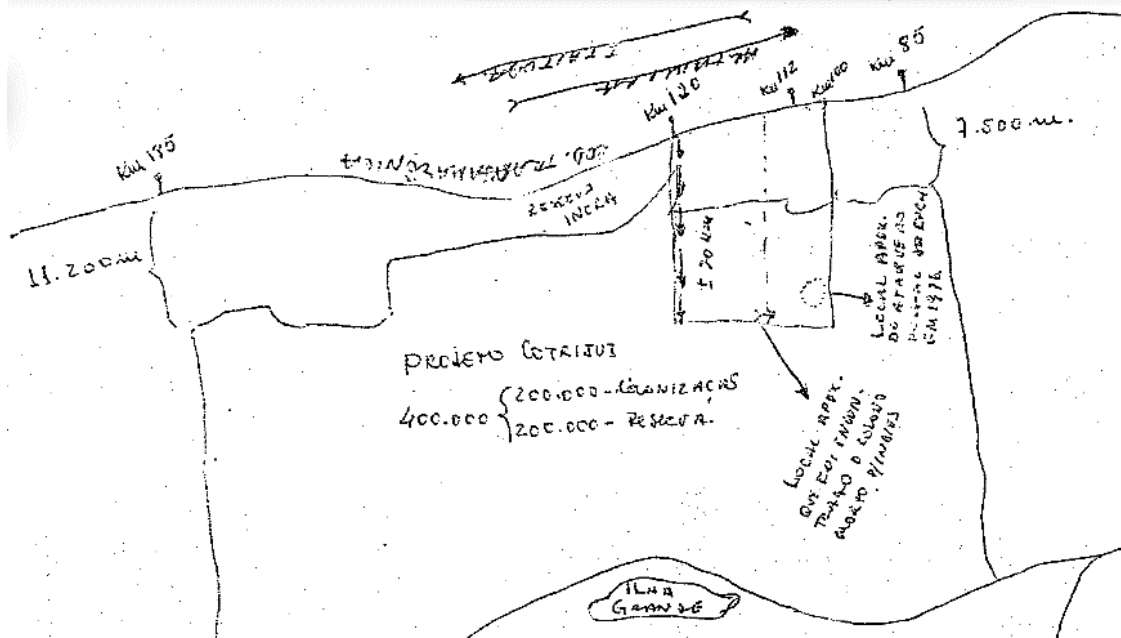
O título deste subcapítulo foi publicado na edição de maio de 1975 do *Cotrijornal*. Essa foi a maneira como a Cotrijui apresentou ao público as suas expectativas com seu projeto de colonização da Amazônia, entre 1977 e 1981, numa parceria com o Incra, que pretendia enviar cerca de 2.000 famílias para colonizar uma área de 400 mil hectares em Altamira. E assim também iniciamos nossa análise do projeto de expansão da Cotrijui, partindo da expressão subjetiva da mentalidade de conquista, bastante presente no universo dos negócios da agricultura e na forma como foram veiculadas as notícias sobre o assunto no *Cotrijornal*.

Em nossa pesquisa, encontramos farta documentação sobre o tema no Instituto Socioambiental Brasileiro. Dentre os documentos uma correspondência entre Salomão Santos, Chefe da Ajudância do Ministério do Interior (Minter) em Altamira, e o Delegado Regional da Fundação Nacional de Apoio ao Índio (Funai), datada de 05 de julho de 1977, na qual comunicou-se oficialmente a intenção da Cotrijui de se instalar na área sul da rodovia Transamazônica (BR-230), entre os quilômetros 80 e 160, e o norte do Rio Iriri, importante afluente do Rio Xingu, em uma área de cerca de 100 km de extensão por 40 km de fundo, totalizando uma área de cerca de 4.000 km<sup>2</sup>, que equivalem a 400 mil hectares. No documento, o número de famílias a serem levadas pela Cotrijui do RS para Altamira subiu de 2 mil para 10 mil, razão pela qual se pedia ao Delegado da Funai agilidade no estudo da área de perambulação de indígenas, “a fim de evitar possível encontro entre o pessoal da COTRIJUI e os índios Araras” (Minter, 1977).

Os Arara ocupavam tradicionalmente o território. A chegada de madeireiros, mineradores e colonos do sul intensificou a disputa por terras e recursos. Segundo Pinto (2025), o povo Arara é originário do vale do médio Xingu e foi considerado extinto por volta da década de 1940, quando escassearam as notícias sobre sua movimentação pela região, mas voltaram à cena com a construção da rodovia Transamazônica, no início dos anos de 1970. Para o autor:

Os Arara ficaram famosos por sua belicosidade e pelos troféus que capturavam dos corpos dos inimigos - cabeças para flautas, colares de dentes e escalpos de face. Mas há muito tempo também que sua facilidade de interação com o mundo exterior, e mesmo para a incorporação de estranhos ao mundo nativo chama atenção para outros aspectos de seu modo de vida. A superposição virtual entre a paixão guerreira e a disposição constante para o estabelecimento de relações solidárias e generosas parece ter sido uma marca de um mundo Arara que hoje cede o passo às relações de contato com o mundo dos brancos (Pinto, 2025).

Figura 15: Croqui da área de colonização da Cotrijui em Altamira-PA



Fonte: Minter, 1977.

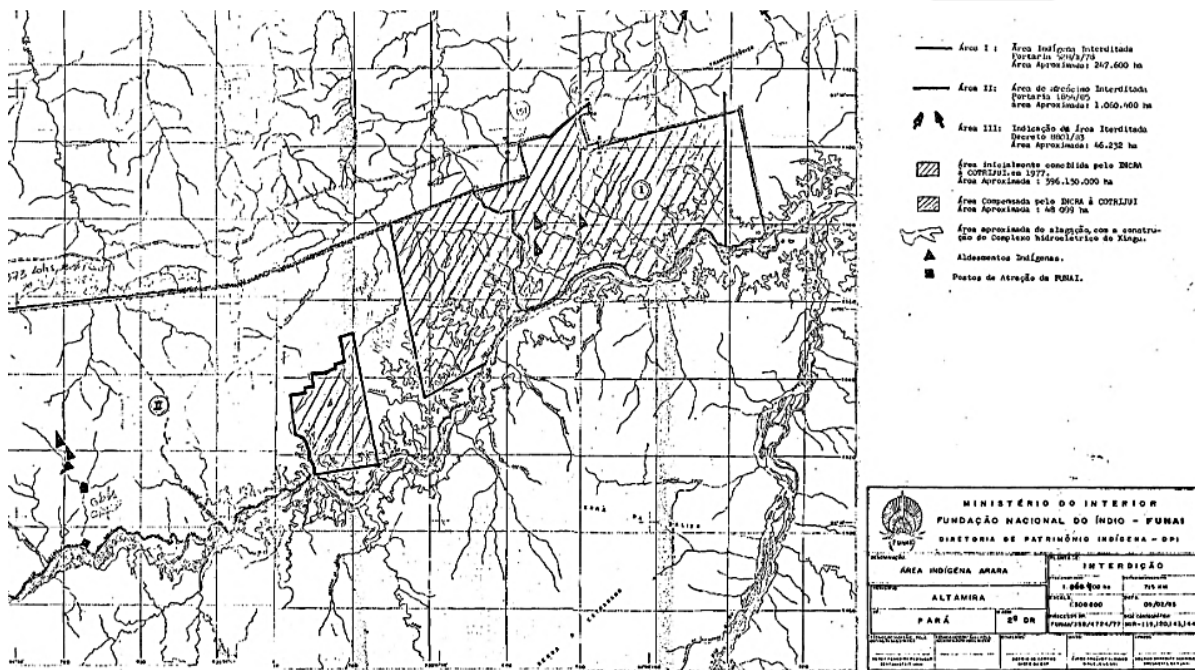
A Figura 15 é um anexo da correspondência acima citada. Trata-se de um croqui da área de colonização com algumas indicações geográficas e dos locais de preocupação do Minter, devido à circulação de índios Araras naquela região. Os quadros entre os quilômetros 120-100 representam essas áreas de preocupação e neles podemos ler as notas do Chefe do Minter sobre os territórios de conflito na área destinada para a Cotrijui. No primeiro campo à esquerda, diz “local aproximado que foi encontrado o colono morto por índios”; no segundo, diz “local aproximado do ataque às pessoas do [ilegível] em 1976”.

As anotações evidenciam as preocupações dos órgãos governamentais com a preexistência de conflitos entre colonos e indígenas na região, mesmo antes da chegada da Cotrijui. Ao registrar “colono morto por índios” ou “ataque em 1976”, o documento reforça a ideia de ameaça indígena, legitimando políticas de segurança e expansão agrícola. Tratava-se de um conflito entre os Arara, que historicamente ocupava o território, com os interesses econômicos na região, principalmente de madeireiros, mineradores e, mais recentemente, dos colonos emigrados do sul.

Os registros ataques e mortes de colonos supostamente causados por membros do povo Arara, não são narrativas neutras, mas indícios da forma como o Estado e os órgãos de colonização interpretavam e documentavam os conflitos na fronteira agrícola. O uso de croquis e notas oficiais mostra que haviam relatos de violência, sem que houvesse uma investigação detalhada. Muitas vezes, tais registros poderiam ser baseados apenas em versões de colonos ou

autoridades locais.

Mapa 2: Mapa oficial da área de colonização vendida à Cotrijui pelo Inca



Fonte: Mirad, 1986, p. 63.

O Mapa 2 é um *fac-símile*, reproduzido anos mais tarde, intitulado “Relatório da viagem à área interdita dos índios Araras”, viagem feita por uma equipe da Funai com o apoio da Polícia Federal, que, dentre outras atribuições, objetivava embargar uma estrada que a Cotrijui estava construindo no local, para iniciar a demarcação das terras. A estrada seguia no sentido norte-sul, partindo da BR-230 na altura do km 120, em direção ao rio Iriri, situado ao sul. No documento, percebe-se que a área destinada à Cotrijui se encontrava em litígio entre as duas autarquias, Inca e Funai, sendo que a segunda indicava a existência de aldeamentos indígenas, demarcados com triângulos pretos, no interior da área que havia sido concedida à Cotrijui (Mirad, 1986, p. 63).

No entanto, apesar das preocupações percebidas nos documentos e do conflito de interesses entre as autarquias federais, o projeto estava sendo amplamente divulgado pela Cotrijui em seus meios de comunicação, tendo aparecido, pela primeira vez, no editorial do *Cotrijornal* de novembro de 1974. Nele, os editores apresentaram o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), um programa criado pelo governo brasileiro, com o objetivo de implantação de polos agrícolas regionais que propiciassem a fixação populacional em áreas de mineração e de interesse estratégico, formando zonas de integração que permitissem a concentração de capitais e formação de novos espaços

de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que reduzia a pressão dos movimentos pela reforma agrária, que tomavam corpo no Brasil, principalmente no Sul e no Nordeste (Monteiro, 2005). Segundo o Editorial do *Cotrijornal*, naquela ocasião, o governo brasileiro

acaba de selecionar 15 áreas para valorização econômica e social da grande região norte do país. É que o **desbravamento do nosso continente tropical**, feito antes e por 400 anos através da precariedade do sistema de nossos rios interiores, passou a ser feito através dos eixos rodoviários da Belém-Brasília, a partir de 1960; a Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e, finalmente, da Perimetral Norte, em construção. Com a construção desse sistema viário, foi possível pensar-se em termos de uma **plena ocupação do território**, a nível de magnífico social e econômico. [...] A **experiência pioneira no setor** poderá ser feita pela COTRIJUI, convidada que foi pelo INCRA, para desenvolver trabalhos de base para instalação de um núcleo pioneiro na região de Altamira. A colônia pioneira seria instalada em área de cerca de 400.000 hectares (Cotrijornal, nov. 1974, p. 2, grifos nossos).

O termo “desbravamento” foi, frequentemente, usado para descrever as ações de grupos de exploradores e colonizadores que abriam caminhos em territórios por eles desconhecidos para fazer avançar o ideal vigente de civilização. Possui, portanto, um significado profundamente ideológico, pois está associado às tradicionais formas de exploração utilizadas no processo histórico de colonização do Brasil, transformando áreas naturais em territórios habitados e utilizados por seres humanos. Carrega, ainda, uma conotação de conquista e dominação, porque a ideia de desbravar muitas vezes ignora ou subestima a presença e os direitos das populações indígenas e comunidades locais que habitavam essas áreas. Além disso, esse conceito está associado à degradação ambiental e à exploração irresponsável dos recursos naturais.

Para Telmo Frantz (1982), no entanto, o projeto de colonização da Amazônia pela Cotrijui possuía outras motivações. Argumenta o autor que, no auge da expansão da soja, no início da década de 1970, ocorreu uma drástica redução das atividades coloniais clássicas, substituídas pela produção comercial do binômio soja-trigo. A alta dos preços, ocorrida em 1972-1973, incentivou uma “corrida do ouro” (Frantz, Telmo, 1982, p. 185), metáfora curiosa, pois, além da soja também ser da cor amarela, desde a Era Vargas a “Marcha para o Oeste” era uma referência ideológica do movimento de expansão da fronteira agrícola, como vimos na matéria “Amazônia: é a marcha para o norte” (Cotrijornal, set. 1977, p. 13). Esse *boom* da soja ocasionou um rápido esgotamento das terras disponíveis para esses cultivos e a pressão pela expansão da fronteira socioambiental.

As propostas que surgiram indicavam duas saídas: limitar uma área mínima de 30 hectares para incorporação à produção daqueles grãos; ou atuar no sentido de expandir a área de atuação da Cotrijui. Das duas alternativas, a segunda foi a mais realista, “é quando pela

primeira vez se fala em colonização no interior da Cotrijui [...]. Foi diante das dificuldades de toda sorte para levar à frente propostas alternativas que a Cotrijui acabou indo para a Amazônia” (1986, p. 186-187). Opinião semelhante expressou o ex-secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Edgar Irio Simm, em entrevista para o Cotrijornal em novembro de 1977:

Esse projeto tem a inspiração em dois fatores. Primeiro, a necessidade de se criar uma **metodologia racional de ocupação da Amazônia**, através da utilização de processos mais avançados, mais modernos de agricultura. O segundo fator está vinculado à estrutura fundiária no Rio Grande do Sul. Nós sabemos que nosso estado, e em particular na área de ação da COTRJUI, um dos sérios problemas que temos é de ordem estrutural, porque as áreas são pequenas demais e há quase que uma predominância absoluta de minifundiários (Cotrijornal, nov. 1977, p. 13, grifo nosso).

É notável o uso da expressão “metodologia racional” para se referir à ocupação e desmatamento de um Bioma que, hoje sabemos, é essencial para a manutenção das condições climáticas nacionais. A racionalidade esteve sempre ao lado dos processos civilizatórios, gélida expressão da marcha inexorável do progresso. Por fim, segue a matéria, referindo-se ao “sério problema” da predominância do minifúndio na estrutura fundiária do RS, tradicionalmente ligado à policultura e à produção de alimentos. O problema era justamente a dificuldade de transformar um minifúndio numa unidade monocultora de alta produtividade, que expressasse a “metodologia racional” da agricultura modernizada em resultados objetivos.

Sobre a relação entre o problema do minifúndio no Rio Grande do Sul e o projeto de colonização da Amazônia, encontramos esta menção em documento do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad):

Desde 1974 a Cotrijui iniciou negociações com o INCRA, com vistas a implantar um projeto de colonização na Amazônia que permitisse o assentamento do excedente e dos filhos de seus cooperados, bem como o remembramento de minifúndios. O critério de seleção da área orientou-se basicamente pelo grau de fertilidade da terra, riqueza dos recursos naturais e pela proximidade de vias de acesso, que possibilitassem o desenvolvimento de projeto Agro-Industrial de colonização, baseado no tripé: colonização, usina açúcareira e duas serrarias (Mirad, 1986, p. 3).

O documento apresenta os argumentos da Cotrijui em defesa do projeto de colonização da Amazônia com o que chama de “assentamento do excedente” e “dos filhos de seus cooperados”, referindo-se ao problema do acesso à terra no Rio Grande do Sul e, também, ao problema da produtividade dos minifúndios, para o qual a solução seria o remembramento. Além disso, também relaciona a expansão dos seus negócios no campo agroindustrial.

O projeto de colonização da Amazônia ganhou notoriedade e foi exaustivamente divulgado em várias edições do *Cotrijornal* nos meses que se seguiram ao lançamento do projeto, conquistando apoio tanto do seu quadro social quanto de personalidades políticas e

empresas ligadas aos negócios da agricultura, conforme indicam as cartas recebidas e publicadas pela redação. O projeto chegou a ser apresentado e discutido em uma sessão da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS) e ganhou 38 matérias entre os anos 1974 e 1981.

Quadro 4 - Lista de matérias com conotação ideológica

1	Vale amazônico: um mundo para ser <b>conquistado!</b>	maio 1975, p. 7
2	Amazônia: a terra das <b>oportunidades</b> – Terra para homens sem terra; e homens para terras sem homens	nov. 1975, p.11
3	‘Cotrijui dá <b>exemplo</b> ’ – sobre o projeto Amazônia	dez. 1975, p. 17
4	FAO vê o <b>futuro</b> no projeto da Cotrijui na Amazônia	ago. 1976, capa
5	Atividade agrícola na Amazônia será intensa com a utilização acentuada de <b>insumos modernos</b> , bem como elevado grau de <b>mecanização</b>	set. 1976, p. 4
6	Amazônia: o grande <b>futuro</b>	abr. 1977, capa
7	20 anos: Cotrijui <b>enfrenta o desafio</b> da Amazônia	jul. 1977, p. 21
8	Amazônia: é a <b>marcha para o norte</b>	set. 1977, p. 13
9	O norte e a ampliação de <b>nossa fronteira agrícola</b>	nov. 1977, p. 11

Fonte: Cotrijornal, várias edições entre maio 1975 e nov. 1977.

No Quadro 4, vemos uma lista das principais matérias sobre o projeto de colonização da Amazônia, publicadas no auge das discussões entre 1975 e 1977. Podemos perceber, nos títulos das matérias listadas, um padrão otimista adotado pela Cotrijui, evidenciando e enaltecendo valores como ‘progresso’ e ‘desenvolvimento econômico’, ‘pioneirismo’ e ‘modernidade’ que, associados ao próprio sentido do cooperativismo, se resumem, fundamentalmente, numa espécie de ‘espírito desbravador’ muito saudado pelo público da Cotrijui. Merece um destaque especial o item número 8, que alude tanto à Marcha para o Oeste promovida pelos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, quanto ao projeto homônimo implementado por Getúlio Vargas no Estado Novo. Além disso, seis das nove matérias foram publicadas na capa do jornal, o que nos leva a inferir o grau de importância dado ao projeto ao longo dos oito anos de sua duração.

De todas as matérias veiculadas sobre a colonização da Amazônia, é importante mencionar que em uma delas percebemos a existência de uma preocupação da cooperativa com o *status* ambiental do bioma Amazônico. Foi em dezembro de 1973, quando a matéria intitulada “Preservação dos recursos naturais do país” apresentou aos leitores os dados do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que reconheciam a devastação causada a

grandes parcelas dos recursos naturais do país pela abertura de estradas como a Transamazônica. A declaração foi dada pelo engenheiro Alceu Magnanini, diretor do Departamento de Pesquisas do IBDF, ao lamentar que o Instituto

nada poderia fazer para coibir o mal [causado pela abertura de estradas na Amazônia], uma vez que se trata de mero organismo consultivo [...]. Para Magnanini, da forma como vem se desenvolvendo o reflorestamento no País, não levará a nada, ‘pois, quando se chega a plantar uma árvore, o solo já está completamente esgotado. Outro problema atual é que se planta arbitrariamente, sem pesquisar qual a variedade de vegetação ideal (Cotrijornal, dez. 1973, p. 4).

A preocupação de Magnanini reflete o descaso com que as políticas de expansão da fronteira agrícola atuaram sobre os territórios naturais. Ao longo dos últimos 400 anos de exploração colonial no Brasil, tanto as formas de exploração quanto as expressões usadas como argumentos da exploração mudaram para se adaptar às próprias mudanças conjunturais. No contexto da Revolução Verde, conceitos como modernização, desenvolvimento econômico e progresso passaram a ser utilizados na defesa das ambições expansionistas do setor agropecuário nacional. Mais uma vez, é importante considerar que, embora sejam pautas que não receberam tanto destaque no jornal, também revelam uma abertura da Cotrijui para a discussão de temas ambientais e, também, a concessão de espaço em seu jornal para abordá-lo.

Sobre o contexto das transformações ocasionadas pela expansão da fronteira agrícola, escreveram Duarte e Wehrmann:

O processo de expansão da fronteira agrícola, ocorrido nas últimas três décadas do século XX, de forma especial no Centro-Oeste e na Amazônia Legal, vistos como a última grande reserva de terras para o cultivo de grãos e de carnes exportáveis no Brasil, ocorreu por meio de uma política de colonização, na qual as grandes cooperativas agrícolas do sul do país tiveram um papel fundamental. A ocupação da fronteira agrícola, ao mesmo tempo em que viabilizou empresarialmente a produção de grãos e as atividades pecuárias - possibilitando a internacionalização dos sistemas produtivos e dos produtos - intensificou os fluxos migratórios, transformando consideravelmente o perfil da região e a relação entre as populações ali adaptadas e o meio ambiente (2006, p. 16-17).

Em 14 de setembro de 1978, a Cotrijui enviou correspondência ao Chefe da Ajudância de Altamira, para informar sobre o andamento do projeto de colonização da Amazônia. Em anexo, um mapa das áreas demarcadas e uma relação de “93 (noventa e três) INVASORES que ocupam uma área de 12.200 ha (doze mil e duzentos hectares). Segundo as informações que temos recebido, apesar dos avisos transmitidos, a INVASÃO continua desordenada”. A carta descreve ainda a ausência de dados exatos sobre a relação entre as invasões “e a derrubada de árvores que estão ocorrendo junto ao Rio Iriri (Limite Sul) e um ou mais campos de pouso clandestinos existentes na área” (Cotrijui, 1978, p. 2). O uso de caixa alta indica que a

preocupação maior não era necessariamente com a devastação, mas com as invasões desordenadas que punham em risco os interesses do projeto de colonização da Cotrijui na região.

Ao longo da leitura do Cotrijornal, poucas vezes se perceberam preocupações ecológicas que indicassem problemas diretamente relacionados com a destruição dos biomas nacionais pela ação do setor agropecuário. Em setembro de 1988, encontramos um desses textos, porém, sobre o Bioma Cerrado:

Figura 16: O Cerrado em chamas

**COTRIJORNAL**  
ANO 15      JUL, AGOSTO/SETEMBRO/88      *MUSEU*      Nº 158

**PROJETO SOLOS**  
**PRODUTIVIDADE À VISTA**  
Através de uma injeção de calcário, fósforo e potássio, o Projeto de Recuperação de Solos da Cotrijui Pioneira, quer dobrar a média de grãos da região  
Páginas 4 e 5

- **Mais de 30 mil ha de soja na região**  
Páginas 6 e 7
- **Governo ameaça importar alimentos**  
Página 8
- **A maioria do cooperativismo**  
Página 10
- **Os candidatos associados da Cotrijui**  
Páginas 13, 14 e 15
- **Região ganha distrito sanitário**  
Páginas 20 e 21

**As queimadas no cerrado**  
Páginas centrais

Fonte: Cotrijornal, set. 1988, p. 16.

Na Figura 15, podemos ver um pequeno quadro na capa, na base inferior direita da capa, intitulado “As queimadas no Cerrado”, que expressava as preocupações da Cotrijui quanto ao “cenário desolador provocado pelas queimadas, uma prática constante no meio rural, mas que nos últimos meses atingiram proporções alarmantes” (Cotrijornal, set. 1988, p. 16). No levantamento da matéria, os números indicavam mais 400 mil hectares de vegetação, uma área equivalente àquela que a Cotrijui pleiteava colonizar na Amazônia, sob o risco de virarem cinzas e terem sua produtividade prejudicada nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, abrangendo os biomas Amazônia e Cerrado. Coincidência ou não, a notícia sobre as queimadas divide espaço na capa com a matéria principal da edição, que versa sobre os planos em desenvolvimento na Cotrijui, em parceria com prefeituras de sua Regional Pioneira e entidades de pesquisa agrônômica públicas e privadas, para um grande projeto de correção e preservação dos solos na região Sul.

Outra preocupação ambiental com a floresta amazônica seria estampada novamente apenas em uma matéria em fevereiro de 1989, após o assassinato do seringueiro, líder sindical e ativista político Francisco Alves Mendes Filho, conhecido popularmente como Chico Mendes. Tratava-se de um registro simples da publicação da última entrevista de Chico Mendes, intitulada *O testamento do homem da floresta*. A matéria não chega a expressar nenhum tipo de posicionamento ambiental da cooperativa, mencionando, porém, de forma contraditória, o descaso da imprensa nacional para com as questões ambientais amazonenses: “Mas, se as suas denúncias de devastação da floresta e massacre do homem foram ouvidas lá fora, aqui nem chegaram a mobilizar as autoridades que sabiam, inclusive, pelo próprio aviso do seringueiro, que ele estava para ser morto” (Cotrijornal, fev. 1989, p. 3). Contraditório, pois, até aquele momento, o próprio *Cotrijornal* nunca havia mencionado objetivamente os conflitos resultantes da expansão da fronteira socioambiental. Contudo, a matéria cita, por fim, os conflitos de grupos indígenas e ecologistas contra empresas concessionárias da Eletrobrás em relação ao Complexo Altamira, que previa a construção de 80 hidrelétricas na Amazônia.

No entanto, ao mesmo tempo em que passavam a expressar suas preocupações ecológicas, as matérias do *Cotrijornal* davam destaque aos danos que extrapolavam a destruição das florestas e passavam a impactar as atividades econômicas. Para Júlio Salton, engenheiro agrônomo da Cotrijui cedido à Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual (UEPAE), as queimadas, “quando contínuas, são extremamente prejudiciais ao meio ambiente, ao solo que perde sua fertilidade e ao sistema ecológico como um todo [...]. Outra consequência direta da queimada é a erosão, porque a terra fica exposta à ação da chuva, dos ventos e da radiação solar,

que diminui a umidade do solo” (Cotrijornal, set. 1989, p. 16). Fica claro, portanto, que a maior preocupação da Cotrijui com as queimadas era em relação aos seus efeitos econômicos; em relação aos prejuízos que as queimadas geravam para a fertilidade dos solos. Opinião semelhante foi manifestada pelo agricultor Antônio Bastos, ex-associado da Cotrijui em Caarapó, ao sul de Dourados-MS:

‘Quando vimos, conta o associado, o fogo estava bem perto de nós e tivemos que jogar água nas paredes das casas da fazenda, porque havia o perigo de pegar fogo em toda a propriedade’. O mais irônico da história é que o trigo seria colhido no dia seguinte e pela primeira vez a queimada entrou na lavoura do agricultor. ‘Faz 37 anos que moro aqui, prossegue ele, e nunca botei fogo na plantação para limpar a terra. Acho um absurdo a prática da queimada e só a admito como último recurso, em caso de doenças do solo, como o nematóide por exemplo’ (Cotrijornal, set. 1989, p. 16).

Assim, para além de manifestar as preocupações da Cotrijui quanto aos impactos das queimadas ao meio ambiente, a leitura da matéria indicou que a preocupação principal da cooperativa era com esse novo contexto, em que as queimadas feitas pelo homem, no processo de expansão da fronteira agrícola, passaram a prejudicar a própria agricultura, destruindo lavouras e reduzindo a produtividade do solo. Para além dessas preocupações com os negócios da agricultura, a matéria traz ainda uma outra preocupação que se soma ao problema das queimadas: a estiagem, que, além de potencializar as queimadas, atingiu de forma inédita as lavouras daquela região:

A situação seria menos problemática se não fosse um fator agravante como a seca. No estado não chove desde o final de maio e em alguns locais se formaram verdadeiros barris de pólvora, prontos a explodir com um simples toco de cigarro inconsequentemente. **A estiagem, que já foi responsável pela quebra na produção de trigo, ameaça agora o rendimento da próxima safra de verão e outros prejuízos decorrentes dela têm sido incalculáveis** (Cotrijornal, set. 1989, p. 16, grifos nossos).

Contudo, o desmembramento da regional do Mato Grosso do Sul do complexo da Cotrijui havia ocorrido há quatro anos antes dessa matéria, em 1985, ficando tais preocupações apenas no campo retórico, sem nenhum tipo de mobilização política da Cotrijui nesse sentido. Da mesma forma que a presença da Cotrijui no Mato Grosso, o Projeto de Colonização da Amazônia acabou perdendo força, embora suas ações em ambos os lugares tenham contribuído para impactar as realidades locais e mobilizar as comunidades dentro dessa nova lógica de expansão dos negócios da agricultura.

#### 2.2.4 O fim dos projetos de expansão geográfica da Cotrijui

A própria conjuntura contribuiu para que a Cotrijui, gradativamente, abandonasse seus

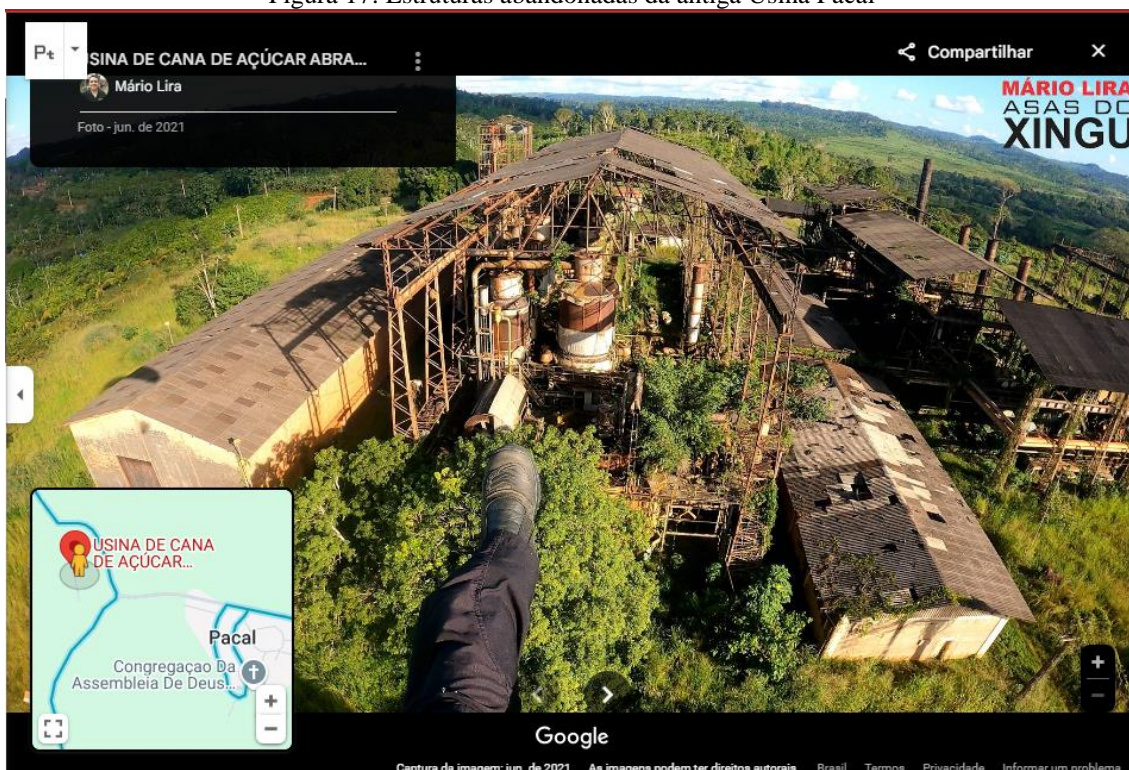
empreendimentos expansionistas fora do Rio Grande do Sul, diante das mudanças no cenário político nacional e de um acúmulo de dívidas que pressionavam pelo seu encolhimento. Em um seminário sobre colonização e cooperativismo realizado em 1979, o *Cotrijornal* assim registrou:

E será que conduzir um processo destes é tarefa para as Cooperativas de produção? Por não existir outra brecha, a Cotrijui pensou num momento que era. **Mas jamais com a principal intenção de ocupar a Amazônia, antes que outros a ocupassem.** Para isto deveria haver mecanismos legais capazes de impedir que estranhos a nós tomassem posse daquilo que não é deles. **O que inspirou o projeto de colonização no Norte foi a necessidade sentida de mudar a estrutura fundiária da região onde ela atua no Sul.** E colonização não é coisa tão simples assim como embarcar colonos num ônibus e levá-los para outro lugar. Só de olhar o tempo que a Cotrijui está com seu projeto de colonização esperando o momento e condições de pô-lo em prática já é um alerta suficiente para isto. A falta de coordenação do próprio Governo ajudou para que isto acontecesse. Foi ruim? Talvez não, pois deu mais tempo para pensar. De 74, quando ele foi criado, até agora, muita coisa já mudou. Mas, se o único caminho que se aponta para melhorar uma estrutura fundiária que não atende aos interesses de quem trabalha na terra for através de programas de colonização, que pelo menos eles sejam conscientes, bem orientados e existam condições reais de implantá-los. Só assim as cooperativas podem assumir o papel e o risco de conduzir um processo desta natureza (Cotrijornal, nov. 1979, p. 2, grifos nossos).

O editorial da edição de novembro de 1979 parecia indicar, antecipadamente, um quadro de desistência do projeto Amazônia. Ele registrou a impressão geral dos participantes do seminário, em uma *mea culpa* por entrar em um projeto sem a garantia de existência de subsídios ou mesmo apoio político para concretizá-lo. Esse editorial foi publicado um mês após a emissão do Relatório do Minter, então em caráter sigiloso, que tratava da interdição da área cedida à Cotrijui na região de Altamira (Minter, 1979). Ou seja, o projeto de colonização da Amazônia, amplamente discutido entre 1974 e 1979, foi perdendo força logo após a interdição, pela Funai, em outubro de 1979.

O “Relatório da viagem à área interdita dos índios Araras”, realizada em conjunto pela Funai e Polícia Federal em 1986, continha anexadas as considerações da Cotrijui, na ocasião representada por seu Gerente-Geral na região amazônica, Werner Wagner, que lamentou o que chamou de “mal-entendido” em relação às ordens da Funai, expressando sua frustração com os percalços no relacionamento com o Incra e a Funai, e alegando que a Funai havia interditado quase toda a área do projeto de colonização. Segundo ele, a Cotrijui teria gasto cerca de CR\$ 180 milhões na recuperação da Usina Pacal, recebida em comodato do Incra, na Vila Pacal, situada no km 110 da BR-230, nas proximidades de Medicilândia (Mirad, 1986, p. 60-63).

Figura 17: Estruturas abandonadas da antiga Usina Pacal



Fonte: Lira, 2021.

A Figura 17 é uma fotografia aérea que mostra o estado de abandono das estruturas da Usina Cira Pacal, mais tarde rebatizada como Usina Abraham Lincoln, nas proximidades de Altamira, atual município de Medicilândia, a qual havia sido recolocada em operação pela Cotrijui, que, mesmo com as dificuldades, operou a usina nas safras 1979-1980 e 1980-1981, para a produção de álcool e açúcar (Mirad, 1986, p. 21), sendo “Cira” a abreviatura de Cooperativa Integrada de Reforma Agrária do Incra, e Pacal o nome da localidade que serviu de base para os trabalhadores, em sua maioria de origem nordestina, que migraram para a região atraídos pelo projeto de colonização do Incra, a partir de 1970 (Almeida; Santos, 1982, p. 12). Quer seja pelo contexto internacional, que pressionou os estados a buscarem soluções energéticas, como a produção de combustíveis renováveis que levou ao Proálcool, quer seja pelos fatores locais, como a pressão pela reforma agrária e novas áreas para exploração agrícola, a Cotrijui participou ativamente dos projetos nacionais de expansão da fronteira agrícola.

Apoiada em seus fundamentos cooperativistas, como o progresso e o pioneirismo, contribuiu não apenas para o avanço da fronteira socioambiental, mas para a construção de uma mentalidade racionalista entre seus quadros associativos, que via nos recursos naturais apenas uma matéria-prima para a promoção do desenvolvimento econômico regional. Em suas considerações, anexadas ao relatório do Minter de outubro de 1979, a Cotrijui apresentou

detalhes sobre algumas das razões que a levaram, anos mais tarde, a desistir do projeto:

Não é, e nunca foi, intenção da COTRIJUI se apoderar das terras dos índios Araras. Enquanto a empresa que representa se vê tolhida em suas atividades pela FUNAI, é voz corrente na região, as invasões ora em curso na área dos índios Kararaô, que fica no Rio Iriri, sem que a FUNAI nada venha fazendo. Que fez as seguintes denúncias: que a firma TABOCA MINERAÇÃO, operando um avião Douglas, descarrega grandes quantidades de cassiterita na Agropólis do Km 321 da Rodovia Transamazônica, retirada daquela área (Kararaô), onde mantém campo de pouso e acampamento. Uma outra empresa, a JUVILÂNDIA EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS, está instalando um grande projeto agropecuário na dita área, e já construiu um campo de pouso. Entretanto, não são incomodados pela FUNAI. Que a impressão corrente, em vista disso, é que em breve os índios de lá serão trazidos pela FUNAI para dentro área da COTRIJUI, para efeito de liberarem aquela área (Minter, 1979, p. 4).

A existência de invasores nas terras de colonização vinha sendo apontada, pela Cotrijui, ao Incra desde, pelo menos, 1978 (Cotrijui, 1978, p. 2). Entretanto, neste último documento, chamam a atenção as denúncias de negligência endereçadas pela Cotrijui à Funai, que, em seu ponto de vista, estaria favorecendo as operações de outras empresas na região, tanto no ramo de mineração quanto no ramo agropecuário. As alegações de que a Funai não estaria agindo para impedir tais grupos foram veementemente negadas por um despacho anexo ao Relatório, produzido pelo advogado da Funai Raimundo Nonato Soares Holanda, que informou desconhecer a existência de posseiros na região; que a Taboca Mineração estaria instalada a mais de 300 quilômetros da área dos índios Kararaô; e que a Juvilândia Empreendimentos Agropecuários não estaria instalada em áreas indígenas, nem operando com mineração e nem possuía pista de pouso ilegal (Minter, 1979, p. 6).

Fundada como empresa de construção civil em 1961, sob o nome “Paranapanema”, a empresa Mineração Taboca S. A. atua no norte do país e assim descreve suas atividades:

Em 1969, a Paranapanema **descobre ocorrências de cassiterita** – minério de estanho – na Região Amazônica e obtém os direitos minerários em diversas áreas na província estanífera de Rondônia, fundando a Mineração Taboca S. A. Em 1973 a Paranapanema incorpora a empresa Mamoré Mineração e Metalurgia, verticalizando a produção, passando a produzir estanho refinado. Em 1974 a Paranapanema, após anos de investimentos, consolida tecnologia de concentração de cassiterita, proveniente de depósitos aluvionários. **Em 1979, a Mineração Taboca, através de pesquisas geológicas, descobre os primeiros indícios promissores de existência de cassiterita**, em afluentes do Rio Pitinga, no Estado do Amazonas (Mtaboca, 2025, grifos nossos).

As informações são do sítio oficial da empresa e indicam que ela operava mineração de cassiterita na região amazônica desde o final da década de 1960. A cassiterita é um mineral composto, principalmente, de dióxido de estanho (SnO<sub>2</sub>) e é a principal fonte de extração do estanho, um metal amplamente utilizado na fabricação de ligas metálicas, como o bronze,

soldas, revestimentos e embalagens.

Sobre a outra empresa citada pela Cotrijui no Relatório, a Juvilândia Empreendimentos, o sítio do Tribunal Regional Federal 1 indica a realização de operações recentes da Polícia Federal em Altamira, em 2008, bloqueando 34 títulos de terra falsificados na fazenda Juvilândia, que ilegalmente ocupava uma área enorme de unidades de conservação na Amazônia. A ação foi ajuizada por ordem do juiz federal Antonio Carlos Almeida Campelo (TRF1, 2008). Segundo a matéria, a empresa ocupava irregularmente mais de 1,3 milhão hectares da Reserva Extrativista do Iriri e da Estação Ecológica da Terra do Meio. A decisão liminar foi tomada após ação civil pública ajuizada pelo MPF, que apontou a grilagem da área e a expulsão violenta de cerca de 200 famílias ribeirinhas a partir de 1977:

Os títulos fraudulentos agora bloqueados por determinação do juiz federal Antonio Carlos Campelo estão em nome de 49 pessoas físicas e jurídicas mas o MPF considera, no entanto, que a maioria das pessoas são “laranjas”, que emprestaram seus nomes – algumas vezes sem o saber – para Julio Vito. Ele constituiu duas empresas para fazer os registros falsos: **Juvilândia Empreendimentos da Amazônia S. A.** e Lester Indústria e Comércio Ltda. A empresa Serraria Marajoara S. A. (Semasa) também participou, assim como muitos parentes do empresário (TRF1, 2008, grifo nosso).

Na ação, Julio Vito Pentagna Guimarães é acusado de planejar e executar as fraudes, utilizando seguranças armados para intimidar os moradores. O nome da empresa citada coincide com a denúncia feita pela Cotrijui em 1979, o que nos leva à compreensão de que muitos empreendimentos, legais ou ilegais, estavam se instalando na região amazônica no fluxo do POLAMAZÔNIA. Ainda, que, diferente do que havia manifestado no editorial de novembro de 1979, a Cotrijui tinha pleno conhecimento de que tais empreendimentos agiam naquele território, bem como tinha a “intenção de ocupar a Amazônia, antes que outros a ocupassem” (Cotrijornal, nov. 1979, p. 2).

Entretanto, apesar das suas boas intenções, fatores como a interdição da área de colonização pela Funai, como também a falta de recursos financeiros e a inexistência de linhas de crédito fundiário para mediar a transferência de pequenos agricultores do Sul, possibilitaram que outros proprietários de pequenas áreas pudessem adquirir a propriedade daqueles que decidiram colonizar a Amazônia, fazendo com que a Cotrijui desistisse oficialmente da empreitada amazonense em fevereiro de 1985. Contudo,

mesmo que o projeto de Colonização não tenha dado certo, a Cotrijui não desistiu de manter sua área de terras na Amazônia, uma região com um potencial muito grande de riquezas. Inclusive hoje já se pensa diferente em relação ao antigo projeto de Colonização, mas tudo ainda está na dependência da liberação da área pela Funai. Mas enquanto isso, a Cotrijui continua demarcando sua área e **preservando seu patrimônio naquela região** (Cotrijornal, fev. 1985, p. 4, grifo nosso).

No ano seguinte, em 17 de janeiro de 1986, foi realizada, em Brasília, uma reunião entre representantes da Cotrijui, do Incra, do Minter e da Funai. O objetivo da reunião foi esclarecer as pretensões da Funai em relação às áreas interditadas e verificar as possibilidades de continuidade do projeto de colonização da Cotrijui. Foi discutido o histórico das pretensões da Cotrijui e dos trabalhos da Funai na área, concluindo que a situação atual é resultado da omissão da Funai em definir os limites da área indígena e da precipitação do Incra em conceder a área à Cotrijui. No relatório produzido pela reunião, a Funai reafirmou o controle das invasões dentro da área e concordou em iniciar os trabalhos de identificação e delimitação da reserva Arara. Foi um momento conclusivo, em que a Cotrijui retirou oficialmente sua disposição de procurar uma definição final da situação, devido à impossibilidade de manter qualquer expectativa de implementação do projeto nas condições atuais (Minter, 1986, p. 1-6). O relatório da reunião foi emitido poucos meses antes da redefinição da atuação do Mirad no Baixo Amazonas, durante o governo de José Sarney, por meio do Decreto-Lei nº 92.678, de 1986, com o objetivo de executar a política agrária do governo federal.

Alguns meses após essa reunião, o próprio Ruben Ilgenfritz da Silva deixou a presidência da Cotrijui e assumiu a presidência do Incra, permanecendo nela até 1990, quando o governo federal, sob a presidência de Fernando Collor, extinguiu o Mirad no contexto de enxugamento da máquina pública. Ruben Ilgenfritz retornou à presidência da Cotrijui no final dessa fase.

No final, o sentido mais adequado de preservação do patrimônio, na matéria do *Cotrijournal* de fevereiro de 1985, girava em torno do patrimônio agrário, da propriedade da terra e dos bens de alta rentabilidade. O patrimônio ambiental continuava sendo visto apenas em caráter acessório, e não como parte das necessidades vitais para a manutenção dos próprios sistemas produtivos. O discurso de pioneirismo da Cotrijui deu sua parcela de contribuição ao motivar empreendimentos colonizadores no norte do país, que levaram legiões de sujeitos interessados em explorar as possibilidades que se descortinavam nesses territórios. Para Pádua,

[ademais,] é no final do século XX, porém, que a conexão direta se tornou muito mais intensa. Basta lembrar que os principais atores sociais e econômicos do grande desflorestamento ocorrido na Amazônia entre as décadas de 1970 e 1990 – madeireiros, fazendeiros de gado, especuladores fundiários etc. – vieram das regiões Sul e Sudeste do Brasil (2015, p. 240).

Ao longo deste capítulo, abordamos a expansão das fronteiras socioambientais promovida pela Cotrijui, que, pressionada pela modernização da agricultura e pelo avanço da fronteira agrícola, no contexto da Revolução Verde, avançou sobre biomas que constituem patrimônios ambientais do território brasileiro, como o Pampa, o Cerrado e a Amazônia. Assim,

da mesma forma que o discurso do *Cotrijornal* repercutiu um conjunto de valores associados aos princípios cooperativistas, como o ‘pioneirismo’ e a ‘união’, o discurso do ‘desbravamento’, visto sob inúmeras perspectivas diferentes nas matérias do *Cotrijornal*, também pode ter servido como um valor que, associado ao cooperativismo empresarial, teve na Cotrijui um modelo de gestão de negócios agrícolas amplamente difundido pela mídia impressa cooperativista.

### 3. PROGRESSO, MEIO AMBIENTE E CONSUMO NO DISCURSO DA COTRIJUI

“[...] a cera, amolecida pelo calor, desfaz suas asas nuas [...]” (Ovídio)

Neste capítulo, exploramos a evolução do discurso da Cotrijui em três segmentos distintos: o conceito de progresso, as pautas ambientais e o consumo na cooperativa. Ainda tomando como referência a *Análise do Discurso* (Orlandi, 2005), examinamos inicialmente a existência de uma narrativa otimista, vinculada ao conceito de progresso, que defendia e prospectava projetos de infraestrutura voltados para o desenvolvimento econômico regional, destacando ações individuais da Cotrijui na melhoria das condições infraestruturais da sua região de produção.

Num segundo momento, examinamos como o discurso da Cotrijui também se valeu de pautas ambientalistas – que muitas vezes se opunham ao teor mais progressista do discurso – para, por fim, analisarmos a abertura do setor de consumo ainda dentro do contexto da Revolução Verde. Ademais, é nesse contexto que a cooperativa passou a oferecer não apenas insumos agrícolas, mas também bens de consumo doméstico, refletindo num processo de transformação da própria cultura de consumo que, igual e paradoxalmente, se contrapunha às pautas socioambientais discutidas pelo mesmo instrumento de comunicação.

#### 3.1 Progresso no discurso da Cotrijui

Em *O mito do progresso*, Dupas (2006) faz uma crítica ao modo como o progresso é concebido e utilizado na sociedade contemporânea, questionando suas implicações sociais e ambientais. Em sua obra, o autor argumenta que o progresso é mais um mito ou uma ideologia do que uma realidade concreta. Ele sugere que essa visão gloriosa de progresso é usada pelas elites dominantes para justificar suas ações e manter o *status quo*, criando a percepção de que a história tem um destino inevitável e positivo. É curiosa a análise semântica que o autor faz da palavra progresso, a partir do diálogo entre as personagens literárias Alice e Humpty-Dumpty, retirado da história *Alice através do espelho*:

“Quando eu utilizo uma palavra, ela significa precisamente aquilo que *eu quero* que ela signifique. Nada mais, nada menos”. Alice contesta que “o problema está em saber se é possível fazer que uma palavra signifique montes de coisas diferentes”. Ao que Humpty Dumpty replica altivamente: “O problema está em saber quem é que manda. Ponto final” (Lalande, 1972 *apud* Dupas, 2006, p. 17).

Para o autor, o significado de uma palavra em geral depende do poder daquele que a

pronuncia. No diálogo citado, ele reflete sobre como essa construção semântica de um determinado conceito, como o de progresso, pode obscurecer as desigualdades e injustiças presentes na sociedade, pois, embora o progresso tenha trazido avanços significativos em ciência e tecnologia, isso não garante que as condições de vida e a felicidade das pessoas tenham melhorado. Assim, para o autor, o progresso é uma

dessas idéias-força que podem estar em uma ou outra das categorias mencionadas, dependendo de serem vistas como um processo inexorável. Em termos gerais, progresso supõe que a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que conduza a um maior número de existências felizes. Mas, visto assim, o problema se recoloca no que vem a ser felicidade (Dupas, 2006, p. 30).

Em nossa análise do conteúdo (Bardin, 1977; Morin, 1961) do *Cotrijornal*, constatamos que o conceito de progresso foi bastante utilizado, principalmente ao longo da década de 1970, divulgando uma imagem de pioneirismo e empreendedorismo que sempre enaltecia o papel da Cotrijui. Entre a primeira edição, em julho de 1973, e a edição de setembro de 1979, em que a Cotrijui abandonou oficialmente o projeto de expansão nacional, essa abordagem otimista do conceito de progresso ocupou 30 de um total de 85 capas, o que corresponde a 35% do espaço de maior exposição midiática do jornal, dividindo espaço com matérias que tratavam do movimento de expansão, do desenvolvimento regional e da chegada de novas tecnologias no topo dos temas mais destacados. Ao mesmo tempo, o *Cotrijornal* fazia menção ao sistema cooperativista empresarial, do qual a Cotrijui foi um expoente.

Figura 18: Capa da primeira edição do Cotrijornal



Fonte: Cotrijornal, jul. 1973, capa.

Na Figura 18, vemos a capa da primeira edição do *Cotrijornal*, em julho de 1973, uma evidência do teor principal das matérias dos primeiros anos desse veículo de imprensa, que enalteciam aquilo que seus gestores consideravam como valores da modernidade. A capa

estampou aquele que foi considerado um dos maiores empreendimentos da Cotrijui, apresentado aos associados como um símbolo do progresso e das conquistas da coletividade: a construção do seu próprio terminal graneleiro.

Mapa 3: Terminal Marítimo Luiz Fogliatto, Rio Grande-RS



Fonte: Mapa elaborado no Google Maps. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/roUBdxXRzhvaepu7> (hiperlink em QR code). Acesso em: 24 jul. 2025.

O Mapa 3 indica a localização do Terminal Marítimo da Cotrijui, em Rio Grande-RS. Trata-se da primeira matéria do *Cotrijornal*, que evidencia a forma como a Cotrijui apresentou seu novo empreendimento, aos associados e ao público em geral do segmento do cooperativismo empresarial: com um título vibrante, escrito em caixa alta no alto da primeira página, afirmando que “É DOS AGRICULTORES O MAIOR TERMINAL”. O discurso da capa de julho de 1973 também registrou uma homenagem ao ex-presidente da Cotrijui Luiz Fogliatto, “pela sua têmpera, dinamismo e grande visão [...] qual um maestro, regia os acordes daquela ‘sinfonia de labor’. **O cimento, o aço e o suor**, iam deixando plasmados em terras de Rio Grande o verdadeiro símbolo da cooperação, a própria **essência do cooperativismo**” (Cotrijornal, jul. 1973, capa, grifos nossos).

No discurso, o “cimento” dos armazéns se misturava ao “aço” das estruturas do porto, mesmo “aço” que também apareceu simbolicamente em outras matérias, como na intitulada “História do Aço, a força do progresso”, no *Cotrijornal* de janeiro de 1976 (p. 16). Completa a

“essência do cooperativismo” o “suor” dos agricultores, resumido, no discurso da primeira edição, ao ex-presidente Luiz Fogliatto, falecido meses antes da inauguração oficial do terminal graneleiro. Fogliatto foi um empresário e agropecuarista, fundador da Cotrijui com a matrícula número dois. Também foi proprietário da Fonte Ijuí – Ind. e Com. Ltda., tradicional empresa do setor de águas minerais criada por seu pai, Bertoldo Fogliatto, em 1930. Era, portanto, um representante da classe granjeira, a mesma que uniu esforços na fundação da Cotrijui, em 1957.

Figura 19: Busto de Luiz Fogliatto no pátio da Cotrijui



Fonte: acervo pessoal do autor, 2003.

A Figura 19 é uma fotografia feita do pátio em frente à sede da Cotrijui na qual podemos ver a placa de bronze logo abaixo do busto de Luiz Fogliatto, dizendo: “Nos 20 anos do aniversário da COTRIJUÍ, a homenagem dos seus associados ao inesquecível presidente LUIZ FOGLIATTO”. A estátua foi inaugurada em 1977, mesmo ano em que a Cotrijui inaugurou as novas instalações da sede administrativa nesse espaço. Além de ter servido como denominação do terminal graneleiro em Rio Grande, Luiz Fogliatto também virou nome de logradouros de vários pontos de referência: uma rua em Rio Grande, no Bairro Industrial Almirante Tamandaré, próximo ao acesso ao terminal graneleiro homônimo; outra rua no centro de Ijuí, que faz junção com a Avenida David José Martins, outro dos sócios fundadores da Cotrijui; outra rua na cidade de Ajuricaba; outra rua na cidade de Chiapetta passando em frente

às antigas instalações da Cotrijui naquela cidade; além de um bairro e uma escola na região norte da cidade de Ijuí. Além disso, Luiz Fogliatto também recebeu uma homenagem *post-mortem* do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com a então recém-instituída “Medalha ‘Assis Brasil’, cuja finalidade é premiar vultos rio-grandenses que se destaquem nas atividades agropecuárias” (Cotrijornal, set. 1974, capa). A medalha foi criada em julho de 1973 e conferida, pela primeira vez, a Luiz Fogliatto juntamente a “outros líderes ruralistas homenageados com a mesma distinção [como] os srs. Almir Vieira Gonçalves, presidente da FARSUL e Antonio Saint Pastous de Freitas, igualmente por serviços relevantes prestados à agropecuária do Rio Grande do Sul e do Brasil” (Cotrijornal, set. 1974, capa).

Ficou bastante evidenciado, no discurso dessa primeira edição, o caráter progressista dos grandes empreendimentos da Cotrijui no setor de transportes. Construir o porto foi, sem dúvida, um empreendimento gigantesco para uma cooperativa no interior do Rio Grande do Sul, que a colocou quase instantaneamente no cenário político da agricultura nacional no começo dos anos 1970. Foi, também, a primeira etapa de um projeto que necessitava ampliar consideravelmente a infraestrutura de transportes para superar as distâncias entre as regiões produtoras da Cotrijui, no noroeste do RS, e seu terminal graneleiro, distante cerca de 550 km em Rio Grande. Foi movida por esses desafios que, em outubro de 1973, a Cotrijui manifestou, pela primeira vez, sua intenção de mobilizar as forças do setor produtivo rural para fazer *lobby* pela ampliação e melhoria das malhas ferroviária e rodoviária do interior do estado.

Figura 20: Ferrovia e rodovia: nossas necessidades



# COTRIJORNAL

ANO 1 - JUNI, OUTUBRO DE 1973 - N.º 3

## FERROVIA E RODOVIA: NOSSAS NECESSIDADES

Em uma de suas últimas visitas ao Rio Grande do Sul, o ministro dos Transportes, coronel Mário Adornes, discutiu com o governador da Estado, coronel Euclides Triches, um problema de interesse que tem um momento decisivo para o crescimento da região do sul, — cujo crescimento esperável ocorrerá entre 1,5 e 1,8 milhões de habitantes, conforme as estimativas.

É salutar constatar-se a preocupação governamental para a melhoria de sua infraestrutura e significativas concessões de recursos, com a intenção de que se venha para o caso da futura obra de 1974.

O COTRIJORNAL, neste momento, a que se propõe a examinar e a debater as várias soluções da economia da região, principalmente as que incidem na área de atuação do COTRIJORNAL, vem se associando e apresentando a alta administração das autoridades do Estado e do País, a importância da construção do Ramal Ferroviário Campo-Santa Augusta, — estendendo-se até a via férrea levantada pelo Instituto de Pesquisas e Planejamento (IPIP) da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Nordeste do Estado — FIDENE.

O traçado da linha, segundo o levantamento em campo, abrangendo uma área de influência dos municípios da região, totalizando uma área de 1.128 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a 2,8% da área total do Estado, segundo o censo de 1950, a população estimada para o ano de 1974 é de 223.100 habitantes. Esse total, desde a época e o crescimento da mesma área, representava 1,0% por cento da população global (9.735.000 habitantes).

**SISTEMA VIÁRIO**

A região é pobre de estradas. Há que ser realizada ainda a construção quase total do sistema. A configuração física da região, surgida da sua formação pelas respectivas geotectônicas, mostra a existência de grandes estradas férreas, 82 quilômetros. Estradas estaduais, soma total de 449 quilômetros, apenas 100 com bôto asfaltado. As estradas municipais somam 12.816 quilômetros, sendo 2.294 com bôto asfalto.

Ijuí é o único município servido por uma rodovia federal. É a BR-285, que ligará São Borja a Vacaria. A estrada atravessa Ijuí na direção leste-oeste, na extensão de 54 quilômetros. O distrito de municípios de Braga, Campina, Cruz das Flores e São Martinho, não são servidos por qualquer estrada estadual. Eles possuem cerca de 450 quilômetros quadrados de superfície, o que representa 1,05% da área total do Estado.

**Infraestrutura Ijuí-Três Passos, uma necessidade insubornável.**

O traçado ideal aponta para o eixo de 228 quilômetros com a estrada fazendo um desvio em Santa Augusta e se dirigindo em linha reta até Três Passos. Serão apenas 124 quilômetros, mas que servirão vários municípios, cuja produção agrícola explodirá em desenvolvimento.

Os municípios servidos diretamente pela estrada em seu eixo são: Ijuí, São José do Sul, Ajuricaba, Catapé, Chapéa, Santa Augusta, Coronel Bico, São Martinho, Campo Novo, Redentora, Braga, Bonfina, Boa Vista, Cruz das Flores, Miraflores, Unissonal, Tereza Pariza e Itamariz. Três Passos, extremo da rodovia.

A importância socio-econômica da região e seu eixo pelo eixo Ijuí-Três Passos, aponta a que será servida pela linha ferroviária Campo-Santa Augusta. Além de facilitar o transporte e as comunicações em toda a região e o acesso do Estado, a partir do ponto municipal de Ijuí, ligando-a com o sistema ferroviário e todo do Nordeste Argentino, a estrada apontará a próxima região com o eixo de Ijuí-Três Passos, através da BR-285 — Vacaria-São Borja — através da Estrada de Produção e BR-114, com a Capital do Estado e o futuro Superporto de São Girardo.

Três Passos está a 336 quilômetros de Porto Alegre e a apenas 124 quilômetros de Ijuí. Mas dada a importância da estrada atual que o liga a este último município, é preciso, desde Ijuí e o eixo de Ijuí à Capital do que a Três Passos, não se tem falar em época de obras, quando a estrada Ijuí-Três Passos seja totalmente terminada.

O Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, trabalha atualmente na construção da BR-285, que ligará a região a Rio Grande, passando da via férrea municipal de Cruz Alta, Tapachivó, João de Castilho, Santa Maria, São José, Capangara do Sul, Sistema de Boa Vista, Campina, Felícia e Itamariz, Rio Grande. Esse traçado, que encerrará em cerca de 200 quilômetros para o futuro Superporto, representará a grande dinâmica para o transporte rodoviário regional.

Como ponto de apoio, naturalmente não se pode prescindir da construção da rodovia Ijuí-Três Passos. São apenas 124 quilômetros de estrada para servir uma região que abrange 16 municípios, em volume direto, incluindo exatamente 6.580 Km<sup>2</sup> de superfície.

**PRODUÇÃO**

As potencialidades de produção agrícola na região são limitadas. Tradicionalmente produz-se milho, feijão, batatinha, arroz e leguminosas, além de outros produtos. Mas a região tem condições também para a criação de gado. Em breve, poderá também ser criada e criada de gado. Os projetos de investimento agrícola e pastagens são necessários para a criação de gado em quantidade e qualidade. É só entrar em boas condições de produtividade para dar a vida exigida pelo progresso.

De maneira como está hoje, é completamente impossível a produção de um sistema viário compatível com as necessidades atuais e potencialidades futuras da região, fora com que a totalidade da área seja irrigada, seja utilizada para produzir os produtos que o Brasil tanto necessita e que realmente pode produzir. Recentemente o COTRIJORNAL dirigiu-se ao Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A, cuja texto vai publicado na página de editorial.



Destacamos dentro do contorno do mapa do Rio Grande do Sul, a região e seu serviço pelas estradas reclamadas.

Fonte: Cotrijornal, out. 1973, capa.

Na Figura 20, percebemos o destaque dado ao tema, com letras maiúsculas no alto da capa – que foi inteiramente dedicada às necessidades infraestruturais do setor produtivo do interior do RS. A matéria trata especificamente de duas demandas: as ampliações das malhas rodoviária e ferroviária. A primeira demanda referia-se especificamente ao asfaltamento da RS-155, num trecho de 125 km que ligava Ijuí, a partir do recentemente inaugurado entroncamento da BR-285, ao entroncamento da BR-472 em Três Passos, uma aspiração antiga da região,

principalmente dos agricultores da chamada Região Celeiro, que envolvia os municípios de Santo Augusto, Coronel Bicaco, Campo Novo, Redentora, Braga, Humaitá, Chiapetta, Catuípe, Tenente Portela, São Martinho, Crissiumal e Três Passos no noroeste do RS. O editorial de junho de 1974, intitulado “Sonho coletivo: RS-155”, assim tratou do assunto:

O secretário dos Transportes, coronel Nunes Leal, esteve na Região Celeiro em fins de abril [de 1974] e prometeu que a estrada seria iniciada ainda no decorrer deste ano. Lembrou, no entanto, que a última palavra caberia ao Banco Mundial, organismo financiador da rodovia. Depois argumentou que, "mesmo que a decisão do Banco Mundial seja negativa, o Governo do Estado construirá a obra com recursos próprios" (Cotrijornal, jun. 1974, p. 2).

Contudo, o “sonho coletivo” de que trata o editorial dependia – mais uma vez – do Milagre Econômico do governo federal. A concretização da estrada Ijuí-Três Passos estava, pois, submetida à oferta internacional de crédito ou à boa vontade do governo federal em dispor dos recursos do projeto nacional de desenvolvimento.

A segunda demanda indicada na capa de outubro de 1973 versava sobre a necessidade de ampliação e melhorias na rede de transporte ferroviário. Dizia a matéria:

Já se vê que em breve, além da grande demanda para transporte de gêneros agrícolas, também os gados bovino e suíno pedirão passagem para os locais de abate ou exportação. E só estradas em boas condições de trafegabilidade poderão dar a **vazão exigida pelo progresso**. [...] A existência de um sistema viário compatível com as necessidades atuais e potencialidades futuras da região fará com que a totalidade da área em condições seja cultivada para **produzir as riquezas de que o Brasil tanto necessita** e que realmente pode produzir (Cotrijornal, out. 1973, capa, grifos nossos).

A Cotrijui projetava ligar os mesmos municípios da Região Celeiro, onde havia instalado uma série de armazéns graneleiros para recebimento de grãos em sua fase de expansão, com seu terminal graneleiro em Rio Grande. Talvez tentando aproximar-se ideologicamente do discurso do governo federal, o texto da matéria usou de um tom ufanista para defender o progresso que as infraestruturas trariam para a região e para o país. Além do ufanismo, é notável, ainda, a adoção de um tom marcadamente progressista não apenas pela citação direta das exigências do progresso, mas pelo modo como esse progresso, quase como uma entidade, exige da sociedade uma contrapartida, justificando a necessidade de investimentos em infraestrutura de transportes e logística que considerassem o estágio de desenvolvimento em que a sociedade brasileira se encontrava e, também, as demandas futuras, num exercício de planejamento do futuro do desenvolvimento regional.

Figura 21: Propaganda progressista-cooperativista



Fonte: Cotrijornal, jan. 1978, p. 15.

A Figura 21 nos faz refletir sobre a confiança que a Cotrijui depositava no progresso econômico, que ignora as necessidades humanas e sociais e acaba resultando na concentração de recursos nas mãos de poucos, aumentando, assim, as desigualdades. O mesmo vale para o enfoque em um desenvolvimento que não considera a sustentabilidade, no qual os benefícios econômicos não são distribuídos equitativamente, resultando em exclusão e marginalização social. A imagem que divide os dois blocos de texto é uma fotografia do corredor de carregamento dos navios graneleiros no porto de Rio Grande, representação simbólica do corredor de exportação das riquezas nacionais. O nó de marinheiro, adotado como logotipo pela Cotrijui na década de 1970, durante o período em que passou a operar exportações marítimas em seu terminal próprio, reforça essa simbologia da “força da união”, que anos mais tarde virou um lema da Cotrijui.

À direita da Figura 21, lemos a frase “Associa-te à Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. e cresce com o Rio Grande do Sul e com o Brasil. A união de muitos faz a força de todos” (Cotrijornal, jan. 1978, p. 15, grifo nosso), que também se relaciona ao discurso patriótico verificado no governo militar da época, como vemos no discurso presidencial publicado pela Secretaria de Imprensa da Presidência Nacional:

A **Revolução** caminha para atingir tôdas as suas metas, a primeira das quais é a valorização do esplêndido elemento humano de que dispomos para **transformar o Brasil em um país verdadeiramente grande, seguro, feliz e respeitado**. Para isso, precisamos da **cooperação de todos**. Não excludo nenhum setor da opinião nacional do apêlo – quase digo: da convocação – que ora faço, no sentido de uma **integração patriótica** e por isso mesmo alta, **em favor do desenvolvimento do Brasil**, da paz e do bem-estar dos brasileiros (Costa e Silva, 1969, grifos nossos).

Esse recorte é parte do discurso do Presidente da República, Arthur da Costa e Silva, nas comemorações dos cinco anos do golpe de abril de 1964, eufemisticamente chamado de “Revolução” pelo regime. O discurso foi exibido em cadeia nacional de televisão em 31 de

março de 1969, meses depois da outorga do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), documento que marcou o início de um dos períodos mais repressivos da ditadura militar no Brasil. As frases em destaque, “Associa-te ao progresso”, “A união de muitos faz a força de todos” e “Cresce com o Rio Grande do Sul e o Brasil”, no texto da Figura 21, se assemelham ideologicamente aos trechos grifados no discurso de Costa e Silva sobre a “cooperação de todos” e a “integração patriótica [...] em favor do desenvolvimento do Brasil”, pois indicam a existência de um alinhamento entre o discurso da Cotrijui e o projeto nacional de desenvolvimento, reproduzindo padrões ideológicos do regime militar.

O editorial da edição de outubro de 1973 publicou a íntegra de uma Carta Aberta – enviada pelo presidente da Cotrijui Ruben Ilgenfritz da Silva ao presidente da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) Gal. Antônio Andrade de Araújo –, da qual recortamos o seguinte trecho:

Alicerçada nos princípios de Rochdale de que "a união faz a força", a COTRIJUI resolveu **cerrar fileira ao lado do Governo** para num esforço conjugado procurar solucionar, dentro das suas possibilidades, os problemas infraestruturais do transporte. Para isto, já fez construir, através de convênio assinado com a Rede Ferroviária Federal S. A., 70 vagões graneleiros metálicos, construiu em sua área de ação armazéns graneleiros que possibilitam hoje uma armazenagem estática de 245.800 toneladas de cereais, na zona produtora. Construiu também, **num gesto de ousadia e ineditismo**, com o respaldo de seu coeso quadro social, um Terminal Marítimo Graneleiro, no local do futuro superporto em Rio Grande (Cotrijornal, out. 1973, p. 2, grifos nossos).

O texto enaltecia os valores do cooperativismo, manifestados principalmente pela ideia da “força da união”, reforçando a tese de que a infraestrutura nacional constituiria os pilares do progresso, colocando a Cotrijui como protagonista, mas, ao mesmo tempo, num “esforço conjugado” com o projeto nacional de desenvolvimento, ao se lançar na empreitada de construção de vagões graneleiros de transporte ferroviário e, em especial, no terminal graneleiro em Rio Grande. É importante lembrarmos a relevância que a expansão da malha ferroviária teve na fase de colonização do interior do RS, dinamizando os contatos comerciais entre as regiões de produção colonial e os centros urbanos, contexto em que o próprio cooperativismo surgiu, no começo do século XX. Para a Cotrijui, na segunda metade do século XX, a ampliação da malha ferroviária e a operação logística com vagões graneleiros parecia ser uma boa aposta para impulsionar os negócios do cooperativismo e, com eles, o próprio progresso econômico sul-riograndense.

Figura 22: Apresentação do projeto dos vagões graneleiros



Fonte: Arquivo Cotrijui.

A Figura 22 é um registro do encontro dos representantes da Cotrijui com o representante da RFFSA para apresentação do projeto dos vagões graneleiros. Da esquerda para a direita, temos, na sexta posição, o superintendente da Cotrijui, Euclides Casagrande, ao lado do então vice-presidente Ruben Ilgenfritz, e do então presidente da Cotrijui Luiz Fogliatto, além de associados membros da diretoria e funcionários da cooperativa, com destaque para o redator do *Cotrijornal*, Raul Quevedo, antepenúltimo na foto. O evento ocorreu no dia 15 de janeiro de 1970, ocasião em que foi assinado o convênio para a produção de vagões ferroviários graneleiros. Callai (2007) reforça a ideia do valor simbólico que tais empreitadas, feitas unilateralmente pela Cotrijui, representavam dentro do esforço de expansão dos negócios da agricultura. Para o autor, “os vagões com a ‘bandeira’ da Cotrijui representavam uma iniciativa engenhosa que, embora tenha não resolvido o problema do escoamento da safra, mostrava alto valor simbólico”, ao atravessarem o estado e desembarcarem no Superporto em Rio Grande (p. 66-67).

Contudo, mesmo com os diálogos estabelecidos com diferentes órgãos do governo federal, o projeto de ampliação e melhoria da malha ferroviária não avançou como a Cotrijui gostaria que avançasse. O próprio *Cotrijornal* registrou, em seu editorial de novembro de 1975, o estranhamento com os rumos do setor de transportes nacionais:

Não é possível, pois, deixar de estranhar que o orçamento federal para o ano em curso distribua sua verba de "transportes" na proporção de 80% para as rodovias e 20% para as ferrovias. E é ainda mais estranhável que o orçamento para 1976 vá muito além, e

dê às rodovias 87% daquela mesma verba, e reserve apenas 13% às ferrovias. Já citamos por estas colunas a opinião de um nosso conceituado técnico em problemas ferroviários, segundo a qual o material rodante de nossas estradas de ferro não passa hoje de sucata, isto é, de ferro velho. Em tal situação, não se pode esperar que nossas ferrovias, com a modesta verba que lhes foi consignada no orçamento do ano próximo, possam recuperar-se em tempo útil, e reduzir de forma sensível nossa dependência do petróleo importado (Cotrijornal, nov. 1975, p. 2).

A mudança de paradigma no setor de transportes havia iniciado anos antes, no governo Juscelino Kubitschek, com uma migração gradativa da malha ferroviária para a malha rodoviária, que criou uma dependência do setor de combustíveis fósseis que foi sentida anos mais tarde, principalmente após a crise do petróleo no começo dos anos 1970. Contudo, foi no regime militar que a decadência da malha ferroviária ficou em evidência. Segundo Silveira,

com a legalização da RFFSA, no mandato de Kubitschek (1957), houve melhorias na rede ferroviária nacional [que] adiaram, por algum tempo, mas não isentaram o setor da decadência, representada pela diminuição da quilometragem das linhas, notadamente após a década de 1970. A partir de então, o sucateamento das vias permanentes e dos materiais rodantes e o enfrentamento com a rede rodoviária, que chegou a contar, em 1970, com 50.298 km de rodovias pavimentadas e 1.079.492 km não pavimentadas, agravou a decadência das ferrovias. Neste mesmo ano as estradas de ferro contaram apenas com 32.052 km de linhas, praticamente a mesma quantidade que na década de 1930 (Silveira, 2007, p. 44-45).

Dessa forma, percebemos que, embora tenha começado com a mudança na política de infraestrutura do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, foi durante o regime militar que se acentuou a decadência do transporte ferroviário de cargas no Brasil, com a rápida ampliação do desenvolvimento rodoviário verificada no Milagre Econômico.

Mas a busca da Cotrijui por parcerias com os governos federal e estadual, como mencionada no caso dos trilhos, ainda viria a ocorrer em outras ocasiões, sempre ocupando lugar de destaque tanto nas capas quanto em matérias específicas do *Cotrijornal*, procurando evidenciar a relevância que a Cotrijui possuía em diversos órgãos e setores dos poderes públicos, nas esferas regional, estadual e federal e, assim, sua importância no cenário econômico nacional. Nas edições de março e junho de 1974, os contatos dão uma dimensão da relevância que as demandas levantadas pela Cotrijui possuíam no governo federal, sendo reforçadas publicamente pelo *Cotrijornal* que, como podemos ver nos destaques das capas, possuía grande relevância tanto no governo quanto em setores relacionados aos negócios da agricultura.

Figura 23: Presidente Geisel viu nosso terminal



Fonte: Cotrijornal, mar. 1974.

Na Figura 23, a visita do presidente recém-eleito Ernesto Geisel às estruturas do terminal graneleiro da Cotrijui em Rio Grande dá uma dimensão da importância que os negócios da agricultura e, especificamente, as ações da Cotrijui possuíam dentro do projeto de desenvolvimento econômico conduzido pelo governo federal: “O presidente Geisel, ao ouvir a explanação feita pelo diretor-presidente Ruben Ilgenfritz da Silva, demonstrou-se vivamente **interessado na cooperativa e seu terminal**, demonstrando uma especial preocupação com as realizações do Cooperativismo. É **flagrante a preocupação** do futuro chefe da Nação aos assuntos da agricultura” (Cotrijornal, mar.1974, p. 3, grifos nossos).

Ernesto Geisel era irmão de Henrique Geisel, presidente da Fecotriço na época em que a Cotrijui começou a exportar soja e se projetar no cenário nacional, em 1959, o que pode ter contribuído para colocar a Cotrijui em evidência no cenário político nacional. Henrique Geisel faleceu em 1973.

Figura 24: Visitas oficiais às obras do Superporto da Cotrijui em Rio Grande, em 16 de outubro de 1972



Fonte: Arquivos Cotrijui.

No primeiro plano da Figura 24, vemos a comitiva presidencial visitando as obras do terminal graneleiro da Cotrijui em Rio Grande, em outubro de 1972. Identificamos, da esquerda para a direita, no segundo lugar o Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, tendo à sua esquerda possivelmente o prefeito de Rio Grande Cid Scarone Vieira, o presidente da Cotrijui Ruben Ilgenfritz da Silva, o Presidente da República Emílio Médici e o Governador do RS, Euclides Triches. No plano de fundo, vemos a estrutura dos elevadores graneleiros do terminal, uma inovação que aumentaria a velocidade e a eficiência de carregamento de navios de calado maior, cerca de 12 metros na época. A sequência de visitas Presidentes da República e outras autoridades ao terminal graneleiro Luiz Fogliatto indica o grau de importância que as ações da Cotrijui representavam para o cenário da agricultura. Isso também explica, pelo menos em parte, o teor da “flagrante preocupação” do ex-presidente Geisel (Cotrijournal, mar. 1974, p. 3): com a necessidade de investimentos no setor agrícola e/ou em infraestrutura logística para escoamento das safras, mas também com o poder político e econômico que cooperativas empresariais como a Cotrijui possuíam. A Cotrijui teve dois presidentes da República visitando as obras do seu Superporto num intervalo de dois anos, entre 1972 e 1974, o que indica sua relevância no cenário político nacional e a projeção dos seus discursos públicos.

Em julho de 1974, a Cotrijui reforçou sua cobrança por obras de infraestrutura ao

recém-empossado Ministro dos Transportes Gal. Dirceu de Araújo Nogueira, durante sua visita ao Superporto em Rio Grande, com destaque para: a cobrança pelos ramais ferroviários, pelo asfaltamento de estradas e uma novidade, o projeto da hidrovia de “ligação Jacuí-Ibicuí que, caracterizada, determinaria uma distância média de 200 Km da zona de produção até a hidrovia” (Cotrijornal, jul. 1974, p. 6). Essa foi a primeira menção desse projeto, que ocupou vários espaços do jornal ao longo dos anos 1974 e 1979, quando, enfim, foi abandonado por falta de adesão política e, conseqüentemente, falta de recursos financeiros para sua execução.

Embora fosse uma pauta nova na imprensa especializada cooperativista, o assunto era antigo e nos remete ao período político do Segundo Reinado no Brasil. Uma matéria especial do *Cotrijornal*, de setembro de 1979, revisitou e reeditou uma seqüência de antigos fatos sobre o projeto da hidrovia Ibicuí-Jacuí. O texto começa citando uma antiga edição da Revista Egatea, órgão da Faculdade de Engenharia de Porto Alegre, datada de set./out. de 1914, que, por sua vez, narrou os desdobramentos políticos do ano de 1846, quando o então deputado gaúcho João Dias de Castro pediu que a Assembleia Provincial gaúcha tratasse dos problemas do transporte, considerando a construção de vias de transporte fluviais nos rios que cruzavam o estado. A solicitação foi bem recebida, sendo autorizado, pelo presidente da Província, “a mandar levantar a planta e formar o orçamento de um canal que estabeleça a comunicação dos rios Vacacaí e Santa Maria, desde o passo da Lagoa, em São Gabriel, até o passo de São Borja, no rio Santa Maria”(Cotrijornal, set. 1979, p. 4).

Mais tarde, no mesmo ano de 1846, o vice-presidente da Província Patrício Corrêa da Câmara, então Visconde de Pelotas, mandou fazer o levantamento das despesas necessárias à obra. O despacho assinado especificava “projetar o melhoramento dos rios Vacacaí e Santa Maria, este, desde o lugar em que há de comunicar com o canal projetado e dali, até o rio Uruguai e o Vacacaí, desde o Jacuí até o passo da Lagoa, junto à vila de São Gabriel” (Cotrijornal, set. 1979, p. 4). Em 1º de março de 1846, o marechal Luís Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, na condição de presidente nomeado da Província recém-pacificada do Rio Grande de São Pedro, também enviou carta à Assembleia:

Após os grandes elementos morais de civilização, grandeza e fortuna dos povos, **ocupam o primeiro lugar entre os elementos materiais de sua prosperidade as estradas, canais e pontes**, que, facilitando as comunicações das Cidades e Vilas entre si, estreitam os laços de confraternidade, animam o comércio, despertam a indústria e aumentam as fontes das riquezas. Para que seja navegável todo o interior da Província, bastaria, por meio de um canal, estabelecer-se a comunicação do Vacacaí ao rio Santa Maria, desde São Gabriel até o passo de São Borja, ou da Lagoa, o que é tão fácil, como de grande utilidade, aproveitando as imensas lagoas (banhados) que medeiam entre aquelas barragens (Lima e Silva, 1846, grifos nossos).

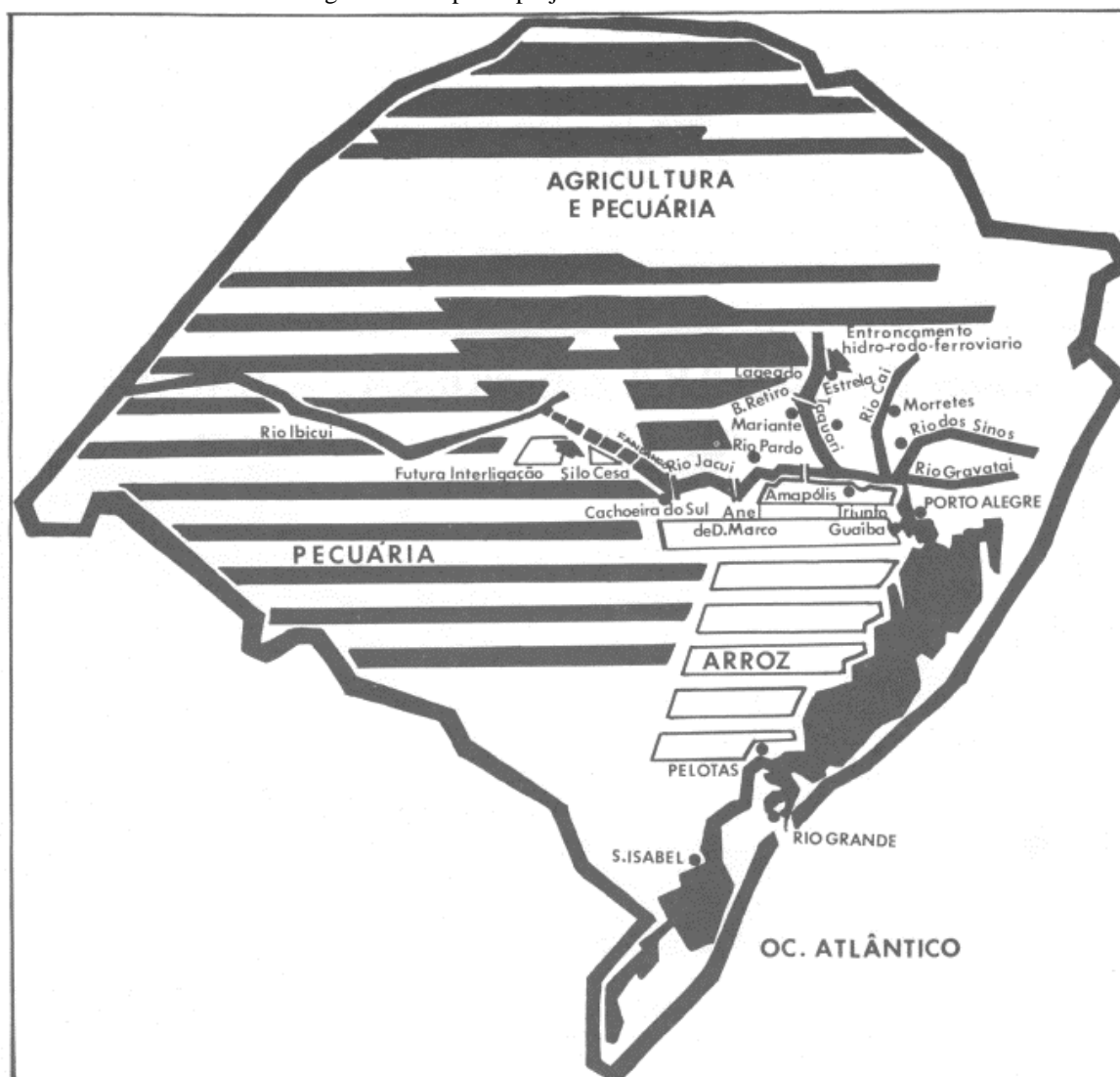
A carta enaltecia os valores da civilização e vislumbrava muitas possibilidades de obras de infraestrutura de transportes, essenciais para as “comunicações das cidades e vilas entre si”. Luís Alves de Lima e Silva teve um papel importante no processo da Guerra dos Farrapos (1835–1845), especialmente nos seus anos finais, entre 1842 e 1845. Ele foi nomeado presidente da Província do Rio Grande do Sul e comandante das forças imperiais com a missão de encerrar o conflito que durava quase uma década. Mendes argumentou que, como presidente da Província, Caxias “foi responsável pelo desenvolvimento da mesma, principalmente da cidade de Porto Alegre, onde promoveu a construção de escolas, pontes, estradas [...]” (2011, p. 104).

Mais de um século depois, em setembro de 1979, o presidente da Cotrijui Ruben Ilgenfritz da Silva também se manifestou em uma carta às lideranças da Assembleia do RS, solicitando apoio na construção da hidrovía:

É que ele [Barão de Caxias] teve a **visão do gaúcho cultivando os campos**; campos que, ainda **encharcados pelo sangue de 35**, brotariam para o futuro do homem em **searas de trigo, de soja, de milho**, para alimentar os filhos, os netos e os trinets dos descendentes de Bento Gonçalves, de Onofre Pires, de Garibaldi, de Domingos de Almeida e dezenas de outros **centauros da epopéia Farrapa** (Cotrijournal, set. 1979, p. 5, grifos nossos).

O entusiasmo do discurso do presidente da Cotrijui citava o movimento de 1835, mas curiosamente atribuía à Caxias um tipo de visão de negócios. Nesse trecho da carta, ele relembra os representantes do parlamento sul-riograndense e que tanto Caxias quanto o parlamento de 1846 haviam sido favoráveis ao projeto de hidrovias, e mais, mistura sua memória sobre a Guerra dos Farrapos ao enaltecer o papel de Caxias, que recebeu o título de Pacificador do Império ao lutar justamente contra os mesmos “centauros da epopéia farrapa” e, portanto, ajudando a “encharcar os campos de sangue [gaúcho]” (Cotrijournal, set. 1979, p. 5). Contudo, para além das contradições políticas, o mais significativo desse trecho é a ideia que o presidente Ruben expressa em sua visão de futuro, fazendo apologia ao discurso de Caxias ao se referir aos campos cultivados com trigo, soja e milho para alimentar os filhos da revolução, aludindo e relacionando os negócios da agricultura com a segurança alimentar, pauta bastante comum no discurso da Revolução Verde. O sonho compartilhado por ambos, portanto, é o sonho de uma agricultura pujante.

Figura 25: Mapa do projeto da hidrovía Ibicuí-Jacuí



Fonte: Cotrijornal, set. 1979, p. 10.

A Figura 25 é uma representação cartográfica produzida pelo *Cotrijornal* para ilustrar as regiões produtivas que seriam beneficiadas pelo empreendimento da Hidrovía Leste-Oeste no Rio Grande do Sul. É um mapa que ilustra um futuro desejado, ideia que ocupou um espaço privilegiado nos discursos da Cotrijui no *Cotrijornal*, sempre argumentando quanto às demandas dos negócios da agricultura. Dessa forma, no campo ideológico, a Cotrijui adotou a ideia de projeção do futuro do crescimento da agricultura como um dos fundamentos do seu discurso, concepção que se soma à própria ideia do progresso da sociedade, pois todas expressam um lugar onde se quer chegar – um fim, portanto.

Em outra matéria da mesma edição, intitulada “Nova era para o desenvolvimento” (Cotrijornal, set. 1979, p. 14), os argumentos para a construção da hidrovía foram ampliados, para considerar novos fatores. Assim afirmava a matéria:

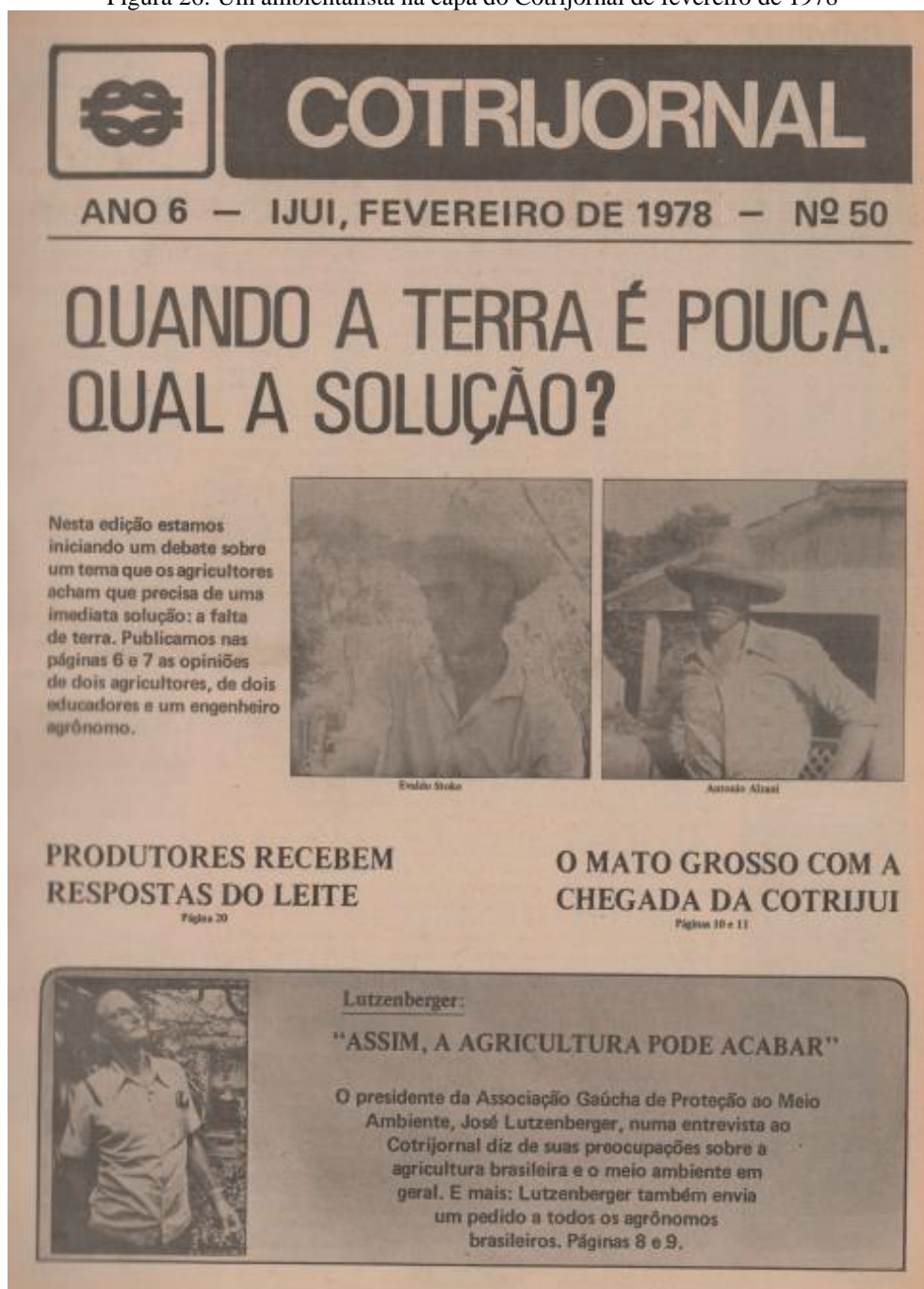
Regularizar o Ibicuí, o Vacacaí e o Jacuí, posteriormente o Uruguai, será o capítulo inicial de uma **nova era de desenvolvimento** para o Brasil e da grande **revolução econômica e social** do Rio Grande do Sul, especialmente da fronteira oeste do estado, um marco de integração americana, o fator de recuperação do homem, fixando-o à terra, valorizando seu trabalho, **elevando seu padrão de vida**, possibilitando uma justa distribuição de riquezas e de rendas, através de uma **maior produção**, um **melhor rendimento**, uma **mais alta produtividade** e igualdade de oportunidades e de direitos. Será a total integração em sentido nacional, muito além das fronteiras do Rio Grande do Sul (Cotrijornal, set. 1979, p. 14, grifos nossos).

Além do evidente problema de escoamento da produção, a matéria argumentava que a ligação do rio Ibicuí ao Jacuí também poderia estabelecer novas bases para o aproveitamento de múltiplas finalidades, visando obter o máximo rendimento do empreendimento não apenas via navegação interior, mas também por meio da geração de energia elétrica, da irrigação agrícola, do abastecimento de água às cidades, do controle de cheias, da recuperação de áreas alagadas para a agricultura e pecuária, da piscicultura e da recreação (Cotrijornal, set. 1979, p. 14).

A partir do trecho, podemos inferir que o foco central da matéria, como da maioria das cerca de 20 matérias de capa sobre o mesmo assunto publicadas entre 1974 e 1979, orbitava sobre a necessidade de investimentos na infraestrutura a fim de melhorar a eficiência da exploração dos recursos naturais como condições para que o desenvolvimento econômico acontecesse. Também percebemos que as matérias analisadas em geral colocavam a Cotrijornal num papel de protagonismo do desenvolvimento econômico nacional, quer seja pela iniciativa empreendedora, executando obras de infraestrutura, como no contexto da construção de um terminal graneleiro em Rio Grande, quer seja utilizando sua influência para lançar e promover novos projetos em parceria com os entes públicos, estimulando e provocando a sociedade e o meio político por meio do alcance do *Cotrijornal*, como fez ao longo desses cinco anos.

Contudo, o mesmo jornal que enalteceu e perseguiu o mito do progresso, também abriu espaço, ainda que de forma mais tímida, a manifestações críticas ao mesmo conceito, expressas na forma como o modelo produtivo agredia o ambiente natural, e estavam em evidência no final da década de 1970, pela ação de ambientalistas como o agrônomo porto-alegrense José Lutzenberger. Descendente de imigrantes alemães, Lutzenberger se formou em agronomia e chegou a trabalhar na *Badische Anilin- und SodaFabrik* (BASF), Fábrica de Anilina e Soda de Baden, em tradução livre, multinacional alemã e uma das maiores produtoras de químicos do mundo. Porém, tendo se desiludido com as políticas agrícolas nacionais, deixou a empresa no começo da década de 1970 e passou a dedicar-se exclusivamente à causa ambiental (Augusto, 2010).

Figura 26: Um ambientalista na capa do Cotrijornal de fevereiro de 1978



Fonte: Cotrijornal, fev.1978, capa.

Lutzenberger chegou a colaborar com o *Cotrijornal* em cinco edições, como articulista ou entrevistado, entre julho de 1976 e março de 1989, com destaque especial para essa edição de fevereiro de 1978, que podemos ver na Figura 26. Nela a imagem de Lutzenberger ocupa o terço inferior da capa, que tem como destaque o debate realizado entre agricultores associados sobre a falta de terra, que, por sua vez, era o argumento central da Cotrijui como justificativa para a expansão da área de atuação, seguindo o próprio movimento de expansão da fronteira agrícola nacional.

Em outra manifestação de contraditoriedade, vemos que a mesma capa em que é abordada a demanda por terra e a expansão da fronteira agrícola para o Mato Grosso (Cotrijornal, fev. 1978, capa) também dedica espaço para apresentar as ideias de um ambientalista que iniciou sua carreira no setor comercial de uma multinacional de insumos químicos para a agricultura. Em sua entrevista, que ocupou duas páginas do *Cotrijornal*, Lutzenberger começou criticando temas mais banais, como a poda drástica das árvores urbanas e o que considerou uma “imbecilidade” e “alienação ambiental” exemplificadas na pintura do tronco das árvores com cal branca, mas também toca em temas sensíveis, como o conteúdo do seu *Manifesto Ecológico*:

Já está se preparando uma crise energética. Essa crise energética vai significar o fim dessa sociedade de consumo em que vivemos hoje. Vai significar imensas crises econômicas. Haverá uma crise de alimentos nos próximos 20 ou 30 anos nesse planeta. Centenas de milhões de pessoas irão morrer de fome, já estão morrendo hoje. E isso vai aumentar. Até o final do século vão morrer milhões, talvez um bilhão de pessoas de fome. A situação dos alimentos na humanidade está extremamente precária [...]. E as coisas só tendem a piorar. O pessoal não vai dizer: é um colapso ecológico. Eles irão falar em crise econômica, energética, de matérias-primas, em crises sociais, em guerras (Cotrijornal, fev. 1978, p. 9).

Compreendemos como a parte principal da entrevista aquela em que Lutzenberger aborda as questões ambientais numa perspectiva política, valendo-se dos mesmos argumentos malthusianos, muito comuns no discurso da modernização da agricultura, para fazer críticas aos impactos do modelo de desenvolvimento econômico. A opinião de Lutzenberger, contudo, vem de um lugar privilegiado, de alguém que vivenciou os problemas ambientais sob dois ângulos diametralmente opostos: como componente do setor comercial de uma multinacional de agrotóxicos e como ambientalista cofundador de uma das primeiras associações preservacionistas no país, a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (AGAPAN<sup>1</sup>). Reflete, portanto, as mesmas contradições que o próprio *Cotrijornal* carregava em suas páginas, como nas situações em que se utilizou do argumento malthusiano da fome para justificar, por um lado, a expansão da fronteira e a modernização da agricultura e, por outro, a crise energética e ambiental, que tem nesses mesmos fatores parte de suas causas.

Na edição de março de 1975, logo abaixo de uma matéria que expressava as preocupações com a desertificação que afetava a produtividade das terras do RS, uma nota informava sobre a criação da “Sociedade dos Inimigos do Progresso”. Esta é a íntegra da matéria:

---

<sup>1</sup> Fundada por Lutzenberger e outros ambientalistas em 1971, a Agapan incentivou a criação de entidades semelhantes no interior do RS, como a Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural (AIPAN), fundada dois anos depois, em 27 de novembro de 1973 (Cotrijornal, abr. 1976, p. 8).

**De tanto pregar no deserto**, em nome de instituições que defendem a ecologia no Brasil, um grupo de intelectuais cariocas, tendo à frente a escritora Raquel de Queiroz, fundou a Sociedade dos Inimigos do Progresso. A entidade, que terá estatuto próprio e terá personalidade jurídica reconhecida, debaterá em suas reuniões os efeitos maléficos do desenvolvimento para o bem-estar do homem, segundo informou à imprensa, do Rio, o escritor José Cândido de Carvalho, autor de "O Coronel e o Lobisomem". **Na realidade, não é especificamente contra o progresso** que os intelectuais vão lutar. O que pretendem, em verdadeira atitude de desespero pela **indiferença dos fazedores de deserto** que não dão a menor importância às advertências dos ecologistas, é chamar a atenção para a gravidade do problema ecológico. A "luta contra o progresso" tem uma conotação mais simbólica do que real. Mas retrata, sem dúvida, a chamada de advertência, o grito revolucionário que as camadas intelectuais desejam **bradar contra esse progresso predatório** que mata os rios e destrói a flora e a fauna, com uma intensidade que chega às raias do exagero (Cotrijornal, mar. 1975, p. 10).

Embora discreta, a nota é digna de reflexão, pois foi publicada em um jornal que tinha no discurso do progresso um dos seus fundamentos ideológicos. Ainda mais por ter sido inserida na mesma página e logo abaixo de outra matéria em que o nome então cotado para a secretaria de Agricultura do RS, Getúlio Marcantônio, expressava suas preocupações com o que chamou de “verdadeiro deserto que invade o nosso estado”, ao se referir à visão que teve ao sobrevoar o estado e ver a desolação causada pelas vossorocas, “e não entende o silêncio dos municípios que estão sofrendo o estranho fenômeno, ao verem suas pastagens e terras produtivas entrarem em processo de acelerada esterilização” (Cotrijornal, mar. 1975, p. 10). Não causa estranhamento, dado o contexto, que o discurso atribua à ação da própria natureza as causas do fenômeno, justificadas pela erosão hídrica e eólica e não pela exploração inadequada dos recursos naturais ao longo de gerações de colonização. No entanto, também atua no sentido de mitigar as responsabilidades do progresso nos problemas ambientais, quando afirma que, “na realidade, não é especificamente contra o progresso que os intelectuais vão lutar [mas contra a] indiferença dos fazedores de deserto que não dão a menor importância às advertências dos ecologistas” (Cotrijornal, mar. 1975, p. 10).

Mas essa mesma edição do *Cotrijornal* também apresentou outra crítica, discretamente inserida no interior do Suplemento Infantil:

Figura 27: Cotrisol e a crítica ao progresso



Fonte: Cotrijornal, mar. 1975.

A Figura 27 foi retirada do *Cotrisol*, que era encartado no *Cotrijornal* desde as suas primeiras edições, sendo dirigido ao público escolar, professores e alunos das escolas do interior da rede de atuação da Cotrijui. É, no mínimo, curiosa a forma como o mesmo jornal, que em suas matérias principais defendia o progresso como um valor a ser perseguido, tenha aberto espaço para a ironia de uma formiga, símbolo do trabalho, questionar o próprio trabalho e, ao mesmo tempo, esses mesmos valores. Na edição de setembro de 1979, a redação do *Cotrisol* fez uma entrevista coletiva com um grupo de crianças de 7 a 9 anos. Em uma das perguntas, as crianças foram questionadas sobre “O que é o progresso?”, cujas respostas seguem:

MARCELO M. - Eu acho que uma coisa boa é a invenção do álcool. Não tem petróleo; tem que usar álcool, é o único jeito de andar. - ANNA - O progresso deve existir? - GISLAINE - Sim. - IVANA - Não sei não! Com o progresso apareceram os ricos e aí esculhambou tudo. Bom seria se tudo fosse pra todos. - RODRIGO - Você perguntou o que era progresso... Eu acho que isto é quando se faz um trabalho e sai cada vez melhor. E a gente vai crescendo (Cotrisol, Cotrijornal, set. 1979).

As matérias do *Cotrisol* não eram assinadas, contudo sabemos que o Suplemento era produzido pela Escolinha de Arte da Fidene, dentro do convênio Cotrijui-Fidene. A Escolinha de Arte foi a base com a qual a Fidene fundou, anos mais tarde, a Escola Francisco de Assis (EFA), cujos professores passaram a produzir conteúdo para o *Cotrisol* até o término do *Cotrijornal* em agosto de 1994. Portanto, as críticas ao progresso e aos valores do trabalho e da civilização que percebemos nessa e em outras edições do *Cotrisol* foram produzidas por

professores da Fidene, num exercício de criticidade feito em um jornal de grande abrangência, mesmo em uma época em que a censura ainda atuava contra manifestações políticas contrárias aos valores ideológicos do regime militar, principalmente nos grandes centros urbanos. Isso também aponta para a presença de raras vozes dissonantes entre os sujeitos que produziam o *Cotrijornal* para a Cotrijui.

Figura 28: Críticas ideológicas no Cotrisol



Fonte: Cotrijornal, maio 1975.

A Figura 28 salienta essa criticidade, discretamente inserida no conteúdo voltado ao público infantil. Ela foi veiculada no encarte infantil da edição de maio de 1975 e deu prosseguimento à história da formiga “Chapeuzinho”, com sua crítica ao progresso e à exploração do trabalho. Na história, a formiga Chapeuzinho sonhava em crescer e ser forte o suficiente para poder vencer os humanos, numa luta de igual para igual, e assim virar um “grande herói do povo”. Na sequência, um homem esmaga e mata uma formiga, causando uma comoção que une o formigueiro e o impele a lutar contra esse homem, que tem seu pé ferido. A história termina com o grupo de formigas comemorando a união dos esforços para combater os males do homem, ao mesmo tempo em que lamentam o companheiro morto com a frase “você não morreu em vão”. Chama a atenção a frase do quadro final: “formigas, uni-vos, não para o progresso dos grandes, mas para defender vosso direito de viver”, que lembra o chamado icônico do encerramento do Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels, publicado originalmente em 1848: “Os proletários nada têm a perder, a não ser os seus grilhões [...]. Proletários de todos os países, uni-vos” (Marx; Engels, 1998, p. 69).

Convém recordarmos que, ao longo do ano de 1975, cerca de 15 militantes políticos foram mortos pelo regime militar brasileiro, dentre eles, talvez o mais icônico, o jornalista Vladimir Herzog, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esta e outras mortes podem ter servido de inspiração para os autores da história das formigas, sutilmente mencionadas naqueles que “não morreram em vão”, no texto do *Cotrisol*.

A parte final dessa história das formigas foi publicada na edição de agosto de 1975, primeira edição colorida do *Cotrisol*, e que também teve os nomes dos seus redatores divulgados: Viro Frantz, Moacir Lima e Wally Arns:

Figura 29: O argumento das formigas



Fonte: Cotrijornal, ago. 1975.

Na Figura 29, vemos, nessa última parte, a história em que as formigas, tantas vezes chamadas de “praga” por esse mesmo jornal e combatidas com venenos poderosos, mediante a

reflexão da formiga Chapeuzinho, questionam sobre quem seriam as verdadeiras pragas, citando uma série de impactos ambientais das tecnologias humanas. No quadro final, a formiga Chapeuzinho questiona-se e propõe ao público uma reflexão: “Mas será que todo o barulho que fazem em torno das formigas não é só para despistar?”.

Segundo Duarte, “o discurso ideológico das últimas décadas (1960-1970) legitimou a instrumentalização e a atuação das organizações cooperativas, independente da vontade e interesse da maioria de seus sócios. Esta é, pois, a contradição que vive o cooperativismo neste momento histórico” (1986, p. 12). Semelhante argumento utiliza Fontoura, ao se referir ao intervencionismo do Estado na viabilização da transformação da agricultura:

Ao longo das décadas de 60 e 70, o Estado intervém no sentido de tornar a agricultura capitalista viável, proporcionando infra-estrutura ao transporte (corredores de exportação, entroncamentos rodo-hidro-ferroviários etc.) e armazenamento. Época de captação de dinheiro fácil no mercado internacional, ou do milagre brasileiro, as cidades crescem e a paisagem rural se modifica rapidamente (2007, p. 130).

Em agosto de 1974, uma pequena matéria do *Cotrijornal* anunciava a preparação dos associados para realizarem uma viagem com o objetivo de observar, aprender e comparar práticas consideradas de sucesso nos Estados Unidos:

Os agricultores de toda a região da COTRIJUI terão oportunidade de verificar **naquele mundo fantástico** de cifras como se processam as negociações e como se ditam os preços de um produto bastante familiar à nossa região. De Chicago, descida em direção a Nova Orleans, no Golfo do México, passando sobre a região banhada pelos grandes rios da região do Vale do Tennessee. Essa região, que há cerca de 30 anos sofria as calamidades das cheias anuais, graças à TVA (Tennessee Valley Authority), um fundo de caráter cooperativo entre o Governo dos Estados Unidos e o povo, possui hoje **gigantescas barragens que formam lagos serenos para a navegação de carga** e produz a maior energia concentrada do mundo. **Graças ao cooperativismo**, os rios Holston, Cherokee, Hiwassee e Tennessee, que eram verdadeiras **calamidades contra o progresso, foram domados pela tecnologia** e hoje **prestam inestimáveis serviços ao homem** (Cotrijornal, ago. 1974, p. 7, grifos nossos).

A matéria elenca quais eram os aspectos centrais a serem analisados e comparados com a realidade brasileira, começando pelas visitas de estudo nos estados de Indiana, Iowa, Ohio, para então conhecer a Bolsa de Cereais de Chicago. O texto começa com um discurso elogioso e cheio de expectativas sobre o que esperavam ver naquele país, dentre elas as barragens e eclusas para transporte fluvial de cargas no Vale do Tennessee. A expectativa tinha razão de ser, afinal a Cotrijui estava em meio a um projeto de viabilização da construção de canais hidroviários no RS, ligando a fronteira oeste ao porto de Rio Grande. Mas o que mais chamou a atenção foi o tom progressista do discurso, que atribuía ao cooperativismo uma espécie de vitória sobre os recursos naturais, “domando” os rios a “serviço do homem” em nome do progresso.

A análise do discurso da Cotrijui, por meio de matérias do *Cotrijornal*, nos permitiu compreender a construção de uma narrativa caracterizada pela adoção de um discurso marcadamente progressista, além de uma postura otimista, especialmente em matérias de capa. Nessas matérias, a Cotrijui exaltou valores como o seu pioneirismo na proposição e execução de projetos de infraestrutura em que se lançou sozinha ou em parcerias governamentais, valendo-se quase sempre da disponibilidade de crédito oferecida no contexto do que se convencionou chamar de Milagre Econômico, promovido pelo governo brasileiro durante a ditadura militar.

Criado em 1973, o *Cotrijornal* esteve – desde seu princípio – alinhado ideologicamente aos fundamentos da Revolução Verde, defendendo, em seu discurso, a modernização e o progresso que procuravam incorporar os novos mecanismos do capitalismo contemporâneo, ao mesmo tempo em que enaltecia seus valores e tradições cooperativistas, considerados moralmente superiores em relação ao que chamavam de “pobreza moral do capitalismo clássico” (Cotrijornal, out. 1978, p. 2). Adotou uma linha editorial que se propunha progressista – e que procurou se diferenciar dos veículos de imprensa tradicionais existentes naquele contexto –, sendo pautado pelos objetivos da Cotrijui e pelos valores que compunham o cooperativismo empresarial, mas também profundamente alinhado ao discurso de desenvolvimento nacional.

Nasceu, portanto, com o objetivo de orientar ideologicamente a mudança de paradigma agrícola, contribuindo para a incorporação de discursos e práticas consideradas modernas, que, por sua vez, eram consideradas essenciais para a ampliação da produtividade. Mas ao mesmo tempo, e contraditoriamente, também abriu espaço para discursos com um viés mais crítico, que expressavam preocupações com pautas ambientais.

### **3.2 Meio ambiente no discurso da Cotrijui**

Quando analisamos a matéria de capa da primeira edição do *Cotrijornal* (jul. 1973), que inaugurou sua presença no público cooperativista, vimos que a Cotrijui relembrou e imortalizou dois símbolos: o primeiro, de aço e concreto, representado pela construção do terminal graneleiro; o segundo, na figura do presidente Luiz Fogliatto, líder cooperativista cujo nome virou uma espécie de ícone daqueles valores atrelados ao progresso e ao desenvolvimento econômico. A fotografia da fase final das obras do terminal graneleiro, que vimos na Figura 18, era seguida do seguinte registro textual:

[...] uma obra inédita que, além de beneficiar os milhares de associados da COTRIJUI, viria solucionar um grave problema no setor do escoamento de safras. [...] A 4ª Seção da Barra em Rio Grande, **sentindo o peso do progresso**, ia cedendo espaço para centenas de homens e máquinas que **derrubavam árvores**, abriam enormes túneis e cravavam gigantescas estacas (Cotrijornal, jul. 1973, capa, grifos nossos).

Esse fragmento da primeira matéria de capa do *Cotrijornal* apresenta muitos indicativos das formas como a construção ideológica de progresso acontecia nas matérias principais do *Cotrijornal*, quase sempre em oposição à natureza, como em o “peso do progresso [...] derrubando árvores”. Como vimos, essa retórica foi reiteradamente utilizada nas capas ao longo dos primeiros anos do *Cotrijornal*, reforçando o discurso da Cotrijui sobre seu papel na marcha do progresso nacional. Contudo, abordagens com viés ambientalista da temática do desmatamento também apareceriam com certa frequência ao longo da primeira década do *Cotrijornal*. Ainda que de forma incipiente, as matérias expressavam as dificuldades de aumento da produtividade e apontavam para o problema do desmatamento; contudo, sem dimensionar ou sequer cogitar a importância que as florestas possuem para o equilíbrio ambiental e, conseqüentemente, para a regulação das condições climáticas que possibilitam a produtividade almejada.

Quando refletimos sobre os processos de desflorestamento de biomas como a Mata Atlântica, no litoral brasileiro, é inevitável apontarmos para a chegada dos portugueses, em 1500, como o movimento precursor da exploração dos recursos naturais. Ao longo do período colonial brasileiro, diferentes contextos de exploração econômica avançaram nesse processo. Contudo, foi no período entre 1910 e 1990 que o Brasil chegou ao ápice do desflorestamento da Mata Atlântica, o que coincide com o contexto no qual verifica-se uma rápida expansão demográfica, industrial e agrícola do país. Especialmente na segunda metade do século XX, houve uma mudança qualitativa no processo de desmatamento herdado da colonização e, “até o início da década de 1970, calcula-se que cerca de 99% da sua cobertura original ainda estava de pé” (Pádua, 2015, p. 236).

Os problemas do meio ambiente, no entanto, não podem ser abordados sem encarar paralelamente a questão da justiça social, possível de ser estudada sob múltiplas formas dialéticas: norte versus sul; proprietários versus despossuídos; ricos versus pobres (Hildyard, 1991 *apud* Waldman, 2002, p. 25). Isso reforça a justificativa de estudo do cooperativismo sob a perspectiva da História Ambiental, uma vez que esse movimento nasceu no interior das mesmas contradições da Revolução Industrial inglesa do século XVIII. Carrega, portanto, em sua gênese, elementos que possibilitam um olhar sobre o desenvolvimento do próprio sistema capitalista, principalmente na região Sul do Brasil, foco de colonização europeia ao longo dos

séculos XIX e XX.

Para Gerhardt (2009), as principais mudanças ambientais na região de Ijuí durante os séculos XIX e XX incluem a transformação das áreas florestais em espaços agrícolas e habitacionais. Assim, vemos que a colonização oficial de Ijuí, iniciada em 1890, resultou na substituição da vegetação nativa por roças e vilas, refletindo a ideia de progresso da época, que era avaliada pela superação das características naturais e pela ‘civilização’ do ambiente. O mato era visto, ao mesmo tempo, como um fornecedor de materiais e como um empecilho, a colonização realizou a substituição da floresta por áreas cultivadas e urbanizadas. Segundo o autor:

Na “Colônia Ijuhy” ocorreu uma combinação de fatores: rápida introdução de população, pequenos lotes rurais e, possivelmente, famílias com muitos filhos. Assim sendo, também rapidamente foi removida parte do mato dos lotes e a terra era transformada em roças, pomares e pastagens; o ambiente foi modificado em poucas décadas, enquanto a agricultura na Colônia deixou de produzir apenas para subsistência, passando a ter também caráter comercial. Conforme os filhos dos colonos iam crescendo, ajudavam no trabalho, mas surgiam maiores necessidades, inclusive terra para assentar a nova família constituída pelo casamento (Gerhardt, 2009, p. 76-77).

A colonização trouxe um aumento significativo na população, que passou a viver em um ambiente rapidamente modificado, com a introdução de novas práticas agrícolas e a construção de casas, estradas e serrarias. Nos discursos da Cotrijui em suas inserções no *Cotrijornal*, a concepção de “mato” aparece de duas diferentes formas. Por um lado, o mato é visto como capoeira, inço, ervas naturais consideradas daninhas ao ambiente controlado da lavoura, daí sua necessidade de esterilização. Por outro, como indicativo de floresta nativa. Com frequência as propagandas do *Cotrijornal* indicavam o uso de produtos que tinham por função combater o mato:

Figura 30: "Mata-mato" sendo oferecido no Cotrijornal

**Treflan**  
o mata-mato  
nunca  
falhou

De uma coisa você pode  
estar certo. Graças ao Sistema  
Treflan, este agricultor não  
está sonhando com mato.

**Treflan**  
o mata-mato  
nunca  
falhou

Todo agricultor sabe que um herbicida não  
pode ser eficiente apenas na palavra.  
Ele tem que ter Assistência Técnica o ano todo,  
antes e depois da compra. Tem que ter experiência  
comprovada. Tem que ser um produto que nunca  
falhou. Tem que ter o Controle de Qualidade Elanco.  
E para ter tudo isso, só o Sistema Treflan.  
Não existe nada igual.  
Quem protege sua lavoura com  
o Sistema Treflan, além de dormir  
tranquilo, ainda fica com os lucros.  
Fale com o homem Elanco,  
seu Distribuidor ou o Engenheiro  
Agrônomo de sua Cooperativa.

**ELANCO**

Fabricante de: Treflan, Coban,  
Hygromix, Perflan, Surflan,  
Tylan e Trifluralina.

Treflan é indicado para as culturas de algodão, alho, amendoim, berinjela, brássicas (brócoli,  
couve-flor, couve-manteiga e repolho), café em formação, cebola de transplante, cenoura,  
citrus, feijão-vagem, girassol, mamona, mandioca, pimentão, quiabo, soja e tomate.

Fonte: Cotrijornal, nov. 1978, p. 23.

Na Figura 30, vemos o emprego da expressão “mata-mato” em um anúncio de herbicidas usados no controle e extermínio de ervas-daninhas. O termo “mato” é tratado como uma presença indesejada na lavoura, um problema que pode prejudicar a tranquilidade do produtor se não for controlado com a tecnologia, reforçando a ideia de que a natureza é aceitável apenas quando pode ser domada tecnicamente.

Por outro lado, verificamos, em matérias como “O valor do mato” (Cotrijornal, jan. 1980, capa), um uso diferente do mesmo termo, como indicativo de “florestas” ou “mata”, com uma conotação de algo desordenado ou menos valorizado que adicionava uma camada extra de significado, subjetiva e emocional, indo além do sentido literal. Em várias ocasiões, a Cotrijornal esboçou suas preocupações com a preservação do mato no *Cotrijornal*, gerando essa dupla conotação: por um lado, o “mato” inimigo do agricultor; por outro, o “mato nativo”, que precisa

ser conservado, especialmente por seu papel na conservação do solo, ou, ainda, que pode agregar renda à propriedade.

Quadro 5: O "mato" nas matérias do Cotrijornal

Operação verde	Maio 1975, p. 5.
O valor do mato	Jan. 1980, capa.
Reflorestamento: o valor do mato	Jan. 1980, p. 10-11.
Barragem do Rio Uruguai: "Derrubaram o mato, estragaram a roça. E a barragem ainda nem começou"	Maio 1980, p. 14.
O eucalipto como opção	Dez 1980, p. 22.
Eucalipto para poupar o mato nativo	Dez. 1980, p. 23.
Reflorestamento: MATO que te quero MATO	Jul. 1981, p. 10.
Reflorestamento: a falta que faz o mato	Jun. 1985, p. 12.
Reflorestamento: poupando o mato	Abr. 1994, capa.
Poupança de mato	Abr. 1994, p. 4.
Reflorestamento: campanha pelo mato	Jun. 1994, p. 15.
Reflorestando com resultado	Jun. 1994, p. 17.

Fonte: Cotrijornal, 1975-1994.

A Tabela 3 é um apanhado das matérias que traziam o termo “mato”, com o sentido de floresta, associado ao “reflorestamento”. Em geral, as matérias trataram a questão do ponto de vista econômico, portanto, de forma racional, como, por exemplo, na matéria intitulada “Operação Verde” (Cotrijornal, maio 1975, p. 5), quando afirmavam a importância das matas ciliares para a manutenção da qualidade do solo. Ou argumentando sobre como políticas de “reflorestamento” com eucalipto poderiam diminuir a pressão sobre o mato nativo, como, por exemplo, na matéria “O eucalipto como opção” (Cotrijornal, dez. 1980, p. 22).

No entanto, duas matérias em especial chamaram a atenção, por oferecerem um contraponto que colocava em dúvida o próprio modelo de desenvolvimento que o cooperativismo empresarial conduziu. Em setembro de 1977, na coluna *Ambiente*, o Cotrijornal publicou a fotografia de uma árvore solitária no centro de Ijuí, seguida da seguinte chamada: *A árvore chora em morte lenta*. Na matéria se afirmava que

há fotos que não precisam de nenhuma legenda para explicar o seu sentido. A própria foto diz tudo, mais do que qualquer palavra. Se as árvores formassem uma grande família, certamente todas as outras, perto ou longe dessa árvore numa transversal da rua São Francisco, em Ijuí, estariam chorando a morte lenta de uma companheira.

Estariam chorando (será que não choram mesmo, e nem ao menos percebemos?) o mal que hoje, mais do que nunca, ocasiona a morte, não somente das árvores, como de toda a natureza: **o progresso**. Esse **progresso, que sempre indiscriminado**, está **levando o homem a maiores distâncias**, mas ao mesmo tempo **o está distanciando da natureza**. Não se sabe quando e como será o fim desse caminho. Com certeza será um deserto de barro, sem pistas para voltar atrás. É a triste realidade (Cotrijornal, set. 1977, p. 16, grifos nossos).

Mais uma vez, o discurso expressa uma crítica ao modelo de progresso que, contraditoriamente, era estimulado nas páginas do mesmo jornal. Vemos a contradição do discurso na expressão subjetiva do progresso, que, por um lado, leva “o homem a maiores distâncias” e, por outro, “o está distanciando da natureza”. A árvore, de uma condição de inferioridade do mato em relação à lavoura, para só então tecer considerações sobre suas preocupações com a preservação do mesmo mato.

Figura 31: Morte lenta das árvores

**Polícia Federal.**

Os animais contrabandeados eram, quase sempre, aves, e o juiz Gonçalves Neto anulou em sua sentença que “esses animais, ilegalmente transportados, sem os cuidados previstos – para as espécies permitidas – pela Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967), podem ser agentes transmissores de doenças incubadas que, devido à mudança de clima, temperatura, altitude e outros fatores, vêm ecodir em lugares diferentes, através de possível exaltação da virulência. Fora do seu habitat, muitas vezes transmitem a psitocose, verminoses, tuberculose, epitelomatose, cólera avícola e a hidrofobia, podendo até provocar epidemias.

Ainda na sua sentença, o magistrado frisa que “os direitos da humanidade de sobreviver correspondem ao dever de conservar todas as espécies animais”.

Jurandir ficou preso no Aeroporto Internacional do Galeão, quando recebia aves e micos providos de Belém. Na sua residência foram apreendidos vários macacos, filhotes de jaboti, esquilos, micos e centenas de pássaros. E o juiz concluiu sua sentença citando biólogos que calculam que, de um século até a atualidade, desapareceram para sempre uma centena de formas de aves (espécies e subespécies). Em média, portanto, está sendo extinta uma forma de pássaro por ano. A captura, a caça indiscriminada, a depredação estúpida de um precioso bem natural tiveram, com essa sentença, pelo menos o início de uma batalha em bases reais – as únicas que os depredadores parecem compreender.

# A ÁRVORE CHORA EM MORTE LENTA

Há fotos que não precisam de nenhuma legenda para explicar o seu sentido. A própria foto diz tudo, mais do que qualquer palavra. Se as árvores formassem uma grande família, certamente todas as outras, perto ou longe dessa árvore numa transversal da rua São Francisco, em Ijuí, estariam chorando a morte lenta de uma companheira. Estariam chorando (será que não choram mesmo, e nem ao menos percebemos?) o mal que hoje, mais do que nunca, ocasiona a morte, não somente das árvores, como de toda a natureza: o progresso. Esse progresso, quase sempre indiscriminado, está levando o homem a maiores distâncias, mas ao mesmo tempo o está distanciando da natureza. Não se sabe quando e como será o fim desse caminho. Com certeza será um deserto de barro, sem pistas para voltar atrás. É a triste realidade.

## QUE BOM! NÃO HÁ MUDA QUE CHEGUE

A campanha pelo verde, desencadeada pelos órgãos de divulgação gaúchos a partir de quatro anos atrás, parece que acabou dando resultados surpreendentes. Essa, ao menos, é a conclusão que se pode tirar da situação em que se encontrou, repentinamente, a Cooperativa de Campo Real.

Gilberto Appelt, responsável pelo viveiro da cooperativa, estava há 20 dias com um problema inesperado: várias pessoas procurando mudas de essências nativas – e o viveiro vazio. “Puxa, era bom indiar outras cooperativas ou entidades que vendem mudas”, disse ele. “Nós vendemos tudo e ficamos até sem jeito de atender as pessoas que nos procuram”.

Guido Valdir Wahys, da Cotribá, alguns quilômetros adiante de Campo Real, sentiu o mesmo problema, mas reteve o estoque para os retardatários. Por isso, está oferecendo aos que ainda querem plantar (a temporada vai até fins de setembro) as seguintes essências nativas: Cedro, Cr\$ 2,00; Jacarandá, Cr\$ 4,00; Ipê Amarelo, Cr\$ 4,00; Louro, Cr\$ 1,00.

O viveiro da Cooperativa de Ibirubá tem ainda 20 mil dessas mudas à disposição. Os interessados podem escrever para a Cooperativa Tríticola Mista General Osório – Av. Mauá s/nº, CEP 98.200 – Ibirubá/RS.



*Depois que depusitei os lucros da minha lavoura na Caderneta Apesul de Poupança, deu até prá comprar um trator novo.*

**Olha só ele aí.**



*Ficou como o seu Faustino: depusite os lucros da sua lavoura na Caderneta Apesul de Poupança. E vendeu certo.*

Setembro/77
COTRIJORNAL
Página 16

Fonte: Cotrijornal, set. 1977, p. 16.

Na Figura 31, podemos ver a imagem da árvore solitária citada na matéria, ‘espremida’ entre, à sua esquerda, uma propaganda de “reflorestamento” promovida pela Cooperativa

Tritícola Mista General Osório (Cotribá)<sup>2</sup>, e, à sua direita, uma propaganda de fundos de investimentos, que, por sua vez, mostra um trator arando a terra.

Em outra matéria, em janeiro de 1980, o problema do desmatamento também ganhou uma capa e algumas páginas no *Cotrijornal*. Sob o título O valor do mato, a matéria iniciava questionando “onde está a timbaúva? E o ariticum, a cabriúva, a guabiroba, o louro, o sete-capotes...?” (Cotrijornal, jan. 1980, capa), para apresentar uma entrevista com o então engenheiro florestal da Cotrijui, Nilo Leal, que iniciou sua fala sobre as recordações do mato “que talvez nem todos lembrem”, dado que quase não existia mais naquele contexto.

Contudo, o trecho textual que merece destaque repousa sobre dois aspectos, que são a redução da produtividade do solo, pela erosão causada pelo desmatamento, e a indefinição de políticas públicas para o “reflorestamento”, que naquele contexto devemos entender como subsídios governamentais: “O mais triste, nesta história, é que vão aumentando também os problemas do nosso solo. Com a falta de uma cobertura vegetal, a camada fértil do solo é carregada pelas chuvas e vai acabar no fundo dos rios. É aquilo que a gente conhece como erosão” (Cotrijornal, jan. 1980, p. 10). Na sequência, a reportagem ouviu a opinião de um agricultor associado da Cotrijui, que também revela alguns aspectos importantes do discurso:

- O que adianta plantar soja até a beira do rio se depois a água lava tudo? Foi o que perguntou o Armindo Reinoldo Deckert, que tem 36 anos, mora em Vila Mauá, interior de Ijuí. Ele planta 48 hectares em Bom Sucesso, no município de Catuípe, e há dois anos está se preocupando com o problema de reflorestamento. - É preciso a gente plantar árvores. Vamos ter que fazer o pessoal plantar. **Pra que deixar esses cantos aí de banhado criando cobra?** Onde está virando barroca tem que plantar árvores também. Todo mundo tem que ter essa preocupação. O seu Armindo comprou mudas na Cotrijui e plantou 2.500 eucaliptos numa várzea” (Cotrijornal, jan. 1980, p. 11, grifos nossos).

O que fica em evidência nesse trecho é o discurso que coloca em lados opostos a natureza e a agricultura; a primeira como uma barreira para o avanço da segunda. Na leitura, também podemos perceber que a preocupação da cooperativa com o desmatamento era de ordem econômica, pois o desmatamento impactava em perdas de produtividade da lavoura, e que a secagem adequada dos banhados, utilizando espécies de árvores igualmente produtivas, que inclusive eram comercializadas pelo departamento comercial da própria cooperativa, era uma solução comercial e lucrativa para o problema. Por outro lado, a matéria questiona aquilo que era uma prática comum no meio cooperativista empresarial da época: a escassez de crédito ou subsídios para se fazer “reflorestamento”. Vale lembrar que o sistema cooperativista

---

<sup>2</sup> A Cooperativa Tritícola Mista General Osório – Cotribá, auto-intitula-se a cooperativa agropecuária mais antiga do Brasil, tendo sido fundada em 21 de janeiro de 1911, sob o nome original de “*Genossenschaft* General Osório” (Cotribá, 2025).

empresarial surgiu e se desenvolveu num contexto de vasta oferta de créditos e subsídios governamentais, os quais passaram a ficar mais escassos ao longo dos anos. Ou seja, a preocupação esboçada com o “reflorestamento” era especificamente empresarial, e não ecológica.

No comentário anterior de Armino Reinoldo Deckert, também percebemos a presença da narrativa popular de que o “eucalipto seca banhado”. Para Rezende, Camello e Rebelo (2011), os mitos e as verdades sobre o eucalipto começaram a aparecer nas décadas de 1960 e 1970 do século passado, quando os “reflorestamentos” não apresentaram os resultados esperados quanto à produtividade. Na verdade, o eventual ressecamento do solo depende do consumo de água pelas plantas e da precipitação pluviométrica da região. Em áreas com menos de 400 mm/ano de chuva, o eucalipto pode ressecar o solo, prejudicando outras espécies. Estudos comparativos mostram, porém, que o eucalipto não é uma “máquina de sugar água” em comparação com outras espécies (Rezende; Camello; Rebelo, 2011, p. 11).

Quando nos detivemos na análise das matérias que tratavam das grandes obras de infraestrutura, não havia qualquer menção a eventuais danos causados por aquelas gigantescas obras. As preocupações com o desmatamento eram pontuais, geralmente discretas, no interior do jornal. O projeto das hidrovias, por sua vez, não mencionou qualquer preocupação ambiental que sua execução pudesse acarretar. E nas entrelinhas do editorial de setembro de 1979, uma frase chamou a atenção por indicar um sentido oposto ao que poderíamos chamar de preocupações ambientais:

Há vários anos, temos **rasgado montanhas e cortado florestas, aterrado pântanos** e subido encostas íngremes, transposto rios e cruzado vales e planícies **em todos os quadrantes deste imenso país, deixando atrás de nós intermináveis fitas de asfalto**. Mas nada temos feito para aproveitar as estradas líquidas que **herdamos da natureza**. Hoje, **já pagamos muito caro por essa imprevidência**. Mas, amanhã, esse preço será proibitivo para as possibilidades de nossos descendentes (Cotrijornal, set. 1979, p. 2, grifos nossos).

O editorial se referia especificamente ao projeto das hidrovias, encerrando em si próprio os fundamentos discursivos que temos discutido ao longo da tese, em especial no que tange aos efeitos do progresso desenfreado. O texto iniciou indicando o que parecia ser uma preocupação com os impactos ambientais do progresso. Contudo, a análise do discurso nos permitiu compreender que havia, da parte da Cotrijui, uma certa ingenuidade sobre a existência de impactos ambientais resultantes do avanço do progresso, aqui representados pela política de abertura de estradas. Isso porque essa preocupação se manifestava de forma acrítica, apenas como um preço pago pelo progresso.

No texto, ainda podemos constatar que os recursos naturais foram interpretados, pela redação, como um patrimônio que “herdamos da natureza”, que foi explorado exageradamente e, por imprevidência, pode não estar disponível para as próximas gerações. Como na alegoria de Benjamin (Löwy, 2005 *apud* Dupas, 2006, p. 124), os humanos herdam a terra após a expulsão do paraíso e, desde então, progridem rumo ao futuro. No entanto, se olharmos com mais atenção para os sentidos possíveis da expressão “já pagamos muito caro”, vemos que ela não se refere às preocupações ambientais, mas sim à imprevidência econômica do futuro, ou seja, de não se prever, desde do fim do século XIX, quando a ideia das hidrovias surgiu pela primeira vez, os benefícios econômicos que o potencial hídrico nacional poderia produzir se utilizado como meio de transporte, o que acarretaria em redução de custos de produção.

Em sua obra *O mito do desenvolvimento econômico*, Furtado (1973) abordou os impactos ambientais causados pelo desenvolvimento econômico. Talvez por influência das discussões da Conferência de Estocolmo, em 1972, alertando para a degradação dos recursos naturais e a poluição resultante desse processo, Furtado passou a considerar que o desenvolvimento econômico, tal como era concebido, poderia levar à destruição da natureza.

Em uma abordagem semelhante, Dupas (2006) também criticou especificamente a ideia de que o progresso tecnológico se traduziria automaticamente em bem-estar, considerando que o mesmo tem gerado problemas ambientais graves que ameaçam a sobrevivência no planeta. Segundo o autor, nas últimas décadas do século XX, as novas tecnologias e o desenvolvimento econômico industrial alteraram profunda, intensa e, talvez, irreversivelmente os fatores que possibilitam a existência de um equilíbrio ambiental no planeta Terra. Citando especificamente esse modelo de agricultura, conclui que “a expansão agrícola, de 1945 até 2004, foi superior à soma da expansão nos séculos XVIII e XIX; a destruição ambiental resultante contribuiu para perdas irreversíveis de vida vegetal e animal, agravando o percentual de mamíferos, aves e anfíbios em extinção” (Dupas, 2006, p. 228).

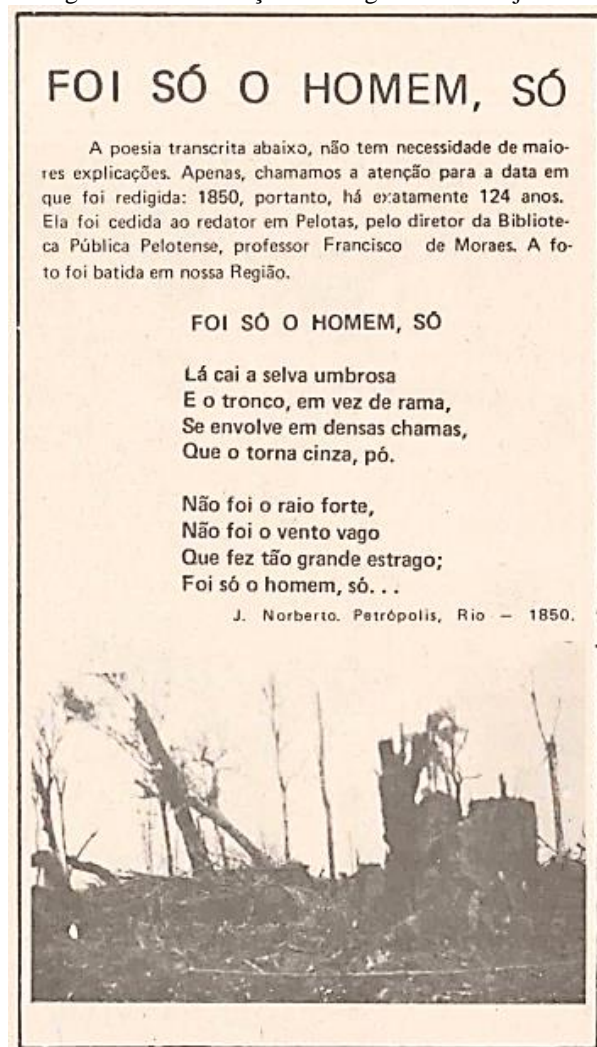
Em sua argumentação, Dupas cita a IX tese de Walter Benjamin (2006, p. 123-124), sobre a filosofia da história, para refletirmos sobre as noções de progresso e futuro. Nessa tese, Benjamin desenvolve a sua alegoria do *Anjo da História*, em que um anjo de asas abertas – impulsionado irresistivelmente por uma forte tempestade que sopra do passado –, mais precisamente do paraíso do qual os humanos foram expulsos, em direção ao futuro que, estando de costas, o anjo não vê, enquanto aos seus pés se acumulam os escombros da civilização. A tempestade, para os autores, é o que chamamos de progresso e o futuro pode ser percebido, num vislumbre, nos escombros acumulados aos pés do anjo, ou nas “intermináveis fitas de asfalto”

(Cotrijornal, set. 1979, p. 2) deixadas atrás de si.

Em sua primeira década de existência, o *Cotrijornal* constituiu suas pautas a partir de uma concepção otimista de futuro, focada no progresso, como o resultado dos esforços cooperativistas e das conquistas das inovações científica e tecnológica. Por outro lado, a versão pessimista de Benjamin (Löwy, 2005 *apud* Dupas, 2006, p. 122) alerta para os escombros deixados por esse progresso desenfreado, como as desigualdades e a degradação ambiental, ao definir o crescimento econômico como prioridade absoluta.

Por outro lado, os elementos naturais presentes no discurso do editorial de setembro de 1979, montanhas, florestas e pântanos, constituem os meios pelos quais se objetiva chegar a um fim, ditado pelo progresso. Isso porque são, respectivamente, rasgadas, cortadas e aterrados em nome do progresso, e ainda não constituíam, no discurso do *Cotrijornal*, um problema futuro, mas sim uma característica essencial da própria noção de desenvolvimento econômico, pensada como fim.

Figura 32: Lamentações ecológicas no Cotrijornal



Fonte: Cotrijornal, fev. 1974, p. 2.

Na Figura 32, vemos a transcrição do poema “Foi só o homem, só”, seguida de uma imagem que ilustra uma floresta devastada pela ação humana. A figura é um indicativo de como as questões ambientais eram eventualmente tratadas ao longo da década de 1970, citadas sempre de forma isolada, como curiosidades ou como uma espécie de lamentação moral, mas nunca tiveram seus impactos relacionados diretamente aos problemas sociais e econômicos vivenciados pela cooperativa, menos ainda relacionados como efeitos da expansão das fronteiras agrícolas e dos negócios da agricultura, exceto quando secas ou tempestades incomuns devastavam as lavouras. Portanto, os impactos ambientais foram alienados do discurso cooperativista, como o preço pago pelo futuro.

Para o jornalista Raul Quevedo:

O jornal de cooperativa nasce com um destino específico: popularizar o sistema, [...] caracterizar-se, a priori, através de uma ‘**linha de alto nível moral**’, [...] mostrar a seus leitores as deficiências, as contradições e a **pobreza moral do capitalismo clássico**, [...] se constituir no órgão representativo, [...] nunca no jornal meramente voltado a fazer propaganda do sistema. Nossa preocupação hoje é com o **jornal de cooperativa**. Por ser novo no contexto da imprensa nacional, pode e deve estabelecer parâmetros editoriais que o **distinguem do jornalismo convencional** [...]; o jornal de cooperativa só justifica a sua participação no seio da comunidade à qual serve, sendo intransigente com sua própria ética (Cotrijornal, out. 1978, p. 2, grifos nossos).

As palavras do redator do *Cotrijornal* mostram sua compreensão sobre as características morais do cooperativismo, ao mesmo tempo em que manifestam seu entendimento quanto à natureza ideológica do próprio *Cotrijornal*. Também revelam a intenção de distinguir o *Cotrijornal* dos demais veículos de imprensa, e mais, de distinguir o próprio cooperativismo dentro do sistema capitalista, como a expressão de uma face moralmente superior do próprio capitalismo. Por certo, contribuiu para esse otimismo o contexto de surgimento do *Cotrijornal*, em uma época de fácil acesso a financiamentos para o desenvolvimento econômico. É compreensível que o jornal fundamentasse seu discurso na valorização das condições que possibilitaram o seu próprio surgimento. Afinal, o *Cotrijornal* foi criado para informar e educar os associados da Cotrijui, num contexto de forte aumento populacional, pressão por aumento da produtividade agrícola e pela ampliação da fronteira agrícola na direção de territórios naturais até então preservados.

Ao relacionarem os conceitos centrais das narrativas de Furtado e Dupas, Plein e Filipe (2012) compreenderam que aqueles autores construíram suas ideias tendo vivenciado contextos em que o uso ideológico dos conceitos de desenvolvimento e progresso foi intenso na sociedade brasileira: Furtado, nos anos 1970 e Dupas, nos 2000. No artigo, defende-se a similaridade com que os autores compreendem os conceitos de desenvolvimento e progresso,

especialmente no que tange à exploração ambiental e à degradação dos recursos naturais, e sua ligação intrínseca à perpetuação da pobreza e das desigualdades sociais. Assim, para eles, tanto o desenvolvimento econômico quanto o progresso são sinônimos “do desenvolvimento capitalista e do papel da tecnologia no processo de acumulação, que costumam ignorar essas interconexões, resultando em danos ao meio ambiente que, por sua vez, afetam desproporcionalmente as populações mais vulneráveis” (Plein; Filippe, 2012, p. 21).

A destruição dos recursos naturais, provocada principalmente por modelos de desenvolvimento insustentáveis, compromete os meios de subsistência das comunidades, destruindo seus próprios fundamentos. Estas, por sua vez, muitas vezes dependentes de recursos naturais para a sobrevivência, enfrentam dificuldades ainda maiores como consequência da degradação ambiental. Assim, os autores entendem

que as conclusões pessimistas de Celso Furtado e Gilberto Dupas estão diretamente ligadas à constatação da dupla perversidade do processo: de um lado, a constatação de que o desenvolvimento está levando ao esgotamento dos recursos naturais e poluindo o meio ambiente e, por outro, sendo incapaz de acabar com a pobreza. [...] Portanto, a ideia do desenvolvimento como mito presente nas obras de Celso Furtado e Gilberto Dupas é bastante atual e revela dois lados “perversos” e contraditórios do desenvolvimento econômico e do progresso, tratados aqui como sinônimos: esse processo é um mito, pois destrói o meio ambiente (seja pelo esgotamento dos recursos ou pela poluição) e não foi (e não é) capaz de acabar com a pobreza e as desigualdades sociais (Plein; Filippe, 2012, p. 22).

Dessa forma, embora o *Cotrijornal* tentasse se diferenciar dos demais veículos de imprensa, da mesma forma que do próprio discurso cooperativista, dentro do sistema capitalista os conceitos de progresso e desenvolvimento econômico expressavam ideologicamente um determinado projeto de desenvolvimento do capitalismo, com a modernização da agricultura e a promoção da acumulação capitalista em todos os estágios produtivos, sem considerar as suas consequências ambientais.

“Governar é abrir estradas!” foi a frase escolhida pelo *Cotrijornal* no editorial da edição especial de setembro de 1979. A frase foi adaptada pelo 13º Presidente da República, Washington Luís, durante a inauguração da BR-040 em 1928, primeira rodovia asfaltada do país, ligando Rio de Janeiro à Petrópolis: “Governar é povoar; mas, não se povoa sem se abrir estradas, e de todas as espécies; Governar é, pois, fazer estradas” (Arquivo Nacional, 2025). Contudo, a frase originalmente havia sido o lema do governo do então Presidente Afonso Pena (1906-1909), “Governar é povoar”.

A centralidade do argumento econômico também fica evidente quando analisamos a entrevista realizada pelo *Cotrijornal* com Afonso Henrique Furtado Portugal, então diretor de Vias Navegáveis do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), que

afirmou:

Essa economicidade tem, como é óbvio, efeito extraordinário para o desenvolvimento de regiões com potencial econômico porém afastadas dos grandes mercados, por permitir que certas mercadorias, de baixo valor unitário, porém importantes para o desenvolvimento, possam ser transportadas a lugares distantes sem que o custo do transporte as torne mais caras que a sua própria cotação nos mercados ou que se tornem tão preciosos que o seu uso fique **restrito a poucos consumidores**, como se fossem coisas de luxo. No momento atual que estamos vivendo, mais uma razão ponderável veio se somar a favor do maior uso das vias navegáveis: a **economia do petróleo**. Estudos realizados, embora divergentes quanto à exatidão dos números, mas evidentes quanto aos resultados, demonstram inequivocamente o menor consumo de combustível por tonelada transportada pelo barco, em relação ao trem de ferro e ao caminhão. O caminhão gasta de 4 a 6 vezes mais combustível que o barco, por tonelada transportada. Nessa crise universal de energia convém que se medite sobre os seguintes números: 1 CV desloca 150 kg na rodovia, 500 kg na ferrovia e 4.000 na via navegável (Cotrijornal, nov. 1975, p. 5, grifos nossos).

Para o entrevistado, o investimento do Estado em obras de navegação interior era um fator central na economia dos transportes. Se, por um lado, o discurso da Cotrijui defendia a redução de custos de transporte, como indicam os dados apresentados pelo entrevistado, por outro ficam a descoberto quaisquer argumentos que pudessem amparar a escolha dos meios de transporte hídricos por motivações ambientais, visto que a redução da emissão de poluentes de carbono ainda não figurava na lista de potenciais problemas ambientais no discurso dos anos 1970. Evidentemente, a abordagem ambiental não se resume apenas à história das florestas, mas trata-se de “observar o entrelaçamento dinâmico dos movimentos do mundo natural e do mundo sociocultural manifestando-se em várias camadas de expressão temporal e espacial ao longo da história” (Pádua, 2015, p. 234).

Também ficou claro que a defesa da redução do consumo de combustíveis, expressa como uma economia do petróleo, era uma medida puramente comercial, com o objetivo de enfrentar a crise do petróleo que havia se instaurado desde 1973. Contudo, compreendemos também a existência de outro elemento central no discurso, presente desde Caxias, e perpassando todos os discursos cooperativistas que pleiteavam a melhoria das condições de transportes, a ideia sempre presente de redução dos custos de produção para a ampliação do consumo.

### 3.3 Consumo no discurso da Cotrijui

No Capítulo 1, vimos que o amparo ao comércio e ao consumo foi um dos principais objetivos que motivaram o surgimento do cooperativismo, desde a Cooperativa de Consumo de *Rochdale*, em 1844. Também relembramos as primeiras cooperativas de crédito surgidas no Sul

do Brasil, no início do século XX, que tiveram um papel central no processo de mercantilização da produção colonial. Neste capítulo, analisamos como o setor de consumo se constituiu, no discurso e nas ações da Cotrijui, compreendendo sua participação na transformação dos hábitos de consumo do campo e da cidade, em toda a sua área de atuação.

Foi Telmo Frantz quem encontrou a primeira referência ao surgimento do setor de consumo na Cotrijui:

Outro fato importante ocorrido em 1962 foi a **ampliação dos serviços prestados pela Seção de Consumo, a pedido dos associados** reunidos em Assembléia Geral do dia 28 de outubro de 1962. **Na verdade isso já vinha ocorrendo, tanto assim que naquela Assembléia foram mudados os Estatutos com a finalidade de ampliar os objetivos sociais,** ‘diante da expansão das atividades da Cooperativa, tanto na seção de consumo como no setor industrial.’ **Nos primeiros estatutos havia sido previsto como objetivo para a Seção de Consumo o “fornecimento aos associados de todos os produtos de consumo na lavoura”.** Nestes [de 1962], prevê-se o “fornecimento aos associados de gêneros de alimentação, vestuário e outros artigos de uso e **consumo pessoal da família ou do lar.** Igualmente introduz-se uma Seção de Compras (que mais tarde será incorporada pela Seção de Consumo), tendo por finalidade o fornecimento “de todos os produtos, máquinas, implementos agrícolas, adubos e quaisquer outras matérias-primas ou fabricadas, úteis à lavoura e à criação” (Frantz, Telmo, 1982, p. 79-80).

Nessa passagem, compreendemos que a Seção de Consumo da Cotrijui estava exercendo atividades ainda antes que a Assembleia Geral da cooperativa solicitasse, como, em 1962, a modificação dos Estatutos, com a finalidade de ampliar os objetivos sociais da cooperativa diante da expansão das suas atividades no setor de consumo, que originalmente previam apenas o atendimento das necessidades básicas da lavoura. A mudança nos Estatutos acontece apenas cinco anos após a fundação da cooperativa, o que indica, por um lado, a projeção do crescimento da demanda e, por outro, a importância que o setor possuía na economia regional desde o começo da Cotrijui.

No entanto, ao longo da década de 1960, o Setor de Consumo da Cotrijui não apresentou mudanças significativas. A crise econômica nacional, verificada entre 1962 e 1967, contribuiu para a estagnação da economia e, inclusive, levou a uma crise da própria Cotrijui em 1966 (Frantz, Telmo, 1982, p. 80). A grande transformação do setor ocorreu na década de 1970, com o *boom* da soja e as mudanças mais acentuadas na concentração demográfica regional.

Na compreensão de Furtado (1973, p. 15), a acumulação de riqueza no sistema capitalista tende a homogeneizar os padrões de consumo e ampliar as desigualdades entre diferentes economias. Em 1957, Davis e Goldberg também haviam constatado que a produção interna de alimentos e fibras vegetais dos Estados Unidos estava mudando rapidamente. O surgimento e a expansão das redes de mercados nas décadas do *baby boomer*, entre 1940-1950, forçaram a expansão da produção agrícola em cerca de 50%, com um rápido crescimento dos

custos de produção sem o adequado desenvolvimento das políticas de preço dos produtos agrícolas (Davis; Goldberg, 1957, p. 6).

Essas mudanças foram percebidas e descritas em outubro de 1974, quando o *Cotrijornal* dedicou a maior parte da edição para narrar as observações feitas por um grupo de associados da Cotrijui em uma viagem de estudos para os Estados Unidos. A caravana composta de cerca de 50 associados, além de técnicos, agrônomos, jornalistas e dirigentes de outras cooperativas, ficou durante 23 dias, ao longo do mês de outubro de 1974, visitando propriedades rurais e empresas estadunidenses. A matéria, intitulada “120 curiosos numa terra estranha”, assim narrou as experiências:

Até grande parte do presente século, a maioria dos agricultores da Bacia Central [dos Estados Unidos] praticavam o que os norte-americanos chamam de "agricultura geral". Isso significava que o homem do campo produzia sobretudo para atender a própria subsistência e aparelhamento, vendendo os excedentes para comprar aquilo que não podia plantar, criar ou fazer. Hoje, a quase totalidade dos colonos da região praticam a chamada "agricultura comercial". Eles utilizam o máximo de suas energias, de suas terras e de seus apetrechos mecânicos **para produzir mercadorias com mercado certo**. Quer dizer: trabalham para vender. Calculam cuidadosamente os custos da produção desde as sementes e os fertilizantes ao rendimento do solo e fazem o confronto com os preços que a safra alcançará no mercado. **Não praticam, sequer, a lavoura para o consumo próprio**, caso esta seja antieconômica em seu conjunto. Durante cerca de 15 dias que a caravana da COTRIJUI percorreu a Bacia Central, **não foi vista uma horta e nem mesmo a criação de pequenos animais domésticos, para consumo familiar. O fazendeiro norte-americano planta e cria a larga escala, para negócios, como também compra tudo o que necessita para o seu consumo.** [...] Há um século, dois terços da população norte-americana viviam no campo. Hoje, o agricultor estadunidense médio produz para si e para mais 20 cidadãos, além das quantidades adicionais destinadas à exportação. Isso é o resultado da máquina e do planejamento (Cotrijornal, nov. 1974, p. 16, grifos nossos)

Vemos nesse trecho a narrativa do processo de transformação pelas quais a agricultura estadunidense passou, a partir da interpretação dos integrantes da excursão da Cotrijui para aquele país. Nesse fragmento, entendemos que, junto com a evolução tecnológica, a Revolução Verde também promoveu um estreitamento da função da agricultura, criando novas categorias de consumo. No discurso, vemos a “agricultura geral” deixando de ser de subsistência para adquirir o *status* de “agricultura comercial”, em que o agricultor apenas consumia uma fração do que cultivava, vendendo a maior parte para alimentar um crescente mercado de consumo fora da fazenda, especialmente da crescente população urbana.

É nesse contexto que vimos a criação das primeiras lojas que receberam o nome de supermercados na Cotrijui. Foi cerca de um ano antes daquela viagem aos Estados Unidos, entre dezembro de 1973 e janeiro de 1974, que a Cotrijui inaugurou suas duas primeiras lojas, em Ijuí e Tenente Portela, respectivamente. Nessa época, a Cotrijui planejava uma expansão ainda maior do setor, com a criação de uma rede de supermercados em todos os municípios da sua

área de atuação, “proporcionando assim meios para que a totalidade do quadro social da cooperativa receba os benefícios da prestação de serviços da entidade também no setor comercial de consumo pessoal” (Cotrijornal, fev. 1974, p. 5).

Convém recordar que, nessa época (1973-1974), o quadro social da Cotrijui havia crescido exponencialmente, chegando a 8 mil matrículas (ver Gráfico 1). Ou seja, a Cotrijui tinha acesso a um público consumidor que partia de 8 mil economias domésticas. A edição de fevereiro de 1974 registrou a presença de uma “grande multidão de curiosos” que compareceu à inauguração do supermercado de Tenente Portela, o que virou um grande evento local, mesmo num dia de chuva, como ficou registrado. Em seu discurso, o presidente Ruben Ilgenfritz da Silva salientou “as **vantagens do auto-serviço para baratear o custo de vida**, além das inúmeras comodidades proporcionadas pelo sistema” (Cotrijornal, fev. 1974, p. 5, grifo nosso).

Figura 33: Transição do bolicho para o autosserviço



Fonte: Cotrijornal, fev. 1974, p. 5.

A Figura 33 ilustra a matéria sobre a inauguração da loja de Tenente Portela, em 1974, na qual podemos ver, à esquerda, elementos que ainda preservam algumas características do antigo modelo de bolicho, com um balcão e um atendente, tendo registrado, inclusive, a imagem de um cliente “oitavado no balcão”<sup>3</sup>, ao centro da imagem, contrastando com o modelo de autosserviço, à direita e ao fundo da imagem, em que se pode ver algumas prateleiras onde os

<sup>3</sup> Expressão regionalista que descreve a postura de apoiar o cotovelo sobre o balcão e cruzar uma perna sobre a outra, formando visualmente o número 8 com o corpo. Trata-se de um jeito descontraído de estalar a roupa e encostar no bar ou no balcão de uma venda.

clientes tinham liberdade para caminhar e escolher os produtos do seu agrado. No canto inferior direito, pode-se ver ainda um carrinho de compras, outra inovação do modelo de autosserviço, que foi destacado pela fala do presidente Ruben, sendo o formato que tradicionalmente pode ser encontrado nos mercados atuais, de todos os tamanhos, e que substituiu o antigo modelo dos bolichos. Para Damo, Schmidt e Cartea:

A sobreprodução de comida e as demandas cada vez maiores advindas das cidades foram fatores decisivos para o surgimento dos supermercados. Estes espaços, inicialmente destinados a circular excedentes de alimentos, constituíram-se como negócio, a partir da percepção (genial, para os seus idealizadores) de que a livre escolha, pelo consumidor, das mercadorias que deseja comprar (autosserviço) é altamente eficaz para incentivar o consumo (2015, p. 90).

Ao longo do ano de 1974, outras duas lojas foram inauguradas pela Cotrijui, em Ajuricaba e em Santo Augusto, indicando a continuidade da expansão do setor de consumo da cooperativa. Tal projeto também recebia o apoio de vários setores relacionados aos negócios da agricultura:

Figura 34: Progapanda de adubos para hortas e lavouras

**A TREVO SAÚDA  
OS 9 MIL  
ASSOCIADOS  
DA COTRIJUI  
PELA  
INAUGURAÇÃO  
DOS  
SUPERMERCADOS  
DE AJURICABA E  
SANTO AUGUSTO.**

Dois supermercados-um em Ajuricaba e outro em Santo Augusto.

A Trevo estará presente nestes dois centros de venda, apresentando seu adubo para hortas e jardins, em pacotes de 2 quilos.

Sua primavera será mais verde com os adubos em pacote da Trevo, que você encontra agora também nos supermercados da Cotrijui.

**ADUBOS TREVO**

INDÚSTRIAS LUCHSINGER MADÖRN S.A.

A Cotrijui criou um novo serviço para atender os seus milhares de associados.

Fonte: Cotrijournal, nov. 1974, p. 15.

Na Figura 34, vemos uma publicidade da marca Adubos Trevo que, ao mesmo tempo em que saúda os novos empreendimentos do setor de consumo da Cotrijui, também divulga os

seus produtos ao público urbano, para uso em “hortas e jardins”, ou seja, para o consumo doméstico e familiar, e vendendo a ideia de que até a “sua **primavera será mais verde** com os adubos em pacote da Trevo, que você encontra agora também nos supermercados da Cotrijui” (Cotrijornal, nov. 1974, p. 15, grifo nosso).

Essa mudança de paradigma do setor de consumo também pode ser percebida nesse outro fragmento do discurso do presidente da Cotrijui, falando sobre a entrada da cooperativa no setor de consumo:

O que faz uma cooperativa dentro desse processo? Caminha por etapas. E foi o que aconteceu. **Inicialmente, ela começou a fornecer insumos para a lavoura.** Depois, sucessivamente, passou a **atender outras necessidades, inclusive domésticas, como televisores, fogões a gás, ferramentas de trabalho [1].** Se ela progrediu neste setor, se sobreviveu, foi porque havia alguma distorção anterior. **Se o produtor, como consumidor, estivesse sendo atendido satisfatoriamente, em suas necessidades de consumo, a cooperativa não teria tido êxito [2].** Sempre que se cria uma cooperativa, ou ela estende a sua ação a um novo setor, é porque há distorção dentro do processo. **Se formos analisar a origem do cooperativismo, vamos verificar que foi exatamente com esse objetivo: o de defender os interesses de uma classe [3]** - dos tecelões. Por isso, acho que a ação das cooperativas não se esgotou ainda. Uma delas se dará, certamente, quando pudermos **trazer para dentro do cooperativismo também o consumidor.** Outra quando pudermos **partir para a agroindústria [4],** não só voltada para o mercado externo, mas também interno. Então, ao mesmo tempo estaremos gerando maiores riquezas, proporcionando maior distribuição da renda e oportunizando a integração de um processo global. Sempre com o objetivo maior de minimizar custos (Cotrijornal, jun. 1977, p. 13, grifos nossos).

A entrevista para a Revista Mercados, de Porto Alegre, registrou a perspectiva do presidente da Cotrijui sobre o papel da cooperativa no processo de transformação da economia, ressaltando as distorções existentes no setor. Destacamos quatro aspectos principais do discurso neste trecho. O trecho número um trata daquilo que Ruben classificou como o progresso do setor de consumo da Cotrijui, iniciando com os insumos básicos, necessários para a mecanização e para a especialização da produção rural, que estavam previstos entre os objetivos da cooperativa desde o primeiro Estatuto, para então adentrar no setor de consumo doméstico, inclusive de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos.

Figura 35: Propaganda de eletrodomésticos

**Está na época de:**

Guardar e conservar.  
 A terra trabalha dia e noite, sem parar. Dela você tira em dobro, todo o trabalho que põe.  
 Tudo igual ao Freezer Horizontal Consul.

Ele trabalha sem descanso, dia e noite, para guardar e conservar os frutos que a terra dá,  
 o ano todo. Bela dupla, a terra e o Freezer Horizontal Consul. Aliás, belo trio, você,  
 a terra e o Freezer Horizontal Consul.

**Freezer Horizontal Consul.**

**Consul**   
 Qualidade & Tranquilidade

Dezembro/84  Página 5

Fonte: Cotrijornal, dez. 1984, p. 5.

Figura 36: Propaganda de utilidades domésticas

**A nova safra  
 de máquinas  
 Singer está na  
 Cotrijuí.**

Apesar de serem as máquinas de costura mais maduras  
 que você pode encontrar, elas não estão na  
 Cotrijuí só para encher os seus olhos.  
 Elas estão lá para que você escolha uma e leve  
 para sua mulher.

E dentro da sua casa, e nas mãos da sua mulher,  
 as máquinas de costura Singer vão começar  
 uma outra safra: de vestidos, calças, camisas.  
 É fácil costurar numa Singer, e ela faz de tudo:  
 chuleia, caseia, prega botões, borda e até costura.

Para facilitar a sua escolha,  
 a Cotrijuí estabeleceu preços mínimos  
 sempre dentro da sua política de servir melhor ao associado.  
 As máquinas Singer estão esperando para serem  
 colhidas por você.

**SINGER**  
 Costurar é um ato de amor e poupança.

Fonte: Cotrijornal, set. 1977, p. 12.

As Figura 35 e 36 são fontes de pesquisa que permitem entender essa mudança, mostrando como as publicidades do *Cotrijornal* também se adequaram aos novos padrões de consumo, com a chegada dos eletrodomésticos nas lojas da Cotrijui.

Como o segundo destaque, notamos a justificativa do presidente para a expansão do setor de consumo, atendendo a novas necessidades, até então fora do escopo de negócios da cooperativa e, também, fora dos interesses dos seus associados, até mesmo por não existirem ou serem desconhecidas. Ruben atribui o êxito do setor de consumo da cooperativa às necessidades criadas pela sua própria ação, quando passou a especializar seus quadros associativos e torná-los dependentes de uma série de insumos e ferramentas vindos de fora da propriedade, e demandavam constantes investimento e aprimoramento técnicos. Ou seja, a razão pela qual as cooperativas tiveram êxito no setor de consumo foi terem criado uma demanda de consumo, que passou a ser atendida pela própria cooperativa, em alguns casos.

No terceiro destaque, notamos que o discurso retorna às origens do cooperativismo de consumo, reforçando a ideia de que o cooperativismo surge para defender os interesses de uma determinada classe, “dos tecelões”, e garantir condições para a produção e o consumo. No caso da Cotrijui – e das cooperativas empresariais em geral –, vimos que essa classe foi originalmente composta pelos granjeiros, em geral constituída por pequenos industriais, comerciantes e profissionais liberais, principalmente nos arredores dos centros urbanos, que atuavam como arrendatários de terra (Alves, 2013, p. 93).

Por fim, o quarto destaque é um conclave ao cooperativismo para verticalizar a produção e abrir suas portas para consumidores de todas as classes, dentro ou fora do país. Afinal, o êxodo rural e a transição do campo para a cidade eram uma realidade evidente no quadro demográfico regional, bem como o aumento do consumo doméstico era um caminho natural dessa transição. Assim, o cooperativismo deveria participar dessa nova realidade, que, diga-se de passagem, ajudou a criar e oferecer seus produtos e serviços tanto aos associados quanto às demais comunidades urbanas da sua área de atuação.

Embora a análise das publicidades do *Cotrijornal* evidencie a difusão de valores associados à modernização, ao consumo de bens industrializados e a uma lógica empresarial afinada com os pressupostos da Revolução Verde, é necessário evitar uma leitura que reduza a atuação da cooperativa a um mero processo de cooptação ideológica dos agricultores. A presença da cooperativa nos pequenos e médios municípios do interior do Rio Grande do Sul conferiu-lhe uma dupla atuação: por um lado, funcionou como agente mediador da incorporação de novos padrões de consumo e de racionalidades econômicas alinhadas ao mercado; por outro,

constituiu-se como referência concreta na vida cotidiana de milhares de pequenos produtores familiares, ao oferecer canais de comercialização da produção, acesso ao crédito, insumos e bens duráveis que dificilmente alcançariam essas localidades por outros meios. Nesse sentido, a cooperativa não apenas difundiu discursos e práticas vinculadas à modernização, mas também ocupou um espaço econômico e social efetivo, integrando-se às dinâmicas locais e respondendo às demandas reais dos agricultores, o que exige uma interpretação crítica, porém equilibrada, capaz de reconhecer tanto as tensões e assimetrias geradas pela mudança dos padrões de consumo quanto o papel positivo desempenhado na ampliação das possibilidades materiais e econômicas no meio rural.

No final do subcapítulo 3.2, analisamos um trecho da entrevista do presidente da DNPVN, em que ele esboça suas preocupações sobre a economia de petróleo, caso “o seu uso fique restrito a poucos consumidores, como se fossem coisas de luxo” (Cotrijornal, nov. 1975, p. 5). Esse fragmento nos fez refletir que, parte das preocupações do entrevistado, as quais orbitavam em torno dos transportes, também diziam respeito às restrições de consumo, que eventualmente seriam causadas pelos altos preços dos combustíveis. Essas preocupações também haviam sido percebidas na carta do então Barão de Caxias, quando argumentava à Assembleia do RS sobre a importância das estradas que “estreitam os laços de confraternidade, animam o comércio, despertam a indústria e aumentam as fontes das riquezas” (Lima e Silva, 1846). Pouco mais de um século depois, em sua própria carta à mesma Assembleia, o presidente da Cotrijui reafirmou que os produtos da agricultura “precisavam de meios físicos para o transporte **até os locais de consumo** [...]. Ficou, pois, do espírito de 35, uma mensagem de conotação econômica” (Cotrijornal, set. 1979, p. 5, grifo nosso). Embora os trechos tenham ênfase na discussão sobre os transportes, também compartilham entre si uma preocupação com a mercantilização da produção, ligando as regiões produtoras aos lugares de maior consumo. É evidente a preocupação da Cotrijui com as demandas regionais de consumo, especialmente quando observamos seu movimento de expansão da sua rede de lojas e supermercados.

Figura 37: Inauguração do Centro de Compras de Santo Augusto



Fonte: Arquivos Cotrijui, 1984.

Na Figura 36, vemos o registro da inauguração do Centro de Compras da Cotrijui em Santo Augusto, em 1984, com uma proposta completamente inserida no modelo de autosserviço, com prateleiras grandes e bem espaçadas para a livre circulação dos clientes. A imagem também mostra uma grande mudança de paradigma, com uma arquitetura completamente diferente do antigo bolicho, pois apresenta uma edificação alta e bem iluminada, que dá sensação de amplitude, além de diversas gôndolas formando corredores que ofertam produtos com ampla variedade de marcas.

Na matéria sobre a inauguração do Centro de Compras de Santo Augusto, lemos o registro feito pelo conselheiro da Cotrijui Ido Max Weiller, que, falando em nome do Conselho de Administração e do quadro social da cooperativa na Unidade de Santo Augusto, assim afirmou: “A nossa Cooperativa prima por prestar serviços dentro do sistema cooperativista, **sem visar grandes lucros**. Com a inauguração deste Centro de Compras, tanto o associado como a população poderão comprar produtos a preços mais acessíveis” (Cotrijornal, nov. 1984, p. 19, grifo nosso). Chamamos a atenção para o trecho em que o associado reforça a postura de “não visar lucro”, tradicionalmente defendida nos ideais cooperativistas.

Segundo dados extraídos da própria matéria, a Cotrijui contava, em 1984, com 32 lojas e mercados, 23 destas lojas localizadas na Regional Pioneira, uma em Rio Grande, outra em

Dom Pedrito e sete na Regional do Mato Grosso. Esta última regional chegou a promover campanhas de capitalização especificamente para a construção dos seus supermercados, como a campanha da soja dos associados de Rio Brillhante, que “emprestaram capital para que a cooperativa executasse o prédio, **demonstrando plena consciência do ideal cooperativista**” (Cotrijornal, dez. 1985, p. 20, grifo nosso). O grifo chama a atenção para a forma como a matéria considerou a expansão do setor de consumo, também, como um “ideal cooperativista”.

Toda essa expansão ocorreu apenas no intervalo de uma década, partindo da inauguração das duas primeiras lojas em Ijuí e Tenente Portela. Convém lembrarmos que, em 1984, o quadro social da Cotrijui atingiu o máximo registrado na história dessa cooperativa, ultrapassando 20 mil matrículas, ou seja, eram 20 mil economias domésticas como potenciais consumidoras da sua rede de lojas. Os dados obtidos na matéria de novembro de 1984 indicam que, apenas durante o mês de setembro daquele ano, o faturamento das 32 lojas da Cotrijui fechou em Cr\$ 4,1 bilhões, sendo que, deste total, Cr\$ 2,4 bilhões foram faturados apenas nas lojas da Região Pioneira (Cotrijornal, nov. 1984, p. 19). No balanço das contas da Cotrijui em 1984, publicado em encarte especial em janeiro de 1985, vemos que o setor de consumo gerou um faturamento anual de Cr\$ 48,2 bilhões apenas na regional pioneira, com resultado operacional, ou seja, com lucro de Cr\$ 2,3 bilhões, obtendo um resultado de 4,8%, ou seja, para cada Cr\$ 100 faturado, resultavam Cr\$ 4,8 de lucro.

Tabela 3 - Resultado operacional comparado das lojas e do segmento soja (em bilhão de Cr\$)

Unidades	Lojas			Soja		
	Receita Lojas	Resultado Lojas	%	Receita Soja	Resultado Soja	%
Pioneira	48,2	2,3	4,8	129,5	2,66	2,1
Dom Pedrito	6,2	0,4	6,5	8,5	0,8	9,4
Rio Grande	2	0,04	2,0	-	-	-
Mato Grosso	18,5	1,8	9,7	123,8	3,2	2,6
TOTAL	74,9	4,54	6,1	261,8	6,66	2,5

Fonte: Cotrijornal jan./fev., 1984.

Os dados da Tabela 3 indicam a importância econômica que o setor de consumo passou a ter na Cotrijui 20 anos após o seu início. Para fins de comparação, deixamos de fora os demais setores e produtos citados no Balanço, comparando apenas as receitas operacionais brutas e os resultados das lojas, agrupadas por região, ao longo do ano de 1984, e comparadas aos mesmos valores obtidos no segmento de sementes e indústria de soja. Verificamos que, em termos de faturamento bruto, a produção, recebimento e beneficiamento de soja continuava sendo o carro-chefe da cooperativa, faturando Cr\$ 261,8 bilhões no ano, mas gerando apenas Cr\$ 6,66 bilhões

de resultado operacional. A novidade, contudo, vinha do setor de lojas e supermercados, que cresceu exponencialmente ao longo das últimas duas décadas, entre 1962 e 1984, faturando um montante de Cr\$ 74,9 bilhões e gerando um resultado de Cr\$ 4,54 bilhões, muito próximo do resultado operacional da soja no mesmo período, que foi de Cr\$ 6,66 bilhões. Ou seja, no exercício de 1984, para cada Cr\$ 100 faturado com soja em todos os segmentos da cooperativa, resultou em Cr\$ 2,50 de lucro; no segmento de supermercado, esse valor foi de Cr\$ 6,10 de lucro para cada Cr\$ 100, quase três vezes maior. Os números demonstram que o setor de consumo passou a representar um importante mecanismo de auferição de lucros na cadeia de negócios da cooperativa.

Trata-se de uma mudança econômica mas também cultural, pois impactava nos padrões de consumo, acompanhando os processos de mecanização, crescimento demográfico e urbanização, e que podemos perceber nos registros das falas de vários associados ao longo das edições do *Cotrijornal*. Em agosto de 1979, a Cotrijui realizou dois eventos simultâneos entre seus associados: o primeiro foi uma reunião, com 15 associados da Regional Pioneira, em formato de mesa redonda, para tratar de assuntos importantes para a cooperativa, ocupou a capa e o editorial, além de cerca de seis páginas da edição, escritas a partir das falas desses quinze associados representando os municípios da área de atuação da Cotrijui; o segundo, ocupou outras duas páginas, mas não foi mencionado na capa ou no editorial, foi o 1º Encontro do Conselho de Consumidoras, no caso, as mulheres dos quinze representantes da primeira reunião.

Figura 38: Os associados e os problemas da cooperativa



Fonte: Cotrijournal, set. 1979, capa.

A Figura 38 é um recorte da parte superior da capa da edição de setembro de 1979, destacando o encontro dos associados que, na imagem, aparecem dispostos circundando uma mesa, enquanto debatem os grandes problemas da cooperativa, como a capitalização, os desvios de produção e a participação em uma estrutura para quase 20 mil associados. Todos olham uns para os outros, num símbolo de igualdade e isonomia.

Figura 39: As mulheres e o consumo



Fonte: Cotrijornal, set. 1979, página 20.

A Figura 39, por sua vez, é um recorte da página 20 da mesma edição, em que as esposas dos associados citados na capa se reuniram, em um ambiente separado, para tratar de aspectos específicos do consumo doméstico. Percebe-se não haver o mesmo princípio de organização igualitária da capa da edição, onde os associados encontram-se sentados em torno de uma mesa, mas sim um modelo de palestra, com todas as mulheres sentadas em fileiras, ouvindo os palestrantes, que, no caso, eram homens. Os destaques das matérias revelam a existência de uma segregação de tarefas entre os gêneros, uma vez que, enquanto os homens discutiam assuntos relacionados aos grandes problemas da cooperativa, como a gestão e os negócios agropecuários, as mulheres tratavam de temas relacionados ao consumo doméstico, percebidos numa esfera hierárquica inferior, como podemos ler nesse trecho do *Cotrijornal*:

Quem é que decide as compras da casa? Não é a mulher? Não é ela quem melhor sabe o que é preciso buscar nas lojas, mercados e bolichos, para abastecer a cozinha, arrumar a casa, vestir a família, etc.? Então também é a mulher quem sente mais de perto, na família do associado, as falhas que existem na seção de consumo da Cooperativa (Cotrijornal, set. 1979, p. 20).

Até 1979 a referência à “mulher *do* associado” ainda era uma prática comum no discurso cooperativista. Apenas no final da década de 1980 percebemos uma mudança sutil na forma de tratamento, passando a se referir às “mulheres associadas”, numa clara mudança de hierarquia. Mas, para além das questões de gênero, que, embora importantes não são objeto desta tese, o encontro de 1979 registrou a percepção das mulheres de que a Cotrijornal tinha a preocupação de oferecer condições para que seu quadro social exercesse a crítica, analisando e

fazendo sugestões que aprofundassem uma discussão envolvendo, no caso, a consumidora e a Seção de Consumo da Cotrijui, a partir de situações reais apresentadas. E as críticas ficaram bastante evidentes quando vindas do público feminino da cooperativa, ao afirmarem que a cooperativa teria “pouco interesse em atender bem os associados; falta de mercadorias (gás, ração, etc.); dificuldades nas trocas de mercadorias [e no] esquema de abastecimento das unidades [...]. Necessidade da Cooperativa comprar mais produtos diretamente do produtor (como alho, cebola, etc.) e também a política de compras [que] deve saber exatamente aquilo que o quadro social gostaria de encontrar nas lojas e supermercados” (Cotrijornal, set. 1979, p. 20). Ou seja, havia uma grande demanda pelo consumo de produtos domésticos e as reclamações por atendimento e diversidade de produtos confirmam esse indicativo.

Outro fator que reforça a existência de uma hierarquia de gênero no discurso do *Cotrijornal* é que, embora tenham sido nominadas na introdução da matéria, as opiniões transcritas no texto do jornal não indicavam quem havia sido sua autora, eram críticas genéricas e anônimas. Por outro lado, críticas semelhantes ao setor de consumo doméstico também foram feitas pelos homens no outro encontro dos associados; contudo, os nomes dos associados foram registrados em cada bloco de perguntas e respostas. Assim, soubemos que o associado Élio José Botegga, de Redentora, reclamou da falta de suprimentos no supermercado da Cotrijui em Tenente Portela:

Bem, agora eu quero falar um negócio que antes o senhor já falou sobre o mercado. Eu entrego o leite e compro [no mercado] por mês. Vou lá e tenho direito só a um pacote de farinha. Chega alguém que não é associado, leva quatro ou cinco com ele. Eu tenho que fazer quatro viagens por mês pra levar a farinha. Isso não está certo (Cotrijornal, set. 1979, p. 16).

Sua fala reforça a compreensão de que houve uma grande mudança nos padrões de consumo, inclusive com a ampliação do deslocamento dos produtores do campo para a cidade, para buscarem insumos, alimentos e bens de consumo domésticos. Semelhante reclamação fez o associado Alfredo Mower, de Miraguaí: “Eu acho que tem que voltar a ser como antes. O **associado pode comprar. Só ele. E pôr no cartão o nome de duas pessoas da família que podem comprar**” (Cotrijornal, set. 1979, p. 16, grifo nosso).

Além do desejo de ter suas necessidades de consumo atendidas, fica implícito o direito de o associado poder comprar a crédito no mercado da cooperativa, mas de permitir que mais alguém da família possa. Fica ainda evidente, no trecho citado, a existência de uma política de crédito cooperativo para o consumo. Para Ênio Milan, gerente financeiro da Diretoria de Compras e Abastecimento (DICA), “o crédito pego pelo associado toda vez que ele realizar

uma compra será tomado de um financiamento bancário. A Cooperativa vai apenas repassar esse dinheiro sob a forma de compras nas suas lojas” (Cotrijornal, nov. 1984, p. 21). Segundo Ênio, esse novo sistema de cartão de crédito teria valor apenas para as compras realizadas na loja e seção de peças e ferragens. Fica totalmente excluída a venda de mercadorias no mercado. As lojas conhecidas como “Postos de Vendas” e localizadas no interior não teriam acesso ao novo sistema. Os associados – que costumeiramente faziam suas compras nesses “Postinhos” – teriam de se dirigir até a sua Unidade para comprar a crédito. Feitas as compras, o associado assinava uma Nota Promissória e um contrato. “Tudo é feito, de agora em diante, diretamente na loja, **sem nenhuma perda de tempo** por parte do associado”, afirmou o diretor (Cotrijornal, nov. 1984, p. 21, grifo nosso). A presença do discurso de economia do tempo, como vimos, também foi um dos fundamentos que sustentaram a mudança de paradigma promovida pela Revolução Verde.

No mesmo ano, também selecionamos a seguinte matéria:

A necessidade de constante atualização também foi abordada no seminário por Telmo Brunatto, diretor da Cotridata - Centro de Processamento de Dados, subsidiária da Cotrijuí. Ele falou sobre informática, comentando vários aspectos disto que é a apuração de dados, de informações, através de equipamentos eletrônicos, como o computador. Brunatto ressaltou que as empresas que não-acompanharem o que se passa nesta área ficarão para trás e deixarão de ser competitivas (Cotrijornal, maio 1984, p. 11).

A matéria aponta para as preocupações da Cotrijuí com a modernidade e a produtividade, ao mesmo tempo em que relata as melhorias que estavam sendo implementadas em uma importante subsidiária da Cotrijuí, fundamental no movimento de ampliação dos negócios, especialmente na área de consumo. A Cotridata foi um avançado centro de processamento de dados, equipado com modernos computadores usados nos sistemas contábeis e gerenciais internos da cooperativa, mas também, vendendo seus serviços à empresas da região. A matéria coloca em evidência a necessidade imperativa de “acompanharem o que se passa”, ou seja, incorporar as mudanças tecnológicas e nos padrões de consumo.

Em 1984, o escritor sul-riograndense Charles Kiefer publicou, em sua obra *O pêndulo do relógio*, uma narrativa ficcional das vicissitudes de um pequeno agricultor no interior do Rio Grande do Sul na década de 1980. As tragédias da vida do personagem Alfredo Müller emulam as transformações percebidas na vida de muitos indivíduos reais em situação análoga ao longo da década de 1980. Se tomarmos a literatura como um produto cultural do seu tempo, podemos reconhecer – no imaginário – um fundamento essencial do seres humanos, permitindo a recriação do mundo através de símbolos e a vivência em um universo paralelo de significados

(Pesavento, 2012, p. 5). Assim, tomando a narrativa de Kiefer, vemos o personagem Alfredo Müller narrar uma situação bastante comum nos idos de 1980:

Escolhe uma palha de milho macia e prepara um palheiro. Mais algumas semanas e terá de enrolar o fumo em papel. As espigas que trouxe do Armando, vizinho da banda leste, estão no fim. Armando é dos últimos na região que ainda planta. Alfredo traz consigo, desde o instante em que pôe os pés para fora da cama até quando os recolhe outra vez para debaixo da coberta de penas de galinha, no bolso traseiro da calça de algodão, o canivete e o fumo de corda. Corta-o em finas aparas. Há uns quinze anos atrás ele próprio cultivava o tabaco. Depois de muito sacrifício, com técnica rudimentar e escassos recursos, chegava a enrolar e meiar metros de fumo. Ficava com um tanto para uso pessoal e o restante vendia ao comerciante da Esquina Jost. Hoje compra o fumo na cidade (o comércio do velho alemão gordo e folgazão desapareceu). Não vale a pena plantar nada além de soja, por isso aproveita quase toda a extensão da propriedade. Alzira brigou quando ele desmanchou a horta atrás do chiqueiro. – Besteira plantar rabanetes, mulher. Precisamos de espaço para a soja (Kiefer, 1984, p. 9-10).

Com o surgimento dos supermercados modernos, o consumo de alimentos *in natura* passou a ser substituído pelo consumo de alimentos industrializados, o que está diretamente relacionado ao desenvolvimento das estruturas desse modelo de agricultura comercial, que, gradativamente, transformou toda a cadeia produtiva a partir de um novo paradigma baseado na verticalização absoluta da produção agropecuária. Para Davis e Goldberg, a chave para esse crescimento e desenvolvimento é o aumento da produtividade, que fornece a base para a criação de novos produtos e riqueza. Isso, por sua vez, se traduz em um novo capital de risco, com novas fábricas, novos empregos, maior poder de compra do consumidor, que, por sua vez, são a base para o desejado progresso econômico da sociedade. Na visão otimista dos autores, “um produto importante desse progresso é a elevação gradual do padrão de vida de todos os grupos econômicos –tanto na fazenda quanto fora dela (1957, p. 19, tradução livre).

Essa mudança no padrão de vida se percebe na diversidade e disponibilidade de itens de consumo. Ademais, a resposta da Cotrijui foi dada na mesma matéria, por Danilo Trevisol, que participou do encontro dos associados representando o Departamento de Comunicação e Educação da Cotrijui, e assim afirmou:

A questão de mercado e loja é o seguinte. Tem dois aspectos: um que é em relação às compras. Os senhores sabem que a Cooperativa compra produtos para serem revendidos em todas as unidades. Quanto mais vender, maior será o volume de compra e mais barato poderá comprar. Outro aspecto que deve ser considerado é que a Cooperativa quer eliminar o intermediário. Vender para o consumidor o que é produzido. Há uma quantidade de produtos que nossos agricultores produzem, carne, arroz, horti-granjeiros, e alguns industrializados, como o azeite. **E os senhores sabem que ninguém vai a um mercado só para comprar isso. Tem que ter de tudo um pouco** (Cotrijournal, set. 1979, p. 16, grifos nossos).

De um lado, o discurso era a facilidade para comprar “de tudo um pouco”. Do outro

lado da reunião, as mulheres discutiam como as suas escolhas de consumo eram influenciadas basicamente pela propaganda, o que acabava induzindo ao consumo de artigos que interessavam para os outros e não aquilo que realmente o consumidor queria e precisava. No diálogo com os representantes do Departamento de Comunicação e Educação da Cotrijui, as falas das mulheres mencionavam o papel das indústrias, para as quais “o que importa é vender, tanto faz como e para quem. Elas [empresas] chegam a se dar o trabalho de estudar como melhor enganar o consumidor. Somente em embalagens, por exemplo, em caixas bonitas, latas vistosas que, de certo modo, o consumidor aprendeu a exigir” (Cotrijornal, set. 1979, p. 20). Aqui o trecho menciona, ainda, a chegada de um novo problema: a destinação adequada das embalagens dos produtos industrializados. Mas a matéria continua, citando trechos das falas das mulheres:

Nós no meio rural, então, precisamos comprar de uma maneira organizada. Não dá para entender, por exemplo, por que comprar caldo de galinha em tabletes, Q-Suco e outros produtos artificiais, se temos galinha em casa, verduras e frutas. Devemos ter claro o que é melhor para a nossa saúde [...]. O grupo foi unânime em afirmar: "estes produtos que fazem mal para a saúde nem deveriam estar nas prateleiras para vender na Cooperativa" (Cotrijornal, set. 1979, p. 21).

Nesse trecho, destacamos a diferença entre os discursos dos associados e das suas esposas, no que tange à qualidade daquilo que se consumia no mercado: para eles, ficou em evidência o desejo de consumir irrestritamente: “de tudo um pouco” e “sem perda de tempo” (Cotrijornal, set. 1979, p. 16), como vimos anteriormente; do outro lado, a preocupação das mulheres com a qualidade do que se consumia, como no trecho acima.

Aqui cabe uma analogia entre a forma como as propagandas do próprio *Cotrijornal* vendiam os insumos para a agricultura no contexto da Revolução Verde, com a promessa da redução do tempo e de aumento da produtividade, e aquilo que a matéria chamou de “propagandas para enganar o consumidor”. No fundo, trata-se de uma promessa semelhante, uma vez que tanto os alimentos industrializados quanto os eletrodomésticos vendiam a promessa de redução do tempo de preparo e a facilidade e eficiência de armazenamento, mas não mencionavam os custos de aquisição, manutenção e energia/combustível necessários para sustentar esses novos hábitos de consumo. Para Patel:

As mesmas forças que configuram as opções dos agricultores também chegam aos repletos expositores dos supermercados [...]. A abundância relativa das estantes, os aparentemente baixos preços ao caixa e a quase constante disponibilidade de alimentos são nossa compensação. [...] A comodidade mantém-nos anestesiados enquanto consumidores (2008 *apud* Damo; Schmidt; Cartea, 2015, p. 88).

Há, nesse ponto, outra contradição entre o discurso e a prática da Cotrijui, seja do ponto de vista da mecanização, seja do ponto de vista do setor de consumo, que promoviam,

indiretamente, tanto o consumo dos insumos agrícolas quanto dos mantimentos domésticos diários, ao mesmo tempo em que faziam a crítica dos impactos socioambientais desses instrumentos. Com a Revolução Verde, o sistema capitalista passou a compreender a comida como outra mercadoria, priorizando o lucro em vez da nutrição e da saúde, o que levou a práticas socioambientais não sustentáveis. O desenvolvimento tecnológico tornou possível o domínio da mercadoria, resultando na degradação da qualidade alimentar devido aos interesses do sistema agroalimentar industrial. Contraditoriamente, Davis e Goldberg chegam a sugerir que a qualidade e a variedade dos alimentos melhorariam com a industrialização, sendo que os próprios agricultores, naquele contexto, se especializaram tanto que passaram a depender totalmente da indústria alimentícia para suprir seu próprio alimento. Em outras palavras, o agricultor não produz mais alimentos, produz *commodities* para a indústria. Nas palavras dos autores:

Paralelamente a essa mudança, houve o desenvolvimento de uma indústria comercial de processamento e distribuição de alimentos, que não apenas alimentou as populações urbanas tão bem quanto alimentava os agricultores ancestrais, mas também **melhorou a dieta nacional em termos de qualidade, variedade e nutrição**. Na verdade, hoje, a própria população agrícola depende, em grande parte, da indústria alimentícia para atender às suas necessidades diárias (Davis; Goldberg, 1957, p. 5).

Contudo, estudos atuais mudaram essa noção, indicando que, ao contrário do que conjecturaram Davis e Goldberg, a Revolução Verde teve um impacto significativo na perda de qualidade nutricional. Para Damo, Schmidt e Cartea,

a comida hegemônica, forjada no marco da indústria alimentícia e do agronegócio com a “Revolução Verde”, em uma sociedade pautada nos avanços da técnica, na conversão do produto do trabalho em mercadorias e na busca incansável por lucro, é insalubre e insustentável nas relações que a sua produção, distribuição e consumo desencadeiam no ambiente (2015, p. 76).

Na mesma linha de argumentação, Campagnolla e Macêdo (2022) afirmam que a Revolução Verde aumentou a produção de alimentos processados e calóricos, que são contrários ao conceito de nutrição saudável. Além disso, o foco em monocultivos reduziu a diversidade de espécies cultivadas e excluiu os pequenos agricultores, o que contribuiu para a má qualidade da alimentação. Para os autores:

A Revolução Verde desempenhou papel importante no desenvolvimento das cadeias agroalimentares com a geração de empregos em muitos setores da economia a montante e a jusante da produção agropecuária, potencializando a industrialização de alimentos, o que facilitou o seu acesso a preços acessíveis. Por outro lado, aumentou a produção de alimentos processados e calóricos com conservantes, aditivos, sal, açúcar e gorduras saturadas, que se contrapõem ao conceito de nutrição saudável. Ademais, seu foco em monocultivos estritamente produtivistas contribuiu para a simplificação dos processos produtivos, excluiu os pequenos agricultores

descapitalizados e ignorou o aprimoramento tecnológico dos sistemas tradicionais que se fundamentam na diversificação produtiva e no uso e conservação dos recursos naturais (Campagnolla; Macêdo, 2022, p. 2).

A Revolução Verde introduziu novas tecnologias agrícolas que aumentaram a produção de alimentos. Entretanto, muitas das tecnologias implantadas pela Revolução Verde são apontadas como causadoras de efeitos deletérios a longo prazo na qualidade nutricional alimentícia. Batista Filho e Batista (2010) destacam que, paradoxalmente, a indústria de transformação que acompanha a Revolução Verde tem levado ao empobrecimento nutritivo dos alimentos. Para os autores,

A transição alimentar/nutricional, depois de grandes conquistas, está se encaminhando para uma vertente perigosa: a desnaturação dos alimentos, a desnaturação da vida humana e dos biomas em seu conjunto, o confronto com a natureza, como uma guerra não declarada: os ganhos da tecnologia a serviço dos mercados. Assim, 80% a 90% dos alimentos, antes de entrar em nossas bocas, passa pela boca das máquinas. O alimento hoje é **emblematicamente um sanduíche**: seja nos fast foods das esquinas, seja no recheio da vertente industrial que produz insumos para a agropecuária e a outra vertente industrial que transforma os produtos primários do campo em manufaturados. Já se chega ao paradoxo de se empobrecer alimentos pelo processo de industrialização e depois enriquecê-los, por nova reciclagem tecnológica: caso do ferro, dos folatos, da vitamina A e das vitaminas do complexo B, adicionados artificialmente para reverter o prejuízo nutricional do próprio processamento (Batista Filho; Batista, 2010, p. 28-29).

O processo de industrialização, muitas vezes, remove nutrientes essenciais e, em seguida, os adiciona artificialmente, como acontece com vitaminas e minerais. A Revolução Verde é criticada pelos autores por fomentar uma dependência de insumos externos, como fertilizantes e pesticidas, e por criar um sistema de produção que pode ser insustentável a longo prazo, sugerindo que esse modelo de produção, concentrado na quantidade em detrimento da qualidade, pode levar a problemas de saúde, além dos problemas ambientais.

Essa crítica ficou evidente em um artigo publicado no *Cotrijornal* em 1985, assinado por Antonio Olivo Pinto, estudante de agronomia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Uruguaiana:

A modernização da agricultura e a política voltada às exportações são fantasmas que nos tornaram dependentes dos países desenvolvidos. E, para completar, o achatamento salarial criou uma situação de desestímulo à produção de alimentos voltados ao mercado interno. A maioria da população sofre de deficiências alimentares, não consumindo o mínimo que o organismo necessita. O quadro geral de pobreza é agravado pela desinformação, pelo analfabetismo. [...] Hoje sabemos que a modernização da nossa agricultura, com máquinas, fertilizantes e outros insumos, não teve, em contrapartida, um aumento de produtividade. Houve, isto sim, maiores investimentos e maiores distúrbios ecológicos, que agridem a natureza. [...] Seguidamente vemos na TV e nos jornais a poluição destruindo rios, as substâncias químicas jogadas criminosamente na água que bebemos. Estamos quase acostumados às notícias deste tipo. E constatamos que o homem procura o "desenvolvimento" de uma forma irracional, sem se preocupar com o bem-estar social. Nossa alimentação

caminha para uma forma química. Foram desprezados os produtos naturais, enquanto cresce, com os enlatados, os conservantes, a ameaça do câncer e outras doenças (Cotrijornal, nov./dez. 1985).

O artigo critica a modernização agrícola e as políticas de exportação, que tornaram o país dependente de nações desenvolvidas, enquanto o achatamento salarial desestimulou a produção voltada ao mercado interno, agravando a fome e a pobreza. O artigo indicava uma mudança de postura da redação, adotando um tom menos otimista e mais crítico, principalmente em relação à modernização, caracterizada no artigo pelo uso de máquinas e insumos que geram impactos ecológicos e sociais significativos, como poluição, destruição de rios e uma alimentação cada vez mais artificial com grandes riscos para a saúde. Embora seja um texto autoral, que não necessariamente representa a postura da redação do *Cotrijornal*, condena o que chamou de modelo de desenvolvimento irracional, mesmo modelo que havia sido defendido na década anterior, pelo mesmo jornal.

Em setembro de 1993, encontramos – no *Cotrijornal* – o relato de um projeto de ensino rural da Cotrijui, realizado desde 1985 na Unidade de Joia, que

tenta resgatar os hábitos e costumes respeitando a realidade do meio rural [...]. Trabalhar com **lixo, separando o orgânico do inorgânico** é um exemplo prático de uma decisão conjunta. Nesse trabalho entram em discussão questões relacionadas com a higiene, o meio ambiente e o reaproveitamento de restos de alimentos. **‘As famílias daqui não consumiam verduras. Foi preciso que as crianças adquirissem o hábito na escola para que os pais também passassem a valorizar e conhecer melhor a importância das verduras na alimentação’** (Cotrijornal, set. 1993, p. 22-23, grifos nossos).

O relato trata da recuperação dos hábitos de consumo anteriores à implantação dos mercados e lojas pela própria Cotrijui, no interior da sua área de atuação. Nos destaques, percebemos dois problemas apontados pela redação: o primeiro, em relação à destinação correta do chamado “lixo inorgânico”, também resultante da mudança de hábitos alimentares, com o consumo de alimentos industrializados e acondicionados em embalagens descartáveis, uma realidade nova tanto nas cidades quanto no interior; o segundo, sobre a necessidade de recuperar a ancestral prática de cultivo em hortas residenciais, num contexto em que as famílias “não consumiam verduras”, hábito caído no esquecimento com a chegada dos supermercados modernos, o que mostra o alcance das mudanças promovidas pela Revolução Verde.

Ao longo deste capítulo, analisamos uma outra fase da evolução do discurso da Cotrijui, destacando elementos que se entrelaçam com as transformações sociais e econômicas ocorridas no Brasil ao longo dos anos 1970-1990. Enfatizamos os impactos socioambientais do desenvolvimento e do progresso, questionando as promessas de futuro que, muitas vezes, ignoraram os custos associados a esse crescimento.

O otimismo percebido nessa segunda fase da Cotrijui exaltava a modernização, as inovações tecnológicas e os novos padrões de consumo, contribuindo para uma narrativa que buscou legitimar práticas que, apesar de impulsionarem a produtividade agrícola, resultaram em desdobramentos negativos, como a degradação ambiental. Essa construção ideológica não apenas destacou os avanços econômicos, mas também minimizou as preocupações legítimas sobre seus efeitos para a sociedade e o meio ambiente, revelando uma certa ingenuidade do discurso cooperativista.

A atuação da Cotrijui contribuiu no processo de incorporação do capitalismo na agricultura brasileira, sintonizada às políticas governamentais e à lógica do capital financeiro. Ao promover uma visão otimista do progresso, o discurso da Cotrijui não abordou as contradições que permeiam o desenvolvimento econômico. Ao invés de ser uma alternativa moralmente superior ao capitalismo, seu discurso e suas ações ajudaram a criar uma interdependência entre a produção agrícola e o consumo que, em muitos casos, exacerbou as desigualdades sociais e os problemas ambientais, ampliando os efeitos negativos da modernização. Ao se alinhar com os interesses das grandes corporações da agricultura, a Cotrijui ajudou na incorporação dos princípios, que, mais tarde, embasaram o modelo do agronegócio brasileiro e esse é o tema do próximo e último capítulo.

#### 4. CRISE E REDEFINIÇÃO DA COTRIJUI

“[...] e o caminho lhe torna-se desconhecido.” (Ovídio)

O estudo da trajetória da Cotrijui revelou uma sucessão de períodos de crescimento, crise e reestruturação. Compreendemos que, ao longo das décadas de 1960 e 1970, a cooperativa vivenciou suas duas primeiras fases de expansão: a primeira, regional e segunda, nacional, impulsionada pelo otimismo do chamado Milagre Econômico brasileiro, resultando na ampliação de sua área de atuação, maior integração social e crescimento socioeconômico.

As mudanças na conjuntura socioeconômica nacional, verificadas nas sucessivas crises da década de 1980, também produziram transformações no discurso e nas ações da Cotrijui. Desde o início dos anos 1990, a Cotrijui passou por uma mudança de paradigma, desencadeando um processo de reestruturação que ficou em evidência no seu reposicionamento estratégico e na incorporação de novos conceitos ao seu discurso oficial, aspectos que examinamos neste capítulo final, que analisa os acontecimentos da terceira fase da Cotrijui: crise e redefinição.

##### 4.1 “Cooperativismo: um sistema endividado”

Demarcamos o início da terceira fase da Cotrijui com a publicação da matéria que intitula este subcapítulo: “Cooperativismo: um sistema endividado” (Cotrijournal, set. 1979, capa). Esta matéria evidenciou algumas das principais características da crise que se abateu sobre a Cotrijui, durante a chamada Década Perdida, entre 1979 e 1989.

A expressão Década Perdida originou-se na América Latina, mais especificamente na década de 1980, e foi cunhada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para descrever o fraco desempenho econômico e a queda do PIB *per capita* em grande parte da região. No Brasil, a crise econômica da década de 1980 foi caracterizada pelo crescimento vertiginoso da dívida externa, déficits fiscais significativos e alta inflação. Em nossa revisão da literatura sobre a Década Perdida no Brasil, dois estudos nos ofereceram subsídios fundamentais – o de Angelico e Lucchesi e o de Modiano. Angelico e Lucchesi (2017) apresentaram um panorama detalhado da hiperinflação, do crescimento da dívida externa e da consequente retração do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, evidenciando os efeitos colaterais da crise sobre as cadeias produtivas e as comunidades rurais e, também, indicando como a crise da dívida rompeu o paradigma nacional-desenvolvimentista. Em Modiano (2014),

a expressão Década Perdida foi empregada para se referir ao período entre 1979-1989, acrescentando a noção de que o Brasil também enfrentou uma desaceleração significativa do crescimento econômico e uma persistente crise inflacionária. Segundo o autor:

A estagnação prolongada, a falta de sucesso no combate à inflação, as incertezas quanto às renegociações externas, o agravamento do desequilíbrio fiscal, as indefinições da política industrial e as ameaças ao capital estrangeiro não criaram um clima propício à retomada do crescimento sustentado na segunda metade da década de 1980 [...]. Por este motivo, a década de 1980 pode ser caracterizada como uma “década perdida” (Modiano, 2014, p. 558).

Analisados em conjunto, esses estudos fundamentaram nossa compreensão da Década Perdida, a partir de uma perspectiva econômica, com consequências duradouras para o desenvolvimento nacional, e ofereceram o referencial teórico para contextualizarmos as dinâmicas de crise e a resposta da Cotrijui.

Os anos 1980 correspondem ao período em que a Cotrijui atingiu o limite do seu crescimento geográfico e social, expandindo-se do sul ao norte do Brasil e chegando à casa das 21 mil famílias associadas. É a fase em que percebemos que fatores externos, como as sucessivas crises econômicas nacionais e internacionais e a diminuição de subsídios para a agricultura, e internos, como o esgotamento da fertilidade da terra, a permanência do modelo de pequena propriedade e o êxodo rural, produziram uma conjuntura de instabilidade que levou a Cotrijui à estagnação no decurso da Década Perdida.

Começamos analisando um conjunto de matérias publicadas na edição de novembro de 1981 do *Cotrijournal* sobre o que se chamou de fim do “Ciclo da soja”:

Figura 40: O fim do ciclo da soja



Cotrijournal, nov. 1981, capa.

No título principal da Figura 40, ficou bastante evidente a mudança de paradigma. “Do estouro dos preços” se refere ao contexto do *boom* da soja, período de supervalorização da soja, impulsionado pela demanda internacional e pelas políticas de incentivo e expansão da fronteira agrícola. Esse momento foi marcado por otimismo, investimentos e crescimento acelerado, analisados nos capítulos anteriores. “À queda no fundo do poço” indica o declínio subsequente, com baixa nos preços, retração econômica, aumento do endividamento rural e desestruturação de cadeias produtivas. Esse contraste apresenta a vulnerabilidade do setor frente às oscilações

do mercado global e à falta de políticas sustentáveis. Ao afirmar que “O tempo de usar veneno à vontade já passou”, logo abaixo da matéria principal, a chamada indica uma mudança nas práticas agrícolas, com maior atenção à regulação, impactos ambientais e saúde pública. Essa mudança coincide com o fim do momento de euforia econômica, indicando que a abundância de recursos não justificava mais práticas irresponsáveis e, por extensão, que o setor começava a ser pressionado por novas exigências sociais e ambientais.

O editorial dessa edição deixou ainda mais clara essa percepção, ao afirmar que, “da época de euforia, [d]o chamado ‘boom’ da soja, que aconteceu na primeira metade dos anos 1970, resta ainda pouca coisa. Hoje, se não caiu no descrédito, a cultura também não é mais vista como salvadora da economia agrícola” (Cotrijornal, nov. 1981, p. 2).

Ainda na capa, as mudanças no discurso cooperativista ficam em evidência na retomada da diversificação, um elemento central no processo de adaptação ao complexo agroindustrial que estava sendo implantado e contrastava, na mesma capa, com a menção à crise do setor do leite. Por fim, a menção às mudanças no setor de crédito agrícola é outro assunto que nitidamente preocupava a direção da Cotrijui e, por extensão, os associados da cooperativa. A escolha das imagens dessa capa é reveladora de várias intencionalidades: na imagem superior, vemos dois agricultores que observam atentamente o quadro de avisos, com preços do dia e preços do mercado futuro da soja, enquanto, na imagem de baixo, vemos uma máquina agrícola borrifando uma densa nuvem de veneno em uma lavoura aparentemente de soja.

Contudo, é no conjunto de artigos publicados entre as páginas 14 e 19 dessa edição que encontramos as passagens mais significativas dessa mudança de percepção. Em um desses artigos, intitulado “Soja: uma história de dependência” e elaborado a partir do “Texto Básico para os Seminários de Administração e Economia Agrícola”, do Centro de Ciências Agrárias da Fidene, o *Cotrijornal* narrou o conjunto das transformações ocorridas na agricultura brasileira entre os anos 1950 e 1980. Além de refletir sobre as origens da soja no Brasil, desde os anos 1920, o artigo analisou os acontecimentos nacionais e internacionais que promoveram a ascensão da soja na agricultura brasileira, bem como as oscilações das políticas de preços nacionais. O artigo manifestou sua concordância com a leitura que a Fidene fez das etapas da modernização, que trouxeram o trigo, a soja, os insumos, as máquinas e a dependência do mercado externo, e divide esse cenário de mudanças em dois estágios, que têm, respectivamente, duas fases. O primeiro estágio, segundo o artigo, vai de 1950 a 1974 e

é o que explica o boom da soja e outras alterações na economia brasileira. Na primeira fase desse estágio, se investe na agricultura moderna, surgem as culturas de exportação, a indústria cresce, os bancos aumentam seus lucros. Isso até por volta de

1968. Na segunda fase do mesmo estágio, de 68 a 74, o produtor começa a colher os resultados desse investimento. Aumenta a euforia com os rendimentos conseguidos com a soja e também se amplia o atrelamento do agricultor aos bancos. Em consequência disso, também cresce o consumo e o produtor passa a comprar, favorecendo quase todas as áreas da indústria e do comércio. A moda e os costumes da cidade invadem a zona rural. O estouro da soja coincide com o chamado "Milagre Brasileiro", a época de crescimento da economia, que se esgota pouco tempo depois (Cotrijornal, nov. 1981, p. 19).

Esse estágio foi analisado nos capítulos anteriores, em que percebemos claramente o alinhamento entre o discurso da Cotrijui e as características do Milagre Econômico, basicamente de euforia e otimismo com o progresso. Já no estágio seguinte, assim argumentou o *Cotrijornal*:

Mas em 74 a coisa começa a mudar, e se inicia o segundo estágio, que tem sua primeira fase até 1980. A diversificação vai sendo proposta, e a monocultura começa a ser desprezada. O governo deixa de conceder tantos estímulos, com dinheiro barato, e exige que o produtor passe a reinvestir seus lucros. Mas tudo também é planejado pelas mesmas áreas financeira e da indústria, para que o produtor continue atrelado, dependendo de crédito e insumos. Caem os preços dos produtos e crescem os preços dos fertilizantes, dos defensivos, das máquinas [...]. O trabalho da Fidene mostra que **o produtor sempre foi o "recheio" do sanduíche que envolve bancos, indústrias de insumos, indústrias de transformação da produção, o comércio**. As indústrias de insumos controlam boa parte dos bancos e seguem com o comando dos demais setores. O que acontece então? O dinheiro que o produtor pegou para aplicar na lavoura sempre, e de qualquer forma, foi parar de novo nas mesmas mãos. O agricultor ficou emaranhado numa rede da qual não consegue se livrar (Cotrijornal, nov. 1981, p. 19, grifo nosso).

Se, no primeiro estágio citado no texto, a expansão da Cotrijui produziu um discurso análogo ao do desenvolvimento econômico, no segundo indicava mudanças em relação ao futuro. No texto, podemos ver que a euforia, manifestada principalmente pela expansão da fronteira agrícola, pela mecanização e pelo aumento do consumo, se transformou em frustração e o otimismo outrora expresso se converteu em um realismo pessimista. Mas a matéria que dá título a este subcapítulo também nos ofereceu uma boa perspectiva do quadro de transformações pelas quais não apenas o sistema cooperativista, mas a sociedade brasileira como um todo, passou na chamada Década Perdida. Na matéria, a Cotrijui publicou uma série de dados que foram discutidos durante os dois dias em que se realizou o 5º Seminário Gaúcho de Cooperativismo, em agosto de 1979, na cidade de Panambi, dentre os quais:

Para cada Cr\$ 1,00 de capital numa cooperativa gaúcha, Cr\$ 4,50, em média, não pertencem a ela e nem aos seus associados. É um dinheiro que ela buscou fora para poder continuar operando no recebimento e comercialização de produtos e na prestação de serviços aos seus associados. É um índice tão alto de endividamento que por si só já justificava toda a discussão em torno de apenas um assunto (Cotrijornal, set. 1979, p. 4).

Esses dados apontavam para a gravidade do endividamento das cooperativas do Rio Grande do Sul. Mas, além de discutirem endividamento e políticas de crédito, os participantes

do Seminário debateram temas como capitalização, provisão interna de recursos financeiros e autonomia financeira, buscando mecanismos que reduzissem a dependência existente em relação aos recursos estatais e ao sistema financeiro privado, o que reforça nossa compreensão de que, na virada da década de 1970 para 1980, a Cotrijui mudou muitos aspectos do seu discurso, embora algumas características da fase anterior ainda estivessem presentes. Uma das propostas levadas à plenária pelo presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), José Ribamar de Mello, foi de que as cooperativas deveriam, gradativamente, assumir o controle acionário daquele banco, integralizando Cr\$ 190 milhões em capital e atingindo, assim, o controle de 46% do Banco, sendo que os 54% restantes tinham o próprio governo federal como acionista (Cotrijornal, set. 1979, p. 4).

Para o presidente da Cotrijui, Ruben Ilgenfritz da Silva, também citado na matéria, o BNCC era um banco que dependia totalmente do governo, mas que tinha pouca relevância para o mesmo governo, pois sequer participava do Conselho Monetário Nacional. Ainda, segundo ele, “se o BNCC não adquirir um peso financeiro maior – o que seria possível no momento em que se tornasse um banco comercial – **resta como alternativa a compra de patente de um banco privado por parte das cooperativas**” (Cotrijornal, set. 1979, p. 4, grifo nosso). O discurso do presidente Ruben indica a permanência da mesma postura combativa com que a Cotrijui se constituiu ao longo da década anterior. Soava contraditória, portanto, a solução proposta para sair da crise de endividamento, indicando a necessidade de se endividar ainda mais para adquirir ações de um banco privado pelas cooperativas, solução muito parecida com aquelas pelas quais a Cotrijui historicamente lidou com seus problemas, especialmente nos anos de crédito subsidiado, tomando a iniciativa e imobilizando recursos em novos patrimônios. A mentalidade do endividamento para a promoção do progresso ainda era presente naquele momento.

Mais sensata parecia ser a opinião do associado João Batista Marchese, de Encantado-RS, ao afirmar que, “no momento em que as cooperativas tiverem dinheiro para comprar um banco, não precisam mais de banco” (Cotrijornal, set. 1979, p. 4), ou seja, a realidade do superendividamento pareceria estar mais clara para o associado, que provavelmente também lidava com suas próprias dívidas contraídas no contexto do Milagre Econômico.

Neste ponto, lembramos novamente do personagem Alfredo, criado por Charles Kiefer, em 1984, na obra *O pêndulo do relógio*. Na ficção, nos deparamos com os dramas individuais vividos pelos pequenos agricultores que não conseguiram acompanhar o ritmo ditado pelo progresso da Revolução Verde. No Capítulo 10, “Insônia”, lemos os pensamentos do

personagem enquanto perde o sono pelas preocupações com suas dívidas que se avolumam:

Ouve o tic-tac do relógio. Conta. O ruído espanta o sono. E se encontrasse um guardado? O pai não falava que os padres das Missões, na fuga, enterraram tesouros naquela região? Muita ironia do destino se o tivessem feito na sua terra. Dizia-se que o Herman encontrara um, recheado de moedas de ouro e pedras de grande valor. Invenção, mentira. Com certeza ele próprio espalhara a falsa notícia. É uma raposa, Alfredo não embarca nessa, ah não. **A fortuna ele conseguiu foi emprestando dinheiro** do banco, aplicando na **compra de mais terras**, fazendo **inovações**, aprendendo com os técnicos da Cooperativa. Enquanto uns se encolhiam, medrosos, foi à luta, cresceu, se expandiu. Acabou devorando os encolhidos. – Alfredo, veja teu vizinho, **derrubou o mato**, está comprando as terras dos teus irmãos, já tem trator, ceifadeira, arado de disco, está enriquecendo, te lembra Alfredo – parece ouvir Alzira zunir outra vez nos seus ouvidos (Kiefer, 1984, p. 31-32).

Ainda que ficcional, esse fragmento representa a maior parte das transformações pelas quais a agricultura brasileira passou ao longo das décadas de 1970 e 1980: o crédito subsidiado, a concentração de terras, a mecanização e a derrubada do mato, que promoveram o enriquecimento de poucos às custas do empobrecimento de muitos. Esse parecia ser o dilema de boa parte dos pequenos agricultores que haviam vivenciado os tempos de euforia, e, agora, amargavam dúvidas em relação ao futuro e às dívidas contraídas em nome do progresso.

Figura 41: A dívida e o drama dos agricultores



Cotrijornal, maio 1987, capa.

Na Figura 41, percebemos várias referências diretas ao discurso da crise. Afinal, a crise da cooperativa também era a crise dos cooperativados e isso fica bem claro quando olhamos para os destaques das edições do *Cotrijornal*, como essa, publicada no final da década de 1980. A chamada principal, no topo da página, é a maior e mais terrível delas, referindo-se aos dramas individuais de milhares de pequenos agricultores endividados. Mas as três chamadas menores igualmente se referem às diferentes formas de percepção da crise que se abatia sobre a economia

agropecuária brasileira. A primeira, sobre a redução da área de trigo, decorrente da indefinição de preços mínimos, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Mato Grosso do Sul. A segunda, que tratava do aumento do preço das máquinas contrariamente à diminuição do preço dos produtos agrícolas. De igual modo, a terceira chamada – sobre o programa de “reflorestamento” –, que defendia a substituição do óleo diesel pela lenha de eucalipto nos secadores de grãos, devido à crise dos preços dos combustíveis.

Embora a chamada principal seja mais atrativa e impactante, em caixa alta no topo da página, as duas chamadas menores fazem uma referência direta à percepção que a Fidene havia construído, em 1981, e que serviu de referência para o *Cotrijornal* redigir um artigo sobre a história de dependência criada pelo *boom* da soja: “Caem os preços dos produtos, e crescem os preços dos fertilizantes, dos defensivos, das máquinas [...]. O trabalho da Fidene mostra que o produtor sempre foi o **‘recheio’ do sanduíche** que envolve bancos, indústrias de insumos, indústrias de transformação da produção, o comércio” (Cotrijornal, nov. 1981, p. 19, grifo nosso). E esse recheio do sanduíche era devorado com voracidade pelo sistema. Vejamos este trecho em que a própria Cotrijui analisa sua posição:

São dois os maus juízos a travar o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. O socialismo radical vê a expansão do cooperativismo como instrumento do fortalecimento do capitalismo, enquanto que o capitalista radical o vê como forma de socializar os meios de produção. **Prensado como sanduíche** entre esses dois enfoques, o sistema vem lutando para sobreviver e crescer, vencendo as barreiras que são impostas com mão de ferro por uma sociedade organizacional acostumada a privatizar os lucros e socializar os prejuízos (Cotrijornal, ago. 1987, p. 23, grifos nossos).

A afirmação é do presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), agrônomo e agropecuarista Roberto Rodrigues, em entrevista para o *Cotrijornal*. Nela, podemos perceber uma característica bastante comum no discurso cooperativista, que atribui a si próprio um caminho alternativo, um meio-termo ao que chamou de radicalismos, tanto do capitalismo quanto do socialismo. A fala do presidente da OCB se baseou na ideia de que, nos últimos 40 anos do século XX, o Brasil vivenciou uma transferência sistemática de recursos da agricultura, considerada por ele o único setor então capitalizado da economia, para impulsionar o desenvolvimento urbano e industrial. Esse fluxo de capital teria subsidiado a estruturação da indústria nacional, sobretudo em sua fase inicial. Tal processo ocorreu por meio do sistema financeiro, que concentrou os benefícios e se tornou o setor mais dinâmico da economia brasileira. Dessa forma, o cooperativismo, como sistema produtivo, estaria “prensado”, por um lado, entre os interesses do capital financeiro e do capital industrial e, por outro, pelos movimentos sociais surgidos no campo, como fenômenos desse mesmo contexto.

A mesma capa que tratou da crise, em maio de 1987, também abordou o tema do movimento de exportações do Terminal Marítimo em Rio Grande:

Para o gerente regional do Grupo Executivo de Movimentação de Safras – GREMOS –, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, o Terminal da Cotrijuí no superporto de Rio Grande é "a garantia da eficiência mais do que comprovada". Carlito Washington Bica, que é engenheiro, diz que o Terminal "Luiz Fogliatto", que foi pioneiro como "terminador de carga" no Rio Grande do Sul, em navios de grande porte, ainda no início da década de 70, continua contribuindo hoje com mais de 80 por cento no carregamento de granéis para exportação. O técnico enalteceu a praticidade do complexo Cotrijuí, no porto, que oferece várias opções aos exportadores. Ressaltou que neste momento os graneleiros estão guardando trigo, soja – própria da cooperativa e de terceiros, inclusive produto do Paraguai – e farelo. E previsto que haverá a movimentação de 1.200 mil toneladas, sendo um milhão de toneladas de soja em grão e 200 mil toneladas de trigo para o Norte e o Nordeste. O engenheiro considera o terminal num estágio que se iguala aos mais eficientes do mundo, em sua categoria (Cotrijornal, maio 1987, p. 10).

A matéria indicava que, talvez, a crise de produção não fosse generalizada, diante da constatação de que o fluxo de exportações de grãos pelo Terminal continuava bom, mas se impunha especialmente aos pequenos agricultores, que eram uma das bases produtivas da Cotrijui. A matéria relatava as condições técnicas do porto, que estava se aproximando dos 15 anos de operações e continuava sendo uma referência nas exportações da região Sul, inclusive de soja oriunda do Paraguai.

Mas essa fatura – que parecia evidenciar um bom momento do terminal graneleiro e da agricultura de modo geral – também revelava as contradições presentes no discurso cooperativista. No trecho que segue, recortado do editorial da mesma edição de maio de 1987, percebemos algumas das preocupações que a Cotrijui passou a manifestar em relação à condição vivida por seus associados:

Os agricultores gaúchos vivem momentos que fogem a situações constringedoras para tornarem-se dramáticas. Em Tenente Portela, Miraguaí e região, uma gleba de agricultores assiste ao leilão de seus bens para pagamento de suas dívidas. Entre os objetos leiloados, alguns de uso pessoal e doméstico, como panelas, chaleiras, travesseiros, talheres, colchões, acolchoados, entre outros. Além destes objetos, eles também estão perdendo seus instrumentos necessários para o trabalho na lavoura, como juntas de bois, cavalos, tratores, plantadeiras, arados. A causa dessa falência fica por conta do **endividamento generalizado** e que tem como **pano de fundo a alta dos juros cobrados pelo dinheiro pego para continuar produzindo**. A situação destes pequenos agricultores de Miraguaí e Tenente Portela é apenas mais dramática do que a situação dos agricultores gaúchos de um modo geral. Acossados pelas dívidas, pela correção monetária, muitos deles já começam a vender as terras para se verem livres das contas. Quem sai perdendo com toda essa situação é a própria agricultura. A cada dia mais e mais agricultores deixam o campo à procura de empregos nas cidades (Cotrijornal, maio 1987, p. 2, grifos nossos).

Esse trecho apresenta uma narrativa preocupante sobre a crise enfrentada pelos agricultores da região da Cotrijui, especialmente nos municípios de Miraguaí e Tenente Portela.

Utiliza de um tom dramático e rico em detalhes para evidenciar a gravidade da crise rural, partindo de situações constrangedoras causadas pelo superendividamento, com vistas a enfatizar o impacto econômico e social da perda de bens essenciais. O trecho aponta a alta dos juros e o endividamento generalizado como causas principais da crise, destacando que a dificuldade financeira afeta diretamente não só as famílias, mas o setor agrícola em geral. Há uma abordagem crítica sobre as consequências do sistema econômico e as dificuldades que pequenos produtores enfrentam para manter suas atividades. A narrativa aponta o movimento de êxodo rural como resultado do endividamento dos agricultores que vendem suas terras e migram para as cidades em busca de emprego. Esse deslocamento impacta tanto a identidade rural quanto a economia agrícola, pois menos pessoas permanecem no campo para produzir, gerando aumento da concentração de terras e, conseqüentemente, aumento da produtividade, o que explicaria a normalidade das operações do terminal graneleiro da Cotrijui em Rio Grande.

A frequência com que a crise passou a aparecer no discurso da Cotrijui havia começado há alguns anos. Ainda em seu começo, na década de 1970, o *Cotrijornal* mencionava os efeitos da crise do petróleo causada pelas movimentações políticas da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1973. Em 1975, lemos a primeira crônica de Luis Fernando Verissimo no *Cotrijornal* questionando o “caráter salvador” da soja em função da crise do petróleo – tudo podia ser feito da soja, menos combustível, concluía sua reflexão (Cotrijornal, maio 1975, p. 9). Em outubro de 1975, o então ministro da Fazenda, Mário Simonsen, citado pelo editorial do *Cotrijornal*, destacou que, “**num mundo ameaçado pela crise [...], o Brasil desponta como um dos raros países que, como seus vastos espaços vazios, oferece maiores possibilidades de expansão agropecuária**” (Cotrijornal, out. 1975, p. 2, grifos nossos). Naquele contexto, a crise a que se referia o Ministro era a crise energética, iniciada com o bloqueio da OPEP em 1973. Na mesma edição, a matéria intitulada “Alimentos como arma política?” explicitou os seguintes argumentos:

Despacho procedente de Washington, datado de 8 de setembro, informou que o senador James Weaver sugeriu que as colheitas norte-americanas de cereais passem a ser usadas da mesma maneira que o petróleo árabe. Isto é, como elementos de pressão política [...]. Segundo o senador, que representa o Estado do Oregon, o país produtor de cereais “tem o direito de impor condições semelhantes às usadas por aqueles que detêm matérias-primas vitais”, como é o caso do petróleo. Para James Weaver, tal “instrumento de política” deverá ser uma espécie de junta de cerealistas que controlaria as exportações (Cotrijornal, out. 1975, p. 3).

Podemos ver que o argumento do senador estadunidense, citado pelo *Cotrijornal*, era utilizar a produção de alimentos do seu país como um arma de dissuasão na guerra dos combustíveis, atuando de forma a proteger a economia nacional, principalmente no controle das

exportações. A publicação dessa matéria pela redação indica que a Cotrijui compartilhava posicionamentos semelhantes quanto ao protecionismo da economia nacional brasileira diante da crise de combustíveis. Na edição seguinte, de novembro de 1975, o *Cotrijornal* ainda insistiu no assunto, tratando do novo acordo entre os EUA e a URSS para a permuta entre o trigo estadunidense e o petróleo soviético. Convém lembrarmos que, em 1975, a relação política entre os Estados Unidos e a União Soviética estava em um momento de relativa distensão, um período conhecido como *Détente*. Essa fase, que começou no final dos anos 1960 e se estendeu até o fim da década de 1970, foi marcada por uma tentativa de reduzir as tensões da Guerra Fria entre as duas superpotências.

Em agosto de 1979, no entanto, o problema dos combustíveis reapareceu, numa segunda crise do petróleo, também chamada de Segundo Choque do Petróleo, ocorrida durante a crise política que se seguiu no Irã após a deposição do Xá Reza Pahlevi. A instabilidade atingiu a produção petrolífera daquele país, que era um dos maiores produtores de petróleo do mundo, reduzindo a produção e pressionando o mercado internacional do produto. O choque foi mais duradouro que o primeiro, de 1973, e os preços do petróleo só começaram a se estabilizar em meados da década de 1980. A capa da edição do *Cotrijornal* de agosto de 1979 é bastante emblemática nesse sentido:

Figura 42: Crise do petróleo de 1979



Fonte: Cotrijornal, agosto de 1979, capa.

Na Figura 42, vemos uma representação gráfica de um gênio da lâmpada saindo dos barris de petróleo, mas que também lembra uma figura demoníaca, nos levando a concluir que poderia se referir tanto ao próprio petróleo, apontado pelo mundo ocidental como causador da crise, quanto aos representantes dos países-membros da OPEP. Ao representar o Segundo Choque do Petróleo com um gênio demoníaco emergindo de barris de petróleo, a charge evoca uma simbologia que remete ao imaginário estereotipado do Oriente. O Gênio da Lâmpada é uma figura frequentemente associada ao folclore árabe e às narrativas ocidentais sobre o

misticismo oriental, sendo uma típica representação do que Edward Said chamou de orientalismo, onde o Oriente é reduzido a estereótipos que simplificam e distorcem culturas complexas (Zanoni, 2023, p. 106). Em outros termos, a charge do *Cotrijornal* empregou uma linguagem visual que, intencionalmente ou não, reforçou a ideia de um Oriente ameaçador para explicar a complexidade da Crise do Petróleo.

Salientamos que charges e caricaturas, especialmente em contextos jornalísticos, tendem a utilizar imagens impactantes e estereotipadas para transmitir uma mensagem de forma imediata e satírica. Por isso, mesmo que o intuito principal da charge fosse o de criticar ou comentar o impacto econômico e político do Choque do Petróleo, o emprego dessa iconografia orientalista acaba por reproduzir elementos de uma visão tradicionalmente ocidentalizada do Oriente. Segundo Zanoni, “a imprensa, inclinada a este conteúdo, potencializa esses discursos estigmatizantes e rotuladores sobre o islâmico ou muçulmano, atribuindo o caráter das guerras e dos conflitos como oriundos apenas das práticas locais, naturalizando e banalizando a violência com mote religioso” (2023, p. 120). Essa prática, comum na imprensa da época, evidencia como narrativas simplificadas podem moldar a percepção de eventos históricos e culturais de maneira reducionista.

A dependência do petróleo ficou ainda mais evidente no editorial da mesma edição de agosto de 1979, em que se mencionou a criação da Comissão Nacional de Energia (CNE) e a chamada de uma “economia de guerra”, em rede nacional, pelo presidente Figueiredo: “Até que o Brasil se deu conta, depois de um aparecimento cheio de estardalhaço do presidente João Baptista Figueiredo nas rádios e televisões de tudo quanto é canto do Brasil, em plenas 10 horas da manhã, para anunciar que hoje o regime é de **economia de guerra**” (Cotrijornal, ago. 1979, p. 2, grifo nosso). O editorial adotou um tom bastante crítico, indicando que o considerava um atraso do Brasil na adoção de medidas para mitigar a dependência do seu setor energético. Dados da matéria indicavam que a importação de petróleo havia custado ao Brasil cerca de 7 bilhões de dólares no ano de 1979, elevando o prejuízo total para 16 bilhões de dólares. A agricultura, embora consumisse apenas 2,5% da energia no país, sofria com cortes de combustível, com medidas consideradas excessivamente severas (Cotrijornal, ago. 1979, p. 2).

Na agricultura, havia enormes dificuldades em adaptar rapidamente as fontes de energia, como a substituição de secadores a óleo, devido à falta de dinheiro e tempo. O carvão nacional apresentava problemas de qualidade e transporte, enquanto a lenha surgia como alternativa, mas requeria a implantação de monocultivos de árvores imediatamente, o que nos possibilita compreender melhor a intencionalidade dos projetos de “reflorestamento” propostos

pela Cotrijui, como aquele da capa da edição de maio de 1987 (Figura 39), e que estavam ligados ao discurso de enfrentamento da crise – a tanto a energética, quanto a econômica –, uma vez que a diversificação passou a ser novamente um ponto central do discurso.

Ainda na opinião do jornal, a agricultura poderia ter substituído suas fontes de energia em poucos anos, se tivesse havido um esforço desde o início da crise do petróleo em 1973. Os aumentos nos preços do óleo diesel impactaram os custos das safras e passaram a preocupar a Cotrijui, como vemos nesse fragmento:

O Brasil levou seis anos para descobrir que o mundo estava vivendo uma época de crise de energia. Seis anos para começar a pensar mais profundamente em medidas que deveriam ser adotadas para reduzir o consumo de petróleo. Seis anos **para se dar conta de que o petróleo vai acabar** e que de nada adianta fazer de conta que nada mudou, ficar incentivando a produção e consumo de automóveis, **subsidiando o óleo diesel, construindo rodovias**, etc., antes de procurar viabilizar fontes alternativas de energia (Cotrijornal, ago. 1979, p. 2, grifos nossos).

Nessa matéria, vemos que a própria crise do petróleo passou a ser vista sob diferentes perspectivas. Foi a primeira matéria a associar diretamente a crise dos combustíveis e seus impactos na agricultura com as críticas aos países árabes contrastando com a necessidade de um preço justo pelo petróleo, um recurso que, inclusive, passou a ser considerado finito pela Cotrijui, indicando outra mudança importante no discurso, conforme vimos no editorial. Também foi a primeira matéria a tratar do assunto de forma crítica, inclusive acusando a existência de conchavos na CNE, quando afirmava que: “‘Afinal’, [perguntam eles] o que está fazendo um representante da indústria automobilística (Mário Garnero, diretor jurídico da Volkswagen), que é multinacional, numa comissão que envolve questões de segurança nacional?” (Cotrijornal, ago. 1979, p. 4). Grifamos alguns trechos do editorial em que retomamos nossa linha de argumentação: primeiro, do ponto de vista ambiental, na percepção cada vez mais presente no discurso da Cotrijui a partir da década de 1980, de que os recursos naturais são esgotáveis, com o editorial de agosto de 1979 chegando a advertir que “Eles [o governo federal] sabem, e também todo mundo, que o chamado ‘ouro negro’ estará com suas reservas esgotadas até o ano 2020” (Cotrijornal, ago. 1979, p. 2); e, segundo, a percepção de que a era política do subsídio havia acabado.

A mudança de perspectiva também pode ser resumida a partir dos jargões políticos utilizados pelo *Cotrijornal* para expressar a sua compreensão da realidade. Assim, se na narrativa institucional da Cotrijui, na fase anterior, do Milagre Econômico, governar era “abrir estradas”, durante a Década Perdida dos anos 1980, governar passou a ter o sentido registrado pelo discurso do presidente Figueiredo sobre a “economia de guerra” (Cotrijornal, ago. 1979,

p. 2), em uma dramática mudança de perspectiva do discurso da Cotrijui.

Também a indústria de máquinas enfrentou, desde o final dos anos 1970, restrições de crédito impostas pelo governo, dificultando o acesso a financiamentos para a compra de máquinas e implementos agrícolas e resultando em uma queda significativa da demanda. No início dos anos 1980, a indústria de máquinas agrícolas chegou a um ponto de saturação, com excesso de máquinas disponíveis, levando a uma estagnação nas vendas, uma vez que muitos produtores possuíam o equipamento necessário. Paradoxalmente, as melhorias implementadas na década do *boom* da soja geraram um aumento dos custos de produção, que afetou os produtores e levou a uma diminuição de rentabilidade na agricultura, tornando o investimento em novas máquinas mais difícil, especialmente para os pequenos agricultores. O editorial da edição de março de 1980 assim tratou do assunto:

O Brasil optou por um modelo agrícola errado. Ele é errado, obviamente, para a agricultura, mas é o ideal para outros setores. É um modelo que beneficia as multinacionais, pois afinal são elas que detêm os insumos que a pesquisa recomenda que sejam utilizados nas nossas lavouras. E este tipo de pesquisa serve a quem? É possível, num país como o Brasil, que tem terra até não acabar mais, se conviver com graves conflitos de terra, com a situação angustiante dos minifúndios, enquanto milhões de hectares de terras brasileiras são de propriedade de estrangeiros? (Cotrijornal, mar. 1980, p. 2).

A matéria registra a insatisfação das cooperativas empresariais e seus associados, bem como de muitos empresários do setor industrial que expressaram sua frustração com o descumprimento das promessas do governo de redirecionamento da política de crédito em apoio ao setor agrícola. O editorial continua:

Não está tão distante, mas já pertence ao passado a época de euforia das máquinas agrícolas. Se fazia até fila nas revendas esperando o dia em que os caminhões desembarcassem o trator ou a colheitadeira encomendada há tempos. **Era o que se entendia por progresso que estava chegando na colônia, facilitando a vida, economizando tempo e trabalho.** Hoje, passados pouco menos de 10 anos, a situação é bem outra. As filas podem até continuar, mas não mais nas revendas de máquinas agrícolas e sim nas carteiras de crédito rural dos bancos. Não há mais dinheiro para comprar as máquinas, e dinheiro à vista são poucos os que têm para pagar o preço cobrado por um trator, uma colheitadeira, semeadeira ou arado, que tiveram seus valores reajustados em até 2.500 por cento de 1978 até agora [1980]. A mecanização, hoje, vive um momento de retração. Os empresários se queixam e vivem na esperança de que volte a acontecer o mesmo pique de alguns anos atrás. Mas isto será bom? **Agora se vê que junto com a mecanização se alargaram os problemas sociais no campo e muita gente foi expulsa da roça porque a máquina se mostrou capaz de fazer o serviço de muito homem** (Cotrijornal, mar. 1982, p. 2, grifos nossos).

Vemos, no texto, que as políticas de combate à inflação – do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 – retiraram subsídios do setor rural, ao aumentarem os juros e limitarem o crédito, afetando seriamente a capacidade de investimento. O texto é um testemunho do

desencantamento com aquele ideal de progresso amplamente difundido pelo mesmo jornal na década anterior. É a constatação dos sujeitos da cooperativa de que a mecanização implementada na Revolução Verde ampliou os problemas a que visavam resolver, quais sejam a concentração de terras e o êxodo rural, na substituição do trabalho humano pela máquina. Fica evidenciado no discurso desse editorial o drama vivido pelo fim dos subsídios, outro aspecto que passou a permear com frequência o discurso da Cotrijui. Trata-se de uma realidade percebida no começo do segundo estágio, como vimos na matéria “Soja: uma história de dependência”. Nela encontramos esta opinião do engenheiro agrônomo da Cotrijui, Renato Borges de Medeiros:

O conhecimento técnico já existe, além de todo saber acumulado pelos próprios produtores durante gerações e gerações. Mas o **modelo agrícola do país, que induz a uma exploração irracional da terra** – com duas culturas anuais e um sistema intenso de cultivo – tem impedido que o solo seja tratado de uma maneira adequada [...]. **‘O milagre acabou’**, disse o Renato (Borges de Medeiros), ‘e ele só serviu para privilegiar tecnologias seletivas, que brindaram apenas alguns produtores’. O processo de modernização aconteceu de uma forma muito rápida, **‘através de um botão mágico que foi o crédito**, direcionado para as grandes culturas e para os grandes produtores: um por cento dos produtores brasileiros ficam com 38,2 por cento de todo crédito agrícola’ (Cotrijornal, out. 1983, p. 19, grifos nossos).

Aqui nos deparamos com outro jargão político que foi alterado para expressar a compreensão da realidade dos anos 1980: o Milagre Econômico dos anos 1970 foi ressignificado na emblemática frase “O milagre acabou”, de Renato Borges de Medeiros. A expressão Milagre Econômico foi amplamente utilizada por economistas, políticos e pela mídia brasileira para descrever o período de crescimento acelerado da economia. No Brasil, ela se popularizou na Ditadura Militar, durante o governo de Emílio Médici (1969-1974), quando o país registrou altas taxas de crescimento econômico. O conceito foi usado em outros contextos internacionais, como o “Milagre Econômico Alemão”, após a Segunda Guerra Mundial, e o “Milagre Japonês” no pós-guerra, sempre para destacar momentos de expansão econômica rápida e significativa após um evento traumático. Por isso, a expressão serve como uma metáfora para descrever de forma figurada o crescimento acelerado da economia como um evento extraordinário ou sobrenatural. É uma metáfora poderosa que sugere um encantamento sobre os personagens reais do cenário agropecuário brasileiro. Contudo, o fim dos subsídios e os ciclos de crises ocorridos na década de 1980 fizeram com que o encantamento acabasse.

Em outros momentos da pesquisa, havíamos percebido a existência de discursos com abordagem semelhante no *Cotrijornal*, fazendo críticas mais severas ao modelo de modernização colocado em prática no Brasil. Contudo, em geral eram publicados na forma de artigos assinados, na seção de opinião e que, portanto, não emitiam o ponto de vista da Cotrijui.

Mas o artigo “Soja: uma história de dependência” (Cotrijornal, nov. 1981, p. 19) era assinado pela edição do jornal, o que indica uma mudança de postura tanto dos editores do jornal quanto da Direção da própria Cotrijui, que certamente ratificava as publicações. Afinal, foi apenas no decorrer da década de 1980 que os efeitos da crise se tornaram mais evidentes, passando a ocupar um grande espaço das pautas do *Cotrijornal*, com a sistemática veiculação de ataques à série de planos econômicos que tentaram, sem sucesso, estabilizar a economia brasileira no turbulento cenário político nacional e internacional.

Figura 43: Brasil, o país do pacote



Fonte: Cotrijornal, jun. 1983, capa.

Muitas capas estamparam, com letras garrafais e, às vezes, ironia, esse cenário da crise, como essa da Figura 43. A edição deu destaque especial para “ O País do pacote”, exagerando as características para provocar a reflexão e o engajamento do público. A charge combina elementos visuais e textuais, como o termo “encalhado”, no pacote abandonado à esquerda da imagem e, “para a agricultura”, naquele que vai no carrinho do carregador que o busca com uma expressão apática, criando um impacto maior ao unir linguagem verbal e não verbal. A ironia, nesse contexto, repousa sobre os rastros deixados no chão, produzidos pelo constante vai e vem dos “pacotes” da economia brasileira do período.

Assim dizia a chamada textual da matéria:

O mais novo pacote anunciado pelo Governo, no início de junho, trouxe várias medidas que atingem diretamente a agricultura. A de maior peso provoca uma nova alteração no crédito rural, que teve **mais uma vez reduzidos seus subsídios**. [...] As lideranças rurais repudiam o conteúdo do novo pacote, que alterou pela quinta vez desde 1979 as regras do jogo para a agricultura (Cotrijornal, jun. 1983, capa, grifo nosso).

A reclamação da capa refere-se, principalmente, à retirada dos subsídios. Mas o que parece incomodar mais são as incertezas diante dos cenários futuros. A reivindicação das “lideranças rurais” em relação à redução dos subsídios passou a ser frequentemente abordada pelas matérias de capa do Cotrijornal.

Quadro 6 – Capas com menção direta aos pacotes e crises no Cotrijornal

<b>Crise</b> de energia: como sair desta?	Ago. 1979
Cooperativismo: um sistema <b>endividado</b>	Set. 1979
Quem ganhou? O certo é que não foi o agricultor: novo <b>pacote</b> do governo	Jan. 1980
Pecuária: passada a <b>crise</b> , volta a aftosa	Jun. 1980
O porco numa baita enrascada: <b>crise</b> na suinocultura	Out. 1980
Do estouro dos preços à queda no <b>fundo do poço</b>	Nov. 1981
O absurdo da <b>crise</b> do leite	Nov. 1981
Leite: um movimento como resposta à <b>crise</b>	Jan. 1982
A <b>crise</b> das máquinas: em ponto-morto	Mar. 1982
Agricultura em <b>crise</b> : a hora de parar para pensar	Set. 1982
O estudo da natureza da <b>crise</b> nas cooperativas	Nov. 1982
Uma nova atividade em tempos de <b>crise</b>	Jan. 1983

O país do <b>pacote</b>	Jun. 1983
Leite: até onde vai a <b>crise</b>	Mai 1984
<b>Pacote</b> : arrancada lenta	Mai 1986
Um pacote cheio de remendos	Jun. 1986
Metas: o que há dentro do novo <b>pacote</b> ?	Set. 1986
<b>Pacote</b> : mudanças no crédito rural	Abr. 1987
<b>Crise</b> : o porco só paga o que come	Fev. 1988
Mais um <b>pacote</b> para a agricultura	Ago. 1988
<b>Pacote</b> agrícola: incentivo aos produtos básicos	Ago. 1990
<b>Pacote</b> agrícola: o desafio de continuar produzindo	Jul. 1991

Fonte: Cotrijornal, ago. 1979-jul. 1991, capas, grifos nossos.

O Quadro 6 lista os títulos das matérias de capa, entre janeiro de 1980 e julho de 1991, grifando termos como “pacotes” e “crises”, que estiveram em destaque em pelo menos 20 capas do Cotrijornal, explicitando a constatação das mudanças no discurso da Cotrijui nesse segundo estágio da modernização, com a adoção de um tom mais crítico em relação ao contexto político e econômico nacional. Não apenas mais crítico, mas também muito mais pessimista em relação ao futuro, passando a registrar com muito mais frequência a insatisfação das lideranças rurais, com títulos e frases que questionavam tanto as ações passadas quanto o próprio futuro do setor de negócios agrícolas. Somam-se a isso as críticas aos planos econômicos, às oscilações cambiais, à questão agrária e à dependência do petróleo. Assim, a persistência desse cenário de crise acompanhou o *Cotrijornal* até o seu fim, em 1994.

Figura 44: Estágios de expansão e retração dos negócios da agricultura brasileira



Fonte: Cotrijornal, nov. 1981, p. 19.

Na Figura 44, vemos uma história em quadrinhos que resume todo o movimento de

expansão e retração dos negócios em torno da agricultura brasileira. No primeiro quadro, situado na parte superior, vemos uma representação do primeiro estágio de implantação do modelo de negócios agropecuários, baseado em subsídios para modernização, euforia e aumento do consumo. O personagem central é um agricultor, que apresenta feições de satisfação e tranquilidade com seus novos dispositivos tecnológicos, como tratores, geladeiras, televisores e alimentos industrializados. Na parte inferior do quadro, vemos o segundo estágio, que começa com a mudança das feições do personagem, ao lado do seu trator danificado e sem manutenção, e de uma enchada, indicando a necessidade de retomar velhas práticas agrícolas esquecidas no período da modernização. A satisfação e a tranquilidade dão lugar à reflexão sobre a necessidade de voltar à diversificação de culturas, abandonando a euforia do binômio soja-trigo. O quadro termina com o agricultor rodeado de produtos agropecuários, como sacos de grãos e animais de criação, sendo observado de perto por um segundo personagem, cujos traços corporais parecem ser uma ode à abundância, usando terno e com um sorriso largo e satisfeito, possivelmente representando os empresários do setor agroindustrial, que é objeto do nosso próximo e último subcapítulo.

#### 4.2 “Agribusiness: o maior negócio do país”

O título deste subcapítulo foi publicado no *Cotrijornal*, em setembro de 1991 (p. 3). Sua escolha como subtítulo se deve à dois fatores: primeiro, por ser a primeira citação direta e objetiva ao *agribusiness*<sup>4</sup> no *Cotrijornal*; e segundo, por demarcar cronologicamente o início da última etapa da pesquisa, com o que consideramos a redefinição da estrutura de negócios da Cotrijui, dentro de um novo paradigma agroindustrial, e à qual atribuímos um processo de ressignificação do próprio conceito de cooperativismo empresarial.

O conceito de *agribusiness* foi criado por Davis e Goldberg em 1957, para se referir ao que consideravam um objeto complexo, descentralizado, multifacetado e difícil de ser visualizado em sua totalidade (1957, p. 10). Em seu livro, relataram a criação de inúmeras organizações de comércio de mercadorias agrícolas, as quais chamaram *commodities*, além de órgãos governamentais específicos para tratar das questões do *agribusiness*, como comitês legislativos específicos, semelhantes ao que conhecemos atualmente no Brasil como a bancada ruralista, além de todo um sistema educacional baseado em escolas de negócios e agricultura.

---

<sup>4</sup> Mantivemos o conceito original, sem tradução, pois, em todas as suas ocorrências ao longo das últimas edições do *Cotrijornal*, essa foi a forma como ele foi apresentado ao público leitor, em sua versão em inglês e não na versão aportuguesada conhecida atualmente por “agronegócio”.

Em suas palavras:

O agribusiness moderno é o resultado de uma combinação de forças que atuam ativamente há um século e meio e com raízes ainda mais profundas na história. Em nenhum sentido é o resultado de um plano ou projeto preconcebido sendo levado a cabo. Em vez disso, é o produto de um complexo de forças evolutivas que atuam mais ou menos espontaneamente, sem orientação ou direção central. De fato, o desenvolvimento do agribusiness foi tão gradual que os estudantes de agricultura e negócios falharam em reconhecer sua importância. [...] hoje o agribusiness existe em um vasto composto de entidades, funções e operações descentralizadas relacionadas a alimentos e fibras (Davis; Goldberg, 1957, p. 6, tradução livre).

O *agribusiness* surgiu, portanto, como uma nova força política e econômica que passou a ditar os rumos do desenvolvimento das sociedades ocidentais, na medida em que seu discurso adquiriu consistência e passou a orientar ideologicamente todos os setores produtivos envolvidos em seus negócios. Em 1957, a constatação de que a produção estadunidense de alimentos e fibras vegetais estava mudando rapidamente, alguns segmentos mais acelerados, outros mais devagar, levou os autores a apontar os seguintes fatores: 1- o rápido crescimento populacional (*baby-boom*), que levou ao desenvolvimento de mercados e forçou a expansão da produção agrícola nas décadas de 1940-1950; 2- o rápido crescimento dos custos de produção sem o adequado desenvolvimento das políticas de preço dos produtos agrícolas; 3- a necessidade de ampliação da eficiência produtiva, expandindo as áreas agricultáveis, bem como o tamanho médio das propriedades, o que entrou em choque com a permanência de milhões de famílias em pequena produção; 4- a necessidade de melhorar habilidades, conhecimento técnico e gerenciamento, no que se chamou mais tarde de Revolução Verde; e, por fim, 5- a formulação de políticas públicas para o benefício deste setor e, com isso, da própria economia nacional (Davis; Goldberg, 1957, p. 4).

Analisando como o agronegócio no Brasil tem raízes e conexões com o *agribusiness* estadunidense, Grynszpan desmistificou a ideia de que ele surgiu sozinho. Para ele:

A ideia de agribusiness, que antes circulava em comunicações internas, restritas, entre a IBEC e a Agroceres, foi ganhando dimensão pública e fôlego ao longo dos anos 1980, sendo apropriada por uma parcela do empresariado rural que passou a disputar posições hegemônicas com antigas lideranças do setor, que estavam à frente de entidades mais tradicionais, como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Um nome importante nessas disputas foi o do agrônomo Roberto Rodrigues. Produtor de cana no Estado de São Paulo, Roberto Rodrigues ganhou visibilidade à frente do movimento cooperativista, chegando à presidência da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em meados dos anos 1980. Seu nome ganhou projeção nacional também nesse período, sobretudo com a criação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, em 1986 (2012, p. 142).

O autor destaca, ainda, que os processos históricos, as trajetórias e debates que

ajudaram o *agribusiness* a se consolidar no Brasil, mostrando que não é apenas uma entidade isolada, mas sim o resultado de redes institucionais e individuais que atravessam fronteiras. Portanto, o uso sistemático do termo no Brasil é relativamente recente, expandindo-se principalmente a partir da década de 1990, mas possui um ponto em comum com o próprio cooperativismo, uma vez que a própria OCB participou ativamente da criação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FA). Sobre isso, o próprio presidente da OCB falou ao Cotrijornal em 1987:

O que fez a Frente Ampla surgir foi a sensação de desunião da agricultura e a falta de representatividade, reclamada pelo próprio setor sindical. Roberto disse já ter discutido esse assunto com o Flávio Menezes (presidente da Sociedade Rural Brasileira); com Ary Marimon (presidente da Farsul) e com Antonio Ernesto Salvo (presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais), e todos concordam que o produtor rural precisa politizar-se e profissionalizar-se mais (Cotrijornal, ago. 1987, p. 23).

A FA teve um papel central na articulação política do setor agropecuário e na consolidação do *agribusiness* no Brasil. Sua criação, em 1986, visava reunir entidades patronais rurais e outros setores relacionados ao nascente agronegócio brasileiro, com o objetivo de influenciar a proposição de políticas públicas e a construção de uma nova institucionalidade após o regime militar, especialmente na elaboração da nova Constituição. Roberto Rodrigues, que foi secretário da Frente, atuou como articulador e promoveu negociações e ações que projetaram o agronegócio brasileiro no cenário nacional e internacional (Grynszpan, 2012, p. 142). Assim, a Frente funcionou como uma força unificadora e interlocutora do setor, buscando incorporar a imagem moderna e internacionalizada do *agribusiness*, além de estabelecer uma influência política relevante na definição de políticas rurais e econômicas no período de transição democrática. Para o autor:

A partir da década de 1990, *agribusiness*, mais do que uma noção, um conceito, passou a ser uma categoria de aglutinação e de identificação de agentes e instituições diversos, com porta-vozes e órgãos de representação próprios. O trabalho de imposição do termo foi parte do processo de constituição do grupo que buscava definir. Em 1993, foi criada a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), presidida por Ney Bittencourt de Araújo (Grynszpan, 2012, p. 143).

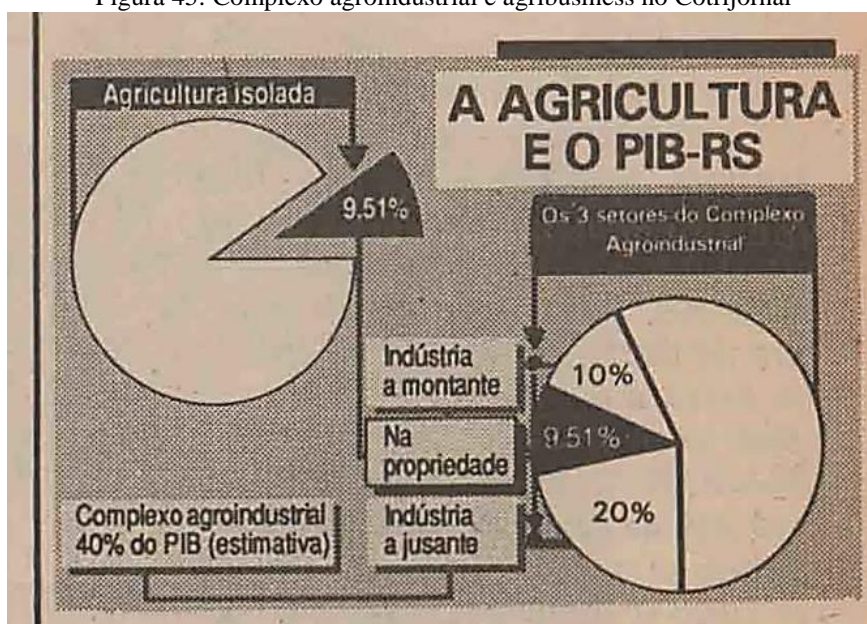
Ney Bittencourt foi o fundador da ABAG e era proprietário da Agrocere, grande empresa do ramo do *agribusiness*, fundada no Brasil em 1945, e que revolucionou o mercado de sementes no país ao desenvolver as primeiras variedades híbridas de milho. A Agrocere é uma empresa que esteve com frequência anunciando seus produtos no *Cotrijornal*.

Da mesma forma que no discurso da Cotrijui, foi apenas em 1991 que lemos o conceito de *agribusiness*, pela primeira vez, no discurso da Fecotrigo, pelo menos no *Cotrijornal*:

‘Mobilização do Complexo Agroindustrial’ é o título dado à recente proposta lançada pela Fecotriço, com o objetivo de aglutinar todos os segmentos que participam do maior setor econômico e social do País, o chamado “agribusiness” [...]. Sem pretender reagir à crise com choro, a proposta da Fecotriço quer demonstrar a importância econômica desse complexo rural, muitas vezes entendido erroneamente como entidades desagregadas e de pouca participação no PIB nacional. **A agricultura, compreendida pelo prisma moderno do "agribusiness", influi em mais de 40 por cento da economia, constituindo-se hoje no maior negócio do País** (Cotrijornal, set. 1991, p. 3, grifo nosso).

A Fecotriço é uma entidade criada para representar as cooperativas empresariais sul-rio-grandenses. Nesse recorte, fica em evidência uma das características citadas, por Davis e Goldberg, que é a formulação de políticas públicas para o benefício do setor e, com isso, da própria economia nacional (Davis; Goldberg, 1957, p. 4). No rodapé dessa mesma matéria, encontramos um gráfico que apresentou as conclusões da redação.

Figura 45: Complexo agroindustrial e agribusiness no Cotrijornal



Fonte: Cotrijornal, set. 1991, p. 3.

Os dados da Figura 45 indicam a visão da Fecotriço para a relevância com que entendia a agricultura dentro do chamado “complexo agroindustrial”, considerando o *agribusiness* como a soma dos produtos de todos os segmentos ligados à produção agropecuária, antes e depois da propriedade, representando tanto a indústria a montante – antes da propriedade –, quanto a jusante – depois da propriedade. Na edição de nov./dez. de 1991, um artigo de opinião, publicado pela professora do curso de Administração da Unijuí Lurdes Marlene Froemming, no *Cotrijornal*, detalhou a forma como a literatura agroempresarial brasileira entendia, naquele contexto, tanto o conceito de *out-off-farm*, quanto o próprio conceito de *agribusiness*, citando,

inclusive, o trabalho de Davis e Goldberg como referência. O texto abordou a realização do V Congresso Brasileiro de Marketing Rural, tratando como aspecto central a

mudança do foco do Marketing Rural. O estudo do Marketing Rural no Brasil iniciou voltado à perspectiva do agricultor, do **homem do campo como consumidor potencial, como um adquirente, ou seja, um público-alvo potencial de ações de marketing** [...]. Ampliou-se, portanto, o foco de Marketing Rural, abrangendo agora, além do próprio produtor rural, os segmentos estruturados em relação a este. Ou seja, como se convencionava chamar em Marketing Rural, estavam representados os segmentos de **ANTES, DENTRO e DEPOIS da porteira da propriedade rural** [...]. O segundo aspecto importante a ser mencionado é o da **passagem da ‘era da agricultura’ para a ‘era do agribusiness’**. Este conceito engloba todas as atividades ANTES, DENTRO e DEPOIS da porteira da fazenda que envolvam originariamente produtos de origem animal ou vegetal, destacando os três agregados primários formados por: Suprimentos Agrícolas, Agricultura e Processamento e Distribuição [...]. Hoje, no Brasil, **a soma das funções ligadas à agricultura, realizadas FORA da fazenda, são consideravelmente maiores que o total das operações realizadas DENTRO da fazenda**. Estima-se que no Brasil o total das operações ligadas ao sistema agropecuário tenha a seguinte distribuição, 8 por cento de bens e serviços dirigidos ao mercado rural, antes da fazenda; 32 por cento de produção agropecuária propriamente dita e 60 por cento depois da porteira da fazenda. Estes dados são do Complexo Agroindustrial, uma publicação da Agroceres (Cotrijornal, nov./dez. 1991, p. 2, grifos nossos).

O texto é bastante revelador, pois, além de demonstrar a mudança de paradigma, da “era da agricultura” para a “era do *agribusiness*”, fala da mudança de perspectiva do setor, que passou a dar mais protagonismo às atividades fora da fazenda, relegando aos produtores um papel de consumidores, coadjuvantes dentro da nova concepção de negócios. Mais do que isso, um público-alvo do novo *marketing* rural, o que já havíamos percebido na forma como o próprio *Cotrijornal* tratou os associados da Cotrijui ao longo das décadas de 1970 e 1980, submetendo-os a toda sorte de publicidades para produtos que vinham de “fora da fazenda”. O texto reforça nossa interpretação da Figura 43, ao exaltar que a soma de todos os fatores dentro e fora da propriedade rural correspondiam a uma fatia estimada em 40% do PIB.

Analisando os discursos do texto sobre *marketing* rural e da Figura 43, relembramos a afirmação em artigo do *Cotrijornal*, sustentando que o produtor “sempre foi o ‘recheio’ do sanduíche que envolve bancos, indústrias de insumos, indústrias de transformação da produção, e o comércio” (nov. 1981, p. 19); ou seja, mais uma fatia espremida entre os interesses antes e depois “da porteira”. Também relembramos o artigo de Batista Filho e Batista, citado no subcapítulo 3.3, quando se referia ao sanduíche como o alimento mais simbólico das mudanças alimentares promovidas pela Revolução Verde. Para os autores:

O alimento hoje é emblematicamente um sanduíche: seja nos fast foods das esquinas, seja no **recheio da vertente industrial que produz insumos para a agropecuária** e a outra vertente industrial que transforma os produtos primários do campo em

manufaturados. Já se chega ao **paradoxo de se empobrecer alimentos pelo processo de industrialização e depois enriquecê-los, por nova reciclagem tecnológica** (2010, p. 28-29, grifos nossos).

Pensando analogamente no sanduíche, tanto como símbolo do empobrecimento nutricional da Revolução Verde, quanto para compreendermos o papel dos agricultores como recheio do novo modelo de negócios do *agribusiness*, percebemos igualmente um processo de empobrecimento do pequeno produtor rural, na promoção do enriquecimento das atividades vinculadas ao *agribusiness*, como afirmam Fernandes e Welch: “A cada ano o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa ou familiar. O **empobrecimento dos pequenos agricultores** e o desemprego estrutural agudizam as desigualdades e não resta à resistência camponesa outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização” (2004, p. 6, grifo nosso). De forma semelhante, lemos em Gonçalves o argumento do empobrecimento do pequeno agricultor, no que chamou de processo de drenagem da renda da terra pelo capital, que resultou na “desintegração das unidades familiares de produção e na lógica de exclusão social no campo” (2011, p. 11).

O editorial do Cotrijornal de setembro de 1991, por sua vez, indicou aspectos importantes do discurso do *agribusiness*, presentes no discurso da Cotrijuí:

**Até que enfim o governo entende que a agricultura, embora viva hoje um dos piores momentos da sua história, precisa de socorro.** Aliás, este socorro não vem sendo pedido apenas pelos agricultores já há algum tempo, mas **toda a sociedade que hoje é obrigada a reconhecer a força da agricultura no desenvolvimento econômico, representando, em termos de PIB, cerca de 40 por cento [...].** O Centro de Treinamento da Cotrijuí nunca havia visto tanta gente reunida num só dia: mais de 1.100 produtores da região e de municípios de fora da área de abrangência da cooperativa. Essa presença, maciça e inesperada, representou não apenas a materialização de toda a discussão que a Cotrijuí vem fazendo com seus associados e a comunidade regional em torno de suas propostas de **ocupação racional do solo e da verticalização da produção diversificada**, como também a vontade de mudar, de adquirir maiores conhecimentos. O entendimento de que, **sem eficiência, não pode haver crescimento** e muito menos sobrevivência no campo é o resultado de **uma agricultura sucateada que precisa se recompor** partindo da base, o solo (Cotrijornal, set. 1991, p. 2, grifos nossos).

O trecho inicia com um pedido de socorro da agricultura, naquilo que a redação considera um dos “piores momentos na história”, sem o qual os negócios da própria agricultura não podem prosperar, dada sua relevância na composição do PIB nacional. Esse valor de relevância no PIB faz parte das ideias originais – que viam no *agribusiness* uma composição descentralizada de entidades, funções e operações relacionadas à produção primária – a qual, por sua relevância econômica, “precisa se recompor”.

No mesmo trecho do *Cotrijornal* (set. 1991, p. 2), lemos outras duas passagens em que se percebem fundamentos do conceito original de *agribusiness*: a primeira, diz respeito à

necessidade imperativa de racionalização da agricultura, verticalizando e diversificando as atividades produtivas, tópicos que passaram a ocupar lugar de destaque no discurso da Cotrijui, especialmente com o fim do *boom* da soja e com a crise das monoculturas; a segunda, concernente à ideia da eficiência produtiva, presente em todo o movimento de modernização da agricultura, e que agora se soma ao *marketing* rural para mirar os novos públicos rurais, referindo-se, ainda, ao sucateamento da agricultura – que precisa ser reorganizada, num processo semelhante ao que vimos nos processos industriais da Revolução Verde.

Narrando a história da Fecotrigo, Callai (2008) citou a instalação de um complexo agroindustrial das cooperativas empresariais, composto por fábricas de óleo vegetal e engenhos de beneficiamento de arroz, que se desenvolveu entre o final da década de 1970 e o começo dos anos 1980:

Nessa época [anos 1970], tomava corpo a discussão, no âmbito das cooperativas, do conceito que mais tarde será conhecido como *agribusiness*. A compreensão de que a atividade agrícola não podia ser pensada unicamente em termos da lavoura, devendo, pelo contrário, considerar a cadeia produtiva em sua totalidade, desde os insumos – adubos, sementes selecionadas, equipamentos agrícolas, tecnologia de produção – que impactam os custos de produção até a comercialização e, em especial, o beneficiamento do produto. Enquanto a atividade agrícola propriamente dita ficava ao encargo do produtor, poderiam as cooperativas ocupar-se, com significativos ganhos de escala, das atividades que se desenvolvem “fora das porteiras” (Callai, 2008, p. 75-76).

O trecho faz menção ao termo original *out-off-farm*, no original de Davis e Goldberg (1957), traduzido, literalmente, como “fora das porteiras”, como foi frequentemente utilizado nas matérias sobre o assunto no decorrer da década de 1990, tendo, provavelmente, se originado dos discursos que levaram à criação da ABAG, em 1993. Vemos, inclusive, que a formação do assim chamado “complexo agroindustrial” foi um dos pontos centrais da incorporação do discurso do *agribusiness* pelo cooperativismo empresarial.

Contudo, quando olhamos para o caso da Cotrijui, vimos que as primeiras iniciativas de industrialização das suas atividades produtivas havia começado muito tempo antes, partindo de uma demanda dos primeiros associados, a maioria granjeiros e comerciantes urbanos, por compreenderem que a simples comercialização da produção primária seria insuficiente para atingirem seus objetivos. Dessa forma, voltamos às origens do movimento de verticalização na Cotrijui, que levaram-na a construir sua primeira fábrica de óleo de soja em 1961. Encontramos a primeira menção à fábrica de óleos de Ijuí em uma tímida nota na 10ª edição do *Cotrijournal*:

Focalizamos, aqui, a fábrica de óleo. Ela produz o óleo da marca MUCAMA, produto de larga aceitação no RGS e Paraná. A fábrica MUCAMA é dirigida por Werner Wagner. A fábrica, altamente automatizada, transforma 3.000 sacas de soja [cerca de 150 toneladas] por dia (Cotrijournal, jun. 1974, p. 11).

A fábrica de óleos de Ijuí foi desativada em 1977, segundo Callai, devido “aos elevados custos operacionais e à acanhada dimensão da escala de produção, o que tornava oneroso manter a fábrica em funcionamento” (2008, p. 86). Essa foi a primeira unidade industrial da Cotrijui, a qual pode ser atrelada aos debates sobre as dificuldades de comercialização da soja, ao invés de um projeto de expansão industrial (Frantz, , 1982, p. 76). Mas também, à ausência de elementos técnicos, como secadores, que dificultavam a manutenção de um padrão de qualidade para a exportação, sendo a fábrica uma solução para a comercialização do produto industrializado no mercado interno.

Soma-se o fato de que um ano antes do encerramento das operações da fábrica de óleos de Ijuí, em 1976, entrou em funcionamento uma nova fábrica de óleos da Cotrijui em sua Unidade de Rio Grande. Se, na primeira fábrica, a falta de experiência havia levado os diretores da Cotrijui a comprar uma “sopa de pedra”<sup>5</sup>, a segunda fábrica foi melhor planejada, pelo menos no campo técnico. Assim como em 1961, a Cotrijui se via diante da pressão dos grupos industriais que detinham o monopólio da trituração de soja no Brasil sob a proteção do governo brasileiro em relação à exportação do produto *in natura*. Em entrevista para Telmo Frantz (1982, p. 182), afirmou o presidente Ruben Ilgenfritz da Silva: “Então, qual era a conclusão óbvia de quem estava administrando uma cooperativa? Ora, se não posso exportar por que devo vender à indústria? Então vou ter minha indústria”.

Diante do exposto, compreendemos que a decisão de construir ambas as fábricas, em Ijuí, em 1961, e em Rio Grande, em 1976, foi muito mais uma reação imediata ao contexto comercial do que um projeto calculado de expansão industrial. Ficou clara, contudo, a existência de uma pressão política dos setores agroindustriais pré-existentes no cenário nacional, exercida sobre as políticas públicas do setor primário, indicando que as forças do *agribusiness* operavam no campo político nacional e as primeiras iniciativas da Cotrijui, no campo da industrialização, eram reativas, no sentido de enfrentamento dessas forças.

---

<sup>5</sup> Em entrevista, o funcionário mais antigo da Cotrijui, Léo Miron, comparou a compra da primeira fábrica a uma sopa de pedra (Frantz, Telmo, 1982, p. 77-78), imortalizada na história folclórica do personagem Pedro Malazartes, pois, na falta de experiência, comprou-se uma fábrica que fazia óleo, mas, para cada novo processo industrial, exigia um novo investimento, quase dobrando o custo inicial de instalação, e mais, atrasando em quase dois anos o início da comercialização dos produtos da planta industrial.

Figura 46: A crítica ao modelo brasileiro



Fonte: Cotrijournal, fev. 1980, capa.

Na Figura 46, chamamos a atenção para a charge do centro da página, na qual se critica o chamado “modelo brasileiro” de negócios agropecuários, que pressionava economicamente os produtores do setor primário, enriquecendo intermediários e o setor industrial brasileiro. Na Figura, vemos um robô com múltiplos braços que, de um lado, retira dinheiro dos agricultores,

retratados com simplicidade, e, de outro, repassa para pessoas que representam a elite econômica nacional, técnicos, empresários e banqueiros. Esse robô pode ser interpretado como uma representação do Estado brasileiro, operando em função dos grandes grupos econômicos multinacionais, ou como o próprio *agribusiness*.

Cerca de um ano depois de entrar em operação, em dezembro de 1977, o editorial do *Cotrijornal* falou sobre a inauguração da fábrica de óleos de Rio Grande:

Quando o ministro da Agricultura Alysson Paulinelli acionou o painel de funcionamento da fábrica de óleo da COTRIJUI em Rio Grande, foi como se milhões de agricultores brasileiros solidários com o cooperativismo e que persistem nele **apesar de problemas momentâneos**, se erguessem num gesto de aplauso. A fábrica materializa, no cimento-armado de sua construção civil e no complexo instrumental de sua unidade de transformação fabril, todo um sentido de **arrojo empresarial e a confiança de 15 mil produtores no sistema cooperativista**. Não chega a ser o maior nem o mais importante empreendimento da COTRIJUI, mas **adquire relevo a partir do momento que identifica uma sequência ininterrupta na marcha ascensional da cooperativa na busca da sua própria consolidação dentro de um concerto sócio-econômico almejado** (Cotrijornal, dez. 1977, p. 3, grifos nossos).

No texto, constatamos novamente o uso de palavras e frases para enaltecer aspectos que fundamentaram o cooperativismo empresarial nos anos 1970, como “o arrojo empresarial” e “a confiança dos associados no sistema cooperativista”. É significativa, entretanto, a menção à “marcha ascensional” da Cotrijui na sua consolidação dentro de um novo “concerto sócio-econômico (sic) almejado”, ou seja, a busca pela industrialização havia começado a ganhar notoriedade no discurso, com uma espécie de ajuste de diretrizes do cooperativismo empresarial.

Figura 47: Ministro da Agricultura na inauguração da Fábrica de Óleos da Cotrijui em Rio Grande



Fonte: Cotrijornal, dez. 1977, p. 8).

Na Figura 47, podemos ver a expressão curiosa com que o ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, ladeado à sua direita pelo aparentemente preocupado presidente da Cotrijui Ruben Ilgenfritz da Silva, acionava o painel e dava início às operações da fábrica de óleos de Rio Grande. Como de costume, várias autoridades acompanhavam a solenidade de inauguração de mais uma obra que passava a integrar o complexo agroindustrial da Cotrijui.

Em outra referência, vemos novamente a forma como a entrada da Cotrijui no setor industrial aconteceu de forma intempestiva. Trata-se da inauguração da primeira fábrica de rações da Cotrijui. Na placa de bronze alusiva à fundação dessa fábrica, que ficava originalmente na sua entrada, dizia o seguinte:

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL – IJUÍ  
 Autorização de transferência 5640  
 4.000 toneladas de sorgo fornecidas de 2.2.1963 a 18.12.1965  
 Esta FÁBRICA de RAÇÕES foi construída graças à ação integrada da Cooperativa Triticola Serrana com o programa “Alimentos para a Paz” e a Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul.  
 Ijuí – 28.1.1967 (Callai, 2007 p. 86).

Em seu relato, Callai (2007) recuperou a informação da Secretaria de Agricultura indicativa de que a primeira fábrica de rações da Cotrijui foi construída com recursos estatais, para fins de aproveitamento do sorgo gentilmente doado pelos Estados Unidos por intermédio do programa *Food for Peace*, ou Alimentos para a Paz, para aproveitamento na produção de ração animal. Ironicamente, para o autor, tratava-se de “uma atitude simpática e ‘desinteressada’ [que] auxilia na **estratégia de tornar os agricultores compradores** de rações e outros insumos” (Callai, 2007, p. 86, grifo nosso). Ou seja, mais um indicativo dos objetivos do *agribusiness*, de transformar os agricultores também em consumidores, como público-alvo do novo *marketing* rural, ou, ainda, como o recheio de um sanduíche muito lucrativo.

Grynszpan (2012) argumenta sobre essa estratégia de transformar os agricultores em consumidores de produtos industrializados como parte do processo de verticalização do setor agrícola. Essa estratégia visa integrá-los ao mercado de maneira mais ampla, incentivando-os a consumir insumos, máquinas, sementes, fertilizantes e outros bens produzidos por indústrias químicas, de máquinas e de insumos agrícolas, ampliando assim a cadeia de negócios que envolve a agricultura. Para o autor:

Além do fazendeiro e de seus empregados, portanto, ela envolvia uma série de distintos agentes, como indústrias químicas, de sementes, de máquinas, bancos, centros de pesquisa, técnicos, transportadoras, armazenadoras, processadoras, supermercados e consumidores, entre outros (Grynszpan, 2012, p. 126).

Essa abordagem busca possibilitar que os agricultores se tornem não apenas produtores, mas também consumidores de produtos industrializados, solidificando a lógica do *agribusiness* e sua integração vertical.

Em 1987, a Cotrijui adquiriu da Cooperativa Central Gaúcha de Carnes (CCGC) o maquinário para a construção de uma nova fábrica de rações, a qual foi acrescida da capacidade de peletização, que é o processo de compressão ou moldagem de um material na forma de pequenos grânulos chamados *pellets*. Esse método é utilizado em diversas indústrias, tanto para facilitar o transporte quanto para aumentar o rendimento nutricional das rações industrializadas. Em seu discurso, por ocasião da inauguração da nova Fábrica, falou o então presidente da Cotrijui, Oswaldo Meotti:

A Cotrijuí tem-se caracterizado pelo expansionismo, pela agressividade de mercado e pelo desmembramento de áreas. Disse que ela também **sofreu os reflexos da virada que aconteceu com o trigo e com a soja**. Mas garante que **hoje ela já trilha por outros caminhos, buscando a diversificação na propriedade e priorizando a agroindústria** (Cotrijournal, out. 1987, p. 13, grifos nossos).

A partir desse trecho do discurso do presidente Meotti, podemos inferir que a transição da Cotrijui para o setor agroindustrial ocorreu de forma reativa às mudanças de cenário percebidas no contexto nacional. A crise do cooperativismo empresarial, ocorrida no contexto do *boom* da soja, impeliu gradativamente essas cooperativas a se adaptarem a um novo cenário, que colocava na verticalização e na agroindustrialização as novas bases de sua expansão econômica.

No entanto, apesar de ter perseguido a industrialização da sua produção desde o começo de suas atividades, como estratégia para agregar valor, a primeira menção ao termo verticalização no discurso da Cotrijui foi somente em junho de 1988, com o lançamento da marca de Rações e Concentrados *Tembiú* – “comida” em tupi-guarani –, entendida objetivamente como “mais um passo da **verticalização** da política interna, voltada para a diversificação da produção na região” (Cotrijournal, jun. 1988, p. 19, grifo nosso). Em sua própria análise das produções de Davis e Goldberg, Grynszpan assim se referiu ao conceito de verticalização:

Essa integração vertical do negócio agrícola era apresentada pelos autores não como uma possibilidade futura, mas como a constatação científica de uma realidade que já se configurava, uma inevitabilidade, um destino incontornável determinado pelo curso do desenvolvimento histórico. E quanto mais rápido os fazendeiros se conscientizassem disso, assumindo sua nova persona, a de homens de negócios, tanto maiores seriam as suas chances de sucesso, as da agricultura de evoluir com qualidade e as dos consumidores de se alimentarem melhor, com diversidade e abundância e a preços acessíveis (2012, p. 126).

Para o autor, a verticalização é vista não como uma possibilidade futura, mas como uma realidade configurada e uma inevitabilidade do desenvolvimento histórico do setor agrícola, que implicaria a transformação dos agricultores em homens de negócios, assumindo o controle e a gestão de toda a cadeia produtiva, com o objetivo de promover uma agricultura mais eficiente.

Essa nova fábrica de rações da Cotrijui, inaugurada em 1987, não estava isolada: era, pois, mais um elo da corrente agroindustrial do *agribusiness* cooperativista, que tinha na cadeia de suinocultura um dos seus pontos fortes. Essa cadeia foi constituída ao longo da década de 1980, começando com a produção dos grãos, a transformação em ração, a produção, engorda e terminação de leitões, e o conseqüente abate, em seu frigorífico próprio, na cidade de São Luiz Gonzaga, que foi modernizado

para viabilizar a suinocultura local e atender às necessidades de abate próprio, a Cotrijui reformula o seu programa cooperado de suínos. O programa atende aos níveis apontados pela pesquisa e integra um projeto maior para trazer eficiência ao setor na região Pioneira. [...]

Novo programa de suínos:

- Garantia de recebimento de suínos do associado
- Programar o recebimento a nível de frigorífico
- Programar a produção da fábrica de ração
- Valorização do associado produtor de suínos
- Agilização do atendimento ao produtor (Cotrijournal, maio/jun. 1991, p. 7).

Com um abate anual médio de 90 mil animais em 1999, o Frigorífico de São Luiz Gonzaga também foi adquirido da CCGC após sua extinção em 1989, devido a dificuldades de manutenção dos estoques causado pela crise da suinocultura, para fortalecer o setor industrial da Cotrijui e expandir seu processo de verticalização (Sparemberger, 2000, p. 57). No *Cotrijournal* de setembro de 1989, lemos sobre as motivações da Cotrijui:

"Assumimos o ativo e o passivo da Central e vamos começar a operar na planta do frigorífico de São Luiz Gonzaga tão logo a situação esteja regularizada", explicou Celso Sperotto, diretor vice-presidente da Cotrijui na Regional Pioneira. "Nós temos a produção em casa e algum fomento feito na região. Então, vamos industrializar esse produto e assumir a sua comercialização" [...]. Ao assumir a planta do frigorífico de São Luiz Gonzaga, a Cotrijui não só estará assegurando colocação a curto prazo para a produção de suínos de seus associados como também **pensando em assegurar espaço para seu projeto agroindustrial para a região. "Não tivemos outra saída, senão assumir o frigorífico.** Onde íamos encontrar colocação para a produção de nossos associados?", indaga Sperotto (Cotrijournal, set. 1989, p. 4, grifo nosso).

No recorte, percebemos um misto de intencionalidade e falta de alternativa na decisão de assumir a planta do frigorífico da CCGC, situação semelhante àquela verificada na aquisição das duas fábricas de rações, o que reforça a tese de que a entrada da Cotrijui no setor agroindustrial, entre o final da década de 1980 e o começo da década de 1990, não ocorreu como

resultado de um projeto de expansão agroindustrial, mas de forma reativa às seguidas crises que se abatiam sobre cooperativas individuais ou sobre as cooperativas centrais no entorno da Cotrijui, que acabou encampando estruturas, muitas vezes antigas e ultrapassadas, da mesma forma que havia feito na fase de expansão nos anos 1970. Ou seja, como uma reação aos efeitos deletérios da caótica economia brasileira dos anos 1980.

Mas a produção de rações para a cadeia integrada de suinocultura, ao mesmo tempo em que aumentava a produtividade e eficiência, produzia novos desafios ambientais. Além dos grãos, que correspondiam à base primordial das rações, sua formulação incluía uma série de outros ingredientes adquiridos e incorporados no processo de produção como suplementação. Um desses produtos era o Cloridrato de Ractopamina, substância utilizada para o aumento da proporção de carne em relação à gordura, especialmente em cortes como o lombo suíno.

Paula, Oliveira e Andrade (2022) revisaram o uso da ractopamina na suinocultura brasileira entre 2017 e 2022. Para as autoras, a substância é considerada controversa em termos de segurança alimentar, principalmente devido à presença de resíduos do princípio ativo na carne suína, que podem representar riscos à saúde do consumidor. Muitos países, incluindo a China e a Rússia, proibiram o seu uso por preocupações relacionadas às possíveis toxicidades, efeitos adversos à saúde humana e ao impacto no sistema nervoso e cardiovascular. Além disso, a falta de um limite globalmente uniforme para resíduos de ractopamina e a insuficiente evidência científica conclusiva sobre sua segurança a longo prazo contribuem para a controvérsia, levando vários países a adotarem restrições ou proibições para garantir a segurança alimentar e proteger o mercado interno (Paula; Oliveira; Andrade, 2022, p. 3084).

Em fevereiro de 1984, o *Cotrijornal* publicou uma matéria sobre a dependência de insumos e a alta tecnologia:

Figura 48: Suinocultura no CTC



Fonte: Cotrijornal, fev. 1984, p. 16.

Na Figura 48, podemos ver uma fotografia do sistema de criação de suínos em semiconfinamento, ou seja, soltos em piquetes e alimentando-se de pastagens e mais alguma suplementação de ração, numa proposta que visava diminuir os custos de produção e mostrar a viabilidade, tanto pelo aspecto técnico quanto pelo econômico. Ao longo dos anos 1980, alguns projetos do Centro Tecnológico da Cotrijui (CTC) procuraram desenvolver tecnologias menos agressivas ao ambiente e aos animais. Segundo o engenheiro agrônomo, responsável pelo projeto, João Adolfo Klohn, "o sistema proposto visa, antes de tudo, eliminar a dependência do produtor com relação aos insumos, 'porque acreditamos ser plenamente viável a criação de suínos comendo ração caseira e pastagens'. Por outro lado, este sistema vem eliminar a dependência com a alta tecnologia e o confinamento total" (Cotrijornal, fev. 1984, p. 16-17). Na prática, isso significava uma atenção maior para uma tecnologia mais moderada envolvendo raças rústicas, que até então vinham sendo marginalizadas pela utilização das raças de pelagem branca.

Em 1988, encontramos outra capa abordando a alimentação alternativa para a suinocultura:

Figura 49: Alimentação alternativa na suinocultura



Fonte: Cotrijournal, dez. 1988/jan. 1989, capa.

Na Figura 49, vemos a chamada principal, no topo da capa da edição, dedicada a informar aos associados sobre o Primeiro Encontro de Alimentação Alternativa para Suínos. A matéria elencou uma diversidade de estudos, feitos pela própria Cotrijui ou visitados e avaliados por seus técnicos, ao longo dos últimos anos, em que se analisam os rendimentos de diferentes tipos de alimentos na produção suinícola. É visível a preocupação da Cotrijui no enfoque da matéria, com as expressões “gasto”, “custo” e “resultados”, palavras-chave da busca por eficiência produtiva no setor agroindustrial.

Figura 50: Mais porco em menos tempo



Fonte: Cotrijornal, maio/jun. 1991, capa.

Na Figura 50, vemos a capa da edição de maio e junho de 1991, que nos oferece alguns elementos centrais para a análise da mudança de paradigma vivida pela Cotrijui no começo da década de 1990. O primeiro deles é a chamada principal da matéria, informando sobre o lançamento do “novo programa cooperado de suinocultura” – que tinha na produtividade e na competitividade os seus elementos centrais. A chamada da matéria é esclarecedora dessa mudança de paradigma, a partir da entrada da própria Cotrijui na competitividade do

*agribusiness* nacional, promovendo uma mudança na curva de produção que, por um lado, tornava o sistema de produção suinícola mais eficiente para os padrões do mercado, mas, por outro, tornava a produção dependente de uma indústria de suplementação alimentícia. E mais uma vez os impactos ambientais dos sistemas produtivos ficavam de fora das discussões, que se concentravam na sustentabilidade econômica, baseada, principalmente, em produtividade e competitividade.

Ao mesmo tempo em que ampliava sua participação no setor agroindustrial e, com ela, aumentava/estendia os impactos ambientais de suas atividades produtivas, os anos 1990 foram o contexto em que percebemos a mudança no discurso institucional da Cotrijui em relação aos efeitos das mudanças ambientais, adotando uma postura crítica de modo mais frequente no *Cotrijornal*.

Sobre o assunto meio ambiente, no interior do discurso do *agribusiness*, selecionamos alguns trechos emblemáticos da entrevista do presidente da então recém-criada Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG) Ney Bittencourt, que, na ocasião, palestrou para uma plateia de cerca de 200 representantes dos setores que integravam o *agribusiness* nacional, durante o 4º Fórum Nacional da Soja, realizado na cidade de Porto Alegre em 1993:

Outro gargalo identificado diz respeito à **pequena propriedade**, considerada, pelo palestrante, em algumas condições, como **obstáculo à modernização do agribusiness**. ‘Certas atividades agrícolas exigem economia de escala. Então, num sistema de pequenas propriedades, é preciso organizar a produção’, observou, sem deixar de **elogiar o sistema de condomínios rurais de suínos**, ‘que precisam, inclusive, de uma melhor divulgação’. **A pressão de organizações ecológicas não governamentais** e o protecionismo foram os dois últimos gargalos levantados pelo palestrante. No primeiro caso, mostrou-se preocupado com as barreiras que serão levantadas pelas Ongs e citou como exemplo um movimento que vem sendo feito na Europa, no sentido de não comprar produtos lácteos dos Estados Unidos, porque estes estão usando hormônio de crescimento nos animais. **Disse que é esse tipo de competitividade que a sociedade precisa entender**, ‘pois acabou a época em que se exportava o que sobrava. Hoje é preciso planejar, inclusive, as exportações segundo as necessidades do cliente’ (Cotrijornal, abr. 1993, p. 13, grifos nossos).

O texto da redação sobre o Fórum da Soja de 1993, é reveladora de um discurso pautado pela competitividade de mercado. Segundo o entrevistado, as pequenas propriedades rurais, discutidas nas fases anteriores da Cotrijui, continuavam sendo consideradas um entrave para os objetivos do setor, pois não ofereciam produção em escala e, por isso, não eram suficientemente competitivas. *Produção em escala e competitividade* foram elogiadas pelo mesmo personagem ao citar o modelo de produção integrada na suinocultura, que alia a produção de matrizes e leitões à produção de rações e concentrados e, ainda, o abate e beneficiamento dos derivados da carne suína, o que, em sua opinião, precisaria apenas de um *marketing* melhor.

Contudo, chamou-nos a atenção, nos recortes da entrevista do fundador da ABAG, sua referência aos fatores ambientais, também vistos como entraves à competitividade. No texto, ele parece reclamar da pressão que algumas organizações não governamentais (ONGs), de caráter ecológico, exerciam sobre os consumidores europeus, o que em sua interpretação, estimulava a competitividade no campo da suplementação química da alimentação animal. Se, por um lado, ele elogiava o sistema de suinocultura integrado, dependente de suplementação química e hormonal, muitas das quais proibidas em várias partes do mundo, para aumentar a competitividade, por outro, tentava convencer ONGs e a sociedade civil de que o consumo desses mesmos produtos era seguro, apesar dos problemas ambientais que pudessem causar.

Sobre os problemas encontrados pelo segmento agroindustrial, assim se referiu o *Cotrijornal*:

Hoje [1978], menos de 0,2% das empresas do setor de alimentação dos Estados Unidos controlam 50% de toda essa indústria. **As quatro maiores companhias das cadeias de produção alimentar controlam mais da metade do mercado.** Muitos desses oligopólios, defendidos por governos e instituições internacionais, expandem suas operações nos países em desenvolvimento. A agro-indústria americana está empenhada na criação de uma exploração global, que alimentará um supermercado global [...]. Sob a bandeira da "interdependência" alimentar, a produção global para o supermercado global, a agro-indústria multinacional está criando um sistema agrícola mundial único no qual ela exercerá um controle integrado de todos os estágios da produção, desde o cultivo ao consumidor. A "interdependência", num mundo de extrema desigualdade de poderes, torna-se uma cortina de fumaça atrás da qual os **recursos alimentares do mundo são usurpados por uma minoria para uma minoria.** E, sem dúvida, **a fome**, que podia ser evitada se cada país produzisse segundo suas necessidades vitais, será cada vez mais ampliada para satisfazer o apetite pantagruélico das multinacionais que abastecerão seu supermercado global (Cotrijornal, dez. 1978, p. 17, grifo nosso).

No fragmento, podemos perceber que as preocupações com o setor agroindustrial figuravam no discurso da Cotrijui, mesmo antes da sua entrada formal no setor, no final dos anos 1980. Preocupações também com a projeção internacional do setor de produção de alimentos estadunidense, que se lançavam num projeto que visava controlar não apenas a produção e o consumo locais, mas também a escala global do segmento, sob o que chamou de “interdependência alimentar”, numa alusão às cadeias produtivas que integravam o *agribusiness* estadunidense naquele contexto. Vale a pena recordar que, um ano após essa publicação, a Cotrijui empreendeu um viagem de estudos com a qual pretendia conhecer de perto a cadeia de produção do setor agroindustrial dos Estados Unidos, da produção primária, passando pela industrialização e comercialização, na Bolsa de Chicago, como analisamos no subcapítulo 3.3. É de se supor circulasse –entre os gestores da Cotrijui – a intenção de emular aspectos desse complexo, incorporando posturas e estratégias que, mais tarde, seriam implementadas na

elaboração do projeto de expansão agroindustrial da Cotrijui, ao longo das décadas de 1980 e 1990.

No mesmo artigo de 1978, nos deparamos novamente com o argumento da fome, que, como vimos, esteve presente com muita frequência nos fundamentos das fases anteriores da Cotrijui, especialmente na época do *boom* da soja, e que agora versava como um elemento central do discurso do *agribusiness*. Segundo o artigo, a fome, que podia ser facilmente resolvida, no fundo, sustentava o enriquecimento das multinacionais do setor agroindustrial.

Durante seu pronunciamento no 4º Fórum Nacional da Soja, em 1993, o presidente da ABAG Ney Bittencourt afirmou:

O Brasil tem um grande desafio que é o de alimentar seus 31 milhões de indigentes. Com a 6ª população subnutrida do planeta, o Brasil só perde para Índia, Paquistão, Bangladesh, Filipinas e Indonésia, países que representam uma renda per capita de 1/4 da brasileira. E este é um problema que tem a ver com quatro outros desafios: o do desenvolvimento econômico; o da igualdade de renda; o da integração da economia nacional; e o da proteção do meio ambiente. **A grande estratégia para vencer estes desafios passa pelo maior negócio do Brasil que é o agribusiness**, responsável por mais de 35 por cento do Produto Interno Bruto (Cotrijornal, abr. 1993, p. 13, grifos nossos).

Vemos que, de forma muito semelhante ao discurso da Cotrijui, o discurso do presidente da Abag sobre os desafios do desenvolvimento, da igualdade, da integração econômica e do meio ambiente passa pelo *agribusiness*. Os discursos ambiental e de combate à fome e à desigualdade são, antes de tudo, estratégias de *marketing* que remontam à Revolução Verde e foram absorvidos pelo discurso agroempresarial, mas não necessariamente se convertem em projetos políticos de enfrentamento do quadro de miséria e destruição dos recursos naturais percebidos no contexto. Para o diretor do Sindicato Rural de Ijuí:

Nosso governo precisa reconhecer, de uma vez por todas, que, sem uma **agricultura forte e rica**, não pode haver um país forte e rico, pois a **agricultura é a base da economia** de nosso país. E se não for implantada uma política agrícola definida, durável e viável para o setor, dificilmente o Brasil sairá da crise que enfrenta atualmente, como a **fome**, a miséria, a recessão e a inflação. Pois a nossa agricultura se encontra sucateada e, se o governo não implantar medidas concretas e urgentes de apoio ao setor produtivo, a tendência é de enfraquecimento e até a falência de nossa agricultura. Portanto, para **reencontrar o caminho do desenvolvimento e do progresso**, o Brasil precisa retomar a valorização da produção e da geração de alimentos. Só assim poderá reverter contradições absurdas, enquanto mais de trinta milhões de seus habitantes passam fome (Cotrijornal, jun. 1994, p. 2, grifos nossos).

Nesse trecho, Reinholdo Kommers, que também foi sócio-fundador da Cotrijui, expressa sua opinião em um texto publicado no *Cotrijornal* em junho de 1994. Não são mencionados problemas ambientais e os problemas sociais se encontram submetidos à prioridade do enriquecimento dos setores produtivos. É mais uma evidência do argumento

politicamente correto do combate à fome utilizado como ferramenta no discurso do *agribusiness*, colocando em ordem de prioridade: primeiro, a riqueza da agricultura; segundo, a riqueza nacional; e só então o enfrentamento da fome, da miséria, da inflação e da recessão. O fragmento nos faz lembrar a frase célebre de Antônio Delfim Netto: “É preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo” (Delfim Netto, 1970 *apud* Auditoria Cidadã, 2024). A frase tornou-se um jargão-símbolo do pensamento econômico durante o período do Milagre Econômico, sob a ditadura militar, e expressa a ideia de que o crescimento econômico deveria preceder a distribuição de renda. No final, quem já tinha recursos financeiros acumulou ainda mais, eis o verdadeiro milagre.

Assim, vemos que tanto o discurso do presidente da ABAG quanto o do diretor do Sindicato Rural são semelhantes em muitos aspectos e manifestam valores que há muito tempo entremeavam o próprio discurso da Cotrijui, como o valor fundamental da agricultura no desenvolvimento econômico regional e o discurso malthusiano da fome, que agora se somam à crítica à ausência de políticas públicas para o setor do *agribusiness*. Em sua crítica ao mito do progresso, Dupas também descreve o papel da agricultura:

Esse aumento populacional, eventualmente adicionado a alguma melhoria de condições de vida, terá impactos profundos na agricultura. Mais comida será consumida, o que exigirá expansão das plantações, elevação do consumo de água e da degradação do solo, acompanhada de mais destruição de florestas e da biodiversidade. [...] Estaríamos, mais uma vez, caindo na armadilha de um pessimismo malthusiano que a tecnologia resolverá? (2006, p. 241-242).

Para o autor, o argumento do aumento populacional, projetado para o decorrer do século XX, exigiria a exploração de muito mais recursos naturais do planeta e o impacto desse aumento pressionaria ainda mais esses mesmos recursos. Dessa forma, o discurso do *agribusiness* insistia nos mesmos argumentos pessimistas que defendiam a necessidade de aumentar as riquezas para resolver os problemas sociais, sem considerar o aumento dos mesmos problemas sociais com a piora das condições ambientais.

Vejamos o discurso do presidente da Cotrijui Ruben Ilgenfritz da Silva:

**A agricultura, que até então tinha um caráter econômico, assume hoje uma importância política** que não se restringe apenas aos agricultores que vivem em cima da terra. Citando dados levantados pela Divisão Agrotécnica da cooperativa, setor de Economia Rural, Ruben Ilgenfritz mostra que **72 por cento das receitas dos municípios onde a Cotrijui atua vêm do setor agrícola**. Nesta análise não estão sendo considerados o que hoje se chama de *agribusiness* – os ditos negócios da agricultura –, como, por exemplo, receitas geradas na comercialização de produtos que são transformados na região. É o caso das rações, das sementes, dos óleos vegetais, da erva-mate beneficiada e das farinhas. Também não estão sendo considerados os transportes e os serviços (Cotrijournal, set. 1992, p. 14, grifos nossos).

Se, em outros momentos políticos, as críticas da Cotrijui às políticas públicas eram mais discretas, agora estavam explicitadas em discursos que revelavam certo rancor com o abandono histórico desse setor. No discurso do presidente Ruben, percebemos a necessidade de uma mudança de paradigma, na qual as cooperativas assumissem um papel não apenas econômico, mas também político, articulando lideranças regionais e fortalecendo o setor do *agribusiness*. Grynszpan (2012) destaca que o *agribusiness* possui um papel político importante na articulação dessas lideranças regionais e no fortalecimento do setor agroindustrial. Para o autor:

Em grande parte, agronegócio se impôs no Brasil também como categoria de identificação e de aglutinação de agentes que, ainda que sob a égide do agro, da agropecuária, estão posicionados em diferentes setores da economia e têm um espaço de circulação que não se restringe ao mundo rural. São eles que buscam falar em nome da agropecuária brasileira, a dizer o que é, a expressar os seus interesses e necessidades, deslocando grupos que detinham anteriormente essa palavra autorizada. Reconstituir a história da afirmação do agronegócio, portanto, é restituir o seu caráter de construção, evidenciando seus agentes, suas alianças e conflitos de toda ordem, contribuindo para romper com a sua visão reificada, substancializada (2012, p. 123).

Dessa maneira, o *agribusiness* atua não apenas na esfera econômica, mas como um ator político que busca definir diretrizes, interesses e representações sociais, articulando lideranças regionais, setores industriais e movimentos políticos para consolidar sua presença e influência no país. No caso da Cotrijui:

Nossa meta, a partir de agora, vem sendo no sentido de verticalizar o crescimento. Como disse no início, pelo plano revelado, **vamos entrar na década da verticalização**. A expansão geográfica da cooperativa teve sua razão de ser, na época em que os fatos aconteceram. Os tempos eram outros, bem mais favoráveis em termos de disponibilidade de crédito. Além disso, havia uma política de estímulos, até por força de circunstâncias políticas e conjunturais. Hoje, porém, achamos que **precisamos crescer para cima**, consolidar todo esse patrimônio econômico, e até social e cultural, que é a Cotrijuí (Cotrijournal, ago. 1989, p. 8, grifos nossos).

A entrada da Cotrijui na então chamada “década da verticalização” pode ser lida nesse recorte de uma entrevista concedida pelo presidente Ruben ao *Cotrijournal*, em que vemos a mudança de paradigma completada no final dos anos 1980. A mudança no discurso fica evidenciada na própria escolha das palavras, substituindo a expansão horizontal, que se caracterizou pela expansão geográfica da Cotrijui nas décadas anteriores, pela expansão vertical, quando passou a perseguir novas metas de competitividade no setor agroindustrial. A ideia por trás do conceito de verticalização é essencialmente agroindustrializar-se, entrando, assim, na competição com as grandes corporações que dominavam o setor do *agribusiness*. Contudo, o momento talvez não fosse o ideal, como vemos neste trecho do Gerente Industrial da Cotrijui Robin Bahr:

A agroindústria é, por definição, a industrialização ou transformação da produção agrícola. E, neste contexto de "transformação", encontramos o leite, os hortigranjeiros, suínos, aves, bovinos, pescados, os cereais, o mel, as leguminosas, entre outros produtos [...]. Nos tempos atuais, onde os progressos tecnológicos, a concorrência no mercado consumidor, aliados ao alto grau de exigência do consumidor, estão cada vez mais em evidência, **não há mais espaço duradouro para amadorismos** (Cotrijornal, fev. 1990, p. 2, grifo nosso).

Talvez por “amadorismo” o Gerente Industrial da Cotrijui se referisse às velhas práticas de endividamento para financiar a expansão da Cotrijui, adquirindo e imobilizando grandes patrimônios que, com o tempo, ficaram obsoletos e difíceis de serem conservados, isso quando não eram adquiridos em estágio de sucateamento, como nas encampações das estruturas industriais da CCGC feitas nos anos 1980. Esse aspecto se sobressai em um artigo de opinião assinado pelo presidente da Fecotrijo Rui Polidoro Pinto, intitulado “Profissionalizar para competir”, em que ele afirmou a necessidade da “busca por competitividade, superando até mesmo o conceito de produtividade, é a palavra da moda a comandar esta **nova postura**” (Cotrijornal, abr. 1994, p. 2, grifo nosso). Sobre a busca pela competitividade, podemos ver, neste outro recorte, que se tratava de um novo

método gerencial nascido e aprimorado nos Estados Unidos, [que] tem como princípio fundamental a atenção e a visão voltadas diretamente para o cliente. Ou seja, a produção deve partir das necessidades do cliente. Para falar a chefes de setores da Cotrijuí sobre esse novo método gerencial tão em moda nos países desenvolvidos, estive em Ijuí, no início de abril, o médico pós-graduado em Qualidade Total, José Antônio Barros Piantá. Para o palestrante, [...] "**nessa guerra comercial, só vai sair vencendo quem for competitivo**, apresentar índices de produtividade e eficiência" (Cotrijornal, abr. 1994, p. 19, grifo nosso).

O trecho narra a visão da Cotrijui dos programas de qualidade que passaram a ser adotados por ela a partir da década de 1990. Se, nas décadas anteriores, os discursos da Cotrijui eram pautados pelo combate às pragas e doenças e, ainda, pela expansão física – colonização, na década de 1990 a “guerra” era “comercial” e o discurso passou a defender uma busca incessante por mecanismos eficientes de gestão dos negócios, geração de lucros e competitividade, como no caso do Programa de “Qualidade Total”, citado na matéria. Surgido no pós-guerra, entre as décadas de 1950 e 1960, o Programa de Qualidade Total tinha como objetivo aprimorar a eficiência e a eficácia das organizações por meio da gestão da qualidade em todos os processos. Ele se desenvolveu a partir dos estudos de especialistas como Deming, Juran e Feigenbaum, que enfatizaram a importância da qualidade não apenas no produto final, mas em toda a estrutura organizacional. A abordagem ganhou força no Japão após a Segunda Guerra Mundial, quando empresas –como a Toyota – implementaram sistemas de produção baseados na melhoria contínua e na eliminação de desperdícios. Esse modelo influenciou a

gestão empresarial global e se tornou um dos pilares da administração contemporânea (Longo, 1994).

Como podemos perceber, a expressão competitividade passou a ser muito frequente em instrumentos de mídia especializados, como o *Cotrijornal*, substituindo os discursos de desenvolvimento social e progresso regional, sustentados ao longo das duas primeiras fases de expansão horizontal da Cotrijui. Voltamos à Figura 48, capa da edição de maio e junho do *Cotrijornal* de 1991, que informava sobre o novo sistema de produção suinícola da Cotrijui:

"Estamos deixando de ser repassadores de matéria-prima para entrar definitivamente no processo de agregação de valores". A afirmação é do vice-presidente da Cotrijui Euclides Casagrande, ao anunciar a aprovação do projeto de agroindústria junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. [...]

"Não existe nada no Rio Grande do Sul nem no Brasil semelhante a este projeto – destaca o assessor de projetos e planejamento da Cotrijui, Robin Bahr. Segundo o bioquímico, o empreendimento da Cooperativa significa o mais moderno complexo na área de grãos no País, sintetizando o que há de melhor em termos de qualidade e atualização tecnológica no mundo inteiro (Cotrijornal, maio/jun. 1991, p. 10).

A matéria menciona a liberação de recursos para edificar mais uma obra de grande porte que oferecesse sustentação aos seus negócios. O investimento na construção da Agroindústria da Cotrijui, em 1990, necessitou da obtenção de novo empréstimo pelo BNDES, autorizado pela Assembleia Geral, e que possibilitou a continuidade e execução do projeto de verticalização da Cotrijui. Finalizada em 1994, com um custo final de U\$ 12 milhões, foi

uma obra, gerenciada há cinco anos e que marca a entrada definitiva da Cotrijui na verticalização da produção, começa a mostrar os seus primeiros resultados. **Fruito de um processo de diversificação planejada**, aliado a uma nova relação com a terra, a agroindústria de cereais da Cotrijui, formada pelas unidades de beneficiamento de aveia e cevada, e a unidade de milho, representa o maior investimento da cooperativa nos últimos anos para cumprir três grandes objetivos: o de buscar mais opções para o seu quadro social, agregar renda durante todo o ano e abrir caminho para um **novo patamar de desenvolvimento na região** (Cotrijornal, jun. 1994, p. 4, grifos nossos).

Entretanto, apesar de ter sido executada com um novo financiamento, seguindo o modelo de empréstimos que a Cotrijui usou nas décadas anteriores, essa obra também representava a mudança de paradigma. No ano de 1994, um conjunto de fatores culminou para essa mudança: a inauguração da agroindústria, conseguida ao custo de novo endividamento, a eleição de uma nova diretoria e o fim do *Cotrijornal*, dentro de uma política de corte de gastos, são aspectos importantes que marcaram o fim dessa terceira fase. Trata-se de uma mudança de paradigma planejada pela Cotrijui, mas que talvez não tenha sido executada a tempo, pois a crise institucional estava estabelecida há quase uma década. Uma mudança que também foi conceitual, passando a adotar, em muitos aspectos, os fundamentos do discurso do *agribusiness*, para agregar valor ao produto primário; um discurso marcadamente agroempresarial e

competitivo, embora o ideal de desenvolvimento regional ainda estivesse presente no discurso, porém de forma mais discreta. Nessa fase, a Cotrijui passou a demonstrar sua convicção na necessidade de verticalizar a produção.

Em 1994, realizou-se em Ijuí o I Seminário Estadual de Municipalização da Agricultura, que teve algumas passagens reproduzidas no *Cotrijornal*. Em uma delas, lemos as ideias do sociólogo da Embrapa José de Souza Silva:

**Na medida em que pode ampliar conceitos, mudar mentalidades e criar uma nova prática política,** [então] a primeira mudança conceitual é em relação à participação da agricultura na economia. A teoria tradicional tem auferido uma participação da agricultura no Produto Interno Bruto brasileiro de apenas 7 a 10 por cento, reduzindo-a exclusivamente ao que acontece dentro da propriedade, ao invés de avaliar o negócio agrícola em toda a sua extensão: o conjunto das atividades praticadas antes – industrialização de máquinas e insumos –, dentro – produção na lavoura – e depois [da porteira], pela industrialização do produto originado na propriedade. **A agricultura,** portanto, ressaltou o sociólogo, **não é apenas plantar soja, é sim fomento, produção, transformação, transporte e comercialização.** Um negócio tão vasto, seguiu explicando José de Souza Silva, que participa na verdade com mais de 35 por cento sobre o PIB, ocupa 41 por cento da população economicamente ativa, representa 48 por cento das exportações, 50 por cento da frota de caminhões, 68 por cento das despesas familiares. Além disso, **o negócio agrícola é o setor que apresenta maior grau de encadeamento com outros setores,** maior resposta ao investimento e menor exigência de capital por índice de retorno (*Cotrijornal*, jul. 1994, p. 5, grifos nossos).

As afirmações do sociólogo da Embrapa são bastante taxativas. Em primeiro lugar, ao tratar da necessidade de mudar a mentalidade dos personagens envolvidos com *agribusiness* no país, pois estes representam, na sua interpretação, uma fatia significativa de toda a economia, considerando tanto a produção quanto a comercialização, o consumo e a própria população economicamente ativa. Em segundo lugar, ao destacar a mudança conceitual da teoria tradicional da agricultura, para o *agribusiness*, que aponta para o potencial de articulação política do “negócio agrícola”, produzido pela sua capacidade de encadeamento com outros setores da economia, criando e fortalecendo o engajamento de múltiplos setores da economia aos interesses do assim chamado agronegócio.

Figura 51: O futuro em discussão na capa da última edição do Cotrijornal



Fonte: Cotrijornal, ago./set. 1994, capa.

A Figura 51 é a capa da última edição do *Cotrijornal*, que colocava em discussão o próprio futuro da Cotrijui no final de 1994. A matéria retomou vários dos temas que estavam em discussão ao longo da década de 1980, relacionados às dificuldades de manutenção do alto custo operacional das estruturas que a Cotrijui construiu ou adquiriu em épocas passadas. A capa é emblemática por colocar lado a lado um dos principais fatores da crise do cooperativismo – que foi o fim dos subsídios – e as discussões sobre o futuro da Cotrijui.

A matéria principal dessa edição abordou a Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em

julho de 1994, mencionando que o custo financeiro das operações da cooperativa e uma dívida que chegava à casa dos U\$ 90 milhões, cerca de U\$ 194 milhões em valores atuais – ou o equivalente a R\$ 1,2 bilhão –, que levaram a Direção a encaminhar a discussão sobre a busca de soluções para restabelecer a saúde financeira da instituição. Dentre as decisões, a Assembleia autorizou a Direção a efetuar uma série de medidas emergenciais:

"Nós temos que encontrar formas de não depender mais de financiamentos", defendeu em seguida o presidente, fazendo uma comparação da situação da cooperativa com uma propriedade rural que, ao reduzir ou eliminar seus gastos financeiros, obtém melhores resultados econômicos. E isso, emendou, significa "a necessidade de desmobilizações, seja através da venda de ativos ou do estabelecimento de parcerias com outras cooperativas, a fim de se obter um alívio nas finanças da cooperativa". Para o presidente da Cotrijuí, entretanto, essa decisão só vem de uma postura de amadurecimento provocada pela discussão com o quadro social, partindo do debate com os órgãos políticos que o representam, o que, de certa forma, traz a segurança de se "tirar o melhor proveito da adversidade". Na verdade, colocou o presidente, a capacidade da cooperativa para resolver o problema financeiro deve acontecer pelas desmobilizações, mas também pela coragem de se vencer posturas paternalistas e integralizando capital através da entrega de produção", afirmou (Cotrijornal, ago./set. 1994, p. 4).

Além da desmobilização dos patrimônios constituídos com muito sacrifício pelas gerações anteriores de associados, a Cotrijuí fechou subsidiárias, reduziu o quadro funcional e enxugou as contas, encerrando, inclusive, o próprio *Cotrijornal*, um dos últimos jornais cooperativistas que ainda circulavam no Rio Grande do Sul. Assim, o conceito de futuro, que fora perseguido com esperança no passado, pelos pioneiros que acreditavam nos ideais cooperativistas, terminava essa fase sendo discutido pragmaticamente, entre ressalvas e incertezas, refletindo as incertezas de toda a sociedade brasileira com o futuro do país.

Vimos que, em sua fase de expansão regional, nas décadas de 1960 e 1970, a Cotrijuí se dedicou, prioritariamente, à comercialização das safras e a uma abordagem mais direta dos desafios enfrentados pelos associados, especialmente em relação à armazenagem e logística de grãos, sob a liderança do presidente Luiz Fogliatto. Na segunda fase, ao longo da década de 1970 e início da década de 1980, sob a gestão de Ruben Ilgenfritz da Silva, a cooperativa se deparou com os impactos sociais intensos de um processo de modernização da agricultura que desestruturou formas tradicionais de vida e expôs os produtores à concorrência direta no mercado internacional. Como resposta a esses desafios, observamos uma grande expansão horizontal da cooperativa, que construiu sua infraestrutura aumentando exponencialmente seus custos operacionais.

No decorrer da década de 1980, a mudança do cenário político-econômico levou a cooperativa ao enfrentamento de novos desafios, em uma nova fase, quando o fim dos subsídios e os ciclos de inflação criaram uma enorme crise financeira. Chegando ao início dos anos 1990,

nos deparamos com a hegemonia do *agribusiness*, que concentrou ainda mais capital nas mãos de grandes grupos internacionais, agravando a crise no sistema cooperativista. Diante desse contexto, a Cotrijui buscou reestruturar-se, em termos de sistema de gestão, adotando uma postura alinhada ao modelo de *agribusiness*, mas também fisicamente, desmobilizando unidades produtivas e operacionais, como as do Mato Grosso e a Fábrica de Óleos em Rio Grande e, por fim, o próprio Terminal Graneleiro, em 1993 (Callai, 2007, p. 130), fato este que não foi sequer mencionado no *Cotrijournal*, diferente da sua inauguração, 20 anos antes. Assim, o fim do *Cotrijournal* marcou, também, o fim de uma era da Cotrijui. Para Callai,

As dificuldades decorrentes do endividamento, do fim do crédito subsidiado, aliado a frustrações de safra e mesmo problemas de gestão, afetaram praticamente todo o sistema cooperativista, especialmente o agropastoril. Esta crise foi particularmente intensa na COTRIJUI, trazendo como resultado a desestabilização do segundo período de gestão do presidente Ruben Ilgenfritz da Silva, em 1994. A solução foi a troca da equipe diretiva.

A nova diretoria foi formada por um representante do que se poderia ainda chamar “os granjeiros”, Carlos Poletto, tendo como vice-presidente Luis Ottonelli, pequeno produtor e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ajuricaba, e mais o produtor Osmildo Bielecki. É interessante observar que, a exemplo das trocas de comando anteriores, tanto em 1966 quanto em 1985, em 1991 e depois em 1994, os novos dirigentes eleitos já participavam, em alguma medida, da administração antecessora. Este aparente paradoxo de uma ruptura administrativa, com continuidade, expressa o caráter democrático e a permeabilidade das instâncias de poder da cooperativa. Ao mesmo tempo, as trocas de comando mais traumáticas, caso daquela de 1966 e a mais recente em 1994, resultam também numa mudança das políticas institucionais (Callai, 2007, p. 123-124).

Nas décadas que se seguiram à mudança da diretoria em 1994, a Cotrijui passou, ainda, por outras duas fases, que, embora tenham sido descritas na Introdução, não estão presentes na escolha do recorte temporal da pesquisa. Referimo-nos à quarta fase, que durou de 1994 até 2013, época em que a cooperativa procurou estabelecer novos parâmetros de preços competitivos para as *commodities* da região, a partir do controle de gastos e da redução de custos, atuando dentro do chamado paradigma logístico do primeiro e segundo Governo Lula. Esse paradigma foi definido, por Cervo (2008), como uma nova abordagem, que buscava reforçar a autonomia estratégica da política externa brasileira, atribuindo ao Estado um papel central para explorar as vantagens na internacionalização econômica do país.

A quinta e última fase da Cotrijui começou em 2013, com a inédita candidatura de uma chapa de oposição nas eleições para a diretoria da cooperativa, o que indicava a presença de dissonâncias entre as lideranças do quadro associativo. O que se seguiu foi um processo eleitoral que dividiu os associados entre dois campos opostos: de um lado, a Chapa 1, apresentada por um conjunto de associados independentes tendo como candidato o associado Vanderlei Fragoso, de Santo Augusto, que fazia oposição à então diretoria; e, no outro campo, a Chapa 2,

estruturada pelo Conselho de Representantes, tendo como candidato principal o associado Cláudio de Jesus, de Ijuí, que na época também presidia a Associação dos Produtores de Milho do Rio Grande do Sul (Aprmilho-RS). A eleição teve um alto índice de abstenção, participando cerca de dois mil votantes de um total de 12 mil associados, sendo que a vitória da chapa de oposição ocorreu por uma diferença de apenas 168 votos (Cotrijui, 2013).

As eleições e o decorrer da gestão do presidente Vanderlei Fragoso foram marcadas por grande rivalidade, acusações públicas de corrupção e até ameaças de morte (Santos, 2014). Em 27 de setembro de 2014, cerca de dois mil associados participaram de uma Assembleia Geral em Chiapetta. O eventocomeçou com três horas de atraso e foi dominado por críticas à gestão passada da cooperativa, acusada de levar a Cotrijuí à beira da falência com uma dívida bilionária. Em seu longo discurso, Vanderlei Fragoso fez acusações às “ex-diretorias como alicerces de corrupção e degradação da associação” (Santos, 2014). Terminou propondo a autoliquidação como solução para salvar a cooperativa, sendo ele mesmo aclamado como autoliquidante pela maioria, o que gerou revolta em uma grande parcela de associados que queriam alguém externo à diretoria para assumir essa função. Houve intervenção da Brigada Militar e seguranças particulares para conter os ânimos exaltados (Santos, 2014).

Rodeada de escândalos amplamente registrados na mídia estadual e uma acentuada divisão política entre os associados, a liquidação voluntária foi suspensa na Justiça, levando à interrupção quase completa das atividades da Cotrijui e a uma série de processos, incluindo denúncias de corrupção do Ministério Público Federal (MPF), porém, contra dirigentes da cooperativa, os mesmos que se elegeram sob o discurso da anticorrupção, num prejuízo de quase R\$ 3 milhões (Beck; Uhlmann, 2019).

Em 2019, a Justiça Estadual determinou a liquidação extrajudicial da Cotrijui em razão de atrasos no pagamento de dívidas junto a fornecedores e agricultores, atendendo diretamente ao pedido feito pela trading chinesa *Chinatex Grains & Oils*, integrante da *COFCO International*, empresa estatal chinesa, que atua globalmente no setor de agronegócios em setores como grãos, oleaginosas, açúcar, café e algodão (COFCO, 2025).

Segundo Caetano (2019), a diretoria da cooperativa e a Fetag-RS entraram com recursos para suspender a liquidação, argumentando que a Cotrijui ainda tinha capacidade operacional e buscava a renegociação de passivos. Produtores rurais e sindicatos manifestaram preocupação com bloqueios de grãos depositados nos armazéns e possíveis prejuízos financeiros (Caetano, 2019). O impacto da liquidação judicial foi significativo, afetando diretamente milhares de associados e suas famílias, além de centenas de funcionários da

cooperativa. Com uma dívida acumulada ao longo dos anos, que ultrapassou os R\$ 2 bilhões (Beck; Uhlmann, 2019), a cooperativa não conseguiu reverter sua situação, levando a um processo legal que determinou o leilão judicial dos bens e a dissolução da Cotrijui em 2022.

Destinos semelhantes também puderam ser percebidos em um grupo considerável de cooperativas agropecuárias do RS, como podemos ver nas pesquisas de Cruzio (1999) e Pellenz (2018). Em seu estudo, Cruzio argumenta sobre o estado de fragilidade das cooperativas brasileiras no final da década de 1990. Tal fragilidade podia ser percebida nas estruturas burocráticas, nos conflitos internos, na pouca participação dos cooperados e nas influências externas, que comprometiam a gestão autônoma de suas finanças, levando, em muitos casos, à falência. Para o autor:

Historicamente, esses paradoxos são revitalizados desde o final da década de 30, quando as cooperativas passaram para o controle do Estado. A partir desse período, retiraram-se as autonomias organizacional e administrativa das cooperativas brasileiras. Com isso, descaracterizou-se o modelo em relação ao modelo original dos “Pioneiros de Rochdale” (Cruzio, 1999, p. 24).

Em estudo mais recente, Pellenz (2018) observou um conjunto de eventos de insolvência no setor cooperativo agroindustrial, motivado por crises de preço, endividamento excessivo e fragilidades de governança. A necessidade de encerramento das atividades, no que se chamou de liquidação voluntária, surgiu como alternativa para minimizar perdas de associados, salvaguardar direitos de credores e preservar ativos estratégicos ao desenvolvimento local. Tratando dos motivos que levaram à liquidação, o levantamento do autor mostrou que

das 33 cooperativas analisadas, 24% delas buscaram a liquidação com o nítido objetivo de dissolver a cooperativa em razão da desistência de prosseguimento das atividades sociais. Nos demais casos, ou seja, 76% das cooperativas analisadas, constatou-se que o motivo que levou seus membros a buscarem a liquidação foi a ocorrência de crise econômico-financeira caracterizada pelo alto grau de endividamento, evidenciando a intenção dos membros de, em princípio, não dissolverem a sociedade, mas sim tentar reestruturá-la (Pellenz, 2018, p. 35).

Os resultados revelam um conjunto de fragilidades que puderam ser percebidas no sistema cooperativista e que também foram percebidos no caso da Cotrijui. De igual modo, tais fragilidades são indicativas dos desafios enfrentados por uma parte do setor agrícola brasileiro, especialmente em um ambiente de concorrência acirrada e mudanças no mercado internacional.

O fechamento da Cotrijuí causou reflexos na economia regional e gerou ainda mais incertezas entre os produtores que dependiam da estrutura da cooperativa. Muitos agricultores precisaram buscar novas alternativas para comercialização e financiamento, reconfigurando a dinâmica do agronegócio na região e fortalecendo as subsidiárias locais das multinacionais do setor. O caso da Cotrijuí tornou-se um exemplo emblemático da formação, ascensão e queda de

uma cooperativa regional, no cenário do desenvolvimento do agronegócio nacional.

## CONCLUSÃO

Para concluir, retomamos a pergunta-problema que mobilizou nosso esforço de pesquisa: “Por que a Cotrijui, que se expandiu e adquiriu relevância nacional nas décadas de 1970 e 1980, retraiu-se ao nível regional na década de 1990?”. Essa pergunta nos levou a pesquisar sua trajetória ao longo de cinco fases distintas, que trataram das origens e da expansão regional, da expansão nacional, da crise e redefinição, do encolhimento e reorganização e, por fim, da liquidação definitiva da referida cooperativa.

Criada em 1957, a Cotrijui teve um rápido crescimento socioeconômico no decorrer do chamado *boom* da soja, dos anos 1960-1970, e se converteu em uma protagonista do cooperativismo empresarial sul-rio-grandense, promovendo e viabilizando a transformação capitalista da agricultura, ao subordinar-se às políticas governamentais e ao capital financeiro, bancário e industrial. Surgiu e se desenvolveu, portanto, usufruindo dos benefícios do Milagre Econômico, privilegiando tecnologias que trouxeram ganhos em escala para uma pequena fração de grandes produtores, sendo que a grande maioria dos seus 20 mil associados, em seu auge, era formada por pequenos produtores que contraíram dívidas para acompanhar o ritmo de desenvolvimento da cooperativa.

Do ponto de vista histórico, a Cotrijui desempenhou um papel central na expansão das fronteiras agrícolas e na consolidação de um modelo de desenvolvimento cooperativista, reproduzindo, em seus discursos, certas ideias e valores que reforçavam uma visão específica da realidade. Sua ascensão esteve associada ao processo de colonização agrícola e à promoção do desenvolvimento regional, no contexto da ditadura militar, fatores que reforçaram sua relevância no setor.

Ao estudarmos as contradições do discurso da Cotrijui, compreendemos as formas com as quais ela promoveu o engajamento do seu quadro social na adoção e reprodução de um discurso orientado por uma visão ocidental e elitista de mundo, ao mesmo tempo em que manifestava preocupações com os efeitos socioambientais que tais ações produziam. O estudo do caso da Cotrijui produziu uma compreensão de como a implantação de novas técnicas de cultivo, culturas e padrões de consumo passava, também, pela incorporação de novas concepções ideológicas, expressas por um conjunto de conceitos e ideias, como o desenvolvimento econômico.

Tomando como fonte o *Cotrijournal*, veículo de imprensa que atuou entre 1973 e 1994, compreendemos como a Cotrijui amparou seus discursos em bases diversas, ora exaltando seu

pioneirismo no mundo do cooperativismo empresarial, a modernização tecnológica e a exploração de novas frentes agrícolas; ora se valendo de um discurso social utópico, que remetia às tradições do próprio cooperativismo e esboçava suas preocupações com o contexto socioambiental, ao mesmo tempo em que reproduzia, em suas ações, as mesmas práticas que estimularam seus associados a se unirem em torno da competição, da acumulação e do desenvolvimento econômico. Contudo, destacou-se a utilização de um discurso marcadamente empresarial, modernizador e desenvolvimentista, que se sobrepôs a outras pautas.

O *Cotrijornal* foi uma ferramenta fundamental de divulgação do discurso institucional da Cotrijui para seu quadro social, reproduzindo, com frequência, as mesmas contradições que apontavam para um desequilíbrio entre o que considerava o ideal de desenvolvimento e a busca por uma sociedade justa e ecologicamente responsável. Embora tenham sido frequentes e ocupado diversos espaços da narrativa institucional da Cotrijui, as preocupações com os problemas socioambientais quase sempre ocorriam de forma velada. Os problemas derivados do desenvolvimento econômico eram comumente abordados nas matérias, mas sua solução apontava para a modernização e a expansão da fronteira agrícola. Dessa forma, os problemas socioambientais ficavam relegados à categoria de curiosidade, ou apenas como lamentações morais, sem que as matérias efetivamente refletissem sobre o papel da agricultura mecanizada e seus impactos em relação aos problemas sociais e econômicos vivenciados pelos associados da cooperativa, exceto quando secas ou tempestades incomuns devastavam as lavouras. Assim, entendemos que, no discurso da Cotrijui, os problemas socioambientais foram explicados como um preço pago pelo desenvolvimento.

Ao longo da pesquisa, apoiados na Análise do Discurso, constatamos a presença de temas como o perigo da fome, a modernização da agricultura e o aumento dos bens de consumo, duráveis e não duráveis, das famílias rurais. Percebemos que o discurso da Cotrijui oscilou entre a promoção de uma agricultura extensiva e especializada, voltada para o mercado externo, e o alinhamento ao cenário do agroindustrial, que priorizava os negócios de alto rendimento em detrimento das culturas agrícolas tradicionais, com uma linguagem que refletia a introdução de novos conceitos e padrões de comportamento. Essa mudança contribuiu para uma gradual substituição da visão de agricultura colonial por uma lógica de mercado especializado, de alta rentabilidade, reforçando a transição da cooperativa de uma entidade focada, originariamente, na preservação social, de modo que, os trabalhadores do campo foram sendo gradativamente convertidos em consumidores potenciais, público-alvo de ações do recém-criado *marketing* rural.

Embora existisse nos Estados Unidos desde 1957, o conceito de *agribusiness* foi incorporado ao discurso da Cotrijui apenas no começo da década de 1990, principalmente por sua proximidade com entidades como a ABAG e a Fecotrigo, dentre outras associações ruralistas e empresariais, que atuavam na transformação do cenário econômico nacional, consolidando, assim, uma nova ótica desenvolvimentista neoliberal.

Na terceira fase do recorte da pesquisa, vimos a Cotrijui atingir o ápice da sua crise, completando uma mudança de paradigma que a levou a um realinhamento com o novo cenário agropecuário e industrial do país, no começo dos anos 1990. Nesse contexto, compreendemos a existência de um realinhamento do discurso, com a adoção de uma linguagem não tão otimista quanto nas fases anteriores, mas ainda marcada pelos elementos do cooperativismo empresarial e pela defesa do desenvolvimento econômico regional.

A retração da Cotrijui ao nível regional na década de 1990, após sua expressiva expansão nacional nas décadas de 1970 e 1980, pode ser compreendida como resultado da adoção de um conjunto de práticas, percebidas também em seu discurso, alinhadas ao modelo de desenvolvimento da época, que romperam com os princípios solidários do cooperativismo e acentuaram as práticas do modelo capitalista de desenvolvimento agrícola. Ao se subordinar às políticas governamentais e ao capital financeiro, a Cotrijui deixou de representar uma alternativa econômica e passou a atuar como um agente da modernização agrícola nos moldes da Revolução Verde, beneficiando grandes produtores e contribuindo para o endividamento dos pequenos produtores.

Seus discursos, publicados no *Cotrijournal*, culminaram na perda da identidade cooperativista e no esvaziamento de seu projeto regional, revelando o conflito entre os interesses locais e as dinâmicas do capital internacional. Tal trajetória remete à metáfora de Ícaro, narrada por Ovídio, cuja ambição o levou a voar alto demais, ignorando os limites impostos pela natureza: ao se aproximar do Sol, suas asas de cera derreteram, provocando sua queda. Assim também a Cotrijui, ao se expandir impulsionada por um ideal desenvolvimentista e empresarial, distanciou-se de sua base social, endividou-se enormemente e imobilizou boa parte do seu capital em infraestruturas caras e de complexa manutenção, precipitando seu declínio. A liquidação da Cotrijui, outrora um ícone do cooperativismo empresarial no Estado do Rio Grande do Sul, é um caso paradigmático da fragilidade institucional diante dos grandes interesses do capitalismo internacional.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. Acontecimento e mídia. **Anais do Colóquio História e Imprensa**. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998.
- ALVES, Clovis Tadeu. **A revolução verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013.
- ANGELICO, Diego Garcia; LUCCHESI, Alexandre. A década perdida: da restrição externa ao declínio do nacional desenvolvimentismo brasileiro. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 12, n. 21, p. 71–97, 2017. Disponível em: <https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/cdes/article/view/57>. Acesso em: 9 ago. 2025.
- AUGUSTO, Janaina da Silva. **José Antonio Lutzenberg**: trajetória de vida, obra e contribuição para a causa ambiental no Brasil. 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- AZAMBUJA, Bernadete. **O desenvolvimento Urbano e a Promoção Fundiária e Imobiliária na cidade de Ijuí/RS**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1996.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, v. 11, n. 02, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. **Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/57694>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- BATISTA FILHO, Malaquias; BATISTA, Luciano Vidal. Transição alimentar/nutricional ou mutação antropológica? **Ciência e Cultura**, v. 62, n. 4, São Paulo: out. 2010. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252010000400010](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400010). Acesso em: 20 mar. 2025.
- BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento nos países do terceiro mundo. Porto Alegre: Coojornal; Recife: Assocene; 1980.
- BENETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**: uma análise do desenvolvimento da Cotrijui, COTRISA e FECOTRIGO, 1957-1980. Porto Alegre: FEE, 1981.
- BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

BISOGNIN, Ramiro Pereira; WOLFF, Delmira Beatriz; CARISSIMI, Elvis. Revisão sobre fármacos no ambiente. **Revista DAE**, v. 66, n. 210, p. 78-90, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dae.2018.009>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988a.

BRUM, Argemiro Jacob. **Rio Grande do Sul: crise e perspectivas**. Ijuí: Editora Unijui, 1988b.

CALLAI, Jaeme Luiz. **COTRIJUI: 50 anos de história**. Ijuí: COTRIJUI, 2007.

CALLAI, Jaeme Luiz. **Fecotrigo, um trabalho de união**. Porto Alegre: Fecotrigo; SESCOOP/RS, 2008.

CAMPAGNOLLA, Clayton; MACÊDO, Manoel Moacir Costa. Revolução Verde: passado e desafios atuais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia (CC&T)**, v. 39, n. 1, 2022. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/26952>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. A colônia agrícola municipal de dourados: povoamento e colonização (1946-1953). **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH, 2005, p. 1-5. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369\\_dc6e557ea711fc50a88b3eeaea8d4c1c.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369_dc6e557ea711fc50a88b3eeaea8d4c1c.pdf). Acesso em: 11 jan. 2025.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Raul de Polillo. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

D'AMATO, Cláudio; TORRES, João P. M; MALM, Olaf, et al. Uso do DDT no controle de malária: histórico e considerações atuais. **Química Nova**, v. 25, n. 6, p. 995-1002, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/BzwjyybkzCgvjX6tpykf9gf/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

DAMO, Andreisa; SCHMIDT, Elisabeth Brandão; CARTEA, Pablo Ángel Meira. Para além da “comida-mercadoria”: reflexões a partir da educação ambiental crítico-transformadora. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, v. 32, n.2, p. 75-94, jul./dez. 2015, p. 75-94. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5014>. Acesso em: 25 mar. 2025.

DALL'AGNOL, Amélio. A soja no Brasil: evolução, causas, impactos e perspectivas. **Anais eletrônicos do Mercosoja 2011 - Un grano: un universo**. 5º Congreso de la soja del mercosur; 1º Foro de la soja Asia. Rosário: Asociación de la Cadena de la Soja Argentina, p. 1-4, 2011. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/906861>. Acesso em: 12 nov. 2024.

DAVIS, John Herbert; GOLDBERG, Ray Allan. **A Concept of Agribusiness**. Boston, MA: Graduate School of Business Administration, Division of Research, Harvard University, 1957.

DEAN, Warren. A revolução ambiental e o papel das ONGs. **Revista do Instituto Florestal**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 35–40, 1992.

DELFIN NETTO, Antônio. Entrevista concedida ao jornal Folha de S.Paulo. São Paulo, década de 1970. In: **Auditoria Cidadã da Dívida**. Delfim Netto: A herança do endividamento público e o “milagre econômico” que poucos saborearam. 2024. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/delfim-netto-a-heranca-do-endividamento-publico-e-o-milagre-economico-que-poucos-saborearam/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

DIAS, André Bonsanto. Para além do rascunho: jornalistas fazedores de história e as memórias do golpe de 1964, 50 anos depois. **Lumina**, v. 8, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21140/11496>. Acesso em: 22 jul. 2025.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DRUMMOND, José Augusto. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1996. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/88/84>. Acesso em 05 maio 2025.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S.** Porto Alegre: L&PM, 1986.

DUARTE, Laura Maria Goulart; WEHRMANN, Magda Eva S. de F. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. In: SABOURIN, Eric (Org.). **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural**. Brasília: UNB, v. 6, n. 23, p. 13–28, 2006.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso: ou o progresso como ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DUTRA e SILVA, Sandro; BOAVENTURA, Kárta de Jesus; DASDORIANO, Eder Porfírio Júnior; SILVA NETO, Carlos de Melo. A última fronteira agrícola do Brasil: o Matopiba e os desafios de proteção ambiental no Cerrado. **Estudios Rurales**, Buenos Aires, v. 8, n. 15, p. 145-178, 2018.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 24, n. 2, p. 269–289, 1998. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/27266>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FEARNSIDE, Philip Martin. O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia brasileira. In: FORLINE, Louis Carlos; MURRIETA, Rui Sergio Sereni; VIEIRA, Ima Célia Guimarães (editores). **Amazônia além dos 500 Anos**, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 265-306, 1995.

FECOTRIGO - Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul, **O desafio da comunicação e educação cooperativa**. Porto Alegre: FECOTRIGO, 1981.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Cliff. **Modelos de desenvolvimento em conflito**: o agronegócio e a Via Campesina. Presidente Prudente: NERA/UNESP, 2004. Disponível em:

<https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CCModelosdedesenvolvimentoemconflitoagronegocio.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, 2017. Disponível em:

<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 21 dez. 2025.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, histórias**, v. 9, n. 17, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/39052>. Acesso em: 21 dez. 2025.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **RS: Economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. Agricultura: da associação à modernização. In: **República**: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). Passo Fundo: Méritos, 2007, v.4.

FRANTZ, Telmo Rudi. **Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola**: o caso da Cotrijui. Ijuí: Cotrijui, 1982.

FRANTZ, Walter. **Caminhos para o desenvolvimento pelo cooperativismo**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 16, n. 1, p. 166-180, jan./jun. 2016.

GERHARDT, Marcos; ZARTH, Paulo Afonso. O Posto Agropecuário de Ijuí e a modernização da agricultura. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 20, n. 2, p. 127-149, maio/ago. 2020.

GERHARDT, Marcos; ZARTH, Paulo Afonso. Camponeses tradicionais nos ervais de Ijuí do século XIX. In: SCHMITT, Anderson; WINTER, Murillo Dias (org.). **Fronteiras na História**: atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX). Chapecó: UFFS, 2021.

GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento**: olhares da migração gaúcha para o Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2069>. Acesso em: 04 dez. 2025.

GONÇALVES, Sérgio. A globalização do agronegócio e a destruição do campesinato no século XXI. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 5, n. 2, ago. 2011, p. 1-23. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/15500/9482>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GRYNSZPAN, Mário. ORIGENS E CONEXÕES NORTE-AMERICANAS DO AGRIBUSINESS NO BRASIL. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 17, 6 Set 2012. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/987>. Acesso em: 21 maio 2025.

LACERDA, Elaine. Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a institucionalização dos interesses do empresariado rural no Brasil. **Ruris**, v. 5, n. 1, Campinas: 2013. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16843>. Acesso em: 30 jul. 2025

LEAL, Claudia. Fronteiras florestais. In: LEAL, Claudia; PÁDUA, José Augusto; SOLURI, John (Orgs.) **Novas histórias ambientais da América Latina e do Caribe**. Munique: RCC Perspectives, 2013.

LEITE, Hilnon G. Correa. **Uma experiência de vida em meio a modernização agrícola**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004.

LIMA, Aline dos Santos; GERMANI, Guiomar Inez. Cooperativismo e reprodução do capital no espaço rural brasileiro. **Observatorio Geográfico de América Latina**, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiagricola/04.pdf#page=1.00>. Acesso em 15 fev. 2025.

LONGO, Rose Mary Juliano. A revolução da qualidade total: histórico e modelo gerencial. **IPEA**, Relatório Interno nº31, out. 1994. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1033/1/Relat%C3%B3rio\\_interno\\_31-94\\_A%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20qualidade%20total\\_historia%20e%20modelo%20gerencial.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1033/1/Relat%C3%B3rio_interno_31-94_A%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20qualidade%20total_historia%20e%20modelo%20gerencial.pdf). Acesso em: 25 maio 2025.

LUZ FILHO, Fábio. **As Cooperativas e os problemas da terra**. Rio de Janeiro: Editora Melso Soc. Anônima, 1964.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de Rochdale**: História dos Probos Pioneiros de Rochdale. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1932.

KLANOVICZ, Jó; MORES, Lucas. Controle da natureza e modificação da paisagem: para uma análise das práticas agrícolas da sojicultura no Paraná, Brasil, por meio da imprensa entre os anos 1970 e 1980. **Diálogos**, Maringá, v. 18, suplemento especial, p. 179-201, dez./2014.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. London: Militant Publications, 1986.

MARQUES, Mário Osório. Comunicação e Educação Cooperativistas no Brasil. **Perspectiva Econômica**, v. 10, n. 27, p. 33-50, 1980.

MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo, Pioneira, 1973.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Organização, introdução e notas de Osvaldo Coggiola; tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

McCOOK, Stuart. Crônica de uma praga anunciada: epidemias agrícolas e história ambiental do café nas Américas. **Varia Historia**, v. 24, n. 39, p. 87-111, 2008

MENDES, Jeferson dos Santos. **O barão de Caxias na guerra contra os farrapos**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina de; OLIVEIRA, Pedro Cassiano de. ABAG: Origens históricas e consolidação hegemônica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 2, 2015.

MODIANO, Eduardo Marco. A ópera dos três cruzados, 1985-1990. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 187–207, jan. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Z8KwYg7qrYKsmN4Wc58yCqC/?lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2025.

MORIN, Violette. Une analyse de presse: Le voyage de Khrouchtchev en France. **Communications**, n. 1, p. 81-107, 1961.

NAPOLITANO, Marcos. A história política do golpe de 1964 e do regime militar: balanços e perspectivas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 16, n. 42, 2024. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180316422024e0301>. Acesso em: 21 dez. 2025.

NODARI, Eunice Sueli; GERHARDT, Marcos. Patrimônio ambiental, História e biodiversidade. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 5, n. 3, p. 54-71, jul./dez. 2016.

OLIVEIRA, Edenis Cesar de; DE-CARLI, Rafael Moura. Complexos Agroindustriais: Análise da Literatura Indexada na Base de Dados Web of Science – 1945 a 2020. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 21848–21888, 2021.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

OVÍDIO. **Metamorfoses**. Tradução de Bocage. São Paulo: Hedra, 2007

PÁDUA, José Augusto. A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na construção do território brasileiro: estabelecendo um marco de análise. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, 2015.

PAULA, Thaís Rosa Freitas de; OLIVEIRA, Cláudia Aparecida de; ANDRADE, Patrícia Lopes de. Utilização da ractopamina na melhoria da proporção da gordura/carne proveniente da suinocultura brasileira. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 11, p. 3078–3091, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i11.7932. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7932>. Acesso em: 24 maio. 2025.

PEREIRA, Josei Fernandes. **Elos & Correntes: História do Cooperativismo e do Crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930)**. Porto Alegre: Ocergs. 2013.

PEREIRA, Josei Fernandes. A selbsthülfe (autoajuda-mútua) no desenvolvimento das comunidades rurais no interior do RS no início do século XX. **Em Tempo de Histórias**, v. 23, n. 44, p. 151–167, 2024.

PEREIRA, Josei Fernandes. Memória, Identidade e Etnicidade: colonização e cooperativismo na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Historiæ**, v. 12, n. 2, p. 198–213, 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **História da Educação**, v. 7, n. 14, p. 31–45, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PINTO, Márnio Teixeira. **Povo Arara**. Instituto Socioambiental, Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Arara>, acesso em: 29 out. 2025.

PLEIN, Clério; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Do mito do desenvolvimento econômico ao mito do progresso: uma homenagem a Celso Furtado e Gilberto Dupas. **Perspectiva Econômica**, vol. 8, p. 13-23, jan./jun. 2012.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo: Editora Universitária, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. O historiador e a história regional. In: SILVA, Amanda Siqueira; TEIXEIRA, Anderson Matos; REICHERT, Emmanuel Henrich (orgs.). **Desvendando a história regional: novas pesquisas**. Passo Fundo: Editora Méritos, 2013.

RENK, Silvana; TEDESCO, João Carlos; WINCKLER, Silvana (Orgs.). **Estado, configuração da terra e conflitos agrários: norte do RS e oeste de SC**. São Leopoldo: Oikos, 2019.

REZENDE, Luciano Vilas Boas; CAMELLO, Thereza Cristina F.; REBELO, Lea Piumbim. O EUCALIPTO RESSECA O SOLO? MITO OU VERDADE?. **Revista Internacional de Ciências**, v. 1, n. 1, p. 19–38, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ric/article/view/3626>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SANTOS, Tiago et al. Eucaliptos versus Bioma Pampa: compreendendo as diferenças entre lavouras de arbóreas e o campo nativo. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (org). **Lavouras de Destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, p. 299-332, 2009.

SCHULZE-DELITZSCH, Hermann. **Jahresbericht für 1862: Über die auf Selbsthilfe Gegründeten Deutschen Erwerbs-und Wirthschaftsgenossenschaften (Classic Reprint)**. Berlin: Gustav Mayer, 1862. Disponível em: [https://archive.org/details/bub\\_gb\\_XxEvAAAAYAAJ\\_2/page/n1/mode/2up](https://archive.org/details/bub_gb_XxEvAAAAYAAJ_2/page/n1/mode/2up). Acesso em 11 nov. 2025.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

SPAREMBERGER, Ariosto. **As estratégias de uma empresa agroindustrial: o caso do Frigorífico Cotrijui**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SILVEIRA, Márcio Rogério. **Estradas de ferro no Brasil: das primeiras construções às parcerias público-privadas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2007. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 06 mar. 2025.

TEDESCO, João Carlos. A Cooperativa Coopasso. In: TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex; CARVALHO, Djiovan (Org.). **Passo Fundo: Estudos Históricos - dinâmicas econômicas nos séculos XX e XXI**. Passo Fundo: Acervus, 2022, v. IV, p. 263-308.

TEDESCO, João Carlos; BEUX, Paulo Ivan Schultz; SOUZA, Sirlei de Fátima de; CECHET, Renan. **Agroindústrias frigoríficos e cooperativismo**. Porto Alegre: Ed Est, 2005.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

ZANONI, David Anderson. Orientalismo impresso: a Revolução Iraniana e suas representações por meio das charges de Landrú no jornal Clarín (1979-1980). **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 23, n. 1, p. 103–122, jan./mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/hdtv.23n.1.13941>. Acesso em: 17 maio 2025.

ZARRILI, Adrián. Cuenca del Plata: Ríos, planicies y sociedades en el Cono Sur. **Rachel Carson Center Perspectives: Nuevas historias ambientales de América Latina y el Caribe**, München, n. 7, p. 41-48, 2013.

ZARTH, Paulo Afonso. História regional/História lbal: uma história social da agricultura no noroeste do Rio Grande do Sul (Brasil). **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo: Editora Universitária, v. 1, n. 1, p. 109-128, jun. 1999.

ZIENTARA, B. Fronteira. **Enciclopédia Einauldi**: Estado e Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, v. 14, 1989.

## FONTES

ACI, Aliança Cooperativa Internacional. **Princípios do Cooperativismo**. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em: 14 dez. 2023.

ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de; SANTOS, Charley F. Velloso dos. A colonização oficial na Amazônia nos anos 80. **Texto para Discussão – TD 207**. Brasília: IPEA, dez. 1990. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/items/900ba19e-14ec-4902-b1e7-1762f156f88e>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ARQUIVO NACIONAL, Washington Luís, 1926-1930. **Centro de Referência de Acervos Presidenciais**. Disponível em: <https://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/58-servicos/descricoes-arquivisticas/162-washington-luis>. Acesso em: 27 out. 2025.

ASSIS, Kleber Borges de. Ligação Ibicuí-Jacuí: União do rio Uruguai ao Oceano Atlântico. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, nº 9-10, 1959.

ATSDR, Agency for Toxic Substances and Disease Registry. **Toxaphene**. Disponível em: <https://wwwn.cdc.gov/tsp/substances/ToxSubstance.aspx?toxid=99>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BECK, Matheus; UHLMANN, Eduardo. Justiça aceita denúncia contra quatro ex-executivos da Cotrijuí por desvio de R\$ 2,5 milhões. **G1**, 22 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/11/22/justica-aceita-denuncia-contra-quatro-ex-executivos-da-cotrijui-por-desvio-de-r-25-milhoes.ghtml>. Acesso em: 28 maio 2025.

CAETANO, Marcela. Liquidação da Cotrijuí em disputa na Justiça. **Valor Econômico**, São Paulo, 4 nov. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/11/04/liquidacao-da-cotrijui-em-disputa-na-justica.ghtml>. Acesso em 09 ago. 2025.

COFCO, International. **Sítio institucional**. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/who-we-are/>. Acesso em 9 ago. 2025

COSTA e SILVA, Arthur da. **Aspectos do processo de desenvolvimento**. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, Departamento de Imprensa Nacional, 1969.

COTRIBÁ, Institucional. **Sítio institucional**. Disponível em: <https://cotriba.com.br/institucional/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

COTRIJUI, **Ata de fundação**, 20 jul. 1957. Arquivo da Cotrijui.

COTRIJUI, **Livro de matrículas nº1**, 1957. Arquivo da Cotrijui.

COTRIJUI, **Ata da assembleia geral ordinária da Cooperativa Regional Tríticola Serrana**, 14 abr. 1973. Arquivo da Cotrijui.

COTRIJUI, **Ata da assembleia geral ordinária da Cooperativa Regional Tríticola Serrana**, 9 jul. 1973. Arquivo da Cotrijui.

COTRIJUI. **Sítio institucional**, 2013. Disponível em: [http://cotrijui.coop.br:8080/pg\\_noticias/noticias\\_n.jsp?id\\_noticia=1193](http://cotrijui.coop.br:8080/pg_noticias/noticias_n.jsp?id_noticia=1193). Acesso em 01 ago. 2025.

COTRIJUI, **Relatório ao Chefe da Ajudância de Altamira**. Mapa da área do projeto de colonização da Cotrijui e relação dos invasores do limite norte. 15 set. 1978. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/mapa-da-area-do-projeto-de-colonizacao-da-cotrijui-e-relacao-dos-invasores-do>. Acesso em: 10 maio 2025.

**Correio Serrano**, 14 out. 1967, Acervo MADP.

**Cotrijornal**, várias edições entre julho de 1973 e maio de 1994, Acervo Cotrijui

COLUSSI, Joana. Cotrijui: de ícone do agronegócio à liquidação judicial. **GZH**, Porto Alegre, 2 fev. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/campo-e-lavoura/noticia/2018/02/cotrijui-de-icone-do-agronegocio-a-liquidacao-judicial-cjd67aq3n06i601phrz7aakzv.html>. Acesso em: 28 maio 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=237312>. Acesso em: 28 jun. 2025.

LIMA E SILVA, Luis Alves de. Carta ao parlamento da província do Rio Grande do Sul. ASSIS, Kleber Borges. Ligação Ibicuí – Jacuí. União do rio Uruguai ao Oceano Atlântico. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, v. 4, n. 9-10, p. 57-59, 1959.

LIRA, Mário. USINA DE CANA DE AÇÚCAR ABRAHAN LINCON, **Google Maps**, 2021. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/MA7zs4g9p2z3NUrA9>. Acesso em: 04 jul. 2025

MINTER, Ministério do Interior. **Memorando nº 3/V/AJ/ATM**. Para Delegado da 2ª Delegacia Regional da FUNAI. Local: Altamira-PA: Instituto Socioambiental Brasileiro, 1977. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/implantacao-do-projeto-da-cotrijui-traz-problemas-ao-povo-arara-memo-n-03vajatm>. Acesso em: 10 maio 2025.

MINTER, Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). **Relatório da viagem à área interdita para atração dos índios Araras, para embargar a estrada da COTRIJUI, com o apoio da Polícia Federal**. Altamira, 1979. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-da-viagem-area-interditada-para-atracao-indios-arara-para-embargar-uma>. Acesso em 10 maio 2025.

MIRAD, Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. **Informação nº 25 CTI/SG/MIRAD**. Altamira-PA, 20 jan. 1986. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/historico-da-frente-de-atracao-arara-e-da-concessao-de-area-cotrijui-para-projeto>. Acesso em 10 maio 2025.

MTABOCA, Mineradora Taboca S.A. **Nossa História**. Disponível em: <https://www.mtaboca.com.br/paginas/historia.aspx>. Acesso em: 11 maio 2025.

NOROESTE ONLINE, , 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.noroesteonline.com/projeto-de-conservacao-e-difusao-valoriza-a-memoria-social-do-estado-atraves-do-acervo-de-imprensa/>. Acesso em: 01 dez. 2025.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **Ramos do Cooperativismo**. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/publicacao/57/ramos-do-cooperativismo>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SANTOS, Alaidés Garcia. Assembleia marcada pelo clima tenso e incerteza sobre futuro da Cotrijuí. **Blog do Alaidés**, 28 set. 2014. Disponível em: <https://www.blogdoalaidés.com.br/assembleia-marcada-pelo-clima-tenso-e-incerteza-sobre-futuro-da-cotrijui/>. Acesso em: 01 ago. 2025.

SELBSTHÜLFE. **Deutsches Wörterbuch von Jacob Grimm und Wilhelm Grimm, Erstbearbeitung** (1854–1960). Disponível em: <https://www.dwds.de/wb/dwb/selbsth%C3%BClfe>. Acesso em: 29 out. 2025.

TRF1, Tribunal Regional Federal 1. Mais de 30 títulos fraudulentos são bloqueados em Altamira. **TRF1**, 26 ago. 2008. Disponível em: <https://www.trf1.jus.br/sjpa/noticias/mais-de-30-titulos-fraudulentos-sao-bloqueados-em-altamira>. Acesso em: 11 maio 2025.

VARGAS, Getúlio. **Discursos** (1944-1945). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1944/03.pdf/@download/file/03.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2025.

ZERO HORA, **Obituário**. Porto Alegre, 30 jun. 2009, p. 29.

## ANEXOS

Anexo 1: Lista completa de temas e subtemas catalogados a partir da leitura da série completa do Cotrijornal 1973-1994:

1. IDEOLOGIA
  - 1.1. Memória cooperativista
  - 1.2. Educação cooperativista
    - 1.2.1. Gênero
    - 1.2.2. Jornalismo
  - 1.3. Cooperativismo (sistema)
  - 1.4. Agronegócio
  - 1.5. Progresso
2. GESTÃO: ASSUNTOS INTERNOS
  - 2.1. Reuniões, assembleias e eleições internas
  - 2.2. Associados
  - 2.3. Núcleos de Base
  - 2.4. Projetos de expansão da área de atuação
  - 2.5. Departamento de consumo (mercados)
  - 2.6. Assistência médica e saúde do associado
  - 2.7. Capitalização
3. SEGURANÇA ALIMENTAR
  - 3.1. Risco de desabastecimento
  - 3.2. Receitas alternativas
  - 3.3. Diversificação e minifúndio
4. COMERCIALIZAÇÃO
  - 4.1. Compra de insumos
  - 4.2. Exportação de grãos
    - 4.2.1. Exportação de produtos industriais
  - 4.3. Cotriexport
5. TRANSPORTES E LOGÍSTICA
  - 5.1. Armazéns graneleiros
  - 5.2. Transporte de cargas
    - 5.2.1. Rodoviário
    - 5.2.2. Fluvial/marítimo
    - 5.2.3. Ferroviário
6. TECNOLOGIA
  - 6.1. Modernização
  - 6.2. Campos tecnológicos e Assistência técnica
  - 6.3. Divulgação de novas tecnologias
  - 6.4. Manejo
    - 6.4.1. Pulverização aérea
    - 6.4.2. Inseticidas, pesticidas, herbicidas
    - 6.4.3. Plantio direto, Correção do solo, adubação
    - 6.4.4. Maquinário agrícola
    - 6.4.5. Pecuária
    - 6.4.6. Irrigação
    - 6.4.7. Forrageiras
    - 6.4.8. Silagem
  - 6.5. PRODUÇÃO
    - 6.5.1. Custos de produção
  - 6.6. Culturas
    - 6.6.1. Soja
    - 6.6.2. Trigo
    - 6.6.3. Milho
    - 6.6.4. Arroz
    - 6.6.5. Novas culturas

- 6.6.6. Feijão
- 6.6.7. Suínos
- 6.6.8. Leite
- 6.7. Maquinário agrícolas
- 7. POLÍTICAS PÚBLICAS
  - 7.1. CÓDIGO EM BRANCO (RESERVA)
  - 7.2. Financiamentos bancários
  - 7.3. Contatos políticos
  - 7.4. Preços commodities
  - 7.5. Reforma agrária / êxodo rural
  - 7.6. Investimento público na agropecuária
  - 7.7. Inflação / endividamento
- 8. DIVERSOS
  - 8.1. Bancos e crédito
  - 8.2. Sindicatos
  - 8.3. Comunidades
  - 8.4. CÓDIGO EM BRANCO (RESERVA)
  - 8.5. Curiosidades
  - 8.6. Processamento de Dados (informática)
- 9. AGROINDÚSTRIA
  - 9.1. Novos produtos agroindustriais / inovação
  - 9.2. políticas públicas para o setor
- 10. AMBIENTE
  - 10.1. Educação ambiental
  - 10.2. Intempéries climáticas
  - 10.3. Preservação ambiental
  - 10.4. Doenças / desequilíbrio / envenenamento
  - 10.5. Reflorestamento / matas nativas

Anexo 2: As 23 primeiras páginas do Livro de Matrículas n. 1, recuperado do arquivo da Cotrijui durante a fase de pesquisa no arquivo institucional:

*Nilo Bonfanti*

NOME *Granja Santa Cecilia*

Fls. *1º*  
Matr. n.º *1º*

Nascido em \_\_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_ Demissão \_\_\_\_\_  
Estado civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ Exclusão \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_  
Domicílio \_\_\_\_\_ Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_  
Data *Qui 20 de Julho de 1957.* Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_  
Assinatura do associado: *Nilo Bonfanti* Assinatura do Presidente: *Nilo Bonfanti*

AVERBAÇÕES:  
Composta pelos Srs.: Nilo Antonio Francisco Bonfanti, brasileiro, casado, Agricultor nascido em 11-10-1926. Rui Anselmo Bonfanti, brasileiro, casado, Agricultor, nascido em 28-1-1906 e Rui Fogliatto, brasileiro, casado, Agricultor, nascido em 3-1-1924.

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES				CAPITAL REALIZADO				JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS				
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
<i>1957</i>														
<i>20</i>	<i>Julho</i>													
	<i>1ª Subscrição</i>	<i>2.900</i>	<i>290.000,00</i>		<i>290.000,00</i>									
	<i>1ª Entrega for conta</i>						<i>5.000,00</i>	<i>5.000,00</i>						
<i>30</i>	<i>abril 58</i>													
	<i>Ret. cap. conforme ro- manio trigo 57/58</i>						<i>29.000,00</i>	<i>34.000,00</i>						
<i>28</i>	<i>Fevereiro 59</i>													
	<i>Ret. cap. conf. romanio trigo 58/59.</i>						<i>29.000,00</i>	<i>63.000,00</i>						
<i>23</i>	<i>Novemb. 59.</i>													
	<i>Ret. Cap. Conf. romanio Soja 59.</i>						<i>3.077,00</i>	<i>66.077,00</i>						
<i>10</i>	<i>junho 60</i>													
	<i>Ret. cap. conf. romanio trigo 59/60</i>						<i>29.000,00</i>	<i>95.077,00</i>						

**Lair Fogliatto**

NOME **Granja São Luiz** Fls. **2**  
 Matr. n.º **2º**

Nascido em \_\_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_ Demissão | em \_\_\_\_\_  
 Estado civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ Exclusão | em \_\_\_\_\_  
 Domicílio **Av. Santa Flávia** Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_

Data **20 de julho de 1957** Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_  
 Assinatura do associado: \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Presidente: **Lair Fogliatto**

AVERBAÇÕES:  
 Do Sr. Lair Fogliatto, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 3-1-1924.  
 N.º 1. Adquirido ao nome de LAIR FOGLIATTO, devida ao fechamento de associado.  
 N.º 2. Adquirido em 23 de setembro de 1975.

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 julho	Subscrição	2.300	230.000,00		230.000,00									
22 "	Entrega por conta					5.000,00	5.000,00							
30 9/abril 58	Ret. capital conf. rom. março/58					22.000,00	27.000,00							
28 Fevereiro 59	Ret. cap. conf. rom. março 58/59					22.000,00	49.000,00							
30 junho 59	Subscrição	1.000	100.000,00		330.000,00									
23 Novembro 59	Ret. cap. conf. rom. seja 59					6.616,20	55.616,20							
10 junho 60	Ret. cap. ref. março 59/60					32.000,00	87.616,20							

**Ludwick Moroziński**

NOME **Granja Amorosa** Fls. **3**  
 Matr. n.º **3º**

Nascido em **12/12/1916** Nacionalidade **Brasileira** Demissão | em \_\_\_\_\_  
 Estado civil **Casado** Profissão **Agricultor** Exclusão | em \_\_\_\_\_  
 Domicílio **7 Avenida - Distrito de Sobradinha - Jurema** Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_

Data **20 de julho de 1957** Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_  
 Assinatura do associado: **Ludwick Moroziński**  
 Assinatura do Presidente: **Ludwick Moroziński**

AVERBAÇÕES:  
 Dos Srs.: **Rodolfo Francisco**, brasileiro, casado, brasileiro, agricultor, nascido em 15-7-1920  
**João Itagiba da Silveira**, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 8-3-1904 e **Ludwick Moroziński**, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 1-12-1916.

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 julho	Subscrição	3.500	350.000,00		350.000,00									
22 "	Entrega por conta					5.000,00	5.000,00							
30 abril 58	Ret. cap. conf. rom. março 57/58					35.000,00	40.000,00							
28 Fevereiro 59	Ret. cap. conf. rom. março 58/59					35.000,00	75.000,00							
23 Novembro 59	Ret. cap. conf. rom. seja 59					247,80	75.247,80							
10 junho 60	Ret. cap. ref. março 59/60					35.000,00	110.247,80							

NOME Granja Regina Fls. 5  
Matr. n.º 5

Nascido em \_\_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_ Demissão } em \_\_\_\_\_  
 Estado civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ Exclusão } em \_\_\_\_\_  
 Domicílio Fundo Grande - Sr. Coque - 2.º distrito - Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_

Data 20 de julho 1957 Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_  
 Assinatura do associado: Francisco Zamil da Câmara Pinheiro  
Paulo Guimarães da Silva 2 X

Assinatura do Presidente: [assinatura]

AVERBAÇÕES:  
 dos Srs: Francisco Borail da Câmara Pinheiro, brasileiro, casado, agricultor nascido em 1-5-1923 e Paulo Guimarães da Silva brasileiro, casado, agricultor, nascido em 7-1-1922

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 julho	subscrição	1200	20.000,00		20.000,00									
22 "	entrega por conta					5.000,00	5.000,00							
30 abril 58	Retenção cap. conforme romário trigo 57/58					12.000,00	17.000,00							
28 fevereiro 59	Ret. cap. conf. romário de trigo 58/59					12.000,00	29.000,00							
1 junho 60	Ret. cap. cf. rom. trigo 59/60					12.000,00	41.000,00							
10 março 61	Ret. cap. cf. rom. trigo, 60/61					12.000,00	53.000,00							
20 junho 61	Juros rend. do capital						56.224,00					224,00		

NOME Granja Regina Fls. 6  
Matr. n.º 6

Nascido em 16-5-1920 Nacionalidade \_\_\_\_\_ Demissão } em \_\_\_\_\_  
 Estado civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ Exclusão } em \_\_\_\_\_  
 Domicílio Sr. Botaria - Uruí Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_

Data 20 de julho 1957 Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_  
 Assinatura do associado: Hilnon J. L. Leite

Assinatura do Presidente: [assinatura]

AVERBAÇÕES:  
 dos Srs: Arnaldo de Freitas Lasanogras, brasileiro, casado, agricultor nascido em 1-2-1912 e Sr. Hilnon Guilherme Corêa Leite, brasileiro, casado, Eng. Agrônomo nascido em 16-5-1920.

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 julho	subscrição	780	78.000,00		78.000,00									
22 "	entrega por conta					5.000,00	5.000,00							
30 abril 58	Retenção cap. conforme rom. trigo 57/58					13.059,00	18.059,00							
28 fevereiro 59	Ret. cap. conforme romário trigo 58/59					7.800,00	25.859,00							
10 junho 60	Ret. cap. cf. rom. trigo 59/60					7.800,00	33.659,00							
10 outubro 60	Ret. cap. cf. rom. trigo 60/61					1.076,50	34.735,50							

Fundada em 26-5-1939. Registrada S.E.R. sob. nº 1.303.

Fls. 7  
Matr. nº 7

NOME Alceu Hugo Ferreira - Fazenda Olga

Nascido em 20, 11, 1920 Nacionalidade brasileiro Demissão } em \_\_\_\_\_  
 Estado civil casado Profissão Agricultor. Exclusão } em \_\_\_\_\_  
 Domicílio no 3º Distrito de Jui Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_

Data 20 de julho de 1957. Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_

Assinatura do associado: Alceu Ferreira

Assinatura do Presidente: [assinatura]

AVERBAÇÕES:

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 julho	Subscrição	2.000	200.000,00		200.000,00									
22 "	Entrega por conta					5.000,00	5.000,00							
30 abril 58	Ret. cap. conforme no. manuseio trigo 57/58					22.000,00	27.000,00							
28 Fevereiro 59	Retenção de cap. conf. manuseio trigo 58/59					22.000,00	49.000,00							
10 outubro 60	Ret. cap. de rem. soja, 60					42,80	49.042,80							
10 março 61	Ret. cap. de rem. trigo 60/61. q transportar ...					22.000,00	71.042,80							

Fundada em 26-5-1939. Registrada S.E.R. sob. nº 1.303.

Fls. 8  
Matr. nº 8

NOME Cooperativa Moista dos Agro-Pecuaristas Ltda.

Nascido em \_\_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_ Demissão } em \_\_\_\_\_  
 Estado civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ Exclusão } em \_\_\_\_\_  
 Domicílio Jui - 1º distrito Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_

Data 20 de julho de 1957. Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_

Assinatura do associado: [assinatura]

Assinatura do Presidente: [assinatura]

AVERBAÇÕES:

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 julho	Subscrição	2.000	200.000,00		200.000,00									
22 "	Entrega por conta					5.000,00	5.000,00							
30 abril 58	Ret. cap. conforme no. manuseio trigo 57/58					51.149,00	56.149,00							
28 Fevereiro 59	Ret. cap. conforme no. manuseio trigo 58/59					90.000,00	146.150,00							
23 Novembro 59	Ret. cap. conforme no. manuseio soja 59					289.289,50	435.447,50							
1 junho 60	Ret. cap. de rem. trigo, 59/60					105.843,70	541.291,20							

Fornecido pelo Administrador

NOME Cooperativa Moita-Moana Ltda. Fls. 9  
 Matr. n.º 9

Nascido em \_\_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_ Demissão } em \_\_\_\_\_  
 Estado civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ Exclução }  
 Domicílio Linha 11-Norte 3º Distrito de Jui Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_  
 Data 20 de Julho de 1957. Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_  
 Assinatura do associado: \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_

AVERBAÇÕES:  
 Fundada em 20-9-1950 e Registrado S.E.R. sob. n.º \_\_\_\_\_

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 Julho	de subscrição	2.000	200.000,00		200.000,00									
22 "	de entrega por conta						5.000,00	5.000,00						
28 Fevereiro 59	Ret. de cap. conforme resolucao trigo 58/59						5.067,00	10.067,00						
23 Novembro 59	Ret. cap. conforme resolucao 59						4.221,30	29.288,30						
10 Junho 60	Ret. cap. ref. trigo, 59/60						4.804,87	34.093,17						
10 Outubro 60	Ret. cap. de nom. arca-60						756,50	34.849,67						
10 Março 61	Ret. cap. de nom. trigo, 60/61						12.931,10	47.780,77						

NOME Empresa Hilmers. Fls. 10  
 Matr. n.º 10

Nascido em \_\_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_ Demissão } em \_\_\_\_\_  
 Estado civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ Exclução }  
 Domicílio Capas Bonito - 3º Distrito de Jui Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_  
 Data 20 de Julho de 1957. Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_  
 Assinatura do associado: \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_

AVERBAÇÕES:  
 Composto pelos Sr. Helmut Hilmers, brasileiro naturalizado, casado, agricultor nascido em 9-8-1920 e Hilmon Guilherme Conça Leite, brasileiro, casado Eng. Agrônomo nascido em 16-5-1920.

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 Julho	de subscrição	2.300	230.000,00		230.000,00									
2 "	de entrega por conta						5.000,00	5.000,00						
20 Julho-58	Ret. de cap. conforme resolucao trigo 57/58						23.000,00	28.000,00						
28 Fevereiro 59	Retencao de cap. conf. resolucao trigo 58/59						23.000,00	51.000,00						
10 Junho 60	Ret. cap. ref. trigo, 59/60						23.000,00	74.000,00						
20 Outubro 60	Ret. cap. ref. trigo 60 de transportar ...						1.994,50	75.994,50						

**NOME** Ricardo Otto Bentinger  
**Nascido em** 8.7.1910 **Nacionalidade** Brasileiro  
**Estado civil** Casado **Profissão** Agricultor  
**Domicílio** Monte Alvas - 3º Distrito de Jui  
**Demissão** / **Exclusão** em 26.09.79  
**Matr. n.º** 11  
**Assinatura do demissionário:**  
**Data** 20 de julho de 1957. **Assinatura do Presidente:**  
**Assinatura do associado:** Ricardo Otto Bentinger  
**Assinatura do Presidente:**

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 julho	Subscrição	1300	130.000,00		130.000,00									
22 "	entrega por conta					5.000,00	5.000,00							
30 abril-58	Retenção de cap. conforme remanúio trigo 57/58.					19.000,00	24.000,00							
28 Fevereiro 59.	Retenção cap. conforme remanúio trigo 58/59.					19.000,00	43.000,00							
33 Novembro 59.	Retenção cap. conforme remanúio soja 59.					9.029,60	52.029,60							
1 junho 60	Ret. cap. ref. trigo, 59/60					19.000,00	71.029,60							

**NOME** Emilio Montobel e Waldemar Michael  
**Nascido em** 24.2.1898 **Nacionalidade** Brasileiro  
**Estado civil** Casado **Profissão** Agricultor  
**Domicílio** Gov. Fel Barro - 5º Distrito de Jui  
**Demissão** / **Exclusão** em MICHAEL  
**Matr. n.º** 12.  
**Assinatura do demissionário:**  
**Data** 20 de julho de 1957. **Assinatura do Presidente:**  
**Assinatura do associado:** Emilio Montobel  
**Assinatura do Presidente:** Waldemar Michael  
**AVERBAÇÕES:** Waldemar Michael - casado, nascido em 25/3/1934 -

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 julho	Subscrição	1000	100.000,00		100.000,00									
22 "	entrega por conta					5.000,00	5.000,00							
30 abril-58	Retenção de cap. imp. remanúio trigo 57/58.					10.000,00	15.000,00							
28 Fevereiro 59.	Retenção cap. conforme rem. trigo 58/59.					42.645,00	27.645,00							
33 Novembro 59.	Retenção cap. conforme remanúio soja 59. e transportar.					6.123,30	33.767,30							

*Fornecedores de Títulos e Obrigações*

NOME **Alberto Sabo**

Nascido em **24/1914** Nacionalidade **Brasileiro** Matr. n.º **13º**

Estado civil **casado** Profissão **Agricultor** Exclução em \_\_\_\_\_

Domicílio **Capas Pomito 3º distrito de Jui** Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_

Data **20 de julho de 1957.** Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_

Assinatura do associado: *Alberto Sabo*

Assinatura do Presidente: *Antônio F. ...*

AVERBAÇÕES:

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 Julho	pt subscrição	3.000	300.000,00		300.000,00									
22 "	pt entrega por conta						5.000,00	5.000,00						
30 Abril 58	Retenção cap. conforme remanúo trigo 58/58.					30.000,00	35.000,00							
27 Fevereiro 59	Retenção de cap. conf. remanúo trigo 58/59.					30.000,00	65.000,00							
23 Novembro 59	Retenção de cap. conf. remanúo soja 59. Transportar ...					2.893,20	67.893,20							

NOME **Leopoldo Löw**

Nascido em \_\_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_ Matr. n.º **14**

Estado civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ Exclução em \_\_\_\_\_

Domicílio **Monte Alegre** Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_

Data **20 de julho de 1957.** Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_

Assinatura do associado: *Leopoldo Löw*

Assinatura do Presidente: *Antônio F. ...*

AVERBAÇÕES:

Pomposta pelos Srs. Leopoldo Löw, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 12-2-1906 e Ernesto Helmsch Jost, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 14-10-1906.

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 Julho	pt subscrição	2.000	200.000,00		200.000,00									
22 "	pt entrega por conta						5.000,00	5.000,00						
27 Fevereiro	Retenção de cap. conf. remanúo trigo 58/59.					20.000,00	25.000,00							
10 Junho 60	Ret. cap. ref. trigo 59/60					20.000,00	45.000,00							
20 outubro 60	Ret. cap. ref. pimento 60					22.636,50	67.636,50							
10 março 61	Ret. cap. ref. trigo 60/61					21.801,70	88.437,50							
"	Ret. cap. ref. trigo 60/61					2.173,80	90.611,30							
"	Lançamento acima 4/61					2.173,80	88.437,50							

Fls. 15  
Matr. n.º 15

NOME Rodolfo Lopes  
 Nascido em 22/12/1913 Nacionalidade Brasileiro  
 Estado civil Solteiro Profissão Agricultor  
 Domicílio Conte Lúiese - 5º Distrito de Jui  
 Demissão } em \_\_\_\_\_  
 Exclusão }  
 Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_  
 Data 20 de julho de 1957.  
 Assinatura do associado: Rodolfo Lopes  
 Assinatura do Presidente: [Assinatura]

AVERBAÇÕES:

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 julho	de subscrição	700	70.000,00		70.000,00									
22 "	de entrega por conta					5.000,00	5.000,00							
30 Abril-58	Retenção cap. conforme remanio trigo 07/58					7.000,00	13.000,00							
28 Fevereiro 59	Retenção de cap. conf. remanio trigo 08/59					7.000,00	19.000,00							
23 Novembro 59	Retenção de cap. conforme remanio soja 09					1.119,90	20.119,90							
1 junho 60	Ret. cap. ref. Trigo 09/60					7.000,00	27.119,90							

Fls. 16  
Matr. n.º 16

NOME Pedro Paulo Peretto  
 Nascido em 15/9/1915 Nacionalidade \_\_\_\_\_  
 Estado civil Casado Profissão \_\_\_\_\_  
 Domicílio Incio Guimado - 1º Distrito de Jui  
 Demissão } em \_\_\_\_\_  
 Exclusão }  
 Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_  
 Data 20 de julho de 1957.  
 Assinatura do associado: Pedro Paulo Peretto  
 Assinatura do Presidente: [Assinatura]

AVERBAÇÕES:

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20 julho	de subscrição	120	12.000,00		12.000,00									
22 "	de entrega por conta					500,00	500,00							
30 Abril-58	Retenção de cap. conf. remanio trigo 08/59					1.998,00	2.498,00							
27 Fevereiro 59	Retenção de cap. conf. remanio trigo 08/59					1.089,00	3.587,00							
23 Novembro 59	Retenção de capital conf. remanio soja 09					689,40	4.276,40							
10 junho 60	Ret. cap. ref. Trigo 09/60					1.200,00	5.476,40							

**NOME** George Marks.  
**Nascido em** 10/3/1924. **Nacionalidade** Brasileiro  
**Estado civil** Casado **Profissão** Agricultor.  
**Domicílio** Monte Alvor - 3º Distrito de Jui  
**Data** 20 de julho de 1957.  
**Assinatura do associado:** George Marks  
**Assinatura do Presidente:** [Signature]  
**Demissão** em 08 de julho de 1975. **Fls.** 17. **Matr. n.º** 17.  
**Assinatura do demissionário:** George Marks  
**Assinatura do Presidente:** [Signature]

**AVERBAÇÕES:**

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
20 julho 1957	Subscrição	1.000	100.000,00		100.000,00									
22 "	Entrega por conta					5.000,00	5.000,00							
28 Fevereiro 59	Petição de cap. conf. remanusc. trigo 58/59					10.000,00	15.000,00							
10 junho 60	Ret. cap. ref. trigo 59/60					10.000,00	25.000,00							
15 "	Exanot. p. esta conta						25.113,40					113,40		
21 "	Exanot. p. esta conta					120,00	25.233,40							
20 outubro 61	Ret. cap. ref. pães 60					115,80	25.349,20							
10 março 61	Ret. cap. ref. trigo 60/1					497,30	25.846,50							

**NOME** Gary Meggiolaro e Elyzen Antonio Meggiolaro **Fls.** 18.  
**Nascido em** 13/12/29. **Nacionalidade** Brasileiros **Matr. n.º** 18.  
**Estado civil** Casado **Profissão** Agricultores  
**Domicílio** Limha 14 Leste - Jui  
**Data** 20 de julho de 1957.  
**Assinatura do associado:** Elyzen Antonio Meggiolaro  
**Assinatura do Presidente:** Gary Meggiolaro  
**Demissão** em 2 de fevereiro de 1967. **Exclusão**  
**Assinatura do demissionário:** Gary Meggiolaro  
**Assinatura do Presidente:** [Signature]

**AVERBAÇÕES:**  
 Foi cancelada esta matrícula devido à extinção da parceria fundada nesse nome matrícula 423/106 - Elyzen Antonio Meggiolaro, e 4336 - Gary Meggiolaro fl. n.º 121, livro n.º 18. (Fls. 177, L. 2 - Elyzen A. Meg.)

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
20 julho 1957	Subscrição	250	25.000,00		25.000,00									
22 "	Entrega por conta					1.000,00	1.000,00							
30 Abril 58	Petição de capital conf. remanusc. trigo 57/8					2.500,00	3.500,00							
28 Fevereiro 59	Petição cap. conforme remanusc. trigo 58/59					2.500,00	6.000,00							
30 nov. 59	Petição cap. conforme rem. soja 59. A transportar.					389,90	6.389,90							

Formulário de Inscrição em Sociedade

Fls. 19.  
Matr. n.º 19.

NOME Elmar Nestzla ff.  
 Nacionalidade Brasileiro  
 Profissão Agricultor.

Nascido em 11/1/1935  
 Estado civil Casado  
 Domicílio 2º Distrito de Ljuz

Demissão }  
 Exclusão } em \_\_\_\_\_  
 Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_

Data 20 de julho de 1957.  
 Assinatura do associado: Elmar Nestzla ff.  
 Assinatura do Presidente: [Assinatura]

AVERBAÇÕES:

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES				CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS					
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957.														
20 julho	de subscrição	800	80.000,00		80.000,00									
22 "	de entrega por conta					2.000,00	2.000,00							
30 Abril 58	Retenção cap. conforme					8.000,00	10.000,00							
" "	romanião trigo 57/58													
28 Fevereiro 59	Retenção cap. conforme					8.000,00	18.000,00							
" "	romanião trigo 58/59													
23 Novembro 59	Retenção cap. conforme					4.458,30	19.458,30							
" "	rom. soja 59.													
10 junho 60	Ret. cap. ref. Trigo 59/60					8.000,00	27.458,30							
10 outubro 60	Ret. cap. ref. soja 60					1.138,50	28.596,80							

Formulário de Inscrição em Sociedade

Fls. 20.  
Matr. n.º 20

NOME Rodolfo Engleitner.  
 Nacionalidade Agri-Brasileiro  
 Profissão Agricultor.

Nascido em 12/1/1935  
 Estado civil Casado  
 Domicílio 2º Distrito de Ljuz

Demissão }  
 Exclusão } em \_\_\_\_\_  
 Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_

Data 20 de julho de 1957.  
 Assinatura do associado: Rodolfo Engleitner  
 Assinatura do Presidente: [Assinatura]

AVERBAÇÕES:

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES				CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS					
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957.														
20 julho	de subscrição	1000	100.000,00		100.000,00									
22 "	de entrega por conta					5.000,00	5.000,00							
30 Abril 58	Retenção cap. conforme					10.000,00	15.000,00							
" "	romanião trigo 57/58													
28 Fevereiro 59	Retenção cap. conforme					10.000,00	25.000,00							
" "	romanião trigo 58/59													
11 junho 60	Ret. cap. de rom. Trigo 59/60					10.000,00	35.000,00							
10 outubro 60	Ret. cap. de rom. soja 60					3.094,00	38.094,00							
10 março 61	Ret. cap. de rom. Trigo 60/1					29.071,50	67.165,50							
30 junho 61	Juros cred. s/ capital						67.843,00						67,30	

**DEMITIDO**

NOME Granja Bambara Fls. 21  
 Nacionalidade \_\_\_\_\_ Matr. n.º 21

Nascido em \_\_\_\_\_  
 Estado civil \_\_\_\_\_  
 Domicílio 1º Distrito de Guai-Atto da União.

Demissão } em \_\_\_\_\_  
 Exclusão }  
 Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_

Data 20 de Julho de 1957.  
 Assinatura do associado: Genézio Costa Zuber

Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_

AVERBAÇÕES:  
 Composto pelos Srs: Genézio Costa Zuber, Brasileiro, Agricultor, casado, nascido em 10-9-1925.  
Obs: Alterado em 1937 para Alvaros da Costa Zuber

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20	Julho	1			300.000,00									
22	"						5.000,00	5.000,00						
30	Abril 58						20.000,00	25.000,00						
"	"													
28	Fevereiro 59						20.000,00	45.000,00						
1	Junho 60						20.000,00	65.000,00						
29	Dezembro 62							69.125,70				4.125,70		
30	Dezembro 63							72.639,60				3.513,90		

NOME Granja Nossa Senhora Aparecida Fls. 22  
 Nacionalidade \_\_\_\_\_ Matr. n.º 22

Nascido em \_\_\_\_\_  
 Estado civil \_\_\_\_\_  
 Domicílio 3º Distrito de Guai

Demissão } em \_\_\_\_\_  
 Exclusão }  
 Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_

Data 20 de Julho de 1957.  
 Assinatura do associado: \_\_\_\_\_

Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_

AVERBAÇÕES:  
 Composto pelos Srs: Dr. Solon Gaudin da Silva, Brasileiro, casado, Médico, nascido em 18-10-1914 e  
Roberto Schier, Brasileiro, viuvo, Industrialista, nascido em 2-5-1898 e Waldemir  
Radiha, Brasileiro, casado, Agricultor nascido em 4-9-1922.

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDAS						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDOS
1957														
20	Julho	3			300.000,00									
22	"						5.000,00	5.000,00						
30	Abril 58						30.000,00	35.000,00						
"	"													
28	Fevereiro 59						35.000,00	70.000,00						
1	Junho 60						30.000,00	100.000,00						
10	Março 61						36.876,00	136.876,00						
29	Março 61						2.863,50	139.739,50						
30	Junho 61						733,30	140.472,80						

Sociedade Fiduciária Administrativa

NOME Berno Orlando Burmann Fls. 23

Nascido em 21/7/25 Nacionalidade Brasileira Matr. n.º 239

Estado civil Casado Profissão Agricultor Demissão } em \_\_\_\_\_

Domicílio 3º Distrito de Guajará Exclução } em \_\_\_\_\_

Data 30 de julho de 1957 Assinatura do demissionário: \_\_\_\_\_

Assinatura do associado: [Signature] Assinatura do Presidente: \_\_\_\_\_

Assinatura do Presidente: [Signature]

AVERBAÇÕES:

DATA	HISTÓRICO	SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS-PARTES			CAPITAL REALIZADO			JUROS DE MORA JUROS DO CAPITAL - RETORNOS - PERDA						
		N.º	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO DEVEDOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO CREDOR	Dias	N.º	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDO
1957														
20 julho	Subscrição	250	25.000,00		25.000,00									
22 "	Entrega por conta					5.000,00	5.000,00							
29 Setembro 62	Juros cred. s. capital.						5.317,40					317,40		
30 setembro 63	Juros Cred. s/ Cap. red.						5587,00					269,60		
30 set. 64	Juros sal. s/ cap. int.						5870					983		870